







ICS Imprensa  
de Ciências  
Sociais







# **Sexualidades** ***Media* e Revolução** **dos Cravos**

Isabel Freire

**ICS** Imprensa  
de Ciências  
Sociais





Imprensa de Ciências Sociais

**U LISBOA** | UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

Instituto de Ciências Sociais  
da Universidade de Lisboa

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9  
1600-189 Lisboa – Portugal  
Telef. 21 780 4700 – Fax 21 794 0274

[www.ics.ulisboa.pt/imprensa](http://www.ics.ulisboa.pt/imprensa)  
E-mail: [imprensa@ics.ul.pt](mailto:imprensa@ics.ul.pt)

Instituto de Ciências Sociais — Catalogação na Publicação  
FREIRE, Isabel, 1971-  
*Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos* / Isabel Freire.  
- Lisboa : ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2020. - ; 23 cm  
ISBN 978-972-671-596-2  
ISBN EPUB 978-972-671-597-9  
ISBN PDF 978-972-671-598-6  
CDU 305



© Instituto de Ciências Sociais, 2020

Projecto gráfico: Aresta Criativa – Artes Gráficas, Lda.  
Revisão: Levi Condinho  
Impressão e acabamento: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda.  
Depósito legal: 469458/20  
1.<sup>a</sup> edição: Julho de 2020





# Índice

Acrónimos .....	14
Prefácio .....	15
Introdução .....	21
Capítulo 1	
<b>Enquadramento teórico-metodológico .....</b>	<b>25</b>
Objeto de estudo e <i>design</i> metodológico .....	25
A agenda da intimidade em quatro publicações periódicas (1968-1978) – método quantitativo .....	28
Gisela, a jovem que fez amor na noite da revolução (M&B 1975-1976) – método qualitativo .....	31
Reflexões em torno dos centros teóricos .....	39
Afirmação do social no sexual .....	43
A sociologia da sexualidade .....	47
<i>Discursificação</i> da sexualidade .....	50
<i>Scripts</i> sexuais .....	54
Projeto reflexivo do <i>self</i> , sexualidade plástica e relação pura .....	58
<i>Cidadania da sexualidade</i> : transgressão e reivindicação .....	60
Histórias pessoais sexuais .....	64
Capítulo 2	
<b>Enquadramento histórico e social da intimidade em Portugal entre 1960 e 1970 .....</b>	<b>69</b>
Traços marcantes da sexualidade e da afetividade no Estado Novo .....	69





Marcelo Caetano e a juventude . . . . .	87
Pós-Revolução dos Cravos: ventos de mudança . . . . .	92
Capítulo 3	
<b>Análise do agendamento da intimidade no <i>Expresso</i>, <i>Diário de Lisboa</i>, <i>Modas &amp; Bordados</i> e <i>Crónica Feminina</i> (1968-1978) . . . . .</b>	<b>95</b>
Retrato da amostra . . . . .	99
Tipologia, tamanho, exposição, centralidade e autoria. . . . .	102
A censura e o exame prévio . . . . .	110
Temas da intimidade afetiva e sexual abordados . . . . .	112
Retratos de mudança (Ocidente, 1960-1970) . . . . .	115
Agendamento do tema da «revolução sexual» . . . . .	120
Contracultura, movimento <i>hippie</i> , a nudez e as imagens do corpo . . . . .	122
Mercados da sexualidade: <i>media</i> , literatura e cinema . . . . .	130
Agendamento mediático em torno da homossexualidade . . . . .	144
Agendamento mediático em torno da igualdade de género. . . . .	152
O sexo e a rapariga (mãe) solteira . . . . .	162
Outros tipos de relações para além do casamento . . . . .	165
Medicalização e psicologização da sexualidade. . . . .	166
Contraceção e planeamento familiar . . . . .	174
Aborto . . . . .	182
Divórcio . . . . .	187
Capítulo 4	
<b>Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa (<i>Modas &amp; Bordados</i> 1975-1976) . . . . .</b>	<b>189</b>
Gisela, breve retrato . . . . .	191
Agendamento mediático do tema da juventude . . . . .	193
Derrubando muros . . . . .	202
Uma cidadã sexual em construção. . . . .	206
Públicos e privados . . . . .	213
Gisela-protótipo . . . . .	216
Emancipação sexual e revolução . . . . .	219
Leitoras debatem o passado, o presente e o futuro da intimidade em Portugal . . . . .	223
Gládio entre leitoras . . . . .	227





A sexualidade na juventude .....	231
O sexo idealizado .....	232
Virgindade .....	239
Educação sexual .....	244
Casamento.....	253
Amor .....	258
«Amor livre» .....	259
Prazer sexual.....	265
<b>Conclusão.....</b>	<b>267</b>
Reivindicações feministas e homossexuais .....	268
Sexualidade pré-conjugal .....	269
Propostas eróticas no cinema e na literatura.....	272
Tendências <i>discursivas</i> : presenças e ausências .....	275
Des/continuidades na transição para a democracia .....	276
<b>Bibliografia.....</b>	<b>281</b>





## Índice de figuras, quadros, gráficos e imagens

### Figuras

- 3.1 Modelo tradicional e de vanguarda, apresentado por Kazakiewisz no seminário da FIPF, em 1975 ..... 96

### Quadros

- 3.1 Distribuição da amostra pelas 4 publicações (1968-1978) ..... 99
- 3.2 Distribuição da amostra por anos ..... 100
- 3.3 Peso de cada publicação em cada um dos três períodos analisados ..... 102
- 4.1 Número de casamentos realizados em Portugal entre 1968 e 1978 ..... 257
- 4.2 Percentagem de divórcios em Portugal por 100 casamentos (1968-1978) ..... 257

### Gráficos

- 3.1 Temas da intimidade com cobertura crescente entre 1968 e 1978 ..... 113
- 3.2 Evolução do agendamento da subcategoria *pornografia* entre 1968 e 1978 ..... 137
- 3.3 Evolução do agendamento da subcategoria *emancipação feminina/igualdade de direitos*, entre 1968 e 1978 ..... 153
- 3.4 Evolução do tema *contraceção e planeamento familiar* entre 1968 e 1978 ..... 175
- 3.5 Evolução da cobertura do tema *aborto* entre 1968 e 1978 ..... 182





## Imagens

3.1	Anúncio de casamento . . . . .	106
3.2	Destaque para tema do autoerotismo feminino na capa da <i>Modas &amp; Bordados</i> . . . . .	109
3.3	Anúncio a detergente usando o argumento da nudez. . . . .	127
3.4	Foto de <i>performance erótica/sexual em grupo</i> , correspondente a um <i>frame</i> do filme <i>História de O</i> . . . . .	129
3.5	Destaque para o tema da pornografia na capa da <i>Modas &amp; Bordados</i> . . . . .	136
3.6	Destaque para o tema da pornografia na capa da <i>Modas &amp; Bordados</i> . . . . .	136
3.7	Fotos do parto, publicadas na <i>Modas &amp; Bordados</i> e consideradas pornografia por certas leitoras . . . . .	143
3.8	Destaque para o tema do <i>machismo</i> na capa da <i>Modas &amp; Bordados</i> . . . . .	157
3.9	Artigo sobre sexualidade, originalmente publicado nos EUA . .	171
3.10	Artigo sobre contraceção publicado na <i>Modas &amp; Bordados</i> . . .	177
3.11	Destaque de capa para as resistências masculinas à contraceção na capa da <i>Modas &amp; Bordados</i> . . . . .	179
3.12	O aborto como tema de capa da <i>Modas &amp; Bordados</i> . . . . .	185
4.1	Publicação da carta de Gisela sob título «Fiz amor na noite do 25 de Abril» na secção «Esta é a minha história» na <i>Modas &amp; Bordados</i> . . . . .	190
4.2	Anúncio a tampões na <i>Modas &amp; Bordados</i> . . . . .	195
4.3	Reportagem sobre «Droga e amor aos 15 anos» publicada na <i>Modas &amp; Bordados</i> . . . . .	198-199
4.4	Cartoon <i>Heloísa</i> , por Sam, publicado na <i>Modas &amp; Bordados</i> . . .	233







*A todas as pessoas que fizeram/fazem a luta  
pela liberdade, igualdade e diversidade sexual  
e de género no nosso país*





## Acrónimos

APA	Associação de Psiquiatria Americana
APF	Associação para o Planeamento da Família
APS	Associação Portuguesa de Sociologia
CCF	Comissão da Condição Feminina
CF	<i>Crónica Feminina</i>
DL	<i>Diário de Lisboa</i>
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
EXP	<i>Expresso</i>
FIPF	Federação Internacional do Planeamento Familiar (International Planned Parenthood Federation)
JUC	Juventude Universitária Católica
LGBTI	Lésbicas, <i>Gays</i> , Bissexuais, Transgéneros e Intersexuais
MAHR	Movimento de Ação Homossexual Revolucionária
M&B	<i>Modas &amp; Bordados</i>
MDM	Movimento Democrático das Mulheres
MFA	Movimento das Forças Armadas
MLM	Movimento de Libertação das Mulheres
OMS	Organização Mundial de Saúde
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
UMAR	União de Mulheres Alternativa e Resposta
VL	<i>Via Latina</i>
WHO	World Health Organization (Organização Mundial de Saúde)





## Prefácio

*Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos* faz parte de um percurso de Isabel Freire, e de uma procura por si iniciada com a publicação do livro *Fantasia Eróticas – Segredos das Mulheres Portuguesas* em 2007 e com *Amor e Sexo no Tempo de Salazar* publicado em 2010.

Este último foi o meu primeiro contacto com a obra da autora. Andava à espera de um livro assim, havia alguns anos, e gostei muito não só do conteúdo, mas da forma de escrever da Isabel, simultaneamente alegre, colorida, rigorosa e recheada de dados, sempre baseada numa pesquisa vasta de fontes documentais e de entrevistas a atores-chave.

Nasci em 1954 e, embora só tenha tido irmãos, durante a minha infância e a minha adolescência, sempre vivi rodeado de mulheres porque a minha mãe era modista e tinha um pequeno *atelier* de costura, com cerca de 10 costureiras. E foi assim que, ao ler o *Amor e Sexo no Tempo de Salazar* centrado na década de 50, recordei muitas das conversas daquele microcosmo feminino e das conversas da minha própria mãe com outras mulheres da família, ou com as suas amigas e clientes.

Confesso, quando acabei de o ler, fiquei sempre à espera de que a autora continuasse a percorrer, no tempo, a história da sexualidade em Portugal, sobretudo na segunda metade do século xx e, nesta, as décadas de 60 e 70 por me dizerem tanto – a minha adolescência, o meu envolvimento político, o 25 de Abril e os anos imediatos que se lhe seguiram.

Ao interesse pessoal na memória destas épocas, juntava-se o meu interesse profissional, desde logo como sociólogo investigador nos temas da sexualidade e como interventor ativo, entre 1979 e 2017, na





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

APF (Associação para o Planeamento da Família) na educação sexual nas escolas e nas polémicas e debates públicos sobre os temas e políticas na área da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos em Portugal.

A sexualidade é uma dimensão, uma área, um tema cheio de temas – o corpo, o pudor, os papéis de género, a resposta sexual, a orientação sexual, as vidas amorosas, o desejo a sedução e a atração, o erotismo, as práticas sexuais, a conjugalidade, a procriação, a contraceção e o aborto, a saúde sexual, a violência e a discriminação.

Mesmo que a sexualidade seja vivida e percebida sobretudo como um tema «íntimo e pessoal», tal como todos os outros temas da nossa vida íntima e pessoal, a sexualidade é condicionada pelas e condiciona as interações micro e macrosociais.

Todas as normas morais, prescrições, limitações, repressões, transgressões, movimentos sociais, ideias e debates, leis e políticas ligadas à vida sexual são, pois, construções sociais e condicionam profundamente as nossas vidas íntimas e pessoais, as nossas identidades.

A sexualidade torna-se, assim, um reflexo e um tema da história das sociedades e das mudanças que nelas se vão operando. Estudando as nossas vivências e interações sexuais percebem-se as paisagens sociais mais vastas. Estudando as paisagens sociais mais vastas no que toca à vida sexual, mais se percebem as diferentes normas e os valores que condicionam os nossos percursos individuais, o nosso bem-estar, a nossa identidade, a nossa liberdade e os nossos direitos.

O estudo da sexualidade em Portugal, quer na sua vertente clínica quer na vertente das ciências sociais, é muito recente. Apenas se iniciou nos anos 80 do século passado e está, ainda, numa fase de formação e crescimento que têm sido acelerados nas últimas duas décadas.

No meu percurso de investigação constatei que estava por fazer a história da sexualidade em Portugal, nomeadamente na época do Estado Novo. E continua por estudar não só nessa época, mas mais ainda este período que vivemos desde o 25 de abril de 1974.

Por isso, quando por alturas de 2010 a Isabel Freire (que eu só conhecia dos livros que escrevera) me pediu para conversar comigo, e percebi um pouco mais quem era a Isabel e o que pretendia fazer (a Isabel pesquisava pessoas-chave no início do planeamento familiar em Portugal), fiquei radiante. E mais radiante fiquei quando, em 2016, tive a oportunidade de integrar o júri do seu doutoramento, e quando





## Prefácio

a Isabel me convidou para prefaciar esta obra, *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*, que se baseia na sua tese de doutoramento.

Este período histórico da sociedade portuguesa (1968-1978) é, seguramente, um dos períodos de mudanças mais intensas no nosso último século aos níveis social, político, económico, demográfico e cultural. Toda a sociedade fervilha e muda. Vivi-o intensamente.

Em 68 Salazar cai da cadeira e deixa de ser presidente do Conselho de Ministros (após 42 anos de ditadura). Marcelo Caetano inaugura a chamada «abertura marcelista» que vai ter vida curta, esmorecendo face às contradições internas da própria ditadura e à crescente oposição ao regime (nos últimos anos do marcelismo, a repressão do regime acentua-se significativamente, com sucessivas vagas de prisões de militantes, e com a militarização das universidades). A nível militar, a guerra colonial intensifica-se especialmente na Guiné e em Moçambique e o mal-estar aumenta entre os jovens oficiais cada vez mais fartos de uma guerra dura, sem fim e sem sentido. A guerra faz aumentar também o mal-estar entre os jovens em geral, nas universidades, sucedem-se as «crises estudantis» e são aos milhares os jovens que passam as fronteiras fugindo a uma guerra que não querem fazer.

Este é também um período de mudança na economia e uma nova etapa do capitalismo português, mais industrial, mais moderno, mais internacional. E este desenvolvimento económico provoca movimentos migratórios internos intensos, cercando as zonas metropolitanas de cordões de bairros da lata e de pobreza.

A própria mobilização militar promove o encontro entre jovens rurais e urbanos e de grupos sociais distintos. Finalmente, a oposição ao regime intensifica-se em todos os contextos, desde as universidades aos sindicatos, da cultura às artes, nos sectores católicos e, é claro, nas velhas e novas organizações políticas clandestinas.

Mas, a mudança não é só macro. Também no quotidiano, nos círculos de amigos, nos *media* e na cultura se está em mudança porque a sociedade portuguesa não é imune às mudanças culturais em curso no mundo. As músicas portuguesas e estrangeiras fazem críticas políticas, mas também criticam a moral dominante, os modos de viver. Movimentos protagonizados por sectores intelectuais e secundados e difundidos pela agitação estudantil, mesmo que com um alcance social limitado, chocam de frente com o puritanismo de Salazar, sustentado na hierarquia católica e a que Caetano dá continuidade. O famoso «Deus, Pátria, Autoridade».





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

Recusam-se os velhos ideais de família, os velhos papéis sexuais, o papel de «mulher ideal» e a moral sexual puritana caracterizada pelo horror ao sexo, e por um duplo padrão intenso em que a defesa a todo o custo da virgindade feminina é uma das principais bandeiras. Os relacionamentos sexuais começam a integrar os namoros juvenis. A contraceção é acedida por mulheres casadas e, com mais dificuldade, por mulheres solteiras.

A própria Igreja Católica está convulsa, atravessando um período de mudanças em que a hierarquia conservadora se enfrenta com posicionamentos dissonantes dos movimentos da Ação Católica, de muitos párocos e personalidade católicas e, já agora, de muitos professores de Religião e Moral dos liceus deste país que começam mesmo, nalguns casos, a abordar as questões da sexualidade nas suas aulas.

Deste caldeirão social irá surgir o golpe democrático do 25 de Abril de 1974 que, por sua vez, escancara as portas a muitas outras mudanças, a todas as mudanças.

É deste período que Isabel Freire nos fala nesta sua nova obra que, a seguir, comentaremos.

Em primeiro lugar, chamo a atenção para o facto de, no estudo desta época, a autora ter como *corpus* de análise 4 órgãos de imprensa escrita – O suplemento *Modas & Bordados*, a *Crónica Feminina*, o *Expresso* e o *Diário de Lisboa* – os quais vai esquadriñar rigorosamente orientada pelos seus objetivos de investigação. Ou seja, e como desde logo refere, a autora estuda, nesta época histórica, o papel dos *media* – jornais, jornalistas, fazedores de opinião – o papel dos e das intelectuais, ao fim e ao cabo, o papel das ideias, que aparecem simultaneamente como reflexos, como arautos e como atores das mudanças sociais e morais mais amplas em que se situam.

Sublinhe-se, em segundo lugar, que esta obra trata da sexualidade, ou seja, uma dimensão das nossas vidas e um tema cheio de temas e mudanças como acima referi.

E aqui, é central o papel que a Isabel Freire dá às mulheres, como protagonistas e como atoras destas mudanças, mesmo que a obra não se centre exclusivamente em discursos ou problemáticas exclusivamente femininas. Junta-se, assim, a Anthony Giddens, a Jeffrey Weeks e a outros sociólogos e historiadores da sexualidade humana que defendem a tese de que as mudanças mais profundas ocorridas no último meio século, nos comportamentos, atitudes face à sexua-





## Prefácio

lidade, foram essencialmente protagonizadas e operadas no feminino.

A obra descreve, nesta época, e a partir dos materiais estudados, a crítica emergente, e a recusa aberta dos papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres, nomeadamente a submissão aos maridos ou ao contexto doméstico, a casa e as crianças como lugares centrais de vida e de afirmação pessoal e social (já tão bem tratados no livro *Amor e Sexo no Tempo de Salazar*).

A obra descreve ainda o pensamento crítico emergente no que se refere ao controlo e à assunção do corpo feminino e, neste âmbito, o papel do controlo da fecundidade que, no discurso, tradicionalmente, é o eixo organizador de toda a vida e das biografias das mulheres.

A importância que as questões da contraceção e do aborto têm sobretudo nos anos seguintes ao 25 de Abril situam-se nesta dimensão. É referido aqui o aparecimento de novos atores sociais, como as organizações feministas e a Associação para o Planeamento da Família, que mantêm na agenda pública estes temas.

Por último, sublinharemos um outro tema abordado: o papel do Estado e a construção de políticas públicas por parte do Estado português, com dois atores públicos centrais – através da Direção-Geral da Saúde, com Purificação Araújo, que organiza a sua rede de centros de saúde onde a contraceção é (embora não universalmente) acessível nas consultas de planeamento familiar, e da Comissão da Condição Feminina onde, entre outras, Ana Vicente e Bertina Sousa Gomes organizam os primeiros estudos sobre a situação do planeamento familiar em Portugal, e os primeiros projetos de educação para a saúde nestas matérias, sendo interessante que um deles se desenvolve precisamente através da *Crónica Feminina*, a revista mais lida em Portugal em todas as épocas, e uma das revistas estudadas por Isabel Freire.

Em suma e aqui chegados, a liberdade sexual e nomeadamente a liberdade sexual das mulheres é encarada como parte de uma coisa mais vasta, de liberdades mais vastas, da liberdade de sentirmos, de decidirmos, de escolhermos as nossas vidas, de termos direito a ser diferentes. Ou seja, da reivindicação do que, muitos anos mais tarde, se passou a designar por *cidadania íntima*.

O paradigmático caso da Gisela, personagem que não se sabe ser real ou fictícia, que «perde» a sua virgindade na noite do 25 de Abril, foi uma escolha muito feliz de Isabel Freire.





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

Gisela é um estudo de caso explorado com mestria pela autora, como um grito de libertação da sexualidade feminina, num tema central dos direitos sexuais das raparigas, do direito de viverem a sua sexualidade fora do contexto obrigatório do casamento, tal como mandava a tradição moral.

Mas o caso Gisela mostra, também, o confronto entre as novas e as antigas formas de pensar a sexualidade feminina e o papel das mulheres que continuam a estar presentes na condenação da Gisela por muitas mulheres leitoras do *Modas & Bordados*.

Estes confrontos de ideias prosseguirão nos anos posteriores a 1974 e serão questões recorrentes na sociedade portuguesa nas últimas décadas. Vejam-se nomeadamente nas questões do aborto – julgamentos de Maria Antónia Palla e de Conceição Massano (que terminam já em 1979) e todos os debates sobre este tema que ainda hoje continuam. Veja-se também, já nos anos 80, as questões do direito das jovens à contraceção e da educação sexual nas escolas, ou seja, a questão da liberdade sexual dos e (sobretudo) das jovens.

Uma última nota: no período de tempo estudado existem três fases diferentes – uma primeira entre 1968 e 1974, em que, devido à própria limitação da liberdade de expressão, o debate é apenas emergente; uma segunda fase, dos anos quentes de 1974 e 1975 (e parte de 1976) em que a nova liberdade coloca tudo em aberto e, portanto, tudo é discutido; e finalmente uma terceira fase em que o debate nitidamente arrefece, talvez (digo eu) porque os debates públicos perderam lugar para a construção (mais silenciosa) de políticas de saúde sexual e reprodutiva, ou talvez porque as decisões e os debates políticos nestas áreas entram, por fim e também, no contexto partidário e parlamentar.

A história é uma ciência que nos dá esperança quando, *a posteriori*, nos mostra a enorme capacidade que as sociedades têm de se reinventar, de progredir, e de regredir para depois progredir de novo na qualidade de vida e nos direitos humanos.

E a obra da Isabel Freire é um pedaço bonito da nossa história da sexualidade, dos movimentos de ideias, e da luta pelos nossos direitos.

A terminar aqui fica um desafio à autora para que novos contributos possa trazer para esta história que ainda está tanto por fazer.

4 de Maio de 2020  
Duarte Vilar





## Introdução

Que discursos sobre as vivências afetivas, sexuais e relacionais se afirmam na imprensa escrita portuguesa, entre finais dos anos 1960 e 1970, período marcado pela transição da ditadura para a democracia? Esta é a pergunta que deu origem a uma investigação de doutoramento<sup>1</sup> desenvolvida no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, agora sintetizada nesta versão que espero ser relevante para investigadores/as com interesses pelos tópicos da cidadania, género, sexualidade, *media* e vida quotidiana. Mas não só. O agendamento mediático do corpo, dos afetos e das sexualidades há cerca de 50 anos, num momento de profunda mudança política e social no nosso país, permite a diversos profissionais (professores/as, formadores/as, educadores/as, assistentes sociais, advogados/as, juizes/as, psicólogos/as, médicos/as, enfermeiros/as, publicitários/as, jornalistas, entre outros) equacionar perspectivas da intimidade, pensadas e vividas nos nossos dias, problematizando a forma como foram (e continuam a ser) «tocadas» por múltiplas gerações.

A história da sexualidade e a história da sexologia (ou *ciência sexual*) em Portugal carecem de maior atenção. Nenhum centro de investigação se dedica exclusivamente à sua pesquisa, de forma contínua e estruturada. Há cerca de uma década, Herzog (2006) salientava o extraordinário «volume» de coisas que desconhecíamos ainda sobre a história da sexualidade na Europa, particularmente em países como Portugal. Apesar dos contributos crescentes das

---

<sup>1</sup> Intitulada *A Intimidade Afetiva e Sexual na Imprensa em Portugal (1968-1978)*, concluída em 2016, orientada por José Machado Pais e coorientada por Mary Del Priore. Foi apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/79366/2011).





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

ciências sociais, a investigação sobre os afetos e as sexualidades no nosso país no século xx, tem ainda muito caminho por fazer. Espero que este mapeamento da intimidade na imprensa portuguesa entre 1968 e 1978, ajude a problematizar matizes sociais de permanência e mudança, neste passado recente. Os afetos e as sexualidades dos portugueses na transição da ditadura para a democracia não se esgotam no estudo da *discursificação* mediática. Assim este trabalho faça parte de um mais vasto movimento no sentido da sua compreensão!

\*

O pós-Revolução dos Cravos é frequentemente descrito como um momento de «desocclusão» que fez emergir na sociedade portuguesa tudo o que estava «abafado, submerso, oculto» – «as pessoas, todas, queriam discutir tudo» (Mónica 1996, 228). Terá a intimidade feito parte da sede de debate e da utopia revolucionária deste período? Que pluralidades conjugatórias da *sexualidade* e do *amor* se inscrevem nas páginas da imprensa portuguesa (Pais 1998, 408)? Quem as reivindica? Com que sentidos?

Partindo de jornais e revistas (*Expresso*, *Diário de Lisboa*, *Crónica Feminina* e *Modas & Bordados*) publicadas entre 1968 e 1978, analiso a evolução da presença/ausência das temáticas da intimidade afetiva e sexual na sociedade portuguesa, bem como a emergência de uma discussão crítica (conservadora ou liberalizante) de certas problemáticas, nomeadamente da sexualidade pré-conjugal e do prazer sexual feminino.

O universo dos *media*, pleno de (inter)subjetividades, é detentor de um forte poder sobre toda a espécie de capital simbólico (Bourdieu 1989, 190). As agendas mediáticas influenciam e são influenciadas por outras agendas de natureza diversa, nomeadamente política, social, científica, artística, permitindo-nos perceber de forma muito ampla as tendências que se afirmam, num certo momento, seus agentes e posições (McCombs 2009).

Jeffrey Weeks (2007), investigador de referência da história das sexualidades, recomenda que se evitem certas «armadilhas» na análise das transformações ocorridas ao longo das últimas décadas. Em primeiro lugar, lembra que os comportamentos sexuais socialmente construídos não se alteram de um dia para o outro. Em segundo,





## Introdução

que as mudanças não representam uma caminhada das trevas para o iluminamento, como se a passagem de um modelo repressivo para um modelo liberalizante se fizesse a partir de um trampolim e de um simples salto. «A sexualidade não é uma propriedade que possa ser reprimida ou libertada, mas uma série de possibilidades, normas e valores historicamente configurados que podem ser reconfigurados e recombinaos [...]» (Weeks 2007, 5).

As continuidades e as discontinuidades são traçadas por *sexualidades geracionais* – formas distintas de ver e habitar mundos simbólicos diferentes a nível da intimidade, relacionados com preocupações, interesses, crises, traumas e epifanias comuns, intervenções em movimentos e eventos (sociais ou culturais), partilha de filmes, música, literatura, sentidos e estilos de vida (Plummer 2010). Estas *sexualidades geracionais* são vividas de forma *diacrónica* (cumulativamente ao longo do tempo) e *sincrónica* (com diferentes gerações coexistindo simultaneamente numa cultura). A partir destas duas dinâmicas é possível «dar conta dos momentos críticos na evolução das culturas, suas tensões e contradições inerentes» (Plummer 2010, 173).

Considerarei ambas as dinâmicas (*diacrónica e sincrónica*) na análise de conteúdo que desenvolvi da imprensa ao longo de uma década. Para o efeito, folhee e (re)bobinei (em microfilme) milhares de páginas de jornais e revistas, atenta aos títulos de artigos que remetessem para um conceito de intimidade tão amplo quanto possível. A vertente quantitativa da análise permitiu-me aceder a uma amostra de 1500 artigos, publicados em mais de 1000 edições de quatro publicações periódicas, ao longo de 10 conturbados anos. A vertente qualitativa incide sobre uma longa e conflituosa discussão entre leitoras, que ocorre entre 1975 e 1976 na revista *Modas & Bordados*, após a publicação da carta de uma adolescente (Gisela), que declara ter-se iniciado sexualmente na noite da Revolução dos Cravos. A narrativa da adolescente e a discussão que gera são exemplares da mobilização pela conquista de direitos sexuais que já existia antes de 1974, mas que o 25 de Abril vem acentuar. Problematiza-se o sentido e o valor da virgindade, do «amor livre» e do prazer sexual. Pensa-se o lugar da mulher na sociedade portuguesa e a importância da sexualidade para a construção democrática.

Tisseron (2003, 59) define a vontade de comunicar em público elementos do nosso mundo interior (do nosso ser íntimo), por





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

um *desejo de intimidade*,<sup>2</sup> que visa simultaneamente enriquecer a intimidade do indivíduo e reivindicar alterações à paisagem social e familiar. O caso Gisela é um exemplo deste *desejo de intimidade*, numa sociedade que se pode enfim pensar, manifestar e reinventar em dimensões privadas e íntimas da cidadania, após quatro décadas de rígido exercício censório e autoritário. Muito embora se reconheça no 25 de Abril de 1974 um momento de clivagem, é importante lembrar que a mudança (nomeadamente a nível da intimidade) já tinha raízes lançadas à terra entre os finais da década de 1950 e os anos 1960 (Barreto 1996; Almeida *et al.* 2001; Bebiano 2003; Wall 2005; Aboim 2006).

---

<sup>2</sup> O *desejo de intimidade* consiste em mostrar fragmentos da intimidade, cujo valor se ignora, na esperança de que essa exposição valorize/legitime tais fragmentos, tanto aos olhos dos outros como de si próprio (Tisseron 2003).





# Capítulo 1

## Enquadramento teórico-metodológico

### Objeto de estudo e *design* metodológico

Ter-se-á vivido um momento de liberalização afetivo-sexual no Portugal do pós-25 de Abril de 1974? Esta foi a questão de partida desta investigação. A ela se seguiu um dilema. Que trilha de pesquisa adotar? Petchesky (2000) diz-nos que é menos complexo «conseguir consenso para o direito de não se ser abusado, explorado, estuprado, traficando, ou mutilado no seu corpo, do que para o direito de desfrutar plenamente dele». Que dimensões da realidade focar – políticas, religiosas, jurídicas, científicas, clínicas, artísticas, mediáticas, autobiográficas ou outras – quando pretendemos identificar e interpretar sinais de mudança a nível da afirmação e emancipação dos afetos e das sexualidades num período de grande mutação política e social? Que foco preferir quando o panorama de estudos sobre a intimidade em determinado período é ainda nêvo? Se quisermos compreender a esfera da intimidade é importante que nos interessemos não só pelas instituições estatais e pela família, mas também pelos negócios privados, pela pornografia e pelos *media*, todos com um papel importante na normalização de identidades e socialização do indivíduo (Daoust 2005).

Concluí que analisar a agenda dos *media* era a melhor opção e propus-me mapear a cobertura da intimidade na imprensa do período revolucionário de Abril de 1974. Que vantagens nos traria esta análise? Desde logo, um benefício exploratório das tendências





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

marcantes na sociedade portuguesa, pois a imprensa escrita funciona como um «barómetro» de auscultação das mobilizações políticas, sociais e culturais, nomeadamente em matéria da vida íntima (Silva 2009). Pela potencialidade de introduzir novos temas ao debate quotidiano, os *media* ajudam a alterar as paisagens morais (Vilar 2003). São portadores de modelos e de identidades, influenciando a ação individual e as representações coletivas (Daoust 2005).

A análise dos *media* permitia-me, portanto, levantar a «paleta» de assuntos a que foram expostos leitores de publicações distintas num período de profundas transformações, a nível nacional e internacional. A questão de partida, ampla e abstrata, ganhava enfim maior foco e especificação: *quais os temas do largo espectro da intimidade afetivo-sexual que entraram na agenda dos jornais e das revistas portuguesas no período revolucionário de 25 de Abril de 1974?* São muitas as «agendas organizadas nas sociedades modernas», nomeadamente as de órgãos públicos, de campanhas políticas, de profissionais de comunicação e relações públicas. O processo de agendamento é comparável à estrutura de uma cebola: as várias camadas da sua casca correspondem a diversas agendas, estando no centro a dos *media*, influenciada por muitas outras, mas também exercendo influência sobre elas (McCombs 2009, 153).

Para melhor sinalizar a evolução da presença/ausência e da persistência/mudança nas abordagens da intimidade nos *media* no período revolucionário de meados dos anos 1970, impôs-se a necessidade de alongar o arco temporal. Analisar apenas o período revolucionário não facilitaria uma compreensão evolutiva, essencial em períodos de transição. Seria necessário perceber que temáticas haviam sido permeáveis ao filtro do exame prévio, ainda no Estado Novo. Embora uma comparação entre o pré e o pós-revolução tivesse limitações – por não podermos inferir se as ausências temáticas anteriores ao 25 de Abril de 1974 se deviam a cortes do «lápiz azul», a uma autocensura dos *media*, ao desinteresse dos próprios editores e jornalistas pelos temas, ou a um vazio de reflexão e debate público sobre os assuntos em causa –, valia a pena o mapeamento nos dois períodos.

Definida a importância de averiguar a agenda antes do período da revolução, optei por incluir também no arco temporal o rescaldo revolucionário. De que falavam os *media* alguns anos depois da Revolução dos Cravos? Que assuntos «aqueceram»/«arrefeceram» nas redações, passada a euforia revolucionária e instaurada a





### *Enquadramento teórico-metodológico*

democracia? Estabeleci que a análise longitudinal seria circunscrita ao período de uma década, a começar em 1968, ano marcado no plano internacional pelas revoltas estudantis (nomeadamente em França),<sup>1</sup> com propostas assinaláveis em matérias sociosexuais, e pela subsequente afirmação na Europa Ocidental de movimentos feministas. No plano nacional, 1968 marca o início da governação de Marcelo Caetano, que muitos portugueses auspiciaram vir a ser um momento de «primavera» em termos políticos e sociais. O fim do nosso arco temporal torna-se, portanto, 1978, data marcada já por alguns anos de vivência democrática.

Uma vez que pretendi conhecer as ocorrências e as frequências de um tema numa grande quantidade de dados impressos, e durante um longo período, optei por uma pesquisa quantitativa, tendencialmente explicativa. Mas apesar de o mapeamento das temáticas da intimidade na agenda mediática se apresentar um bom princípio, permitindo-me perceber as matérias que foram alvo de «destabuização» (de permeabilização ou contágio) numa imprensa habituada à censura e numa sociedade habituada ao seu silenciamento, optei por complementar a pesquisa com uma visão mais compreensiva. Efetivamente, não me interessava apenas saber de que se falava, mas o que se dizia daquilo de que se falava. Como nos lembra José Machado Pais, sociólogo com um trabalho incontornável no estudo da intimidade no nosso país, «as atitudes perante a sexualidade e as relações amorosas constituem uma das importantes dimensões do processo de mudança social das últimas décadas» (Pais 1998, 408).

---

<sup>1</sup> Esta revolta estudantil integra-se, segundo Bebiano (2003, 62), no interior de um «fenómeno complexo de rebeldia que nasceu nos Estados Unidos». Marcados por uma tendência de «questionamento do *status quo* político e social», estes movimentos vêm a ter expressão em muitas outras cidades do mundo: Tóquio, Berlim, Turim, Estocolmo (Bebiano 2003, 72). Centenas de campos universitários foram encerrados por dias e meses em França, EUA, Alemanha, Itália, Polónia, Checoslováquia, Japão, México, Espanha e Argentina (Evans 2003). Em Portugal, a crise estudantil de 1969 dá sinais do mesmo espírito de contestação da autoridade.





## A agenda da intimidade em quatro publicações periódicas (1968-1978) – método quantitativo

### Hipótese do *agenda-setting*

Esta análise de conteúdo quantitativa da imprensa inscreve-se na linha teórica da hipótese do *agenda-setting* (também conhecida por *teoria da agenda* ou *agendamento*), que defende que os temas enfatizados pelos *media* se tornam ao longo do tempo importantes para o seu público, ou seja, que a agenda de discussão mediática tem um papel determinante na definição da agenda de discussão pública (McCombs 2009). Hoje, cerca de meio século depois, seria muito difícil medir esse impacto. No entanto, a análise qualitativa do caso Gisela dá-nos pistas de reflexão acerca do que poderiam ser, para certos leitores/as e públicos, *objetos* de interesse dentro do tema da intimidade, e seus *atributos* específicos. Na hipótese do *agenda-setting*, *objeto* e *atributo* são conceitos de relevo. O *objeto* é algo para o qual a nossa opinião é dirigida, algo sobre o qual temos uma atitude ou opinião. O *atributo* é um termo que engloba «o amplo leque de propriedades que caracterizam o objeto» (McCombs 2009, 113).

A hipótese do *agenda-setting* ajuda-nos a elencar os temas que competiram pela atenção do público no período em análise, e a listar «atitudes, opiniões e comportamentos» a que os *media* deram cobertura (McCombs 2009, 12), inspirando o debate na sociedade portuguesa da época ou, pelo contrário, dando luz a um debate já existente. Designam-se por *agendamento reverso* os casos em que é a preocupação da opinião pública que estabelece a agenda dos *media* (McCombs 2009, 35). A discussão que se afirma na imprensa entre 1974 e 1976, acerca das fronteiras do erótico e do pornográfico, remete para este tipo de agendamento (*reverso*).

Nesta análise, procuro evidenciar *ciclos da atenção* dos temas da intimidade e refletir sobre as circunstâncias e os motores da sua visibilidade mediática (McCombs 2009). Segundo a teoria do *agenda-setting*, o interesse reiterado ou polémico de um meio de comunicação sobre um tema pode espelhar-se noutros meios concorrentes. Noutras circunstâncias, são a ocorrência de eventos, a manifestação de tendências ou a iniciativa dos jornalistas e editores que dão azo à afirmação na agenda mediática e, eventualmente, por arrasto,





### *Enquadramento teórico-metodológico*

à introdução na agenda pública de temas que não se revelavam expressivos. McCombs (2009, 49) refere o exemplo do *New York Times*, que na década de 1980 «descobre» o assunto das drogas, criando no público preocupações com a temática, depois de publicados mais de 100 artigos: «A decisão de colocar as drogas na agenda nacional resultou da descoberta intelectual da situação pelos jornalistas, não de uma resposta a uma mudança da situação real.»

Em qualquer momento há sempre dezenas de temas a disputar a atenção do público, mas a sociedade e as suas instituições têm um limite na atenção a dedicar-lhe, ou seja, a agenda pública é restrita: «Por muitos anos, uma declaração de que a agenda do público tipicamente incluía não mais do que cinco a sete temas a qualquer momento era aceite como uma generalização empírica» (McCombs 2009, 67). Ainda assim, evidências de estudos posteriores fazem crer que esse número é ainda menor. Razões? Tempo e capacidade psicológica do público, bem como limitações de espaço nas agendas mediáticas (McCombs 2009).

### *Corpus*

Na definição do *corpus* de análise incluí publicações generalistas, publicações com significado relevante para a população jovem/estudantil, e publicações vocacionadas para um público feminino, consideradas «um instrumento propício de produção, difusão e apropriação de conceitos de saber e poder acerca da feminilidade e da sexualidade de uma época» (Filha 2005, 3). Em concreto, os jornais e revistas escolhidos foram o *Expresso* (EXP), o *Diário de Lisboa* (DL), a *Crónica Feminina* (CF) e o suplemento d'O *Século, Modas & Bordados* (M&B).

O *Expresso* foi criado em 1973. Tratava-se de um jornal semanal, propriedade da Sojornal-Sociedade Jornalística e Editorial, SARL, fundado e dirigido nos seus primórdios por Francisco Pinto Balsemão. Com o *Expresso* afirmam-se algumas inovações relativamente à imprensa portuguesa da época: estatuto editorial, conselho de redação eleito pelos jornalistas, e conselho editorial, para o qual são convidados Mário Murteira, Ruben A., Vasco Vieira de Almeida, João Morais Leitão, Sedas Nunes e Magalhães Mota. O primeiro número sai a 6 de Janeiro de 1973 (tiragem de mais de 60 mil exemplares), não nos permitindo ter dados do período marcelista. Trata-se de





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

um semanário generalista, de referência, conotado com a Ala Liberal. Rui Bebiano (2003, 120) refere que embora pretendendo agradar a um público maioritariamente jovem e aberto, se impõe rapidamente como referência, e que a sua posição editorial (marcada no primeiro número, em 1973) vai no sentido de ultrapassar o «orgulhosamente sós», «libertar-se do provincianismo», e rejeitar «todas e quaisquer ligações [...] com o poder político e o poder económico».

O *Diário de Lisboa* (criado em 1921 e extinto em 1990) é um jornal vespertino, propriedade da Renascença Gráfica, SARL, sem indicação de tiragem nem distribuição durante a época estudada. Foi dirigido por A. Ruella Ramos, entre 1968 e 1978. É uma publicação de referência, republicana, urbana, elitista, tendencialmente liberal. A partir de 1967 oferece uma série de inovações gráficas e estilísticas, como o suplemento «A Mosca» (dirigido por Sttau Monteiro); o «Suplemento Juvenil» (dinamizado por Mário Castrim e Alice Vieira); o «Suplemento Literário» (dirigido por José Cardoso Pires), e o «Mesa Redonda», constituindo-se também por isso como o «jornal mais popular junto dos jovens» (Cardina 2008, 94).

A *Modas & Bordados* (suplemento semanal do diário *O Século*, criado em 1912, e extinto em 1977) é uma revista semanal destinada ao público feminino, propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia. Suplemento de um jornal de grande circulação, teve Maria Lamas como diretora nos anos 1940 e diretora honorária a partir de 1975. Após o 25 de Abril de 1974, «passou por mudanças editoriais significativas, privilegiando temáticas de cunho feminista» (Filha 2005, 39). Em 1975 muda o nome para *Mulher – Modas & Bordados*. Em janeiro de 1977, tinha uma tiragem de 22 560 exemplares, e era distribuída em Portugal continental e ilhas, bem como em qualquer país do mundo (mediante assinatura semestral). O último número da revista é de 2 de fevereiro de 1977 (3380), embora posteriormente se publiquem edições de tamanho reduzido, com artigos sobre moda, culinária e conselhos práticos. A *Modas & Bordados* dirige-se essencialmente a um público feminino de nível sociocultural mais elevado.

A *Crónica Feminina* (criada em 1956 e extinta em 1987) era uma revista semanal, propriedade de Aguiar & Dias, Lda, no período estudado. Foi dirigida por M. Cartaxo e tinha uma tiragem de 150 mil exemplares, em 1968. Nesta época é distribuída em Lisboa, Porto, Luanda e na ex-Lourenço Marques. Em 1968 é dirigida por





### Enquadramento teórico-metodológico

Maria Helena Dias e tem como chefe de redação Maria Carlota A. de Guerra. Recordista de vendas desde os anos 1950, a *Crónica Feminina* dirige-se «a mulheres de lugar social e formação cultural diversos» (Bebiano 2003, 91), muito embora seja predominantemente lida por um público tendencialmente popular.

Estimando que o processo de recolha e codificação de um *corpus* com várias publicações ao longo de uma década fosse muito moroso, analisei apenas seis anos no quadro do nosso eixo temporal. Um marca o início e o outro o fim da década em estudo, respetivamente 1968 e 1978. A escolha das restantes datas (1973, 1974, 1975 e 1976) relaciona-se com a Revolução dos Cravos.<sup>2</sup>

As publicações de periodicidade semanal (*Expresso*, *Crónica Feminina* e *Modas & Bordados*) foram escrutinadas a 100%, e o *Diário de Lisboa* foi analisado<sup>3</sup> em 10% das suas edições.

## Gisela, a jovem que fez amor na noite da revolução (M&B 1975-1976) – método qualitativo

O estudo de caso para análise qualitativa foi definido no decurso da análise quantitativa. Enquanto procedia ao levantamento da amostra no suplemento M&B, encontrei a narrativa autobiográfica de uma jovem de 15 anos (Gisela), a que foi dado o título «Fiz amor na noite do 25 de Abril», bem como a longa discussão entre leitoras, que se lhe segue. Estamos perante testemunhos pessoais, cartas escritas na primeira pessoa naquele momento histórico, carregadas de considerações morais, e muitas vezes fundamentadas por argumentos vivenciais. Giddens (2001, 93) destaca a importância da dimensão pessoal para o estudo da sexualidade humana, dando como exemplo o trabalho de Shere Hite, ensaio que tem por base um questionário distribuído às mulheres, nos EUA, nos anos 1970 – «um facto notável desse estudo [*The Hite Report on Female Sexuality*] e dos volumes que se lhe seguiram foi a sua ênfase em que a sexualidade não deveria

<sup>2</sup> O *Expresso* e o suplemento *Modas & Bordados* foram analisados em apenas cinco anos, pois em 1968 o primeiro não havia ainda sido criado, e em 1978 o segundo já tinha sido extinto. Ambas as faltas dificultam a análise, mas entendi que a escolha de ambas as publicações suplantava esta limitação.

<sup>3</sup> A partir de uma tabela com números aleatórios, com uma estratificação por anos.





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

ser estudada apenas através das reflexões de “especialistas” – Kinsey, Masters e Johnsons e outros –, mas abordada através das narrativas de pessoas comuns».

As cartas das leitoras em torno do testemunho de Gisela debatem um dos temas que estão no centro das transformações que têm lugar na chamada «revolução sexual» de 1960-1970, no Ocidente, ou seja, a legitimidade da sexualidade feminina, desenquadrada do casamento e da finalidade reprodutiva. Fazem-no referindo aspetos biográficos das suas autoras, seus valores e atitudes. Expressam um diálogo rico em reações emotivas a posições morais da sexualidade. A discussão em torno da intimidade afetiva e sexual da jovem Gisela é um debate muito amplo em torno do carácter público/privado da sexualidade, sua tabuização/destabuização no contexto da efervescente transição política, social e cultural, que se vivia em Portugal entre 1975 e 1976.

A perspetiva compreensiva é particularmente pertinente na interpretação e explicação de períodos de crise, contextos históricos em que se operam «transformações culturais com profundas mudanças ao nível das práticas sociais», como seja o do período estudado (Guerra 2010, 8). E particularmente relevante na descrição de fenómenos complexos, como seja o da intimidade afetivo-sexual. Facilita uma interpretação de processos dinâmicos, permite-nos analisar o fenómeno agarrado aos seus contextos locais, ajuda-nos a perceber como os participantes interpretam os seus constructos sociais (Johnson e Onwuegbuzie 2004).

### **O estudo de caso**

*Modas & Bordados* publica na edição de 14 de maio de 1975 (3300) uma carta anónima chegada à redação. Vem assinada por uma jovem, que diz chamar-se Gisela. O depoimento é incluído na íntegra, na secção «Esta é a minha história», um espaço editorial exclusivamente dedicado à divulgação de narrativas biográficas, na primeira pessoa, ou colhidas pelas jornalistas da redação. À data, M&B tem como chefe de redação Maria Antónia Fiadeiro, jornalista, recém-chegada do Brasil com uma licenciatura em Filosofia. Fundadora (com Maria Antónia Palla) da organização feminista Liga dos Direitos das Mulheres, Maria Antónia Fiadeiro teve uma participação muito relevante na luta pela emancipação feminina e





### *Enquadramento teórico-metodológico*

pela igualdade de género e uma intervenção importante no campo da saúde sexual e reprodutiva no nosso país. Integrou a Direção da APF entre 1978 e 1981, período durante o qual dirigiu desde o primeiro número (setembro de 1978) o boletim *Planeamento Familiar*. Redigiu para a Comissão da Condição Feminina o material informativo sobre contraceção divulgado sob a forma de folhetos em 1980, e quatro anos mais tarde publicou *Aborto – O Crime Está na Lei*, na coleção «Cadernos de Reportagem», pela editora Relógio d'Água. Em 2003, lançou a biografia *Maria Lamas*, tese de mestrado sobre uma das figuras femininas que marcam a luta das mulheres no Estado Novo, mas também o jornalismo no feminino, tendo dirigido a M&B entre 1928 e 1947.

Mas regressemos à carta de Gisela. Reproduzimo-la, na íntegra, como foi publicada à época:

Nasci em 1960, tenho quinze anos embora muitos me dêem mais idade. Venho de uma família burguesa, apolítica e muito obstinada. Tirei a instrução primária num colégio de freiras que eu detestava porque sempre fui muito amiga da justiça e tudo quanto via e não me agradava, tratava logo de contestar e de dizer que não queria, fosse o que fosse! Isto era um suplício para as freiras que se desculpavam, dizendo que as coisas se deviam aceitar como eram, como um sacrifício, por Deus. Deus, Deus, só me falavam em Deus e mais nada, era tudo por Deus. De qualquer modo já estava habituada e até gostava d'Ele.

Um belo dia descobri que estava para chegar um irmão! Eu tinha 7 anos. Durante os 9 meses de espera o irmãozinho querido viveu comigo, para me abandonar, logo depois de 48 horas, de ter nascido. Era tão lindo e eu amava-o tanto! Nasceu no fim das férias e quando voltei ao colégio as freiras disseram-me que ele tinha morrido por vontade de Deus. A minha reacção imediata foi gritar que odiava Deus, que ele era mau, que o meu irmão nunca lhe tinha feito mal e que eu nunca mais rezava. E não rezei! Obrigaram-me a ir à missa o que me revoltava ainda mais. Quando já tinha 9 anos acabei de receber a hóstia, saí da igreja e cuspi-a na rua.

Depois de fazer a quarta classe não me quiseram mais no colégio porque eu dava mau exemplo às outras meninas.

Um dos meus primos foi preso pela DGS quando eu tinha 12 anos. Ele tinha 16 e ao fim de um ano voltou de Caxias e a família quase que o excluiu. Era apenas uma criança e não era justo porem-no à parte, só





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

porque ele tinha sido preso. Eu achava que ele tinha sido extraordinário. Era e é socialista. Comecei a encontrar-me com ele, às escondidas, falámos muito, de tudo, de Caxias, e eu beijava-o na face, molhando-o com as minhas lágrimas. Passados 6 meses sobre o início dos nossos encontros secretos, ele quis fazer amor comigo; eu era liberal nessas coisas mas tinha 13 anos e a minha mãe com as suas ideias ainda imperava em mim. Não o fiz nessa altura, mas prometi-lhe que no dia em que eu tivesse a certeza de amá-lo que o fazíamos.

No dia 25 de Abril estava eu em Lisboa com o meu primo. Ele estava esfuziante, parecia doido, pulava, ria, gritava! Segui-o por toda a parte, ele contagiava-me, ofereci flores aos soldados, juntei a minha voz à do povo. E não sei o que nos levou a fazê-lo, talvez a sensação de liberdade, na noite de 25 para 26 de Abril, fizemos amor, até ao fim! Foi maravilhoso embora a princípio ficasse decepcionada. Tinha 14 e ele 18. Hoje, volvidos quase 12 meses estou aqui a escrever a história da minha vida. Os meus pais estão mais democratizados mas mantêm-se apolíticos.

Estão separados na vida conjugal mas vivem juntos por causa do escândalo. Discutem frequentemente. O casamento e o divórcio para mim não passam de disparates mas se estivesse no caso deles divorciava-me.

Quando acabar o quinto ano do liceu vou viver com o meu primo e emprego-me. Tiro o sétimo ano à noite, gosto de estudar. Quero ajudar o meu país a viver. Asfixiava quando o libertámos, é preciso dar-lhe oxigénio. Quero ter filhos e não os quero revoltados como eu, logo no começo da vida. Não me considero revolucionária, até porque mal tive tempo de o ser, mas não deixarei que a minha liberdade morra, a minha e a dos outros, todos devem ser livres.

Quero ajudar Portugal seja como for.

Gisela [M&B 1975, 3300].

Após a publicação da história da adolescente, dezenas de cartas com comentários, considerações e críticas chegam à redação, ao longo de cerca de 17 meses, sendo reproduzidas em 33 edições da revista, maioritariamente na secção «A Palavra às Leitoras». O debate é quase exclusivamente feminino (só um leitor se manifesta).

Segundo Maria Antónia Fiadeiro, todas as narrativas das leitoras recebidas na redação foram publicadas, muito embora tivessem sido feitos cortes na sua extensão, por uma questão de economia de espaço. Três das cartas das leitoras, que refletem alargadamente





### *Enquadramento teórico-metodológico*

sobre o caso, são destacadas em jeito de artigo.<sup>4</sup> Partem da narrativa pessoal da adolescente, mas examinam de forma mais genérica a problemática em causa. A opção por publicar estas três narrativas como se se tratassem de artigos, segue de uma política editorial genérica de promoção da leitora a correspondente, e de promoção do seu contributo a colaboração. Maria Antónia Fiadeiro, chefe de redação, fundamenta estas intenções editoriais:

As propostas de colaboração que me chegam são muitas e de diversas características: artigos, contos, relatos, poesia e até reportagem. Muitas leitoras nos pedem que façamos a crítica, quando os seus trabalhos não são publicados. Não temos de momento condições para o fazer, salvo raríssimos casos. Adoptamos as seguintes normas que esperamos as leitoras compreenderão. Todas as colaborações devem vir devidamente identificadas, assinalando a leitora quando o desejar o uso de pseudónimo. [...] As colaborações reflectem a opinião da leitora e não necessariamente da revista. A selecção é feita contudo em função da orientação da revista expressa no seu estatuto editorial, em função da qualidade. Pretendemos assim assegurar às leitoras que estabelecem contacto connosco a possibilidade de usarem toda a revista como uma tribuna, fomentando o debate, o esclarecimento, a consciência da situação e o papel da mulher na sociedade [M&B 1975, 3319].

Não existe naquilo que se torna o *Dossier Gisela* nenhuma abordagem jornalística ou editorial. A redação deixa que a polémica se desenvolva numa lógica exclusiva de envolvimento de leitoras. A duração do debate e o extenso número de comentários leva a que a M&B se sinta na obrigação de sublinhar que não teve qualquer intuito sensacionalista com a divulgação da carta de Gisela. Na entrada da peça “O problema sexual e o problema religioso” (M&B 1975, 3317) a direção da revista reconhece, no entanto, que foi ultrapassada pelo desenrolar do processo.

A história de Gisela «Fiz amor na noite do 25 de Abril», enviada à redação para mais de quatro meses, suscitou ampla polémica entre

---

<sup>4</sup> «O problema sexual e o problema religioso», assinado pela estudante Rita Dias (M&B 1975, 3317); «Fazer amor? Que fazer do amor?», assinado por Margarida de Belo Redondo (M&B 1976, 3333); «O amor não se idealiza», assinado por Lúcia Cruz Oliveira (M&B 1976, 3343).





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

as leitoras. A história transformou-se num caso e o caso num dossier. «Dossier» Gisela. Composto por muitas e muitas cartas de leitoras, umas acusando, outras compreendendo, mas não aceitando, outras compreendendo e defendendo. Durante estes meses Gisela esteve no banco dos réus. A revista foi ultrapassada pelo desencadear deste processo, já que não nos moveu nenhum intuito sensacionalista com a publicação dessa história [M&B 1975, 3317].

A longa discussão do caso só termina na edição de 27 de outubro de 1976 (3365). Apesar da polémica, a adolescente mantém o silêncio ao longo do tempo em que são discutidas pelas leitoras a legitimidade e a moralidade do seu gesto (iniciar-se sexualmente aos 14 anos, na noite da Revolução, e afirmá-lo publicamente). Numa entrevista que fiz a Maria Antónia Fiadeiro (em dezembro de 2013), a ex-chefe de redação da M&B relembra a força do testemunho, à época:

Chega por carta, escrito exactamente da forma como é publicado. É esta a memória que tenho [...]. Lembro-me de pensar: mas isto é um texto fabuloso! É uma síntese! É um acto de coragem [...]. Ela ali tocou tudo: era uma jovem, era uma virgem, tinha alguma consciência (não era uma menina balelas). Toca na igreja. Faz coincidir a liberdade colectiva com a sua própria liberdade de se entregar. É uma questão política. É a sinceridade (um valor que não é masculino, machista, político), um valor feminino, mediterrâneo, do Camus [existencialista]. Esta é a lembrança que eu tenho. E depois... a alegria, a alegria íntima, pessoal, do ser. [A carta/experiência de Gisela] tem tudo lá!

A fotografia (imagem 4.1, p. 190) que ilustra a narrativa mostra um corpo masculino vestido com vestes sacerdotais, carregando em braços uma mulher, nua, desfalecida, de cabeça pendente. Na entrevista acima citada, Maria Antónia Fiadeiro refere em relação à opção pela fotografia: «Aquela ilustração foi chocante para mim. Eu nunca a teria escolhido. [...] foi a pessoa que tinha o *dossier* das imagens que a escolheu.»

### **Um retrato das leitoras (M&B)**

Logo após a Revolução dos Cravos, num editorial intitulado «A mulher e a liberdade», apela-se à participação feminina na nova





### *Enquadramento teórico-metodológico*

fase que o país então vive: «nós, mulheres, temos também de enfrentar corajosamente a nossa verdade: é preciso, é urgente que todas as portuguesas, sem exceção, colaborem na grande tarefa que se abre perante nós, de modo a criarmos um presente e um futuro digno de nós mesmas e dos nossos filhos» (M&B 1974, 3248). A M&B passa por diversas mudanças no pós-revolução: a palavra «Mulher» é incluída no título (a partir de Julho de 1975) e os «temas e conteúdos adquirem um tom militante e feminista, com assuntos nomeadamente sociais e políticos, até então descartados» (Filha 2005, 57). Na chefia da redação, Maria Antónia Fiadeiro segue a estratégia que ela própria reconhece à ex-diretora da revista, Maria Lamas (Freire 2019b). Uma estratégia de promoção do direito à opinião, que se consolida num movimento feminista autónomo de mulheres da imprensa e de mulheres leitoras, com uma estratégia de resistência que agrega várias tendências e vários credos (Fiadeiro 2003).

No artigo «Quem nos Lê», assinado pela socióloga Maria José Paixão (M&B 1976, 3325), resumem-se as conclusões de um inquérito<sup>5</sup> a que respondem 135 leitoras da revista. O objetivo era conhecer as suas características, interesses, gostos e motivações. Vale a pena olhar para estes dados, muito embora, tal como se reconhece na peça, as conclusões da amostra não possam ser extrapoladas para o total das leitoras. Maria José Paixão refere que foram recebidas respostas de todas as faixas etárias (dos 12 aos 72 anos), indicativas de que a revista agradaria a um público diferenciado, «sendo lida por três gerações» (M&B 1976, 3325). Em matéria de instrução, a grande maioria das leitoras tinha completado ou frequentado o ensino secundário, 16% o ensino primário, e 12% dispunham de frequência universitária (ou licenciatura concluída) – um panorama otimista em relação à dura realidade de 31% de mulheres analfabetas, no nosso país, na altura. O inquérito diz-nos igualmente que, em termos profissionais, 27% eram domésticas, 22% empregadas de escritório, e em terceiro lugar, embora não se refira a percentagem, estudantes. Além delas, também há entre as respostas funcionárias públicas, operárias fabris, professoras primárias e liceais, empregadas bancárias, modistas e costureiras, «uma regente escolar, uma assistente universitária, uma jornalista, uma telefonista, uma impressora, uma químico-farmacêutica, uma analista, uma ex-repórter fotográfica e até

<sup>5</sup> Lançado a 11 de junho do ano anterior.





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

uma desempregada» (M&B 1976, 3325). No contexto da intimidade afetivo-sexual, entre os temas que as respondentes da M&B manifestaram interesse em ver tratados, destacam-se: «O problema da mãe solteira», «A exploração da mulher», o «Casamento», o «Divórcio», o «Aborto», a «Homossexualidade» e a «Prostituição».

Maria José Paixão estabelece um paralelo entre o inquérito de 1975 e outro realizado pela publicação em 1972, cujos resultados apontavam para que a leitora da M&B pertencesse «à pequena burguesia», fosse casada, tivesse filhos e uma «predileção especial pela culinária e outros afazeres domésticos» (M&B 1976, 3325). Este retrato das leitoras tirado no período marcelista difere substancialmente do retrato das leitoras realizado no pós-Revolução dos Cravos. A mulher jovem e sem filhos, e a mulher que exerce uma profissão remunerada, predominam no período democrático. As considerações de Maria José Paixão apontam também para a inclusão das mulheres operárias no perfil de leitoras da M&B em 1975 (para além das da pequena e média burguesia).

No pós-revolução, as preferências temáticas das respondentes, face aos artigos publicados nos números anteriores da revista, são as seguintes:

- «Sobre a mulher» (inclui temas da discriminação e emancipação feminina, bem como do papel da mulher na revolução);
- «Sobre o aborto e a anticoncepção»;
- «Sobre a família» (inclui a discussão da lei da família e o tema do divórcio);
- «Sobre problemas sociais»;
- «Sobre a infância e a adolescência» (inclui temas como a droga e o amor);
- «Sobre o Cinema».

Esta posição contrasta com as preferências das leitoras em 1972:

[...] os assuntos ligados ao lar foram os mais votados; depois vieram os assuntos de entretenimento (artes plásticas; cinema; música, teatro, rádio), moda e beleza. [...] Com pouca votação, mas também com importância, foram sugeridos assuntos referentes a: sexualidade; casamento e planeamento familiar; literatura; cultura geral; saúde, medicina; trabalho e religião (Filha 2005: 55).





### *Enquadramento teórico-metodológico*

Conclui Maria José Paixão que «as mulheres portuguesas estão em mudança: Os seus horizontes abrem-se. A casa e os filhos continuam a ter o seu lugar, mas os interesses [...] não se lhes limitam. Desejam conhecer o mundo que as rodeia» (M&B 1976, 3325).

## Reflexões em torno dos centros teóricos

### Saúde e direitos sexuais

Os traços marcantes da evolução do entendimento da sexualidade no Ocidente desde meados do século XX vão no sentido da sua afirmação enquanto fenómeno histórico, político e sociocultural, em construção permanente, e fundamental na busca identitária e de cidadania.

Hoje mais do que nunca a sexualidade integra os discursos públicos (através dos *media*, sistemas de comunicação, parlamentos, tribunais e outras arenas políticas globais), tendo-se conseguido desde os anos 1980, e nas sociedades em geral, importantes conquistas face à sexualidade, a nível da saúde e dos direitos humanos (Petchesky 2004).

No início do século XXI a World Health Organization (WHO) define o termo «sexualidade» como um «aspeto central ao longo da vida do ser humano», influenciado pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, económicos, políticos, culturais, jurídicos, históricos, religiosos e espirituais.<sup>6</sup> Para esta Organização Mundial de Saúde, a sexualidade pode ser «vívda e expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos». <sup>7</sup> A WHO define igualmente *saúde sexual* e *direitos sexuais*, como conceitos essenciais complementares:

[A saúde sexual é] um estado de bem-estar físico, emocional, mental e social em relação à sexualidade; não é apenas a ausência de doença, disfunção ou enfermidade. A saúde sexual requer uma abordagem positiva e respeitosa à sexualidade e relações sexuais, bem como a possibilidade de ter experiências sexuais agradáveis e seguras, livres de coerção, discriminação e violência. Para a saúde sexual ser alcançada e mantida,

<sup>6</sup> Fonte: [http://www.who.int/reproductivehealth/topics/sexual\\_health/sh\\_definitions/en/index.html](http://www.who.int/reproductivehealth/topics/sexual_health/sh_definitions/en/index.html), consultado em 11 de setembro de 2015.

<sup>7</sup> Fonte: Idem.





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

os direitos sexuais de todas as pessoas devem ser respeitados, protegidos e garantidos [WHO 2006].<sup>8</sup>

No sítio online da World Health Organization,<sup>9</sup> como contributo para a discussão sobre *saúde sexual*, afirma-se que a mesma deve ser entendida de «forma holística e positiva», requerendo: bem-estar; respeito, segurança e liberdade; acautelamento em todo o tempo de vida do indivíduo, nomeadamente na juventude e na terceira idade; diversidade nas formas de expressão sexual; o reconhecimento da influência de normas de género, papéis e dinâmicas de poder; e o seu entendimento contextualizado em termos sociais, económicos e políticos. Para a WHO,<sup>10</sup> não é possível uma sexualidade saudável se os *direitos sexuais* não forem garantidos. Entre eles, aponta-se o direito à igualdade e não-discriminação; a viver livre de punições, tratamentos degradantes ou tortura; à privacidade; a casar e constituir família de livre vontade; a dissolver o casamento; a decidir o número e o espaçamento de filhos; e a dispor de informação, educação e liberdade de opinião e expressão.

A adoção da noção de *direitos sexuais* é ainda recente. Conquistou lugar nas convenções internacionais de direitos humanos em meados da década de 1990, após prolongadas lutas – é também este o momento em que se desenvolvem ideias sobre direitos reprodutivos e sexuais, que inspiram a defesa e a inclusão das minorias sexuais (Petchesky 2004).

Durante a década de 1990 a nova terminologia [saúde sexual] vai ganhar força internacional, nomeadamente pela aprovação da Carta dos Direitos Sexuais e Reprodutivos pela IPPF (a principal agência internacional de planeamento familiar). [...] os conceitos de saúde sexual e de saúde reprodutiva [...] são considerados direitos individuais, independentemente da idade, género, orientação sexual, religião ou etnia; não se limitam aos casais casados e heterossexuais; abrangem a fecundidade e a sexualidade; envolvem o acesso à informação e aos serviços de saúde; e implicam uma abordagem interdisciplinar e não somente

<sup>8</sup> Fonte: Idem.

<sup>9</sup> Fonte: [http://www.who.int/reproductivehealth/topics/sexual\\_health/conceptual\\_elements/en/](http://www.who.int/reproductivehealth/topics/sexual_health/conceptual_elements/en/), consultado em 11 de setembro de 2015.

<sup>10</sup> Fonte: [http://www.who.int/reproductivehealth/topics/sexual\\_health/sh\\_definitions/en/index.html](http://www.who.int/reproductivehealth/topics/sexual_health/sh_definitions/en/index.html), consultado em 11 de setembro de 2015.





### Enquadramento teórico-metodológico

médica, representando a consagração, em documentos de política internacional e em orientações técnicas, de um conjunto de temas e expectativas que constituem importantes referências para a produção das políticas sexuais à escala nacional [Vilar 2009: 12-13].

O livro de David Evans – *Sexual Citizenship* (1993) – é pioneiro na teorização do conceito de cidadania sexual, num momento em que campanhas internacionais lutam por *direitos sexuais* e de género na agenda mundial, através das Nações Unidas, do Movimento Mundial das Mulheres, da UNICEF, de movimentos *gays* e lésbicos, entre outros (Plummer 2012). Rosalind Petchesky, citada por Plummer (2012), refere que a expressão *direitos sexuais* é reconhecida de forma pioneira (apesar de controversa) na IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Organização das Nações Unidas), em 1995, em Pequim.<sup>11</sup> Até à década de 1990, as palavras «sexualidade» ou «sexual» não surgiam em documentos internacionais intergovernamentais – à exceção da Convenção dos Direitos da Criança (de 1989), que previa o combate à exploração e abuso sexual infantil (Girard 2008). As referências eram até então apenas indiretas, através de temas como o casamento ou o planeamento familiar, ou seja, circunscritas a contextos heterossexuais conjugais e reprodutivos. Citando um estudo intitulado *The Sexual Citizen* (de David Bell e Jon Binnie, dois autores que analisaram o lugar da sexualidade na teoria política e social) Plummer (2003a) sublinha que – mesmo no início do século XXI – o

<sup>11</sup> No parágrafo 96 da Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, pode ler-se: «Os direitos humanos das mulheres incluem o direito a ter controlo e decidir livre e responsabilmente sobre questões relacionadas com a sua sexualidade, incluindo a saúde sexual e reprodutiva, livre de coerção, discriminação e violência [...]». Do parágrafo 96 da citada Declaração, consta: «[...] atenção deve ser dada à promoção das relações de género mutuamente respeitadas e equitativas e, particularmente, à garantia das necessidades educacionais e de serviços dos adolescentes, para que possam lidar de forma positiva e responsável com a sua sexualidade. A saúde reprodutiva ilude muitas pessoas no mundo devido a fatores como: níveis inadequados de conhecimento sobre a sexualidade humana e inadequada ou má qualidade de informação e serviços de saúde reprodutiva; prevalência de comportamentos sexuais de risco; práticas sociais discriminatórias; atitudes negativas em relação às mulheres e meninas; poder limitado que muitas mulheres e meninas têm sobre suas vidas sexuais e reprodutivas. Os adolescentes são particularmente vulneráveis por causa da sua falta de informação e acesso aos serviços relevantes na maioria dos países». Fonte: [http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao\\_beijing.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf), consultado em 17 de outubro de 2015.





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

sexual era repetidamente minimizado/desvalorizado.<sup>12</sup> E que a política precisava de ler e escutar as diferentes formas de viver a vida, bem como de reconhecer direitos e responsabilidades a novos «grupos de intimidade», fossem eles de cidadãos ou cidadãs LGBT, «barrigas-de-aluguer», «fetichistas», «sodomasoquistas», entre outros<sup>13</sup> (Plummer 2001, 10).

À semelhança do que aconteceu na chamada «revolução sexual» de 1960/70 – marcada por movimentos como o feminista e o gay/lésbico – a «elaboração real e simbólica da sexualidade» faz-se muitas vezes com base em reivindicações de grupos específicos (Daoust 2005, 12).

Nos dias de hoje, a intimidade afetiva e sexual ganhou uma importante e inquestionável centralidade. Os indivíduos interrogam-se sobre como querem viver, como querem educar os filhos, como querem lidar com o próprio corpo, como querem relacionar-se enquanto seres do seu género, como querem desenvolver-se como pessoas eróticas (Plummer 2001). Trata-se de uma mudança social profunda. Deu-se uma revolução na vida de todos os dias, uma democratização da vida íntima, com implicações inquietantes e inconclusas para as relações entre as paixões privadas e a vida pública. Entre as principais transformações, aponta-se a pluralização das famílias, a ampliação dos direitos reprodutivos, a luta contra a discriminação em função da orientação sexual, o reconhecimento da diversidade na identidade de género, e na legitimidade da sua autodeterminação, a perseguição ao abuso e à violência sexuais. Claro que este não é um panorama extensível a todas as geografias. Infelizmente há muitos países onde os direitos sexuais e reprodutivos mais «básicos» estão muito longe de garantidos. Em muitos lugares assistimos hoje atemorizados a um retrocesso, à afirmação de políticas que pretendem abolir direitos já adquiridos, promovendo discursos que fazem o elogio da misoginia, do machismo, do sexismo, da homo, bi e transfobia.

Apesar de as transformações socioculturais contemporâneas terem provocado a erosão da fronteira entre público e privado, criando possibilidades para formas de vida íntima mais plurais e

<sup>12</sup> Kenneth Plummer usa a palavra «trashed».

<sup>13</sup> Em diversos países europeus, os praticantes de BDSM (Bondage, Disciplina, Sadismo e Masoquismo) fazem paradas de orgulho sadomasoquista, contestando o estigma parafilico (definido pelo DSM da APA) e reclamando o direito a se assumirem no contexto de uma identidade sexual minoritária.





democráticas, os caminhos de aproximação a uma *cidadania da intimidade* estão longe de concluídos. Essa é uma tarefa que cabe aos políticos e aos ativistas, mas também aos cientistas sociais (Giddens 2001; Plummer 2001; Reiss 2006).

## **Afirmação do social no sexual**

No início do século xx, entre os criadores da ciência sexual (*sexualwissenschaft*) existia já a convicção de que seria necessário contemplar no estudo da sexualidade dados sociais, culturais e históricos, para além dos dados biológicos e psicológicos – Iwan Bloch (1872-1922) é uma das vozes que defendem esta perspetiva multidisciplinar da sexologia (Vaz 2003).

Genericamente, os sexologistas da primeira metade do século xx cartografaram a fisiologia do desejo sexual e suas diversas práticas, os psiquiatras ouviram as confissões de fantasias sexuais dos clientes, os demógrafos estudaram a fertilidade humana, mas outras dimensões da intimidade (sociais, culturais, históricas) não foram valorizadas (Seidman 2010). A sexualidade entendia-se como um fenómeno essencialmente natural, analisável numa perspetiva biológica, médica e psicológica.

*A vida amorosa*, em todo o seu mistério, é dificilmente definível, fugidia às racionalizações. [...] Mas nem por isso deixa de ser sondável ou sociologizável. Estranho é que a sociologia tenha desprezado ou deixado à margem este universo que a todos nos toca, tão afectuosamente, até mesmo aos sociólogos [Pais 1998, 407].

Sexo e morte – aspetos fundamentais da humanidade – foram até há poucas décadas mantidos na sombra do escrutínio sociológico, por alegadamente serem factos biológicos (Hawkes 2004). Tradicionalmente, as ciências sociais, nomeadamente a sociologia, tenderam a encarar as experiências afetivo-sexuais como subjetivas, relegando-as para uma esfera de análise entendida como incómoda, ou seja, a esfera da vida privada [Illouz 2009].<sup>14</sup>

<sup>14</sup> Note-se que questões associadas à sexualidade integraram a tradição da sociologia alemã, nomeadamente os trabalhos de Simmel e Elias, onde é





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

Os estudos de Alfred Kinsey publicados entre 1948 e 1953, respetivamente *Sexual Behavior in the Human Male* e *Sexual Behavior in the Human Female*, marcam um parêntesis na sua época, levando a sexualidade a ser estudada com a ajuda de técnicas sociológicas (quantitativas e qualitativas), e explicada através do contexto social (Guasche e Osborne 2003).

A partir da segunda metade do século xx a sexualidade começa a afirmar-se um assunto social. Da década de 1970 em diante inicia-se um «processo de intensíssima produção intelectual sobre a sexualidade em seus mais diversos aspectos e dimensões» (Duarte 2004, 61). Instala-se entre a pesquisa académica, o ativismo político e as políticas públicas, uma interação muito dinâmica relativamente ao domínio das vivências íntimas afetivo-sexuais. Começa-se a questionar, não mais o que é a força interna que cria o desejo, mas sim o que o provoca, organiza e interpreta, enquanto atividade social.

Até épocas recentes e salvo contadas exceções, a demografia, a história, a sociologia e a antropologia ocuparam-se da sexualidade de modo tangencial e generalista. É preciso esperar pela década de 1980 (e pela influência académica dos movimentos feminista e *gay*) para que as ciências sociais desenhem um olhar específico e direto sobre a sexualidade. A teoria feminista, a crítica *gay*-lésbica (institucionalizadas nas universidades anglo-saxónicas como *Women's studies* e *Gay and Lesbian Studies*), e sua influência nas ciências sociais marcam um ponto de inflexão a respeito do modo como estas contemplam a sexualidade. Desde os anos oitenta a sexualidade converte-se num objeto legítimo de estudo sociológico [Guasch e Osborne 2003, 12-13].

A suposta base natural do género e da sexualidade é questionada principalmente por três aproximações disciplinares: a pesquisa social da intimidade afetiva e sexual, pelos contributos de sociólogos (como John H. Gagnon, William Simon e Kenneth Plummer, influenciados pelo interacionismo simbólico); a teoria psicanalítica (nomeadamente por autores como Jacques Lacan, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Guy Hocquenghem, e por feministas como Juliet Mitchell, Jessica Benjamin e Nancy Chodorow); as análises históricas

---

possível «reconhecer uma valoração da vida sexual como dimensão importante das forças subjectivas em jogo na dinâmica social» (Duarte 2004, 57).





### Enquadramento teórico-metodológico

de Michel Foucault, Randolph Trumbach, Robert Padgug, Jeffrey Weeks, John D’Emilio, Estelle Freedman, e o trabalho antropológico de autores como Gayle Rubin, Esther Newton, Gilbert Herdt, Peter Fry e Carole Vance (Corrêa *et al.* 2008).

Entre as investigações que marcam determinantemente a afirmação teórica da construção social da sexualidade está *Sexual Conduct: The Social Sources of Human Sexuality*, livro publicado em 1973, nos EUA. Os seus autores, os sociólogos John H. Gagnon<sup>15</sup> e William S. Simon fizeram ambos carreira no Kinsey Institute of Sex Research.<sup>16</sup> A par do trabalho dos dois teóricos dos *scripts* sexuais, surgem nos anos 1970 publicações como o *Journal of Homosexuality* (1974), *Women’s Studies* (1974), *Signs* (1975) e *Sex Roles* (1975), que trouxeram ao público os primeiros artigos importantes sobre a história dos papéis, atitudes e práticas sexuais (Garton 2009).

*Sexual Conduct* – primeira teorização *construtivista* da sexualidade – reclama a necessidade de «olharmos» para o fenómeno sexual a partir de um prisma social, cultural e histórico (variável segundo fatores como o género, a idade e a origem socioeconómica dos indivíduos). «Para Gagnon e Simon (1974), atos, sentimentos e partes do corpo não são sexuais em si mesmos, mas tornam-se através da aplicação dos *scripts* socioculturais, que os imbuem de significado sexual» (Jackson e Scott 2010, 13-14).

A perspetiva *construtivista* da sexualidade defendida por Gagnon e Simon opõe-se à perspetiva *essencialista*, que entende a sexualidade humana como um fenómeno exclusivamente predeterminado pela natureza e regido por princípios absolutos.

Nas trincheiras do essencialismo viceja a convicção de que há algo inerente à natureza humana, inscrito nos corpos na forma de um instinto ou energia sexual, que conduz as ações [Heilborn 1999, 9].

Collin (1991, 312) qualifica o *essencialismo* como uma «metafísica dos sexos», que «afirma uma diferença essencial, ou mesmo natural,

---

<sup>15</sup> John Gagnon apresentou uma comunicação intitulada «The Kinsey Reports and Researching Sex in the Post Kinsey Period: Changing Science and Changing Justifications», no 10.º Congresso Internacional da Federação Internacional de Sexologia Clínica, que teve lugar no Porto (Portugal), em 2010, organizado pela Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica.

<sup>16</sup> Atualmente Kinsey Institute for Research in Sex, Gender and Reproduction.





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

entre as mulheres e os homens, definindo as suas respectivas especificidades». Esta visão, apelando à compreensão do sexual por via biológica e médica, prevaleceu até aos anos 1970, apesar da existência de estudos empíricos na primeira metade do século xx, que nos remetiam já para uma compreensão social da sexualidade, tanto na sociologia como na antropologia. A título de exemplo, note-se a obra de Bronislaw Malinowski, particularmente *Sex and Repression in Savage Society* (1927) e *The Sexual Life of Savages in North-Western Melanesia* (1929), bem como os trabalhos de Margaret Mead, em concreto *Sex and Temperament in Three Primitive Societies* (1935), ou ainda a sociologia de Gilberto Freyre, pela abordagem da sexualidade na análise da cultura brasileira, nomeadamente em *Casa Grande e Senzala* (1933).

O *construtivismo* problematiza a universalidade do instinto sexual, propõe a existência de formas específicas de sexualidade, com significados (ou teias de significado) distintos, em função das culturas, dos grupos populacionais, do sistema de parentesco e de género, das classificações etárias, da estrutura de privilégios sociais e de distribuição de riqueza (Heilborn 1999).

A problemática *essencialismo-construtivismo*, que dominou os estudos da sexualidade entre 1970 e 1990, mobilizou cientistas para uma arena de debates teóricos sobre a natureza da sexualidade e sobre como ela operou ao longo do tempo (Garton 2009; Plummer 2012). Atualmente, muitos autores de sociologia, antropologia e história apresentam propostas que apontam no sentido de uma visão combinada, alternativa a este modelo binário que opõe *essencialismo* e *construtivismo*: «Mais recentemente historiadores procuraram ultrapassar esta dicotomia para teorizarem como as identidades e as práticas sexuais podem ser simultaneamente históricas e trans-históricas [...]» (Garton 2009, 21-22).

No prefácio da edição de 2005 de *Sexual Conduct*, Plummer defende que hoje em dia, mais até do que há 40 anos, é preciso alerta e sentido crítico para com a «tirania do biológico» em matéria de sexualidade. Nas últimas três décadas ocorreram reformas políticas e legais importantes na maioria dos países. Portugal aprovou a auto-determinação da identidade, expressão de género e a proteção das características sexuais, inaugurando uma nova etapa na forma de pensar o género, mais diversa e livre, inscrita agora numa lógica identitária e de direitos humanos, desgarrada de diagnósticos clínicos. Esta legislação veio interditar a realização de cirurgias de modificações





### Enquadramento teórico-metodológico

do corpo a pessoas intersexo menores de idade, salvo em situações de risco comprovado para a saúde (Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto).

Mas as concepções *essencialistas* da sexualidade continuam a proliferar em muitos contextos no mundo, nalguns casos de forma preocupante, reabilitando discursos que reforçam lógicas exclusivamente binárias do género, e reabilitam concepções muito formatadas (e repressivas) dos seus papéis na sociedade, nas famílias, nas relações afetivas e sexuais. «Hoje, como no passado, os discursos e as evidências científicas são mobilizados constantemente para estudos académicos e *media* no sentido de “provar” a marca natural do comportamento sexual humano e a sua intrínseca conexão com a reprodução» (Corrêa *et al.* 2008, 29-30).

Moita (2003, 96-97) lembra que a medicina e a psicologia «foram (e, nalguns casos, continuam a ser) disciplinas fortemente responsáveis pela manutenção de posições de marginalização e discriminação que vão do heterossexismo à homofobia, à bifobia e à transfobia», justificados por supostas noções do que é normal e natural em sexualidade – lésbicas, *gays* e bissexuais foram equivocadamente classificados doentes nas listas de patologias mentais como o DSM (da Associação de Psiquiatria Americana) até 1973. Denúncias recorrentes apontam a persistência – assustadora, diga-se – de clínicos (psicólogos e psiquiatras) investidos ainda hoje no infundado, aberrante e lesivo pseudotratamento da homossexualidade.

Apesar das prevalências *essencialistas*, entre o início do século xx e o início do século xxi, a sexualidade libertou-se de um enquadramento marcadamente «natural», passando a ser entendida como um fenómeno multifacetado e multi-influenciado, central para a construção da identidade e da cidadania... entrando claramente na agenda das ciências sociais e dos direitos humanos.

## A sociologia da sexualidade

Guasch (e Osborne 2003) define a sociologia da sexualidade como uma área de estudos que se ocupa da compreensão do que é a sexualidade, de descrever que espaços e tempos tem adjudicados, que atores os executam, de que modo o fazem, com que razões, e com que consequências sociais. «Investigar sobre sexo é, em parte, investigar sobre conflito e controlo social» (Guasch e Osborne 2003, 5).





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

No início do século XXI, os instrumentos teóricos e conceituais deste campo sociológico estavam ainda, segundo Weis (2002), numa fase da sua infância: era pouca a investigação sobre sexualidade orientada para testar hipóteses teóricas, e poucas as teorias testadas empiricamente. No XVII Congresso da International Sociological Association (Gotemburgo, Suécia, 2010), o comité de investigação em *Teoria Sociológica* propôs uma sessão de debate sobre o tema – «Teorizando a sexualidade sem advocacia» –, organizada por Giuseppe Sciortino (Universidade de Trento, Itália). A fundamentação para a criação deste fórum foi justificada *online*<sup>17</sup> da seguinte forma:

Uma grande parte das pesquisas atuais em sociologia da sexualidade é justificada por pressupostos políticos ou ideológicos, em vez de ser justificada por argumentos enraizados em problemas analíticos. A maioria dos argumentos são moldados por preocupações de defesa das minorias sexuais, ao invés de se tentar compreender a sexualidade de forma mais generalizada, enquanto dimensão fundamental da vida social.

Ira Reiss (2006), sociólogo norte-americano que se bate desde os anos 1950 contra a relutância académica em aceitar que o estudo da sexualidade é cientificamente válido e socialmente relevante, defende que a posição do cientista deve ser de participação e envolvimento face aos problemas sociais que investiga. Caso contrário, abdica do seu legítimo poder de decisão, deixando nas mãos da política a escolha de caminhos, sobretudo em domínios tão sensíveis como o da intimidade. A assunção dos próprios valores é particularmente importante em cientistas sociais que analisam a sexualidade, defende Reiss (2006): estudando temas controversos (o aborto, a pornografia ou outros), a consciência da posição do investigador permite-lhe maior alerta para os perigos de um eventual enviesamento da análise.

Embora as primeiras tentativas formais de constituição teórica do campo sociológico da sexualidade tenham já mais de quatro décadas, o debate em torno da sua pertinência e legitimidade mantém-se vivo. A sociologia da sexualidade prosperou em muitos países, produziu investigações, e foi ensinada nas universidades, nomeadamente em Inglaterra e EUA (Jackson e Scott 2010). Em Portugal, os

---

<sup>17</sup> Site do XVII Congresso da ISA: <http://www.isa-sociology.org/congress2010/rc/rc16.htm>, consultado em 13 de janeiro 2012.





### *Enquadramento teórico-metodológico*

universos da vida amorosa e sexual foram até quase final do século XX «desprezados» pela análise sociológica (Pais 1998) e mesmo os estudos sobre comportamentos sexuais e VIH/SIDA só se iniciaram nos anos 1990, uma década depois de terem começado a desenvolver-se noutros países do Ocidente (Ferreira e Cabral 2010). A Associação Portuguesa de Sociologia promoveu eleições em outubro de 2011 para a constituição de uma secção designada por *Sexualidade e Género*. Os motivos apontados foram o número crescente de investigações desenvolvidas neste domínio, nos anos anteriores.

No início do século XXI a situação dos investigadores da sociologia da sexualidade é «radicalmente diferente» do que era nos anos 1970. São hoje diversos os títulos de revistas científicas que se dedicam à divulgação de estudos sobre a sexualidade humana, numa perspetiva sociológica e/ou multidisciplinar. Proliferaram livros, leitores, conferências, revistas e investigações: a sexualidade já não é um assunto minoritário ou marginal (Plummer 2004). De facto, a investigação em torno da sexualidade teve uma evolução positiva, ganhando fundos, profissionais, respeitabilidade e legitimidade pelo mundo, sobretudo a partir dos anos 1990.

Apesar de nas últimas três décadas o interesse da sociologia pela intimidade ter crescido significativamente, em certos contextos académicos é ainda vista como um objeto de estudo «menor», como «trabalho sujo»,<sup>18</sup> algo «socialmente necessário, que a sociedade apesar disso marginaliza» (Irvine 2014).

Por um lado, têm-se expandido nas últimas décadas locais para a pesquisa académica, muitas pessoas estão ansiosas pelo conhecimento que os pesquisadores da sexualidade produzem, e em alguns círculos o campo é respeitado, chegando mesmo a estar na moda. Por outro, os pesquisadores da sexualidade têm tentado ao longo de mais de um século estabelecer legitimidade académica face a profundas ansiedades culturais sobre o seu tema de estudo [Irvine 2014, 633].

Irvine baseia a sua teoria em evidências históricas, inquéritos a investigadores da sociologia da sexualidade (nos EUA), e numa análise de conteúdo de artigos publicados entre 1995 e 1997 e entre 2005 e 2007 nas revistas *American Journal of Sociology*, *American*

<sup>18</sup> «*Dirty work*».





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

*Sociological Review* e *Social Problems*. A investigação sobre sexualidade lutou durante longo tempo pela legitimidade académica e profissional (Irvine 2014). Os sexologistas do século XIX enfrentaram o escárnio, a chacota, e muitos cientistas proeminentes em meados do século XX reconheceram que tinham sido desencorajados pelos seus mentores, pois a carreira de investigação em sexualidade era muitas vezes vista como «frívola», quase «voyeurística», sem seriedade (Irvine 2014). Em meados dos anos 1990, Weeks (e Holland 1996) defendia que os investigadores da sexualidade estavam menos sujeitos a enfrentar formas explícitas de censura do que no passado, mas que uma atmosfera de ansiedade, lascívia e humor nervoso continuavam a envolver a temática. Também Vance (1995) sublinhava, na mesma altura, que a sexualidade ainda ocupava um lugar «marginal» na investigação antropológica, e que o seu estudo gerava desconforto, sendo poucos os departamentos de pós-graduação a oferecer treinamento em seu torno.

Citando alguns dos sociólogos que responderam ao seu inquérito, nos EUA, Irvine (2014) aponta situações frequentes de desincentivo de estudos por parte dos departamentos, de apologia a que se enfatizassem aspetos não-sexuais das pesquisas, e de recomendações para que os investigadores se abstivessem de usar palavras muito específicas da sexualidade nos títulos da sua produção científica. Além disso, enfatiza a maior dificuldade para investigadores da sociologia da sexualidade na obtenção de fundos para os seus estudos. À semelhança de Irvine, também Okami (2002) diagnosticava no início do século XXI diversos problemas associados à pesquisa da sexualidade, nomeadamente maior dificuldade em obter um emprego na academia (ou conseguir promoção na carreira), em conseguir financiamento para a pesquisa científica e em ser aceite para publicação nas mais conceituadas revistas (a não ser que o tema diga respeito a aspetos altamente negativos da sexualidade como a doença, o abuso sexual ou a violação).

## ***Discursificação da sexualidade***

N'A *História da Sexualidade*, obra publicada em França em 1976, Michel Foucault procedeu a uma série de análises históricas e a um inventário de discursos da sexualidade que se constituíram como





### *Enquadramento teórico-metodológico*

regimes de verdade, desmontando a vontade e a intenção estratégica na sua origem. Para Foucault, a sexualidade é um constructo histórico. E o que o filósofo pretende é analisar as *discursividades* em seu torno, uma vez que a nossa relação com a realidade se organiza precisamente através do discurso, das estruturas da linguagem e da ideologia (Corrêa *et al.* 2008). O pensador que marca o estudo da sexualidade na segunda metade do século XX entende esta dimensão da realidade humana como um instrumento de conceção do poder, tornado crucial na forma como as sociedades modernas controlam os seus cidadãos e cidadãs, e contribuindo para a ascensão daquilo que designou por uma *sociedade disciplinada* (Seidman 2010).

Nas forças armadas, nas igrejas, nos hospitais, nas fábricas e nas escolas, um tipo de organização social exerce controlo estrito sobre os nossos corpos, tendo por objetivo geri-los cuidadosamente no espaço e no tempo, a partir de uma enorme vigilância e supervisão dos corpos, julgamentos sobre o que é normal, utilizados para controlar o indivíduo [Seidman 2010, 31-32].

O conceito de *biopoder* de Foucault representa uma nova forma de poder fundamental nas sociedades ocidentais, enraizado sobretudo em disciplinas como a sexologia e a demografia, mas também em áreas como a das políticas sociais e dos serviços, na resposta a questões ligadas à sexualidade e à reprodução (Corrêa *et al.* 2008).

A tradicional *hipótese repressiva* referente à época vitoriana – segundo a qual a sexualidade teria sido sujeita a uma tremenda repressão, invisibilidade e mutismo – é fortemente contestada por Foucault, que questiona este pressuposto quanto à sua «evidência histórica»:

[...] não pretendo afirmar que o sexo não foi proibido, ou impedido, ou mascarado, ou menosprezado, desde a idade clássica; não afirmo sequer que o foi menos a partir desse momento do que antes. Não digo que a interdição do sexo é um logro; mas que é um logro fazer dela o elemento fundamental e constituinte [...] [Foucault 1994 [1976], 17].

A repressão sexual é recolocada numa economia geral dos discursos sobre o sexo nas sociedades modernas, desde o século XVII. Mais do que evidenciar «permissões» e «interdições», o filósofo





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

francês pretende determinar, em termos operativos e motivacionais, o «regime de poder-saber-prazer que entre nós sustenta o discurso sobre a sexualidade humana» (Foucault 1994 [1976], 17). Para o efeito, foca-se na «discursificação» do sexo: tenta evidenciar as formas, os canais e as técnicas polimorfos do poder, sejam elas de recusa, barragem, desqualificação ou de incitamento e intensificação, para penetrar e controlar o prazer quotidiano dos indivíduos.

Na produção dos discursos, Foucault (1994 [1976], 18) distingue instâncias de poder e instâncias de saber, salientando que as primeiras têm às vezes por função «interdizer» e as segundas fazem muitas vezes «circular erros ou ignorâncias sistemáticas». O seu objetivo é fazer a história destas instâncias e das suas transformações. Diz-nos que a partir do século XVII, nas sociedades ocidentais, os discursos sobre sexo (diferentes na forma e no objeto) não pararam de proliferar. O incitamento a que se falasse da sexualidade humana sofre uma «fermentação» e uma «explosão» discursivas, sobretudo do século XVIII em diante, devido a fatores políticos, económicos e técnicos. A sexualidade é construída e regulada através de quatro «dispositivos específicos de saber e de poder»: «a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização dos comportamentos procriadores e a psiquiatrização do prazer perverso» (Foucault 1994, 107-108). Estas quatro figuras (a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano, o adulto perverso) crescem durante o século XIX, como objetos privilegiados de saber. O corpo da mulher é entendido pela ciência como saturado de sexualidade (também pelo imperativo da reprodução), daí a necessidade da sua atenção e tratamento médico; a sexualidade das crianças, embora vista como natural, é considerada perigosa, necessitando de vigilância e controlo; em relação aos casais afirma-se uma responsabilização da fertilidade, incentivada ou desaconselhada em função das necessidades da própria sociedade; e finalmente, quanto ao adulto perverso, isola-se o instinto sexual como fenómeno, identificam-se, categorizam-se, medicalizam-se e sujeitam-se a terapia corretiva as chamadas «anomalias» (Girard 2008).

Foucault (1994 [1976], 40) considera que «[...] seria um erro ver na proliferação dos discursos um simples fenómeno quantitativo, [...] como se o facto de se falar fosse em si mesmo mais importante do que as formas de imperativos que lhes impomos ao falar». Importa por isso analisar a *discursificação*: o facto de se dizer, as instituições





### Enquadramento teórico-metodológico

promotoras dos discursos, os agentes que os proferem, os canais em que são veiculados e os pontos de vista apresentados. O facto de se dizer e de não se dizer. Até porque «não há *um*, mas vários silêncios, e eles fazem parte integrante das estratégias que subentendem e atravessam os discursos» [Foucault 1994 (1976), 31].

O que é próprio das sociedades modernas não é o terem votado o sexo a permanecer na sombra, é o terem-se dedicado a falar sempre dele, salientando-o como o segredo [Foucault 1994 [1976], 40].

É preciso determinar as diversas maneiras de não dizer. É preciso perceber como se distribuem os que podem ou não falar delas. O tipo de discurso autorizado e a discricção exigida para uns e outros. Estabelecem-se «regiões de tacto e discricção» na conversa sobre um tema, «entre pais e filhos, por exemplo, ou educadores e alunos, senhores e criados» (Foucault 1994 [1976], 21-22). Para o filósofo, a análise da sexualidade não deve partir das instâncias de produção discursiva (as instituições, as estruturas), mas dos próprios discursos, situados no tempo e no espaço. Partindo destas narrativas podemos analisar relações de «poder» e «saber», atuantes, articuladas e coexistentes (Foucault 1994 [1976], 100).

Dos séculos XVIII e XIX em diante afirmam-se centros na *discursificação* do sexo como a medicina, psiquiatria, justiça penal, pedagogia, demografia, psicanálise. A sexualidade é falada em contextos variados, como sejam a família, a escola, o trabalho, a cirurgia médica, a clínica, o asilo e a prisão – uma «multiplicidade de discursos produzidos por toda uma série de aparelhagens, que funcionam em instituições diferentes» (Foucault 1994 [1976], 37). O sexo é não só objeto de lei e interdição, mas também de verdade e de falsidade. Desenvolve-se o projeto de uma *scientia sexualis*, que organiza e unifica as diversas experiências somáticas numa entidade chamada sexualidade (Seidman 2010).

Em vésperas da Revolução Industrial, os demógrafos começam a analisar «a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de as tornar fecundas ou estéreis, o efeito do celibato ou das interdições, a incidência das práticas contraceptivas» – está em causa uma «análise dos comportamentos sexuais, das suas determinações e dos seus efeitos, na fronteira entre o biológico e





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

o económico» (Foucault 1994 [1976], 29-30). O sexo torna-se um «valor em jogo» e um «valor público» entre o Estado e o indivíduo.

As múltiplas sexualidades formam um «correlativo de procedimentos definidos pelo poder» e o seu encadeamento é garantido e prolongado desde o século XIX pelo lucro económico (que beneficia a medicina, a psiquiatria, a prostituição, a pornografia), numa associação entre os saberes que analisam o prazer, e o poder que o controla (Foucault 1994 [1976], 41). Inextricavelmente ligada ao poder, a sexualidade não pode ser libertada. «As políticas de identidades [nomeadamente a *gay*] podem libertar os corpos de algumas formas de poder, mas também as inscrevem em novas relações de poder e conhecimento» (Garton 2009, 39-40). Para Foucault, o sexo torna-se parte de um «enorme sermão, que substituiu a tradição mais antiga de pregação teológica. As afirmações sobre repressão sexual e o sermão da transcendência reforçam-se mutuamente; a luta pela libertação sexual faz parte do mesmo aparato de poder que ela denuncia» (Giddens 2001, 13-14).

## *Scripts sexuais*

Para John Gagnon e William Simon, autores de *Sexual Conduct*, precisamos de entender as nossas experiências sexuais como *scripts* (ou como uma combinação de *scripts*) que foram aprendidos, codificados, inscritos na consciência, estruturados e elaborados como histórias (Bozon 2005).

[...] os humanos usam um conjunto de *guidelines* ou crenças (*i. e.*, um *script*) na orientação do comportamento e da experiência, da mesma maneira que um actor usa um guião no palco [Weis 2002, 19].

Os *scripts* têm uma função estruturante para os agentes, seus coletivos e suas interações. Constituem o quadro mental que permite atribuir um significado sexual a certos acontecimentos ou sequências de eventos e reconhecer a situação que se está a viver como potencialmente sexual. Assim sendo, os estudos da sexualidade não devem analisar apenas o que fazem os corpos, mas compreender os significados, não unívocos, que os atores atribuem às suas práticas (Bozon 1993).





### Enquadramento teórico-metodológico

Gagnon e Simon contestam certos pressupostos da psicanálise,<sup>19</sup> nomeadamente a noção de impulso sexual inato e a ênfase posta na infância em termos de desenvolvimento da vida sexual. Além disso, os dois sociólogos insistem na necessidade de reenquadrar a sexualidade no prisma da quotidianidade (Jackson e Scott 2010).

Como se formam, segundo Gagnon e Simon, os *scripts* sexuais? A partir de que aspetos? Não são os aspetos físicos da sexualidade, mas sim os aspetos sociais «que geram excitação e organizam a ação, ou, por outras palavras, fornecem o *script*» (Gagnon e Simon 2005 [1974], 198). Na teoria dos *scripts* sexuais apresentada nos anos 1970, previam-se apenas dois domínios de manifestação (o *intrapessoal* e o *interpessoal*). Só mais tarde Simon e Gagnon apresentam um terceiro nível (os *cenários sexuais*), que em *Sexual Conduct* é abordado apenas por via das representações da pornografia (Policarpo 2011a).

O trabalho pioneiro de Gagnon e Simon postula que o comportamento sexual é sempre «enscriptado» de três maneiras. De forma *pessoal*, guia os pensamentos sexuais, as fantasias, os sentimentos e comportamentos. De forma *interacional*, orienta os encontros sexuais. E finalmente, de forma *cultural-histórica-política*, estabelece narrativas e códigos culturais mais amplos [Plummer 2012].

Olhemos então para os três domínios do comportamento sexual «enscriptado». A dimensão *intrapessoal* diz respeito ao que é pessoal e interno, a um universo mental próprio, aos elementos motivacionais que produzem excitação (Gagnon e Simon 2005 [1973]). Trata-se de um diálogo interior. Em causa está a descoberta pelo indivíduo da sua «verdade sexual». «Esta “descoberta” não exclui a influência da cultura, como representação da vida coletiva e como determinação da ação humana» (Daoust 2005, 162). Questionado sobre se os *scripts intrapessoais* podem (re)desenvolver-se ao longo do tempo de vida ou se são a infância e a adolescência as fases determinantes para a sua formação, William Simon responde que a adolescência é, para uma vasta maioria, a altura em que aprendemos a erotizar o desejo, a ligar o desejo às possibilidades sexuais: «o desejo é como o velcro,

<sup>19</sup> Sublinhe-se o papel do pai da psicanálise, na aproximação da sexualidade a um fenómeno social, nomeadamente pela importância que dá às dinâmicas familiares. Em Freud «o drama sexual é um drama familiar e por isso social» (Seidman 2010, 11).





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

pega-se muito facilmente. E tal como o velcro, invariavelmente carrega resíduos das suas ligações anteriores» (Gagnon e Simon 2005 [1973], 301). A dimensão *intrapsíquica* é, portanto, o «universo em que uma atividade sexual pode ser expressiva de amor ou ódio, da vontade de poder ou da vontade de degradação própria, onde o comportamental é experienciado através do simbólico» (Gagnon e Simon 2005 [1973], 14).

Um gesto igual pode ser entendido, sentido, vivido, durante a atividade sexual de formas muito distintas por dois atores: para um, pode tratar-se de um conteúdo na linha de Sade ou de Sacher-Masoch enquanto para outro a leitura pode ser a de uma história de amor (Gagnon e Simon 2005 [1973], 16). É ao nível *intrapsíquico* que se colocam os problemas de relacionar o significado e a ação (Policarpo 2011a). Estes *scripts* correspondem «a uma reorganização simbólica da realidade que concilia desejos privados com significados sociais» (Quartilho 2003, 142). Compõem-se de «elementos simbólicos dispersos, cenários culturais largamente partilhados, elementos da experiência pessoal», sendo organizados em esquemas cognitivos, sequenciais, narrativos, de fantasias sexuais (Policarpo 2011a, 21).

Já a dimensão *interpessoal* diz respeito ao que nos é externo, subentende interação social, «organização de convenções mutuamente partilhadas», que permita a dois ou mais atores participarem num ato complexo e numa relação de interdependência (Gagnon e Simon 2005 [1973], 14). Os *scripts interpessoais* envolvem muitas vezes negociação. Os parceiros sexuais podem mobilizar formas ou variantes distintas dos cenários culturais. Tornam-se dramaturgos. Coconstroem os *scripts* para as suas relações e práticas (Rahman e Jackson 2010). Mas...

[...] o comportamento relativamente estilizado diz-nos porém pouco do sentido que tem para os seus participantes [Gagnon e Simon, 2005 (1973), 14].

A terceira dimensão dos *scripts* é a dos *cenários culturais*: «instruções dadas ao nível macro sobre o que se deve ou não fazer sexualmente», representando um «conceito de mediação entre a estrutura social e o indivíduo» (Policarpo 2011a, 22). Os *cenários culturais* têm, portanto, um carácter prescritivo coletivo, que define o possível





### *Enquadramento teórico-metodológico*

em matéria de sexualidade, funcionando como sistemas semióticos. É possível encontrá-los em narrativas como romances, filmes, histórias orais, muitas vezes sem nada de explicitamente sexual (Policarpo 2011a, 21).

O seu carácter [dos *cenários culturais*] partilhado facilita os planos sexuais para uma situação específica, ajudando o indivíduo a comportar-se como um actor que obedece às expectativas de outras pessoas, aliviando a incerteza, transformando-o num protagonista ativo que orienta o seu comportamento em função das expectativas do outro [Quartilho 2003, 142].

Gagnon e Simon definem os *cenários culturais* como «roteiros instrucionais» (existentes a um nível social e coletivo), ou seja, sistemas de signos e símbolos através dos quais a prática de certos papéis sexuais se desenvolve. Estão embutidos em instituições como a família, a escola, a igreja, organismos militares, empresariais, universitários, na própria medicina, na legislação e no sistema de justiça criminal. Na prática diária, as instituições fornecem instruções (formais e informais): a educação sexual e a segregação de género praticada nas escolas, as versões do que é mau e bom em termos sexuais segundo a visão das igrejas, a repressão ou a tolerância do assédio sexual nos locais de trabalho, ou mesmo com a adoção nas universidades de disciplinas que forneçam pesquisa convencionalizada em sexualidade. Em sociedades mais complexas «há uma constante luta entre grupos e indivíduos para que sejam adotados os seus próprios cenários» – ou seja, nem mesmo nas instituições estes *scripts* de ordem *cultural* são «monolíticos» ou «hegemónicos» (Gagnon 2004, 140). Saliente-se que hoje em dia vivemos numa sociedade com maior desenvolvimento da dimensão *intrapsíquica* dos *scripts*, em detrimento da homogeneidade dos *cenários culturais* (Bozon 2005, 105).

Ao nível da vida quotidiana, os três níveis de *scripting* cruzam-se numa relação em que cada um deles confere informação aos outros (Rahman e Jackson 2010). Ao «fazer sexo» os parceiros estão a criar e modificar significado sexual, numa lógica de inter-relação entre *scripts intrapsíquicos*, *interpessoais* e *culturais*. Para Gagnon (2004) há duas maneiras de considerar os três níveis de *scripting*: a primeira envolve uma descrição estática e a segunda implica uma análise da





dinâmica e das relações de interação entre eles nas diferentes culturas (e subculturas), nas diferentes eras e ao longo do curso de vida. Os indivíduos são entendidos, pelas narrativas instrucionais, como membros mais ou menos ativos, mais ou menos recetivos, de uma audiência socialmente instruída, em função de variáveis como a idade, a classe, a etnia, etc. (Gagnon 2004). Alguns reproduzem na sua conduta de todos os dias – fielmente e sem qualquer inquietação – as instruções dos *cenários culturais*, mas outros acham as suas demandas perturbadoras, estranhas, sendo incapazes de desenvolver os papéis requeridos (Gagnon 2004). As consequências destas não-conformações são o crime, a loucura, a arte ou a ciência. Mas também – creio – a transgressão, a contestação, o protesto, o ativismo, nomeadamente pela diversidade e igualdade de direitos sexuais e de género.

## Projeto reflexivo do *self*, sexualidade plástica e relação pura

Ao longo das últimas décadas ocorreram transformações profundas na intimidade, que se relacionam de forma estreita com a afirmação de uma sociedade mais «reflexiva». Para compreender estas mudanças, Giddens (2001) operacionaliza três conceitos fundamentais: *projeto reflexivo do self*, *sexualidade plástica* e *relação pura*. Começamos pelo primeiro. A identidade não está dada na relação do indivíduo ao sistema. Constrói-se – diariamente – graças à sua capacidade reflexiva, estabelece-se pelo monólogo, pela maneira de se pensar a si mesmo (Daoust 2005). Ora, a sexualidade é uma dimensão essencial, dinâmica, neste projeto em construção do *self*, relacionando de forma contínua o passado, o presente e o futuro de cada indivíduo. No domínio da identidade sexual, à questão «*Quem sou eu?*» seguem-se outras: «*Quem é que eu desejo?*», «*O que é que eu desejo?*», «*Como é que eu desejo?*», «*Quais são as formas de vida sexual ou de experiências afetivas que eu desejo?*» (Daoust 2005, 165). O que caracteriza a época contemporânea é o deslocamento da reflexão de natureza universal para a reflexão sobre uma identidade particular, que cada um deve descobrir. O referencial da intimidade afetivo-sexual passa a ser interno. O indivíduo preocupa-se em ser «verdadeiro consigo próprio» (Giddens 2001, 139). Só assim será verdadeiro com o outro. «O *self* é hoje para todos um projeto





### Enquadramento teórico-metodológico

reflexivo – uma interrogação mais ou menos contínua [...]. É um projeto levado a cabo no interior de uma profusão de recursos reflexivos: terapia e manuais de autoajuda de todos os tipos, programas de televisão e artigos de revista» (Giddens 2001, 21-22). O *projeto reflexivo do self* é portanto um processo de conhecimento e busca individual que confere possibilidades de autonomia e felicidade. A «vida pessoal» torna-se um «projeto aberto», cria novas exigências e gera novas ansiedades (Giddens 2001, 6). O *projeto reflexivo do self* demanda transformações de peso a nível da intimidade, nomeadamente a igualdade e a diversidade sexual e de género. Requer «democracia na esfera pública» e «democratização das relações interpessoais» (Giddens 2001, 2).

O conceito de *relação pura* é também central em Giddens (1991) articulando-se diretamente com o de *projeto reflexivo do self*, pois pressupõe a escolha (livre e consciente) de um relacionamento por parte dos parceiros. Ao contrário de outros contextos tradicionais, a *relação pura* não se ancora em condições externas da vida social e económica. É decidida em função do valor que pode trazer ao par. A nível sexual, não implica necessariamente exclusividade, a não ser que este requisito seja entendido e expresso pelos parceiros como «desejável ou essencial» (Giddens, 2001: 42).

*A relação pura* é organizada reflexivamente, de forma aberta e numa base contínua. [...] Uma série de revistas e artigos de jornal, textos especializados e manuais, programas de rádio e de televisão, transmitem informações de pesquisas e debates sobre relacionamentos íntimos [...] [Giddens 1991, 92].

Para Giddens (1991, 96), a *relação pura* depende da confiança mútua entre os parceiros e subentende a satisfação dos indivíduos que a buscam (ou alcançam) com as suas próprias autoidentidades.

A *sexualidade plástica* – outro conceito central para as transformações da intimidade ocorridas nas últimas décadas – é definida por Giddens (2001, 2) como sendo acima de tudo uma sexualidade liberta da reprodução, «crucial» para a «reivindicação feminina do prazer sexual». Implica uma quebra com representações modelares tradicionais que ditavam o que era permitido/interdito à mulher nos seus contextos íntimos. A sua origem remonta, segundo o sociólogo britânico, às «tendências iniciadas algures nos finais do século XVIII,





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

para limitar estritamente a dimensão da família, mas desenvolve-se posteriormente como resultado da divulgação da contraceção moderna e das novas tecnologias reprodutivas» (Giddens 2001, 2).

A criação de uma *sexualidade plástica*, desligada da sua conexão ancestral com a reprodução, com o parentesco e com as gerações, foi a pré-condição da revolução sexual das últimas décadas. Para a maior parte das mulheres, na maior parte das culturas e durante a maior parte dos períodos da história, o prazer sexual, quando possível, estava intrinsecamente ligado ao medo – de gravidezes repetidas e, por consequência, da morte, dada a substancial proporção de mulheres mortas durante o parto e as altíssimas taxas de mortalidade infantil. A quebra destas conexões foi, pois, um fenómeno com implicações verdadeiramente radicais [Giddens 2001, 19-20].

Para Giddens, a emancipação sexual corresponde à integração da sexualidade plástica no projeto reflexivo do *self*.

### ***Cidadania da sexualidade: transgressão e reivindicação***

No final da década de 1990, Jeffrey Weeks (1998, 35) disserta acerca do que considera um «novo fenómeno no firmamento erótico», uma/um cidadã/o que existe (ou que quer existir) em virtude de uma «nova primazia dada à subjetividade sexual no mundo contemporâneo»: o *cidadão sexual*.

Ideias como a de «reconstrução do *self*» e «multiplicidade e diversidade de identidades possíveis» começam a surgir na modernidade tardia (Weeks 1998, 35). Gradualmente afirmam-se *aspirantes/pretenso/as cidadãos/ãs*<sup>20</sup> *sexuais* (*would-be sexual citizens*), precursores/as de uma nova política da intimidade e da vida quotidiana em acelerada transformação, com implicações político-sociais assinaláveis. Quem é este/a novo/a *cidadão/ã sexual* (Evans 1993; Weeks 1998; Plummer 2003a)? É alguém que quebra as fronteiras do público/privado, que a cultura ocidental longamente considerou essenciais. É revelador de um mundo de novas possibilidades do *self* e da identidade.

<sup>20</sup> Bem como pessoas não-binárias, do ponto de vista da identidade de género.





### *Enquadramento teórico-metodológico*

As pessoas não saem à rua dizendo: «Eu quero ser um cidadão sexual.» Não é uma identidade que as pessoas aspirem, nem um projeto explícito à volta do qual as pessoas se agrupem. No entanto, o conceito é uma metáfora útil, condensando uma gama de práticas políticas e culturais que abarcam todo um conjunto de novos desafios e possibilidades [Weeks 1998, 37].

As políticas sexuais e as reivindicações de uma cidadania sexual estão no coração das políticas contemporâneas, relacionando-se com qualidade de vida. Os movimentos feministas e de defesa dos direitos homossexuais, que se afirmam nos anos 1960-1970, contribuindo de forma expressiva para a construção de uma *cidadania sexual*, compuseram-se de dois momentos: um de *transgressão* e outro de *cidadania* (Weeks 1998). O *momento transgressivo* é subversivo das formas tradicionais de ser. Exemplos? Todos os momentos em que o não-heterossexual se afirma publicamente como *gay*, lésbica, bi, trans, rejeitando os estereótipos negativos. Os momentos em que a dona de casa se junta a um grupo de consciência emancipatória crescente e se redefine como feminista. O *momento de transgressão* é caracterizado por uma «constante invenção e reinvenção de novos sentidos do *self*», bem como de novos desafios às instituições e tradições que usualmente excluíram os assuntos da intimidade afetivo-sexual (Weeks 1998, 36). Porém, nestes movimentos reclama-se igualmente a «inclusão», a «aceitação», o «reconhecimento», o «respeito» e o alargamento dos horizontes com vista à inscrição de novas formas alternativas de vida: a reivindicação de igual proteção da lei, de igualdade de direitos em matéria de emprego, parentalidade, estatuto social, acesso a prestações sociais e direitos de união de facto, ou casamento para casais do mesmo sexo – esta dimensão corresponde ao *momento da cidadania* (Weeks 1998, 37).

Ambos os momentos (de *transgressão* e de reivindicação da *cidadania*) são complementares, embora tendam a ser diferenciados nos discursos da política sexual. Sem o momento *transgressivo*, as reivindicações seriam menos notadas, menos noticiadas, menos impactantes nas estruturas sociais consolidadas. Os *momentos transgressivos* tendem a causar indignação, é esse o seu propósito. A transgressão enfrenta o *status quo*. Ajuda a iluminar preconceitos e medos: «nada tem mais êxito do que o excesso» (Weeks 1998, 38). Por outro lado,





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

sem as reivindicações de *cidadania* torna-se difícil para a diferença – para as minorias – encontrar um lugar próprio.

O cidadão sexual faz por trazer a público uma afirmação de transcendência dos limites da esfera pessoal. Mas trazer a público é, num movimento necessário, mas paradoxal, proteger as possibilidades da vida privada e escolha particular numa sociedade mais inclusiva [Weeks 1998, 38].

Weeks (1998, 38) refere que *cidadania sexual* é um conceito sensibilizador que nos alerta para preocupações marginalizadas nos discursos públicos, tanto em relação ao corpo, suas possibilidades, necessidades e prazeres, como em relação a novas identidades sexualizadas, e às forças que inibem a sua liberdade. A noção de *cidadania sexual* tenta contornar as limitações das primeiras noções de cidadania, exigindo a inclusão de categorias analíticas como: classe, género, raça, orientação sexual, igualdade e justiça para minorias sexuais.

É possível identificar três temas centrais (inter-relacionados) no contexto da *cidadania da sexualidade*: democratização dos relacionamentos, emergência de diferentes subjetividades e desenvolvimento de novas narrativas ou histórias sobre vida pessoal (Weeks 1998). A reivindicação da *cidadania sexual* resulta da combinação de mudanças fundamentais, que concorrem para atacar/destronar as tradicionais relações hierárquicas, em processos de *destradicionalização*, *igualitarismo* e *autonomia*.

No centro do processo de *destradicionalização*, Weeks (1998) inclui: a «chamada crise da família» (hoje com menor importância na definição dos relacionamentos); as mudanças radicais na forma como homem e mulher são atualmente entendidos (seja por via de alterações materiais, como culturais, nomeadamente graças ao impacto do feminismo); a forma como o binarismo homo e heterossexualidade sofreu alterações, por via dos movimentos *gay* e lésbico. Ao mesmo tempo, Weeks sublinha o modo como a divisão tradicional entre vida privada e vida pública tem vindo a ser repensada.

No cerne do processo de *igualitarismo*, Weeks (1998) aponta a mudança de longo prazo no ideal democrático de igualdade da relação homem/mulher, mulher/mulher, homem/homem, pessoa não-binária





### *Enquadramento teórico-metodológico*

ria/homem, pessoa não-binária/mulher, pessoa não-binária/pessoa não-binária. A relação igualitária tornou-se a medida por que cada indivíduo deve avaliar as suas próprias vidas: «[...] os compromissos devem basear-se na negociação entre parceiros consensuais, não na tradição ou na linhagem. Laços de obrigação com base na relação de sangue estão a ser crescentemente substituídos por ideias de compromisso trabalhados dia a dia, semana a semana» (Weeks 1998, 42).

Em relação ao terceiro elemento – a *autonomia* –, Weeks (1998, 44) diz não haver dúvidas sobre as mudanças económicas e culturais dos últimos 20 ou 30 anos, que exaltaram o individual sobre o coletivo, e salienta a importância da crise do VIH/SIDA, que trouxe uma nova cultura de responsabilidade para com o próprio e para com o outro. Além disso, refere as novas formas de responsabilidade e autonomia que se manifestam nas «famílias escolhidas», com padrões muito variados de envolvimento doméstico, intimidade sexual e responsabilidades mútuas, que se afastam cada vez mais dos modelos tradicionais de casamento e família. No momento em que vivemos afirma-se uma cultura de novas subjetividades, em que cada indivíduo representa uma busca pessoal. O sentido é construído pelo próprio e não mais imposto por entidades exteriores.

O/a *cidadão/ã sexual* (e aqui falamos igualmente da pessoa não-binária) emerge do contexto de novas histórias sobre o *self*, sobre a sexualidade e o género. Estas histórias contam-nos a exclusão pelo género, pela sexualidade, pela aparência física, e reclamam inclusão, direitos iguais perante a lei, a política, a economia, o social, o sexual. As novas histórias a que tanto Weeks (1998) como Plummer (2003a) se referem saltam da vida de todos os dias<sup>21</sup> e propõem-nos novas exigências no plano comunitário, nomeadamente a nível de políticas mais responsáveis em termos económicos, de bem-estar, legislação e cultura. As narrativas mais comuns são histórias que falam de discriminação, preconceito e *empowerment*, histórias de saída de armários, seja por pessoas assexuais, homo, bi, trans e intersexo, de afirmação de identidades, de partilha de histórias de sobrevivência à violência sexual e de género.

<sup>21</sup> *Moralidades enraizadas no quotidiano* (Plummer 2003a).





## Histórias pessoais sexuais

Ao conceito já existente de *cidadania sexual* (Evans 1993; Weeks 1998), Plummer (2003a, 65) propõe a expressão *cidadania da intimidade*, alegando ser mais «ampla», «sugestiva» e «sensibilizadora», mais inclusiva da vida pessoal. A intimidade «é muitas vezes restringida à nossa vida romântica e sexual; mas eu uso o termo para referir uma variedade de arenas em que “fazemos” a vida pessoal – fazendo manipulação do corpo, fazendo o gênero, fazendo as relações, fazendo o erotismo e as identidades» (Plummer 2005, 77).

A *cidadania da intimidade* não implica um «modelo», um «padrão» ou um «caminho»: diz respeito às decisões que as pessoas têm de tomar para *controlo* (ou não) sobre o corpo, sobre os sentimentos e os relacionamentos, bem como às *escolhas com base social* (ou não) acerca das identidades, experiências de gênero e experiências eróticas (Plummer 2003a, 14).

[A *cidadania da intimidade*] designa uma multiplicidade de experiências e de vozes com as quais vidas novas, novas comunidades e novas maneiras de fazer política encontram lugar. O conceito presta atenção às diferentes maneiras de entender a vida pessoal, que indubitavelmente sofrem de um profundo – e muitas vezes fatal – conflito. Deve encaixar na realidade empírica contemporânea do *ethos* da pluralidade [Plummer 2003c, 35].

Embora a ideia de cidadania tenha uma longa história,<sup>22</sup> com muitas alterações, sempre se adereçou ao «social», «ao mundo público», e não propriamente ao «individual», ao «íntimo», «ao mundo privado» (Plummer 2003a, 15). Antecipando que a junção do termo

---

<sup>22</sup> No seu livro *Intimate Citizenship*, Plummer (2003a, 51) refere três modelos de cidadania geralmente reconhecidos: o primeiro identificado com o liberalismo; o segundo associado ao comunitarismo e ao republicanismo; e o terceiro, mais vago, que pretende evitar abusos do Estado e do mercado. Refere ainda três momentos-chave para o conceito de cidadania: antes da Primeira Guerra Mundial; entre os anos 1950 e 1960 (de que T. H. Marshall foi o principal porta-voz); e um último momento que começa no início dos anos 1990. Finalmente, e tendo em consideração o contributo de Marshall, Plummer (2003a, 51) aponta três dimensões da cidadania, que emerge nos últimos 200 anos, dizendo respeito a preocupações civis, políticas e sociais: justiça perante a lei, representatividade política e bem-estar humano fundamental.





### Enquadramento teórico-metodológico

*cidadania* com o termo *intimidade* pudesse parecer um oxímoro, Plummer questiona: como pode o mundo do «público» ser usado para fornecer um «cidadão íntimo»?.

O conceito de *cidadania da intimidade* equaciona a relação entre as esferas públicas e privadas, sugere a existência de uma ligação (uma ponte) entre o pessoal e o político: a «cidadania íntima refere-se a todas as áreas da vida que parecem ser de âmbito pessoal, mas que são conectadas, estruturadas ou regulamentadas através da esfera pública» – «esfera pública» é «um domínio da sociedade civil em que as pessoas deliberadamente discutem, ou argumentam sobre a vida», garantindo o espaço da construção diária da democracia (Plummer 2003a, 68).

As mudanças na esfera pública (onde se incluem hoje os novos movimentos sociais, os *media* e o ciberespaço) proporcionam uma *cidadania da intimidade*, criam um espaço de direitos e garantias às pessoas, na sua relação consigo e com o outro, em matérias de vivência do género, do corpo e da sexualidade (Plummer 2003a). Em relação aos direitos, não há nada de inalienável ou fechado, dependem apenas das comunidades de suporte e das histórias que ajudem a formar.

[...] o «cidadão sexual» precisa de ser pensado como alguém que ocupa na sociedade uma posição de classe, etnia, género e idade. Ou seja, nem todos os cidadãos sexuais serão tratados igualmente e de forma justa [Plummer 2003a, 57].

As crescentes preocupações com o *self*, as crescentes disponibilidades para refletir sobre o *self*, e para falar sobre o *self* com os parceiros, são características dos novos tipos de relacionamentos e intimidades (Plummer 2003a). Atualmente discutem-se problemas da intimidade e escolhas acerca de novas formas de «vida familiar»; acerca da sexualidade; do género; da infertilidade; de dar à luz; do crescente uso de tecnologias médicas e químicas para transformar o órgão mais central da intimidade (o corpo); de como lidar com um crescente conjunto de aproximações inaceitáveis da intimidade; de uma galeria inteira de novos «tipos pessoais» (Plummer 2003a: 5-7). Esta nova tendência está muito distante da forma como outras gerações foram incentivadas a não pensar e a não falar sobre os sentimentos. Esta nova disponibilidade de olhar para «dentro» e de partilhar





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

esse conteúdo íntimo vai no sentido do que Plummer (2003a) chama *intimidades reveladas* (*disclosing intimacies*, expressão originária de Lynn Jamieson). Estas revelações manifestam-se no desejo de partilha da intimidade entre parceiros, amantes, pais e filhos, em *talk shows* e documentários, fazendo crescer confissões e conversas. Mais problemáticas íntimas trazem consigo um maior número de escolhas relacionadas com a família, o género, o corpo, a identidade e a sexualidade, impensáveis há 50 anos. Não há *cidadania da intimidade* com uma só voz ou uma só direção, ela implica uma multiplicidade de vozes (conducente à pluralização das esferas públicas), ou seja, um conjunto de histórias, de vidas diferentes, de comunidades diversas e de políticas distintas em coexistência. Às histórias de vida, autobiografias e outras narrativas que nos facilitam a aprendizagem das nossas próprias vidas, Plummer (2003a, 2005) chama *moralidades enraizadas no quotidiano* (*grounded everyday moralities*), e defende que, dada a sua enorme importância, devem ser alvo de estudos por parte das ciências sociais.

Quando as pessoas trabalham as suas posições morais, costumam recorrer a eventos específicos das suas vidas. Contam como lidaram com a sua infertilidade, com as suas experiências sexuais diferentes, com os seus divórcios. Transformam as suas preocupações morais em histórias de vida (suas e dos outros). Podemos perguntar-nos em que medida estas histórias morais se tornam muito faladas, e conseqüentemente, em que medida se transformam em atributos recorrentes nas vidas das pessoas. Podemos perguntar-nos também como os outros aprendem a partir destas histórias, criando teias de histórias interligadas [Plummer 2003a, 98].

As *moralidades enraizadas no quotidiano* funcionam como um coro de vozes. Lembram-nos que uma voz unitária já não é preva-lente em assuntos morais. Refletem o local e o situacional. Dão importância ao «outro». Trazem emoções, honra e vergonha incorporadas. Criam economias morais (Plummer 2003a, 98-99). E a sua expressão é feita pela *narração de histórias* (*storytelling*), processos fundamentais para a vida social, uma vez que os sistemas éticos são construídos à volta da noção destes contos, destas estórias. O *story-telling* sempre teve um papel proeminente nas sociedades, muito embora hoje em dia tenhamos mais meios de comunicação e novas





### *Enquadramento teórico-metodológico*

esferas públicas onde contar as nossas histórias – daí haver mais gente a narrá-las e mais gente a ouvi-las, mais gente em des/acordo, mas essencialmente maior diálogo (Plummer 2003a, 146).

No mundo rico, no centro dos debates em torno da intimidade, vive-se um sentido da mudança, acelerado e massivo. Temos intimidades sendo digitalizadas, tecnologizadas, globalizadas, medicalizadas, mercantilizadas e desestabilizadas. Com isso, deparamo-nos com uma sociedade que vai perdendo cada vez mais uma qualquer grande narrativa de como viver a vida pessoal. [...] quase toda a gente acredita que tem o direito de escolher a forma como quer viver a sua vida pessoal [Plummer 2005, 80].

Plummer elenca uma longa lista com plataformas de escolhas que fazemos nas nossas vidas hoje em dia, contrastantes com a falta de escolha, nas mesmas plataformas, no passado. Se queremos casar, temos o direito de escolher o nosso parceiro (nomeadamente homossexual); se queremos outras formas de relação (união de facto, por exemplo), dispomos de enquadramentos legais; se preferimos outros «estilos» de relacionamentos e de vida (poliamorosa, por exemplo) existem já comunidades de suporte; se queremos separar-nos, divorciar-nos e casar de novo, temos essa possibilidade legal; se queremos ter filhos (ou não), temos essa liberdade; e se não tivermos as condições biológicas, podemos ter assistência em clínicas de fertilidade e bancos de esperma; se tivermos desejos (homossexuais, poliamorosos, *transgender*, fetichistas ou sadomasoquistas), temos esse direito, desde que consentido; se não estivermos contentes com o nosso corpo, podemos alterá-lo, com recurso às biotecnologias; se não estivermos felizes com o género que nos foi atribuído à nascença, temos a possibilidade de alterá-lo. Mas, claro, tudo isto não é uma realidade transversal aos quatro cantos do planeta. Para muitas pessoas de muitos países, nenhum destes direitos está garantido. A *cidadania da intimidade* reconhece a emergência de identidades e de grupos de intimidade, bem como os seus direitos, responsabilidades, e a necessidade do reconhecimento de zonas de conflito. Em si mesma, trata-se de «um discurso público sobre a vida pessoal» (Plummer 2005, 90). «Não só liberta a intimidade das suas algemas privadas, mas também transforma o discurso público» (Reynolds 2010). É um sinal da pós-modernidade.







## Capítulo 2

# Enquadramento histórico e social da intimidade em Portugal entre 1960 e 1970

### Traços marcantes da sexualidade e da afetividade no Estado Novo

Considerando as conclusões dos estudos de Alfred Kinsey, existiam entre 1900 e 1950, nos EUA, três *cenários culturais* competitivos relativamente às vivências da intimidade (Gagnon 2004).

O primeiro, reportando-se à moral oficial, requeria castidade pré-matrimonial para homens e mulheres, devendo os jovens consultar os pais sobre a melhor escolha para os seus futuros parceiros conjugais, mesmo que optassem por lhes «desobedecer» (Gagnon 2004, 144). Nos anos 1960, Ira Reiss define uma escala de permissividade sexual pré-conjugal, encaixando este modelo no que define por *padrão abstinência* (atividade sexual pré-matrimonial proibida aos dois sexos) (Marques 2011, 5).

O segundo *cenário cultural* (segundo Kinsey) atribuía aos homens a possibilidade de terem relações sexuais antes do casamento, enquanto das mulheres se esperava que guardassem castidade até ao matrimónio (Gagnon 2004, 144). Esta visão dual «partia» as mulheres em dois grupos, as virtuosas (casadeiras) e as galdérias (impróprias para casar) (Gagnon 2004, 144). Segundo Reiss, tratava-se do que designa por *duplo padrão sexual clássico* (a atividade sexual pré-marital é interdita à mulher e aceite ao homem) (Marques 2001, 5).





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

Quanto ao terceiro *cenário cultural*, Kinsey defendia que contemplava a possibilidade de jovens (rapazes e raparigas) se relacionarem sexualmente, numa espécie de pacto afetivo-sexual anterior, mas orientado para o casamento (Gagnon 2004, 144) – de acordo com a escala de Reiss, estaríamos perante o que designa por duplo *padrão sexual condicional* (a atividade sexual pré-marital é aceite ao homem e à mulher, caso esta última a desenvolva no contexto de uma relação afetiva duradoura) (Marques 2011, 5).

Os dois primeiros *cenários culturais* são recorrentes em discursos oficiais e mediáticos na sociedade portuguesa do Estado Novo. O terceiro terá sido defendido e/ou vivido por uma faixa da população, muito embora fosse de todo o interesse conhecer com maior detalhe a sua expressividade e características.

À semelhança de muitos outros países do Ocidente, a intimidade afetivo-sexual dos portugueses (entre os anos 1930 e 1970) foi genericamente sujeita a forte constrangimento, restrição e discriminação, fundamentada e disseminada em discursos políticos, religiosos, jurídicos, mediáticos, entre outros.

O regime salazarista promoveu «um ideal físico de virtude e pudor, obediência e disciplina, sobriedade e austeridade, higiene e robustez. Um corpo dedicado a Deus, à Pátria, à Família e ao Trabalho» (Ferreira 2011, 244). Genericamente, até finais de 1960, organizações do Estado, da Igreja, da família, da escola e dos *media* convergem na missão de aconselhar crianças, jovens e mulheres adultas (solteiras e casadas) para o escondimento do corpo, o apagamento da sensualidade, a censura do erotismo e a diabolização do prazer. O corpo da mulher «é representado como um corpo de vocação, de devoção e de virtude, como um *corpo santo* (Brasão 1999, 39)». Citando Faria, Pais (2011, 446) lembra que mesmo as danças eram desencorajadas, porque podiam conduzir as jovens à esterilidade, perverter os seus instintos maternais, causar insónias, desmaios, neurose espasmódica, entre muitos outros problemas.

No salazarismo estava profundamente enraizada a ideia tradicional de que as mulheres se situavam no lado da «natureza», enquanto os homens se situavam no lado da cultura. Desta forma, o Estado Novo de Salazar manteve-se fiel à mensagem repetida pela Igreja Católica nas encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931), que defendiam que a «natureza» pretendeu que as mulheres se destinassem





### *Enquadramento histórico e social da intimidade em Portugal*

a ficar em casa, criando os filhos e devotando-se ao trabalho doméstico [Cova e Pinto 2002, 129].

Apesar do contínuo político, é possível diferenciar entre 1933 e 1974, dois momentos no que respeita às vivências da intimidade. O primeiro estende-se até finais de 1950, e é essencialmente marcado pela ausência de expressiva contestação aos *cenários culturais* promovidos pelo Estado e pela Igreja Católica, assentes sobre os pilares da heterossexualidade, monogamia, casamento e procriação.

Apesar da profunda convulsão que o regime sofreu com a candidatura de [Humberto] Delgado [às eleições presidenciais de 1958], todas as perspetivas de mudança foram focalizadas no político, económico e social, não surgindo no debate das ideias quaisquer conteúdos que pudessem desencadear evolução na forma de pensar e viver a vida [íntima] [Alão 1989, 358].

O segundo momento inicia-se em finais dos anos 1950 (embora só a partir da segunda metade da década de 1960 ganhe maior expressividade), com a afirmação de algumas tendências contestatárias e reformadoras a nível da intimidade em contextos juvenis/estudantis, intelectuais e artísticos.<sup>1</sup>

Ao longo do Estado Novo, a Constituição de 1933 e o Código Civil de 1966 impõem um modelo de família que tem por base o casamento, legitimador dos relacionamentos afetivo-sexuais e das crianças nascidas no seu seio. Ambos os documentos legais instituem uma desigualdade estatutária de género, que impõe a subordinação conjugal (e social) da mulher, a quem é atribuído, por argumento de uma natural vocação para a família, o governo doméstico:

A Constituição declara a igualdade dos cidadãos perante a lei «salvas, quanto à mulher» devido às «diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família». O marido, considerado como a principal autoridade

---

<sup>1</sup> Bebiano (2003, 17) define «os anos 60» como um período que abrange «cerca de duas décadas, cujo início remonta sensivelmente a meados da década de 1950, com a emergência de uma subcultura juvenil autónoma, e que encerra com o final dramático da experiência democrática chilena e o termo do processo revolucionário português, provavelmente os derradeiros momentos de tensão “sessentista” entre utopia e revolução».





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

em todos os atos da vida conjugal, tem o direito de administrar os bens da mulher, abrir a sua correspondência, dar ou não o seu consentimento ao contrato de trabalho acordado pela esposa com terceiros e emancipar os filhos sem a autorização da mãe. [...] Quanto à violência doméstica, é tolerada no exercício da função disciplinadora do chefe de família e considerada como um assunto do foro privado [Wall 2011, 346].

O paradigma da sexualidade proposto pelo Estado Novo é essencialmente utilitário (reprodutivo), despojado de qualificações hedonistas, muito embora o prazer sexual seja tolerado sob condições reservadas (Freire 2013). Entre cônjuges legitima-se alguma satisfação/gozo sensual – se moderado –, e desde que em causa esteja o desígnio da fecundação. Fora do contexto matrimonial, concede-se aos homens uma margem de exploração do prazer sexual, em espaços próprios (bordéis tolerados pelo Estado), com profissionais do sexo, devidamente registadas, vigiadas e submetidas a inspeção médica periódica. Na reserva das quatro paredes das casas de prostituição, permitia-se a exploração masculina da sensualidade e do erotismo, bem como o ensaio de fantasias e práticas menos convencionais, interditas no *plateau* da conjugalidade.

[A prostituta] é tolerada mas apenas nas franjas do indizível, dos riscos e das vergonhas caladas, dos trunfos de uma juventude ansiosa. O seu nome é proibido, aquilo que o seu corpo pode dar é proibido, mas é, ao mesmo tempo, acessível [...] [Brasão 1999, 211].

A tolerância política e a regulamentação da prostituição mantêm-se até inícios dos anos 1960: o Decreto-Lei n.º 44579 de 19 de setembro de 1962 proíbe o seu exercício, decretando-se o encerramento pelas autoridades policiais de todas as casas de toleradas, com despejo e apreensão dos bens aí encontrados. Apesar da interdição legal, a prostituição (inclusivamente masculina) floresce na década de 1960, tanto por via do turismo sexual em estâncias turísticas (no Algarve e em zonas balneares próximas da Capital), como pela oferta sexual junto dos quartéis e dos navios de transporte dos soldados para a guerra colonial (Pacheco 2000).

As relações sexuais na prostituição (ou em outras experiências extraconjugais) ajudavam a serenar e saciar os impulsos sexuais que se entendiam próprios da masculinidade.





### *Enquadramento histórico e social da intimidade em Portugal*

Os homens [...] foram tradicionalmente encarados [...] como necessitando de diversidade sexual para a sua saúde física. Era geralmente aceite que um homem se envolvesse em múltiplos encontros sexuais antes do casamento e, depois dele, a vida dupla era um fenómeno muito real [Giddens 2001, 5].

Como se entendia que a natureza tinha reservado ao homem um papel de responsabilidade e protagonismo no «ato genésico» (termo muito usado ainda em meados do século passado para designar «ato sexual»), era conveniente que o noivo chegasse ao leito conjugal sexualmente «instruído» – daí a importância de se iniciar com profissionais do sexo. Para além desta função pedagógica, a ida masculina ao bordel na adolescência/princípio da idade adulta funcionava igualmente como ritual profilático da heterossexualidade, evitando que os rapazes caíssem em fantasias e experiências homossexuais entendidas como perversas e doentias.

Do ponto de vista feminino, a prostituição funcionava como salvaguarda da virgindade/castidade das jovens, que assim sofreriam menos investidas sensuais dos rapazes, dentro ou fora da relação de namoro – o Código Civil de 1966 continuava a defender que o matrimónio podia ser anulado se a noiva não chegasse virgem ao casamento.

Ao longo do Estado Novo, em famílias burguesas, as experiências sexuais masculinas pré e extraconjugais, aconteciam também com regularidade com a criada de servir. A estas mulheres de nível socioeconómico desfavorecido «era-lhes permitido circular entre as casas para ajudar a construir e experimentar a virilidade dos sexos jovens. Os valores da masculinidade erguiam-se, como em relatos médicos ou literários se conta, muitas vezes à custa do sexo das criadas [...] (Brasão 1999, 211)». De acordo com as estatísticas oficiais de 1940, 17% das mulheres portuguesas eram assalariadas e, dessas, 35% trabalhavam como criadas de servir (Mónica 1978). Originariamente rurais, pouco instruídas, vítimas de pobreza e desamparo familiar, estas mulheres (muitas delas menores de idade) eram frequentemente aliciadas/forçadas a favorecimentos sexuais, por parte dos patrões das casas onde serviam. António, lisboeta (anónimo) nascido em 1927, e entrevistado por mim em 2010, lembrava:

«[...] o sexo com as meninas das nossas relações estava proibido. [...] Só que ao rapaz era exigida a aprendizagem das artes da sexualidade,





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

antes de se casar. Por isso, havia apenas duas soluções. Ou era encaminhado pelo pai ou outro educador (um tio, um irmão), para uma casa de meninas, onde se pagavam os serviços sexuais à prostituta, ou iniciava a sua vida sexual com alguém de classe inferior, a criada, que não tinha direito a dizer “não”, que era objecto, que não se sentia uma pessoa» [Freire 2010, 150-151].

Entrevistada por Cecília Barreira (1993), Maria de Lurdes Pintasilgo refere que entre 1950 e 1960 as mulheres eram abusadas sexualmente, mas não só no contexto laboral doméstico: «Em oficinas só de mulheres, os contramestres exigiam o silêncio face a toda a espécie de chantagem sexual. A JOCF [Juventude Operária Católica Feminina] – movimento muito forte no meio operário – não se cansava de denunciar um caso após outro» (Barreira 1993, 325).

Genericamente, no Estado Novo, a família «assenta numa hierarquia rígida de autoridade e de poder – de um sexo (masculino) sobre o outro (feminino), de uma geração (os pais) sobre a outra (os filhos)», mas apesar de esta ser a «representação dominante» a realidade da família era bem mais «diversa, contrastada e conflituosa» (Almeida *et al.* 2001, 277). Portugal era nos anos 1950 o país europeu com mais nascimentos fora do casamento. Encabeçavam estes números as mulheres que trabalhavam à jorna na agricultura do Alentejo e de meios operários urbanos, desqualificados. Os indicadores são do Anuário Demográfico das Nações Unidas (1959), citados por Aboim (2011).<sup>2</sup> Os nascimentos ilegítimos não eram apenas contraindicados pelo Estado e pela Igreja. Também a ciência os dissuadia. No livro *Guia das Mães*, a médica Rubina Branca (1945, 40) informava que as evidências científicas garantiam que no matrimónio nasciam «crianças mais sãs, mais robustas», com maior longevidade e menos propensão para o crime ou a loucura.

Na primeira metade do Estado Novo, a união conjugal era ainda entendida como sendo para toda a vida, mesmo que definhasse o amor entre esposos. A perda do afeto não justificava a separação. Com amor ou sem ele, marido e mulher estavam destinados a honrar o contrato, o compromisso, o sacramento do matrimónio.

---

<sup>2</sup> Em 1950, de um total de 209 126 nascimentos 24 416 eram ilegítimos; de um total de 215 132 crianças nascidas em 1960, 19 692 não se enquadravam no casamento; e em 1970, de um total de 181 484 nascimentos, 13 115 eram ilegítimos (Nazareth 1978, 765).





### *Enquadramento histórico e social da intimidade em Portugal*

Os divorciados eram vistos com desconfiança, reprovação e frequentemente proibidos de certos convívios sociais (Freire 2010). Anália Torres (1987) sublinha que só a partir dos anos 1960 é que os casais portugueses se começam a mentalizar de que o amor deve manter-se ao longo da vida em comum, e que a separação é afinal uma opção legítima. Porém, com a assinatura da Concordata entre o Estado Português e a Santa Sé (em 1940), o divórcio é interdito aos cônjuges casados pela Igreja. Na realidade do dia a dia, muitos casais separam-se de facto, embora oficialmente permaneçam marido e mulher. Desta situação concordatária, que perdura até 1975, surgem os filhos de mãe incógnita, crianças nascidas de segundos relacionamentos, que não podiam ser reconhecidas pelas progenitoras. Se o fossem, a paternidade da criança era automaticamente atribuída ao ex-cônjuge, com quem estas mulheres se viam obrigadas a continuar legalmente casadas.

Nos discursos mediáticos, sobretudo na imprensa feminina e até finais da década de 1960, a felicidade da vida a dois e o sucesso do casamento são recorrentemente atribuídos à mulher. As raparigas solteiras e casadas são instigadas a compreender e interiorizar o seu papel de guardiãs da conjugalidade, da prole e do lar, e a superar emocionalmente (de preferência em silêncio) todas e quaisquer situações de desprezo, abandono ou traição por parte do cônjuge. «Se o seu marido se afastar de si, espere-o; ainda mesmo que ele a abandone; espere sempre por ele porque, não só é esposa dele, como também representa o seu nome, a sua honra; um dia ele voltará, abraçando-a» (*Crónica Feminina* 1957, 34).

No seio do matrimónio, a sexualidade feminina está encerrada dentro de uma espécie de «capelinha» sagrada (Freire 2010). Os deveres do corpo feminino eram os de «entrega ao corpo do marido». Por sua vez, os deveres do corpo masculino eram os de «procura do corpo da mulher» («nunca a situação contrária») – situação modelar que constituía uma «desigualdade social na possibilidade física de aceder ao “outro”» (Brasão 1999, 35). Esperava-se da mulher que não reclamasse desejo, e que se refreasse na expressão da excitação sexual.

«O problema de ter mais ou menos prazer sexual era do macho. Se ela o tinha ou não tinha, isso não se sabia e nem sequer se perguntava! “Querida, gostaste? Foi bom para ti?” De maneira alguma! Admito que fosse diferente, quando o casal tinha uma boa relação, mas não era





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

certamente o mais comum. [...] O nosso gozo – o gozo do homem – é que interessava» [Freire 2010, 216].<sup>3</sup>

«A centralização da sexualidade na actividade coital [...] dava à mulher o papel passivo, submisso», não sendo socialmente expectável que tivesse impulsos e desejo sexual (Campos 2007, 283). Purificação Araújo, consultora da Organização Mundial de Saúde (OMS) e ginecologista-obstetra de referência que começa a trabalhar no final da década de 1950 em Portugal, refere<sup>4</sup> que entre médico e doente não era bonito falar de sexo (Freire 2010). Só muito raramente alguém expunha este tipo de problemáticas: «Na minha consulta cheguei a ouvir algumas [mulheres] referirem-se ao ato sexual como o momento em que “os maridos se serviam delas”. [...] Só começou a melhorar com o Maio de 1968, mas duvido que em todas as classes», refere Araújo (Freire 2010, 219).

Durante a primeira metade do Estado Novo, as vivências da sexualidade são agravadas pela ausência de planeamento familiar e de contraceção, proibidas pelo regime «em nome da ideologia pró-natalista, católica e conservadora» (Monteiro 2012, 590) – «[...] a lei n.º 32 171, de 1942, ilegalizou a contraceção até depois do 25 de Abril» (Vilar 2009, 9).<sup>5</sup> Ogino-Knaus (o método do calendário) era a única forma contracetiva aceite pelo Vaticano. Todas as outras (preservativos, pressários, espermicidas) estavam interditas aos católicos. Para muitas mulheres em Portugal, a ausência de prazer era entendida como uma forma de evitar a fecundação: «Bertina Sousa Gomes encontrou ainda bem viva esta ideia [...] nos discursos de mulheres de uma aldeia no distrito de Viseu, onde realizou um projeto de investigação, já no final dos anos 70» (Freire 2010, 217).

<sup>3</sup> Depoimento de António, anónimo, nascido em 1927, entrevistado por mim em 2010.

<sup>4</sup> Em entrevista que me cedeu em 2010.

<sup>5</sup> No artigo 16 do Decreto-Lei n.º 32 171 de 1942, lê-se que «o anúncio e propaganda de antigenésicos e abortivos são proibidos, nos termos do artigo 11 do decreto n.º 17 636, de 18 de Novembro de 1929». E no artigo 21 do mesmo documento, consta que «nunca pode ser autorizada a venda de acessórios médicos, ou apresentados como tais, cujas propriedades ou efeitos sejam contrários à moral ou aos bons costumes ou capazes de interromper ou perturbar de qualquer modo a marcha fisiológica da gravidez. A fabricação ou venda de tais objectos acarreta, além da multa cominada no número anterior, o encerramento do estabelecimento industrial que os fabricou e vendeu por quinze a trinta dias».





### *Enquadramento histórico e social da intimidade em Portugal*

Perante os imperativos morais restritivos do prazer sexual feminino, os métodos contraceptivos pouco fiáveis ou disponíveis, a falta de assistência médica pré-natal, o baixo número de partos realizados em meio hospitalar (cerca de 24% em 1964),<sup>6</sup> o elevado aborto clandestino, as significativas taxas de mortalidade infantil e as dificuldades socioeconómicas em que grande parte da população vivia, não é de estranhar que a vida sexual em geral, e das mulheres em particular, fosse marcada pela contenção e pelo medo (Freire 2010). Vejamos o que escreve uma mulher de 30 anos, já em finais dos anos 1970, dirigindo-se à Comissão da Condição Feminina (CCF), no contexto de um projeto de informação, educação e comunicação sobre planeamento familiar, desenvolvido entre 1978 e 1981 sob coordenação de Ana Vicente e Maria Reynolds de Sousa, que contou com o apoio técnico e financeiro do fundo das Nações Unidas (Vicente 1987).

Tenho trinta anos sou casada há 12 anos tenho um casal de filhos com diferença de 14 meses [...] arrançados logo após o casamento a partir daí comecei a praticar o coito interrompido chegando mesmo a perder o interesse pelo acto sexual [...] posso dizer que passei várias semanas e até meses sem praticar tal acto perdendo o interesse completamente. Desde que descobri o planeamento familiar [...] estou a tomar anticoncepcionais estou contentíssima desde aí sou outra mulher completamente diferente e a alegria e o bom humor voltou a reinar na minha casa, tanto da minha parte como do meu marido não tive mais problemas ou receios de qualquer espécie [carta de leitora enviada à CCF, reproduzida exatamente como recebida] [Vicente, 1987: 398].

---

<sup>6</sup> Segundo Sérgio Ferreira Ribeiro, que participa com o seu depoimento no livro *A Condição da Mulher Portuguesa*, organizado por Urbano Tavares Rodrigues (1968, 91), em 1965, dos 214 824 partos feitos na Metrópole, apenas 26% foram realizados em hospitais, 5,6% tiveram lugar em casa com assistência médica, 24% no domicílio com assistência de parteira ou enfermeira, e 44,4% também em casa, mas sem qualquer assistência. Em meados da década de 1960 havia apenas «vinte e nove maternidades, localizadas nas grandes cidades, algumas com meia-dúzia de camas», e dessas, apenas seis eram públicas. Quanto às parteiras, existia, em média, uma para 5400 habitantes (Neves e Calado 2001, 102). Cerca de duas décadas depois, em 1979, a percentagem de partos com assistência foi de 89% e o número de consultas em dispensários e postos materno-infantis atingiu 1 606 875 (Vicente 1987, 339).





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

O projeto da CCF estabeleceu com a *Crónica Feminina* uma colaboração regular. Eram cedidos textos informativos à revista,<sup>7</sup> no final dos quais se fazia saber que as leitoras podiam pedir esclarecimentos, brochuras e livros gratuitos via correio, para a CCF. «O impacto foi imediato, a avaliar pelo enorme volume de cartas, telefonemas e visitas, recebidas na Comissão da Condição Feminina [...]. Entre abril de 1979 e março de 1982 [...] recebemos um total de 10 230 cartas das leitoras (e alguns leitores)» (Vicente 1987, 16). As cartas traziam questões sobre a comunicação da sexualidade entre pais e filhos, menstruação, relações sexuais no namoro, virgindade, contraceção, parto, infertilidade, aborto, disfunções sexuais, gravidez na adolescência, violência na família, entre outros temas (Vicente 1987, 28). A autora de *Mulheres em Discurso* sublinha o conflito entre o medo da gravidez e o medo da contraceção, expresso em cartas enviadas à CCF:

[A gravidez é um] pesadelo tão constante e tão profundo que estraga a possibilidade de se fazer «vida sexual» com algum (pouco) prazer que seja [...]. [...] Por outro lado, o medo da contraceção é o reverso da moeda que também em muitas cartas surge com força – é como se encontrar uma solução fosse demasiadamente simples para um contexto de conflito e sofrimento a que se está tão habituada que a possibilidade de uma libertação é igualmente temida [Vicente 1987, 38].

Apesar do panorama geral, repressivo do prazer, começam a evidenciar-se, já no final dos anos 1950 em Portugal, tendências que a ele se opõem. São ecos de uma cultura juvenil que emerge internacionalmente, apresentando propostas alternativas de vivência do corpo, da sensualidade, do erotismo, em crescente contracorrente com uma moral tendencialmente conservadora da intimidade – a música e o cinema dão conta da evolução destes novos paradigmas, nomeadamente através de figuras como Elvis Presley, Marilyn Monroe e James Dean. Estas novas perspetivas vão-se enraizando em Portugal, coadjuvadas por algumas mudanças sociais de peso: aumento do tempo que jovens dos dois sexos (particularmente raparigas) passam

---

<sup>7</sup> Susana Ruth Vasques e Hortense de Almeida, jornalistas da então extinta M&B, colaboraram na redação destes textos da CCF para a *Crónica Feminina*. Como veremos em seguida, na M&B haviam tratado de forma extensiva e profunda os temas relativos à saúde sexual e reprodutiva.





### *Enquadramento histórico e social da intimidade em Portugal*

no ensino, e acesso crescente das mulheres ao mercado de trabalho. Para além da universidade e do local de emprego, as mulheres conquistaram outros espaços, como cafés e estabelecimentos noturnos – assumem-se mais libertas de constrangimentos do corpo e mais sensuais (Ferreira 2011). Cardina (2008, 96) crê que no Portugal de 1960, «no âmbito das relações amorosas, começam a entrar em jogo diferentes dependências e estilos de vida, onde o prazer erótico tende a ganhar uma dimensão nova».

Vejamos alguns marcos que apontam tendências de mudança nas vivências íntimas afetivo-sexuais nas décadas de 1960 e 1970, em Portugal.

Em 1961 publica-se no contexto da imprensa universitária coimbrã (jornal *Via Latina*) *A carta a uma jovem portuguesa*, manifesto que denuncia as tremendas desigualdades nas expectativas sociais face à forma como deveriam desenvolver-se, afetiva e sexualmente, jovens dos sexos masculino e feminino. O autor do texto, Artur Marinha de Campos, apela à recusa desta vivência discriminatória da intimidade, que coloca homens e mulheres em campos diferenciados, separados por «um muro alto e espesso» (VL 1961, 130).

A perturbação suscitada pelo artigo foi muito grande e imediata, despoletando uma vaga de textos de resposta e contra-resposta, publicados dentro e fora da academia: artigos, comunicados, panfletos, muitos deles impressos e em tiragens que em certos casos atingiram os milhares de exemplares [Bebiano 2003, 94].

Entre 1963 e 1964, a Juventude Universitária Católica questiona as novas gerações de estudantes universitários (em Lisboa, Porto e Coimbra) sobre temáticas fortemente «tabuizadas» como a contraceção, as relações pré-conjugais e o divórcio. As respostas a este inquérito<sup>8</sup> remetem-nos para um modelo de entendimento da sexualidade pouco reformista. Para 40% dos universitários e 19% das universitárias, as experiências sexuais pré-conjugais eram entendidas

---

<sup>8</sup> «CODES/JUC, Gabinete de Estudos e Projectos de Desenvolvimento Sócio-Económico/Juventude Universitária Católica (1967), *Situação e opinião dos universitários*. O inquérito foi realizado no ano lectivo de 1963/64, mas só foi publicado três anos mais tarde. Foi o segundo inquérito promovido pela JUC; o primeiro tinha sido feito em 1958, aquando do I Congresso da JUC e da JUCF: “Situação Universitária Portuguesa”» (Tavares 2008, 120).





### *Sexualidades, Média e Revolução dos Cravos*

como «úteis», se praticadas por rapazes. Mas apenas 9% dos alunos e 6% das alunas tinham a mesma opinião positiva, face à sexualidade pré-conjugal feminina. Viam a atividade sexual antes do casamento como «repreensível» para os rapazes, cerca de 38% das inquiridas e 23% dos inquiridos, enquanto 47% dos rapazes e 64% das raparigas têm o mesmo entendimento para as mesmas práticas no feminino (Tavares 2008, 120).

Em relação aos meios anticoncepcionais apenas 15,3% dos e das estudantes consideravam lícitos todos os meios conhecidos e de resultados comprovados, enquanto que 46,8% se inclinavam para os meios naturais, que eram os defendidos pela Igreja e 32,8% dos inquiridos não tinham opinião [Tavares 2008, 120-121].

Em 1962, a pílula chega às farmácias portuguesas, mas a sua aquisição era complexa, uma vez que os serviços de saúde não a receitavam como contraceptivo, apenas como método de regulação do ciclo menstrual (Vilar 2009, 10).

Nos anos 60, os métodos anticoncepcionais mais utilizados ainda eram o coito interrompido e as irrigações vaginais. Paralelamente, apesar da pílula e dos preservativos já serem comercializados, o planeamento familiar era considerado subversivo e semiclandestino, quando muito aceitava-se que fossem propagados os métodos naturais (*v. g.*, temperaturas) propostos pela Igreja Católica. Nestas circunstâncias, não suscita admiração que o aborto, auto-induzido, por agulhas de croché e pé-de-salsa, ou realizado por curiosas e parteiras, deixasse um significativo rasto de sequelas (*v. g.*, hemorragias, infeções e rupturas uterinas) e de morte [Pacheco 2000, 160].

Como Manuela Tavares refere,<sup>9</sup> «dizia-se que [a pílula] ocasionava cancro e a Igreja aproveitava-se desse receio para fazer uma campanha nas missas contra a sua toma [...]. Quando começa a ser comercializada, são alguns sectores mais esclarecidos que a procuram» (Freire 2010, 248).

Em 1967 é criada a Associação para o Planeamento da Família (APF), um ano antes de a OMS reconhecer o Planeamento Familiar

<sup>9</sup> Numa entrevista que me concedeu em 2010.





### *Enquadramento histórico e social da intimidade em Portugal*

como uma componente fundamental dos Cuidados de Saúde Primários (Araújo 1987). A nível internacional, três eventos favorecem a afirmação pública do tema da contraceção: em 1968, são dados os primeiros passos na Conferência Internacional sobre Direitos Humanos (em Teerão) no sentido de o Planeamento Familiar se tornar um direito de todos («os pais têm o direito humano básico a decidir livre e responsabilmente o número e espaçamento dos seus filhos»); em 1974, na Conferência da População Mundial (em Bucareste), surge o Plano de Ação da População Mundial, que recomenda a todos os governos «respeitar e assegurar, independentemente das suas metas demográficas, o direito das pessoas a determinar, de uma forma livre, informada e responsável, o número e espaçamento dos seus filhos»; e em 1975, na Primeira Conferência Mundial sobre Mulheres (na Cidade do México), declara-se o direito ao planeamento familiar como um direito essencial para a igualdade de género.<sup>10</sup> Em Portugal, a APF tem «à sua volta um conjunto de profissionais de saúde que estão na base da criação de diversas consultas nos hospitais de Lisboa, do Porto e de Coimbra,<sup>11</sup> ou que estão ligados à criação do Instituto Maternal», organismo estatal que visa promover a saúde materna e infantil, e a partir do qual – segundo Purificação Araújo, citada por Vilar (2009, 14) – foi criada, em 1973, a Direção-Geral de Saúde.

Antes ainda do 25 de Abril de 1974, num artigo da *Modas & Bordados* (1973, 3178) intitulado «Planeamento Familiar – Ano V», a APF revela-se disponível para trabalhar com a classe médica, «frequentemente responsável pela propagação de milhares de conceitos irracionais e anticientíficos (por exemplo, quanto ao uso da pílula!)». Cursos de formação para médicos, enfermeiras e assistentes sociais fazem parte dos planos da Associação, que pretende trabalhar igualmente com professores primários, associações de pais e sindicatos. No artigo, salienta-se igualmente a lacuna de informação sobre planeamento familiar e contraceção nos *curricula* das Faculdades de Medicina, Escolas Superiores de Saúde, Escolas de Enfermagem e Escolas de Assistentes Sociais.

<sup>10</sup> Fonte: «História da APF», artigo da Associação para o Planeamento da Família, acedida em 9 de novembro de 2015: <http://www.apf.pt/quem-somos/historia>.

<sup>11</sup> «No início dos anos 1980, existiam cerca de 400 consultas de planeamento familiar em Portugal, nos centros de saúde e hospitais» (Vilar 2009, 15).





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

Em 1976, o então secretário de Estado da Saúde Dr. Albino Aroso (também presidente da APF) publica o despacho<sup>12</sup> que institucionaliza a existência de consultas de planeamento familiar nos serviços de saúde. No preâmbulo deste despacho era referido que se estimava a realização anual de cerca de 100 mil abortos clandestinos no nosso país, daí que o acesso aos métodos contraceptivos fosse prioritário (Vilar 2009, 15).

Ao longo de todo o Estado Novo, a homossexualidade é enquadrada legalmente como doença ou perversão. No início da década de 1960, Júlio de Melo Fogaça, político do PCR, é detido pela PIDE numa pensão da Nazaré, onde estava acompanhado de um parceiro do mesmo sexo, é afastado do Partido e em 1962 é condenado como «pederasta passivo e habitual na prática de vícios contra a natureza» (Policarpo 2011b, 52). «Só no final dos anos 60, sobretudo nos meios académicos (*v.g.*, «arrementos» de Coimbra) é que os homossexuais, assim como os prostitutas, começaram a ter alguma visibilidade pública» (Pacheco 2000, 148).

Nos domínios literários portugueses começa a fazer-se ouvir, a partir da década de 1960, alguma contestação à moral sexual de tom conservador e repressivo, mesmo em círculos de inspiração católica. Em 1958, António Alçada Baptista adquire a Moraes, editora que publicará entre as décadas de 1960 e 1970 diversos livros em torno do tema da intimidade: «empenhava-se em pôr ao alcance do público português um novo olhar sobre o amor e o sexo, para lá dos simples lugares-comuns do catecismo» (Martins 2006, 49). Entre os vários ensaios sobre o tema, que a Moraes traduz e publica, destacam-se *Amor e Sacramento* (de Alphonse d'Heilly, 1959), *Aprender a Amar e Envelhecer a Dois* (de Paul Chauchard, 1964), *Moral Sexual e Dificuldades Contemporâneas* (de Joseph Folliet e Jacques Paliard, 1960), *A Temperatura, Guia da Mulher* (Sacha Geller, 1963): «Será difícil imaginar o que tais livros contribuíram para abrir novas perspectivas e criar um clima diferente entre os casais cristãos» (Martins 2006, 49). Priore (2005) lembra que novos horizontes se abrem na década de 1960 a muitos cidadãos católicos e não só, um pouco pelo Ocidente.

O Concílio do Vaticano II e a encíclica *Gaudium et Spes* convidavam a olhar o mundo com simpatia e compreensão. Falava-se em paternidade

---

<sup>12</sup> Da Direcção-Geral da Saúde de 24.03.1976.





### *Enquadramento histórico e social da intimidade em Portugal*

responsável, em planificação familiar por meio de métodos naturais e, muito importante, em amor conjugal: o amor entre esposos como um bem incalculável para os filhos, a interação entre amor físico e espiritual e a renovação contínua do amor. Uma agenda, sem dúvida, revolucionária e generosa para o seu tempo [Priore 2005, 301].

O Papa João XXIII criou uma comissão em 1963 para estudar assuntos da população e do controlo da natalidade, e – embora permaneça muito pouco divulgado nos nossos dias – 80 por cento dos membros desta comissão favoreceram o aligeiramento da interdição da Igreja face à contraceção artificial. [...] O sucessor de João XXIII, o Papa Paulo VI, publicou *Humanae Vitae* e rejeitou todas as práticas contracetivas para além do método Ogino-Knaus [Herzog 2006, 155].

Em 1968, em Portugal, a revista *O Tempo e o Modo*<sup>13</sup> publica um caderno exclusivamente dedicado ao tema d'O *Casamento*, relacionando transformação ou revolução sexual com transformação ou revolução política (Costa 2006, 72-73). A censura salazarista apressa-se a apreender a publicação: «[...] desencadeou polémicas terríveis, mesmo entre pessoas que estavam próximas de nós [católicos progressistas] e que se mostraram francamente escandalizadas» (Costa 2006, 72-73).

[...] com textos de autores como Robert Musil, Sade, Kierkegaard, Marcel Proust, Rainer Maria Rilke, Henry Miller, com uma antologia que contava com autores como Edgar Morin ou Wilhelm Reich, e com depoimentos de vários autores portugueses [...], o caderno *O Casamento* representava uma grande inovação em relação a tudo o que já se havia publicado em termos de contracultura em Portugal [Ferreira 2009, 102-103].

---

<sup>13</sup> A Moraes é a editora desta publicação periódica de referência no panorama da contestação cultural dos anos 1960-1970 (o primeiro número remonta a 1963). Com pretensões de questionar a ordem estabelecida a nível social e cultural, *O Tempo e o Modo* inspira-se na revista francesa *Esprit*, e é dirigida por António Alçada Baptista, tendo por chefe de redação João Bénard da Costa, Pedro Tamen como editor e Nuno de Bragança e Alberto Vaz da Silva como redatores principais (Costa 2003, 56). *O Tempo e o Modo* «foi um importante meio de difusão dos pontos de vista de uma certa elite oposicionista», apostada em estabelecer «pontes entre o cristianismo e o marxismo» (Cardina 2008, 94).





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

Na nota de abertura d'*O Casamento*, escreve-se que a luta contra a ordem estabelecida passa pela luta contra os costumes. À distância de três décadas, refletindo sobre o significado da obra, Bénard da Costa (2003) escreve:

Hoje seria difícil, relendo essa publicação, compreender a «tempestade» que ela, à época, significou. Mas, nas linhas e nas entrelinhas, esse caderno significava que a única das «revoluções» dos anos 60, de que os católicos portugueses se tinham mantido afastados, a «revolução sexual», chegava agora até eles com um vasto inquérito sobre temas como «Será o casamento necessário?», «A Fidelidade tem para si sentido?», «Liberdade sexual», «Divórcio», etc. [Costa 2003, 93].

Esta publicação é um bom exemplo da atenção de uma elite intelectual e artística às questões que envolviam a chamada «revolução sexual» nos EUA e em outros países do Ocidente.

Paralelamente, na esquerda radical (também designada por Nova Esquerda<sup>14</sup>), faziam-se reuniões clandestinas para estudar *O Combate Sexual da Juventude* de Wilhelm Reich, refletindo sobre a importância da «revolução sexual» para a revolução política. O psiquiatra opunha-se à moral sexual burguesa, defendendo que mais não fazia do que negar a sexualidade. De acordo com Reich (1972, 191) era «preciso transformar a rebelião sexual da juventude, secreta ou aberta, numa luta revolucionária contra a ordem social capitalista».

[...] na sociedade capitalista não existe libertação sexual da juventude, não existe vida sexual sã e satisfatória; se tu queres suprimir a miséria sexual, luta então pelo socialismo. Porque o socialismo realiza a alegria de viver sexual [...] e elimina de início a dominação das pessoas que viram os olhos para o céu quando falam de amor e que, em realidade, destroem a sexualidade da juventude [Reich 1972, 193].

Jaspard (1997, 41) defende que «o combate de Reich pela libertação sexual permitiu às gerações dos anos 1960 e 1970 progredir através do controlo da sua sexualidade», e que foi «profética» a publicação, em França, em 1968, d'*A Revolução Sexual*. Outras obras marcam a contestação de uma visão modelar repressiva da

<sup>14</sup> Assim designada sobretudo nos países anglo-saxónicos (Cardina 2008, 103).





### *Enquadramento histórico e social da intimidade em Portugal*

sexualidade no Estado Novo. Em 1965, Natália Correia organiza a polémica *Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica*, publicada pela editora Afrodite. A obra é proibida e apreendida. Natália Correia e Fernando Ribeiro e Mello (editor) – bem como poetas participantes como Luiz Pacheco, Mário Cesariny, Ary dos Santos e Ernesto de Melo e Castro – são levados a tribunal pelo conteúdo obsceno do livro (Vilela 2012, 187).

*A Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica* é julgada no Tribunal Plenário da Boa-Hora, no Chiado. [...] a acusação considera os textos e os desenhos «pornográficos, torpes, obscenos» e a publicação do livro uma «empresa dolorosa» para «explorar a desmoralização (sobretudo da juventude) sob disfarce de apologia, de criação e de civismo». [...] O processo arrasta-se quatro anos. Só em 1970 os arguidos conhecem a sentença: 90 dias de prisão correccional substituíveis por multa para Natália Correia e Fernando Ribeiro e Mello; 45 dias de prisão substituíveis por multa para os restantes [Vilela 2012, 187].

Natália Correia diz-nos no prefácio da *Antologia* que o poeta exercita a verdade humana contra uma moral sexual rebaixada à situação de esgoto (Freire 2017).<sup>15</sup>

A editora Afrodite publica também nos anos 1960 outras obras controversas, por abordarem o tema da intimidade afetiva e sexual: *A Filosofia na Alcova*, de Marquês de Sade, *A Vénus de Kazabaika*, de Masoch, e *Kama-Sutra*.

No início dos anos 1970, as *Novas Cartas Portuguesas* (de Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa e Maria Isabel Barreno) desencadeiam outro processo em tribunal, por ofensa à moral pública. O livro apela de forma implícita à «subversão da ordem sexual estabelecida», «afirmando-se num universo dentro do qual existia já um número razoável de pessoas, principalmente de mulheres, em condições de o entender» (Bebiano 2003, 92).

A apreensão do livro e o processo instaurado às três autoras [...] provocou uma onda internacional de apoio inédita na história da literatura portuguesa, tendo os protestos e as manifestações em prol da causa

---

<sup>15</sup> Prefácio da *Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica (dos Cancioneiros Medievais à Actualidade)*, obra selecionada e anotada por Natália Correia, com ilustrações de Cruzeiro Seixas e edição de Fernando Ribeiro de Mello.





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

das «Três Marias», como viria a ficar conhecido o processo, atingido proporções inimagináveis: desde a cobertura do julgamento feita pelos meios de comunicação internacionais (*The Times*, *Le Nouvel Observateur*, etc.), até às manifestações feministas em várias embaixadas de Portugal no estrangeiro, passando ainda pela defesa pública da obra e das autoras levada a cabo por nomes como Simone de Beauvoir, Marguerite Duras, Doris Lessing, Iris Murdoch ou Stephen Spender [...].<sup>16</sup>

Já depois da Revolução dos Cravos, Maria Teresa Horta escreve no *Expresso* (1974, 74) que «eram perseguidas sem misericórdia» todas as obras que «pretendessem abordar, dignamente, o tema sexual», ou que «tocassem mesmo ao de leve» temas como a política, a economia, o colonialismo, a sociologia, a juventude, a droga, o pacifismo e a emigração, entre outros. A emancipação das mulheres e a procura feminina do prazer são centrais em as *Novas Cartas Portuguesas*:

[...] a mulher vota, é universitária, emprega-se; a mulher bebe, a mulher fuma, a mulher concorre a concursos de beleza, a mulher usa mini-maxi-saia, «hot-pants», «tampax», diz «estou menstruada» à frente de homens; a mulher toma a pílula, rapa os pêlos das pernas e de debaixo dos braços; põe biquíni; a mulher sai à noite sozinha, vai para a cama com o namorado; a mulher dorme nua, a mulher entende, já sabe o que querem dizer certas palavras, tais como: orgasmo, pénis, vagina, esperma, testículos, erecção, frigidez, clitoris, masturbação, vulva. As mulheres entre elas, na intimidade das retretes de repartições públicas onde estão empregadas, nos recreios dos liceus, nas universidades, nos quartos, nas salas, à porta fechada, até já contam anedotas obscenas, certos pormenores íntimos de cama e em segredo tomam certas liberdades de linguagem, e assim se modernizam, se libertam, se promovem... eis-nos, pois, irmãs, em plena era da liberdade da mulher portuguesa... [...]. [Barreno, Horta e Velho da Costa 1974, 285-286].

Na música são múltiplos os exemplos de contestação à visão modelar conservadora da sexualidade. De facto, «o campo musical é um domínio da construção do género, mas também da sexualização

---

<sup>16</sup> *Projeto Novas Cartas Portuguesas: 40 anos depois*, desenvolvido na Faculdade de Letras, da Universidade do Porto, sob coordenação de Ana Luísa Amaral. Acedido a 15 de julho de 2015, em: <http://www.novascartasnovas.com/>.





### *Enquadramento histórico e social da intimidade em Portugal*

do desejo» (Pais 2016, 15). O caso da *Desfolhada Portuguesa* é emblemático. Em 1969, uma multidão eufórica acorre à estação de Santa Apolónia em Lisboa para aplaudir Simone de Oliveira, que a cantara no Festival da Eurovisão. Na canção, a estrofe de Ary dos Santos – «Quem faz um filho fá-lo [também] por gosto» – valoriza uma dimensão apagada nos discursos do Estado Novo, ou seja, a dimensão do prazer sexual na relação conjugal, independentemente da sua finalidade reprodutiva.

## Marcelo Caetano e a juventude

Citando Cervellé, Cardina (2008, 110-111) refere que entre 1968 e 1974, período governado por Marcelo Caetano, «“a renovação na continuidade” torna-se “continuidade sem renovação”». Que a polícia política retoma o seu papel repressivo, nomeadamente contra sectores ideológicos mais moderados. Que se intensifica a repressão a vozes críticas no interior do catolicismo. Que é rejeitado o projeto de lei sobre liberdade de imprensa. Mas também... que aumentam as greves, os protestos e a agitação social (nomeadamente contra a guerra colonial), e se afirmam «lutas» travadas internacionalmente, espelhando uma tendência de renovação das mentalidades (e das práticas) a nível das vivências da intimidade.

Em 1968, os ecos do Maio parisiense chegaram a Lisboa, ao mesmo tempo que o livro vermelho de Mao e o *Revolution* dos Beatles: «Todos queriam mudar o mundo, yeah, yeah, yeah.» Nas praias chiques, os cabos-de-mar já não tinham convicção para impor a interdição do biquíni. [...] Perante a impotência paterna, as meninas urbanas saíam e entravam em casa às horas que lhes apetecia. Nas farmácias vendia-se a pílula livremente. As mulheres declaravam que também queriam trabalhar. À medida que as criadas de servir desapareciam, o número de filhos decrescia [Mónica 1996, 225].

Seabra (2012, 451) defende que o período de Marcelo Caetano foi de imensa alegria: «[...] para nós, estudantes, cada um mais radical do que o outro, vive-se simultaneamente a ideia da festa e a ideia de fim de Regime». Em associações estudantis o momento é também de «grande efervescência»: contesta-se politicamente a guerra,





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

os costumes, a segregação dos sexos no convívio universitário, pela existência da «sala das alunas» (Reis 2012, 457).<sup>17</sup>

Segundo Vaz (1987, 182), os universitários portugueses mostravam ainda em finais da década de 1960 «uma ignorância quase total face à sexualidade, embora expressões como “amor livre” e “revolução sexual” dominassem as parangonas dos jornais, os discursos dos académicos... e as discussões conjugais de uma geração!».

O que pensava Marcelo Caetano, ex-reitor e ex-Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa (entre 1940 e 1944), acerca dos protestos, reivindicações morais, e novos costumes íntimos, protagonizados por alguma juventude, sobretudo urbana e socialmente favorecida? Em 1967, Caetano publica numa separada da revista *Rumos*, um artigo intitulado «Juventude de hoje, juventude de sempre». A reflexão – explica – nasce numa tertúlia de pais e professores, na praia chilena de Viña del Mar, evolui para uma *charla* pública na Universidade Católica de Valparaíso, e posteriormente ganha a maturidade de um artigo.

Não julgo que [as minha opiniões] tenham muito de original nem resultaram, como se vê, de profundo estudo apoiado em exaustivas pesquisas. São apenas fruto do esforço feito por um homem que tem passado a vida em contacto com a juventude [Caetano 1967, 6].

Segundo Caetano (1967, 5), a discussão do assunto «das atitudes e mentalidade da gente nova» – que se mostram à época completamente discordantes dos padrões tradicionais da vida familiar e social – é frequente sempre «que se juntam pessoas de quarenta anos» e com «responsabilidades educativas». «Desmandos», «inconformismo», «rebeldia», «cólera contra o mundo», são termos e expressões usados por Marcelo Caetano (1967, 5-6) para caracterizar uma juventude em crise, salientando no entanto que os referidos fenómenos, na sua manifestação «virulenta», são ainda assim menos atenuados em Portugal que noutros lugares do mundo.

---

<sup>17</sup> «Luta esta que esteve na origem do encerramento da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico, após invasão da PIDE e apreensão do seu boletim *Binómio*, a que se seguiu uma greve geral das Universidades de Lisboa, em dezembro de 1968, ainda antes da famosa greve de Coimbra em 1969. Para o órgão do Regime *Diário da Manhã*, tudo isto não passava de uma luta por “casas de banho mistas” e “amor livre”» (Reis 2012, 457).





### *Enquadramento histórico e social da intimidade em Portugal*

O sucessor de Salazar na condução política do país diferencia a sua geração da geração que nasce no pós-Segunda Guerra Mundial, e defende que a tremenda revolução da técnica e a evolução do conhecimento estão na fronteira entre ambas. Para as gerações mais jovens as noções de transformação, contingência e evolução são centrais: «[...] habituam-se desde o berço à fluidez com que se transformam coisas e hábitos, ganhando uma noção de contingência, um espírito de evolução criadora que não pode deixar de impregnar profundamente a mentalidade colectiva» (Caetano 1967, 9). Marcelo Caetano defende que as gerações anteriores à Segunda Guerra Mundial eram pacientes e resignadas, enquanto as novas gerações tendiam a ser impacientes e inconformadas. Que se passara de uma *civilização agrária* – tradicional, virada para a natureza, conformada com o cosmos, plena de resignação e paciência – para uma *civilização mecânica ou industrial*, caracterizada pela força do urbanismo e da subalternização da natureza, por uma mentalidade em que o engenho e a produção conferiam a ilusão de derrubar obstáculos, «generalizando um estado de espírito impaciente» (Caetano 1967, 9-10).

Embora reconheça que o conflito de gerações é natural, que a contestação é própria dos «verdes anos», o futuro Presidente do Conselho refere que a juventude surgia então «cada vez mais emancipada de convenções sociais, de leis morais e de limitações religiosas» (Caetano 1967, 13). Os educadores perdiam as certezas. «O homem bem educado» entrava em crise. A juventude rejeitava a autoridade. Flexibilizava-se a noção de «pecado», que já não intimidaria «as próprias almas crentes»; abandonava-se a ideia de que os instintos eram para dominar; reduziam-se ao mínimo os constrangimentos (para não originar complexos vitalícios). Mas para Marcelo Caetano (1967, 14) o fenómeno de rebeldia e desvio de juventude não era exclusivo da masculinidade.

As raparigas acamaradam com os rapazes [...], frequentam os mesmos lugares, correm as mesmas aventuras, adoptam os mesmos hábitos... uns e outros se misturam na mesma categoria etária e social dos *teen-agers*, que se prolonga, porém, dos quinze aos vinte cinco ou mais [Caetano 1967, 14].

Em finais de 1960, segundo o sucessor de Salazar, o casamento era encarado de forma diferente pelos jovens portugueses. Teriam já





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

a «preocupação do acordo físico na consciência» (permissividade em relação à sexualidade pré-conjugal), indisponibilidade para namoros prolongados, e vontade de partilhar um quotidiano de conjugalidade em que ambos (homem e mulher) trabalhavam, refletindo um contexto de mudança social, sobretudo em relação ao papel feminino, que passaria portanto a ser «activo» (Caetano 1967, 16). «A “Dona de casa” deixou de ser modo de vida que se invoque», as jovens sentem «repugnância», «desgosto» ou sentimento de humilhação perante o trabalho doméstico, desejam ter profissão e emancipar-se economicamente (Caetano 1967, 14). Note-se que a partir dos anos 1960 dá-se um aumento da mão de obra feminina em Portugal, devido à emigração e à guerra colonial (Cova e Pinto 2002).

A abertura do país aos investimentos estrangeiros, na década de 60, conduz à instalação de empresas em sectores onde predomina a mão-de-obra feminina: têxteis, vestuário, calçado e electrónica. [...] Na indústria, o emprego feminino cresce 51%. Também a partir dos anos 60 se produziu uma verdadeira explosão do terciário, com 33,9% de mulheres empregadas neste sector [Tavares 2000, 22].

De acordo com Caetano (1967, 15), o convívio diário de rapazes e raparigas nas comunidades escolares e profissionais teria levado à uniformização da linguagem, dos problemas, das distrações, fazendo com que «elas» não quisessem mais ser tratadas como «seres frágeis e delicados». E desta aproximação teria resultado uma espécie de androginia, que apenas o uso da barba (derradeiro refúgio da dignidade máscula), ainda diferenciava (Caetano 1967). A masculinização das raparigas e a androginização dos rapazes parece preocupar o ex-reitor, bem como a abertura na forma de entender, discutir e experienciar o corpo.

A juventude de agora, porém, criada nesse ambiente de libertação de «complexos» [...] perdeu a preocupação do recato do corpo pelo hábito da frequência das praias, das piscinas, dos ginásios. [...] Aliás nem o corpo em si nem os seus problemas e funções têm já segredos para uma mocidade que estuda em comum e tem ao seu dispor vasta literatura e um cinema instrutivo. Daí resulta que certas questões outrora consideradas tabus, são agora conversadas e discutidas entre pessoas de sexos diferentes com um à-vontade, uma franqueza, um realismo tão





*Enquadramento histórico e social da intimidade em Portugal*

crus, que não podem deixar de escandalizar os mais velhos [Caetano 1967, 16].

O ex-reitor defende que estava em curso no Portugal de 1960 (e em muitos países do mundo) uma «viragem», uma «revolução de ideias», a nível moral e de costumes, uma subversão da velha ordem, sendo o papel feminino fundamental nessa transformação. Com que repercussões? Em finais dos anos 1960 em Portugal, «são raras as mães que podem continuar a exercer o papel de guardiãs dos lares [...] porque estão empregadas ou porque são atraídas por deveres sociais ou pela necessidade de distração» (Caetano 1967, 17). Além disso, «o pessoal doméstico [criadas de servir] escasseia e não tarda que se torne raro e caro», as crianças são «colocadas nas escolas infantis desde muito cedo e quando chegam a casa no fim do dia encontram pais fatigados», e quando chegam às universidades, «já habituados a contar sobretudo uns com os outros», juntam-se nos cafés para estudar, para conversar e «gozar os ócios» (Caetano 1967, 17). Os problemas com a juventude, a formação e multiplicação destes «grupos» e «bandos de gente nova» deviam-se – portanto – ao abandono pela mulher das funções maternas e de guardiã do lar (Caetano 1967, 18).

Os jovens são solidários entre si, associam-se para se fortalecer nas suas atitudes e opiniões e se impõem como uma força, só porque são jovens. A juventude tende a deixar de ser uma idade para ser concebida como uma classe [Caetano 1967, 18].

Efetivamente, a emergência de uma subcultura juvenil autónoma, decisiva para a «definição identitária da juventude», remonta ainda à segunda metade de 1950, mas desenvolve-se sobretudo na década de 1960 – «período de afirmação vitoriosa de uma fase da vida ainda recente no transcurso da história» (Bebiano 2003, 12). «A juventude deixa de ser vista – e de se ver a si própria – como uma amálgama de sujeitos em processo inacabado de integração social, para passar a agir, pensar e sentir segundo modalidades próprias, disseminadas pelos mais variados âmbitos da política e da cultura» (Cardina 2008, 98). Citando Skelton, Bebiano (2003, 30) afirma que o *teenager* surge «integrando um tipo social sem precedentes, composto por jovens





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

entre os treze e os vinte anos de idade, associado a marcas, linguagens e comportamentos inteiramente diversos dos verificados entre a anterior geração de pessoas de idêntica idade».

Em 1967, para Marcelo Caetano, os desmandos dos grupos, trupes e bandos de jovens portugueses, embora mais frequentes e dando mais nas vistas, pela composição mista de rapazes e raparigas, não eram apesar disso socialmente gravosos. Não estávamos perante delinquentes. Para o futuro chefe de Estado, que chega ao poder em 1968, o desporto seria uma excelente alternativa a estes bandos de jovens, carregados de ídolos do futebol, «“heróis” do cinema ou da canção» (Caetano 1967, 19).

Onde procurar a explicação para o delírio que faz soltar gritos histéricos, desmaiar admiradoras, disputar relíquias e pôr em perigo a integridade dos festejados? Creio que há nas exibições dos espectadores e admiradores muito de espectáculo também, um exibicionismo individual [...]. [...] uma manifestação da tendência para a libertação de instintos, do inconformismo com o recato tradicional das exteriorizações, da preocupação de «descontracção» hoje tão generalizada. Gosta, grita-se o prazer que se sente [Caetano 1967, 19].

No final do artigo, em jeito de conclusão, Marcelo Caetano (1967, 21) afirma-se esperançoso da recuperação dos «valores essenciais da humanidade» e recusa-se «a acreditar na vitória do erro»: «Na marcha providencial da História do mundo cada geração é um momento apenas.»

## **Pós-Revolução dos Cravos: ventos de mudança**

Para Aboim (2011, 98) o 25 de Abril de 1974 transportou consigo uma «verdadeira revolução privada, que serviu de motor para a edificação de valores de igualdade de género no Portugal contemporâneo».

A Constituição de 1976 estabeleceu a igualdade entre mulheres e homens ao consagrar no seu artigo 13.º o princípio jurídico universal da igualdade e a não discriminação em função do sexo. O artigo 52.º, alínea c), colocou a igualdade de oportunidades na profissão, devendo





### *Enquadramento histórico e social da intimidade em Portugal*

o Estado intervir para que o direito ao emprego não fosse limitado em função do sexo, assim como o acesso a quaisquer cargos ou categorias profissionais. O artigo 36.º consignou na família iguais direitos e deveres dos cônjuges e a não discriminação dos filhos nascidos fora do casamento. O artigo 68.º reconheceu o direito à licença de maternidade e atribuía ao Estado a garantia de condições para a realização profissional das mulheres e a sua participação na vida cívica do país [Tavares 2000, 37].

As mudanças nas políticas de família são «imediatas» (Wall 2011, 351). A partir de 1977, com a revisão do Código Civil, conquista-se «maior igualdade e cooperação entre os cônjuges, maior respeito pela pessoa individual, pela criança e pelas diferentes formas de vida doméstica privada» (Almeida *et al.* 2001, 280). Desaparece a figura do «chefe de família», o governo doméstico deixa de pertencer por direito à mulher, acaba-se com a necessidade de autorização do marido para que a esposa possa exercer a profissão, termina a obrigatoriedade de a mulher casada ter o domicílio do marido, e elimina-se o preceito que permitia a anulação do casamento pela falta de virgindade da noiva (Casimiro 2011, 123). Na década anterior, o Código Civil aprovado em 1966 legitimava ainda o poder masculino, embora tivesse trazido já nessa altura algumas alterações de relevo ao estatuto desigual da mulher portuguesa:

A mulher casada, a quem competia o governo doméstico, já podia exercer profissões liberais ou funções públicas sem autorização do marido e podia dispor do seu salário, ainda que aquele pudesse denunciar o contrato de trabalho da mulher se assim o entendesse. [...] As mulheres continuavam impedidas de ter acesso a profissões como as da carreira diplomática e da magistratura [Aboim 2011, 96].

É em 1974 que é garantido o acesso das mulheres a todos os cargos da carreira administrativa local,<sup>18</sup> à carreira diplomática<sup>19</sup> e à magistratura,<sup>20</sup> sendo também «abolidas todas as restrições baseadas no sexo quanto à capacidade eleitoral dos cidadãos»<sup>21</sup> (Tavares 2000,

<sup>18</sup> Dec. Lei n.º 251/74 de 12 de junho.

<sup>19</sup> Dec. Lei n.º 308/74 de 6 de junho.

<sup>20</sup> Dec. Lei n.º 492/74 de 27 de setembro.

<sup>21</sup> Dec. Lei n.º 631/A/74 de 15 de novembro.





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

30). No ano da Revolução dos Cravos, Maria de Lurdes Pintasilgo torna-se a primeira mulher a assumir a pasta de um ministério (dos Assuntos Sociais) na história do nosso país.

A partir de 1977, com a revisão do Código Civil, os casais que vivem em união de facto passam «a ser reconhecidos enquanto casal, apesar de não serem definidas quaisquer obrigações recíprocas de respeito, fidelidade, cooperação ou assistência» (Aboim 2011, 89) – podem exercer o direito paternal em conjunto, e segundo o regime que vigora para os pais casados, desde que declarem ser essa a sua vontade (Almeida *et al.* 2001).

O protocolo adicional à Concordata, que veio permitir o divórcio civil para os católicos, é assinado pelo Vaticano em fevereiro de 1975 (Tavares 2000, 31) – os casamentos celebrados pela Igreja passam a poder obter divórcio civil. O Decreto-Lei n.º 261/75 de 27 de maio introduz duas alterações de relevo sobre a dissolução do casamento católico: passa a ser sujeito à lei do Estado e a poder ser dissolvido nos tribunais civis; introduz o divórcio por mútuo consentimento (Almeida *et al.* 2001).



## Capítulo 3

# Análise do agendamento da intimidade no *Expresso*, *Diário de Lisboa*, *Modas & Bordados* e *Crónica Feminina* (1968-1978)

No seminário «Sexualidade e educação sexual nos países de cultura latina», organizado pela Federação Internacional do Planeamento Familiar, entre 2 e 4 de Julho de 1975, em Viana do Castelo, debatem-se visões modelares da intimidade. Citado num artigo da *Modas & Bordados* (1975, 3309), o investigador polaco Kazakiewisz defende a necessidade de encontrar uma terceira via alternativa a duas perspetivas «extremas» da sexualidade, «possíveis de encontrar [na época] à escala europeia»: uma delas «resultante da influência do catolicismo tradicional» e a outra, «produto do vanguardismo sexual» (M&B 1975, 3309). Maria José Paixão, enviada pela revista ao encontro, resume no artigo as características de ambos os modelos (M&B 1975, 3309):

Teria o citado *modelo de vanguarda* significado expressivo na sociedade portuguesa de 1975? Que pistas nos dá a análise de conteúdo dos *media*, relativamente aos sete pressupostos que Kazakiewisz defende constituírem este modelo? Evidencia-se no contexto da imprensa escrita analisada a defesa do «sexo sem amor» (M&B 1975, 3309)? De uma sexualidade em que tudo é permitido, sendo tudo natural (não havendo por isso desvios)? O que nos dizem os discursos mediáticos analisados no contexto desta pesquisa?





*Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

**Figura 3.1: Modelo tradicional e de vanguarda, apresentado por Kazakiewisz no seminário da FIPF, em 1975**

MODELO TRADICIONAL	MODELO DE VANGUARDA
O sexo só serve para procriar	O sexo não serve apenas a procriação
O ideal é o amor sem sexo	O ideal é o sexo sem amor
A sexualidade é fonte de infelicidade	A sexualidade é fonte principal de prazer
O prazer sexual é tolerado	O prazer sexual é procurado
Existência de muitas normas restritivas	Não há normas. Tudo é permitido
A natureza humana constitui o argumento para que apenas um modelo seja aceite, o dito «natural». Numerosos desvios	Tudo é natural. Não há desvios
Proibição da contraceção	Imposição da contraceção

Fonte: Artigo «Amor e Sexo», de Maria José Paixão, publicado na *Modas & Bordados*, de 16 de julho de 1975, edição nº 3309.

Duas décadas após a Revolução dos Cravos – em 1995 – realiza-se junto de 2012 indivíduos (com 15 ou mais anos e residentes em Portugal Continental), um inquérito às gerações e aos valores da sociedade contemporânea. A sexualidade é um dos aspetos sondados. O modelo de vanguarda citado por Kazakiewisz no seminário da FIPF parece aproximar-se da geração que nasce entre 1971 e 1980, denominada Geração do 25 de Abril (Ferreira 1998), mais associada à *ética romântica* e ao *individualismo expressivo*. Trata-se de uma geração que valoriza o prazer, a experimentação e a transgressão, admitindo todo o tipo de relações sexuais, e aceitando a homossexualidade (Ferreira 1998):

[...] [esta geração] pensa que o sexo tem sentido em si mesmo, pelo prazer que proporciona; associa às relações sexuais, como aspectos mais importantes, o prazer, o erotismo, o orgasmo e o envolvimento romântico; considera o desejo mútuo, o desejo de passar um bom bocado ou apenas o facto de duas pessoas se amarem como suficiente para terem relações sexuais, não sendo necessário que sejam casadas; tem uma visão positiva da pornografia, associando-a à diversão. [...] Em termos morais revela uma atitude fortemente permissiva e transgressora face aos costumes [Ferreira 1998, 139-140].





### *Análise do agendamento da intimidade*

Segundo o inquérito às gerações e aos valores da sociedade portuguesa, realizado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, em 1995, «[...] a *Geração da Grande Guerra* [nascidos antes de 1941] aparece associada, em termos gerais, à *ética puritana ou protestante*»: conservadora quanto à família, desaprovando a coabitação e valorizando o casamento, com uma perspetiva tradicional relativamente aos papéis conjugais e sociais de género (Ferreira 1998, 139). Para esta geração, a sexualidade é entendida segundo uma moral conservadora e repressiva, admitindo apenas «relações sexuais heterossexuais e após o casamento, condenando a masturbação, o adultério, a prostituição e a pornografia» (Ferreira 1998, 139) – uma perspetiva consentânea com os pressupostos do *modelo tradicional* invocados por Kazakiewicz no encontro da FIPF em 1975.

O sociólogo Kenneth Plummer (2003a, 9) diferencia três variantes das intimidades: *tradicionais*, *modernas* e da *modernidade tardia* (ou *pós-moderna*). As primeiras referem-se às vivências de certas comunidades, em que as pessoas vivem rodeadas pelas suas famílias e vizinhos, participando em rituais inspirados por um forte peso patriarcal e/ou de ordem sociorreligiosa (Plummer 2003a). As segundas dizem respeito às intimidades que se afirmaram nos últimos duzentos anos, enredando-se nas várias características da modernidade, nomeadamente o capitalismo, o urbanismo, a anomia, a burocratização, a vigilância e a individualização. Finalmente, as terceiras incorporam as fases finais da intimidade moderna, com novas possibilidades enxertadas num mundo global tecnológico (Plummer 2003a). De acordo com o sociólogo, no final do século xx, muitos de nós estávamos a viver, simultaneamente, em mundos *tradicionais*, *modernos* e *pós-modernos*, a nível da intimidade. Esta noção de simultaneidade (graus e níveis de autoconsciência distintos) é fundamental quando olhamos para as tremendas disparidades que ainda hoje marcam as vivências da intimidade nos mais diversos cantos do planeta (Plummer 2003a).

Ao longo dos últimos 40 anos, as possibilidades de escolha em matéria da intimidade afetiva e sexual, no nosso país, aumentaram indiscutivelmente. Em termos legais muitas conquistas foram alcançadas, direitos fundamentais para pessoas LGBTI (reconhecimento legal das uniões de facto, do casamento, e da homoparentalidade) e a legalização da interrupção voluntária da gravidez, para citar alguns exemplos. Os princípios pelos quais os indivíduos gerem as suas vidas no nosso país, hoje em dia, apresentam-se cada vez menos





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

como leis que estabelecem o lícito e o ilícito, por referência a uma moral preestabelecida. *Media*, internet, escola, movimentos sociais, literatura, cinema, campanhas de prevenção, inquéritos, ou seja, novas fontes de informação e de difusão de normas em matéria da sexualidade vieram ocupar o terreno da religião, das comunidades locais, da família (Bajos e Bozon 2008). «Todavia, essa mutação está longe de ser absoluta, na medida em que existe evidência da existência duma complexa coabitação entre modernidade e tradição» (Pacheco 2000, 222). Na análise de conteúdo da imprensa na passagem da ditadura para a democracia transparecem vivências de uma intimidade *moderna*, impregnada de elementos *tradicionais* e de uma intimidade *pré-pós-moderna*.

Em meados dos anos 1970 a sociedade portuguesa continua a reconhecer um peso determinante ao casamento, a valorizar a virgindade nupcial feminina, mas também a ver nascer (e/ou consolidarem-se) movimentos de defesa de novos direitos sobre o corpo (nomeadamente os da contraceção e do aborto) e a surpreender-se com novidades da era informática, que possibilitam a empresas como a Matrimor, anunciar em 1975 o agenciamento de encontros para solteiros, viúvos e divorciados, graças ao braço da tecnologia: «Imaginal o prazer de ir ao encontro do homem ideal ou da mulher ideal, um e outro selecionados por elementos fundamentais como a idade, a profissão, a altura, o peso, a cor dos cabelos, o carácter, a sexualidade, a cor dos olhos, o tipo físico, etc.» (CF 1975, 995).

As transformações da intimidade na modernidade tardia, bem como o aumento das possibilidades de escolha, motivaram o envolvimento de certas pessoas em «guerras morais» sobre políticas de família, políticas do corpo, políticas de identidade, políticas de género, políticas religiosas, políticas tecnológicas, e também políticas sexuais (Plummer 2003a, 34). Mais do que apurar o que muda e se mantém, pretendi com este estudo identificar agendas, debates, disputas, tendências, mobilizações no sentido da mudança social, da afirmação de novas escolhas íntimas.

O que nos dizem os discursos mediáticos em torno do ideário da chamada «revolução sexual»? Os movimentos que se batem pelos direitos dos homossexuais e das mulheres chegam à agenda dos *media*? Que cobertura se faz de novas reivindicações a nível das atitudes, práticas, comportamentos, relacionamentos e identidades sexuais? Que discursos se afirmam a nível da sexualidade reprodu-





## Análise do agendamento da intimidade

tiva e hedonista, da saúde e da doença sexual e das diversas orientações sexuais ou identidades de género?

Diversos investigadores defendem que, com a Revolução dos Cravos de 1974, se deu um crescimento das atitudes mais liberais em relação à sexualidade (Pacheco 2000; Aboim 2011; Ferreira 2011; Pais 2011; Policarpo 2011b). Através da nossa pesquisa evidenciamos essa mudança numa esfera que é pública (os *media*), detalhando-a na sua relação de confluência, conflito e simultaneidade com valores mais conservadores.

## Retrato da amostra

### Evolução da cobertura entre 1968 e 1978

A intimidade afetiva e sexual foi objeto de agendamento em 1507 peças/artigos nas 4 publicações (*Expresso*, *Diário de Lisboa*, *Modas & Bordados*, *Crónica Feminina*) nos anos de 1968, 1973, 1974, 1975, 1976 e 1978. A sua esmagadora maioria (82%) foi publicada na imprensa feminina. À época, a grande maioria dos assuntos relativos à afetividade e à sexualidade são entendidos como «naturalmente» do interesse das mulheres (e. g., a contraceção).

A *Crónica Feminina* tem a presença mais expressiva da amostra com uma percentagem de 50% dos artigos encontrados, seguindo-se-lhe a *Modas & Bordados* (com 32%), o *Expresso* (com 11%) e o *Diário de Lisboa* (com 7%).

No período pré-Revolução dos Cravos, concretamente entre 1968 e 1973, regista-se um aumento do agendamento dos afetos e

Quadro 3.1: Distribuição da amostra pelas 4 publicações (1968-1978)

	Freq	%
<i>Expresso</i>	166	11%
<i>Modas &amp; Bordados</i>	483	32%
<i>Crónica Feminina</i>	757	50%
<i>Diário de Lisboa</i>	101	7%
Total	1507	100%

Fonte: Isabel Freire, *A intimidade afetiva e sexual na imprensa em Portugal (1968-1978)*, 103.





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

das sexualidades, de 11% para 13%. Esta variação positiva relaciona-se objetivamente com o facto de em 1968 termos apenas 3 publicações em análise (o *Expresso* não existia), ao passo que em 1973 já são escrutinadas as 4 publicações do *corpus*. Além disso, a evolução poderá relacionar-se com um alargamento da malha censória no período marcelista, mas também com uma maior permeabilidade de temáticas da intimidade por inspiração emancipatória feminina. Note-se, porém, que a evolução mais retumbante da cobertura dos afetos e das sexualidades acontece entre 1973 e 1974 (de 13% para 22%). Diversos fatores contribuem para este crescimento: o fim do exame prévio e a instituição da liberdade de expressão; a entrada abrupta nas salas de cinema de filmes de inspiração erótica, que geram uma discussão pública sobre o tema do erotismo e da sexualidade; o surgimento/recrudescimento de movimentos envolvidos em causas relacionadas com a intimidade, nomeadamente os de luta pelo direito à igualdade em matérias de género – Movimento de Libertação das Mulheres (criado em 1974) e Movimento Democrático das Mulheres (fundado em 1968) – mas também pelo direito ao divórcio para casais unidos pela Igreja, pelo direito à contraceção e ao aborto.

Entre 1974 e 1975 regista-se um decréscimo de 22% para 21% no agendamento de artigos em torno do tema da intimidade – certamente relacionado com o facto de a *Modas & Bordados* ser interrompida a 29 de outubro de 1975, só regressando às bancas a 21 de janeiro de 1976.

**Quadro 3.2: Distribuição da amostra por anos**

	Freq	%
1968	158	10,5%
1973	190	12,6%
1974	326	21,6%
1975	309	20,5%
1976	338	22,4%
1978	186	12,3%
Total	1507	100,0%

Fonte: Isabel Freire, *A intimidade afetiva e sexual na imprensa em Portugal (1968-1978)*, 104.





### *Análise do agendamento da intimidade*

Entre 1975 e 1976, há uma evolução de 21% para 23% das peças no total da amostra. Este crescimento regista-se malgrado certos assuntos perderem atualidade mediática (nomeadamente o do divórcio, pela assinatura em 1975 da revisão concordatária com a Santa Sé). Este aumento percentual de artigos está essencialmente relacionado com a presença de Maria Antónia Fiadeiro na chefia de redação da *Modas & Bordados*, jornalista que confere à revista uma orientação marcadamente feminista, privilegiando temáticas intimamente relacionadas com os afetos e a sexualidade. Finalmente: é de registar a queda no agendamento da intimidade entre 1976 e 1978 (de 22% para 12%), que se deve ao desaparecimento do suplemento M&B.

Para facilitar a análise evolutiva, agrupei os seis anos analisados (1968, 1973, 1974, 1975, 1976, 1978) em três períodos:

- *Até 24 de abril de 1974* – inclui 1968, 1973, janeiro, fevereiro, março e 24 dias de abril de 1974;
- *De 25 de abril de 1974 até final desse ano* – rescaldo da Revolução dos Cravos;
- *De 1975 em diante* – anos 1975, 1976 e 1978.

Esta organização tem limitações, pelo facto de os três períodos não terem o mesmo número de dias/anos, mas visa marcar três fases: pré-revolução (vigência da censura/exame prévio); revolução;<sup>1</sup> e pós-revolução (vigência da liberdade de imprensa, de expressão e de associação).

A *Modas & Bordados* agarra o tema da intimidade e agenda-o de forma crescente – consistentemente – ao longo da década, aproveitando as liberdades de imprensa ganhas com a Revolução dos Cravos para publicar peças genericamente liberalizantes. A *Crónica Feminina* tem vantagem numérica e percentual, porém, assume uma linha editorial tendencialmente conservadora, mesmo após o 25 de Abril de 1974.

Observando a imprensa generalista, verificamos um contributo de ambas as publicações (*Expresso* e *Diário de Lisboa*) acen-tuadamente menor do que o contributo da imprensa feminina. No

---

<sup>1</sup> Poderia ter optado por uma delimitação distinta: entre 25 de abril de 1974 e finais de 1975, divisão que seria mais equilibrada do ponto de vista da contagem dos dias/anos para os três períodos. Mas entendi que o ano da Revolução (1974) ganharia em ser analisado isoladamente, para se apurar um momento de descompressão e de charneira.





## Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos

*Expresso* verifica-se igualmente um aumento do interesse pela intimidade com a Revolução do 25 de Abril de 1974, motivado em especial pela discussão de certos temas, o divórcio, a pornografia e o planeamento familiar/contraceção. Ao contrário do que seria expectável, o contributo do DL para a amostra evolui de forma decrescente ao longo dos três períodos analisados: 10%, 8% e 5%.

**Quadro 3.3: Peso de cada publicação em cada um dos três períodos analisados**

	Até 24 de abril de 1974		De 25 de abril até final de 1974		De 1975 em diante		Total	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
<i>Expresso</i>	50	11,5%	45	18,8%	71	8,5%	166	11%
<i>Modas &amp; Bordados</i>	105	24,1%	73	30,4%	305	36,7%	483	32,1%
<i>Crónica Feminina</i>	236	54,3%	104	43,3%	417	50,1%	757	50,2%
<i>Diário de Lisboa</i>	44	10,1%	18	7,5%	39	4,7%	101	6,7%
<b>Total</b>	<b>435</b>	<b>100%</b>	<b>240</b>	<b>100%</b>	<b>832</b>	<b>100%</b>	<b>1507</b>	<b>100%</b>

Fonte: Isabel Freire, *A intimidade afetiva e sexual na imprensa em Portugal (1968-1978)*, 106.

## Tipologia, tamanho, exposição, centralidade e autoria

As peças sobre a intimidade afetivo-sexual foram codificadas segundo um cariz jornalístico, opinativo ou crítico. Da amostra excluímos anúncios publicitários, classificados e fotonovelas. A variável referente à tipologia das peças compõe-se de 8 categorias (*notícia, opinião, recensão crítica, carta de leitor, conselho social, anúncio de casamento, conto e outros*), que agregam 29 subcategorias.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> 1. *Notícia* agrupa as seguintes subcategorias: breve, notícia, reportagem, artigo de investigação, entrevista, perfil, fotorreportagem, humor/cartoon; 2. *Opinião*: constituída por editoriais, crónicas regulares, artigos de opinião, comentários de pessoas exteriores ao jornal; 3. *Recensão crítica*: constituída por sinopses ou recensões literárias, cinematográficas, de espetáculos, musicais e de *media*; 4. *Carta de leitor*: constituída por cartas de leitores, respostas da redação a carta de leitor, rubricas com pergunta de leitor/resposta de especialista; 5. *Conselho social*: constituída por conselhos da redação acerca da vida social, conselhos da redação acerca da vida privada/íntima e rábulas da vida social; 6. *Anúncio de casamento*: constituída por anúncios de casamento; 7. *Conto*: constituída por contos/excertos; 8. *Outros*.





### *Análise do agendamento da intimidade*

Das 8 categorias, a *notícia* tem maior peso: 46% do total da amostra. Segue-se-lhe a *carta de leitor* (no primeiro período representa 32% das peças codificadas, no segundo 34% e no terceiro 36%). Por iniciativa dos leitores os temas mais abordados são o *amor* (75%), o *namoro* (59%), o *casamento* (26%), o *sexo pré-conjugal* (13%), o *género, a emancipação e o feminismo* (12%). Estes assuntos refletem sobretudo duas dimensões: uma triologia amor-namoro-casamento, que se evidencia esmagadoramente nas peças das leitoras enviadas à *Crónica Feminina*, espelhando uma visão mais conservadora; e uma inter-relação entre os temas do sexo pré-conjugal e da emancipação feminina, que nos remete para uma perspectiva liberalizante, premente nas participações das leitoras na revista M&B.

Em certos contributos das leitoras é muito visível a noção de que o pós-revolução abre uma larga janela à exposição, discussão e reivindicação de novas possibilidades de escolha a nível da vivência íntima, muito especialmente ao direito feminino ao relacionamento sexual (sem motivações reprodutivas), antes e depois (aquém e para além) do casamento.

Tanto a *Modas & Bordados* como a *Crónica Feminina* oferecem ao leitor secções regulares vocacionadas para os temas do «coração», que funcionam como diários públicos, «confessionários» ou consultórios informais para exposição de assuntos da vida íntima e privada, sendo sobretudo os dilemas dos afetos e dos relacionamentos (e menos as práticas e os comportamentos sexuais) que captam a atenção de quem escreve.

Na M&B existe uma secção inicialmente intitulada «Correio do Coração», designação que muda<sup>3</sup> provisoriamente para «Cartas de Amor». Neste espaço editorial estabelece-se um diálogo entre a leitora e Camila (pseudónimo da jornalista Susana Ruth Vasques<sup>4</sup>), que segue uma abordagem tendencialmente defensora da emancipação da mulher e tendencialmente liberalizante em termos da moral afetiva e sexual, muito embora com frequência os conselhos apontem também numa direção moderadamente conservadora. Nesta revista as leitoras podem fazer ouvir-se também em «A Palavra às Leitoras», secção dedicada a um espectro mais alargado de temas, mas onde

<sup>3</sup> Na edição 3308, de 9 de Julho de 1975, sendo retomado o título inicial («Correio do Coração») a 21 de janeiro de 1976.

<sup>4</sup> Informação cedida por Maria Antónia Fiadeiro, numa entrevista que me concedeu em dezembro de 2013.





frequentemente se fala de direitos das mulheres, nomeadamente a nível afetivo e sexual.

Na *Crónica Feminina* existe um consultório para assuntos do coração, intitulado «Correio Sentimental». Nele se expõem problemáticas de leitoras, que se inscrevem num perímetro contextual conservador. Nesta secção, as cartas são maioritariamente omissas. Deixa-se em «surdina» a narrativa da leitora. E a preleção da «especialista» aponta genericamente no sentido de uma moral restritiva do sexo pré-conjugal, valorizadora da virgindade nupcial, do casamento e do respeito por papéis de género convencionais (conjugais e sociais).

A *opinião* de figuras públicas (políticos, médicos, realizadores, editores, escritores, críticos, ativistas, entre outros) surge na agenda mediática por iniciativa própria ou a convite das redações, ocupando o terceiro lugar na amostra: 9% das peças (124 artigos).<sup>5</sup> É de salientar a prevalência dos temas relacionados com a autodeterminação feminina (24%), com o aborto (22%) e com a contraceção (19%). Ao longo da década, a «*opinião*» é chamada a discutir também *erotismo e pornografia, casamento, amor, liberalizações e revoluções, maternidade, gravidez, sexualidades, sexo e religião e divórcio*.

A emancipação no feminino e as questões do controlo da fecundidade e da reprodução dominam a *opinião* na M&B e na CF. Em 1974, inicia-se na *Crónica Feminina* a rubrica «O Dr. Ramiro da Fonseca esclarece – Esterilidade porquê?», espaço que o médico dedica também à reflexão sobre aborto, planeamento familiar e contraceção. Entre 1973 e 1974, na *Modas & Bordados*, o espaço editorial «A Mulher e a Lei» (a cargo da jurista Laura Lopes) informa e discute assuntos que dizem respeito aos direitos da mulher, regularmente colocados em cartas de leitoras chegadas à redação.

A tipologia *recensão crítica* representa 5% da amostra. Nestes artigos discute-se o sentido e a legitimidade da nudez, da sensualidade, do erotismo e das vivências sexuais, graças a propostas internacionais, nomeadamente pela exibição de películas então ditas eróticas e pornográficas nas salas de cinema do grande público, e pela venda de manuais de esclarecimento sobre a vida íntima, também essen-

---

<sup>5</sup> O *Expresso* contribui com 38 artigos (23% dos totais de peças do semanário), o *Diário de Lisboa* com 11 (11%), a *Crónica Feminina* com 66 (9%) e a *Modas & Bordados* com 21 (4%).





### *Análise do agendamento da intimidade*

cialmente importados. É indiscutível a importância do cinema e da literatura na motivação de reflexões que contextualizam a intimidade afetivo-sexual. Os críticos não podem deixar de analisar os filmes e as obras literárias do momento. Sousa Aguiar (Tito Lívio), que assina as resenhas críticas de cinema na M&B, agenda frequentemente o tema do erotismo, e a sua diferenciação dos chamados filmes pornográficos. Na mesma publicação, Maria Ondina Braga chama títulos à sua resenha crítica literária, como *A História da Repressão Sexual* (Jos Van Ussel), *Maternidade Escrava* (obra originalmente francesa, de um coletivo de autores), *Carta a um Menino que não Nasceu* (Oriana Fallaci), *A Mulher Eunuco* (Germaine Greer), *Retrato de um Casamento* (Nigel Nicolson), *A Força da Idade* (Simone de Beauvoir). No *Expresso*, e a pretexto da análise literária, Maria Teresa Horta agenda o tema da emancipação e da libertação da mulher.

As categorias que sofreram uma diminuição ao longo dos três períodos analisados foram o *anúncio de casamento* e o *conselho social*. A primeira consiste na publicação de fotografias de nubentes, acompanhadas de uma breve legenda/notícia em torno das famílias dos noivos, lugar e data da cerimónia do casamento.<sup>6</sup>

Quanto ao *conselho social*, peças (não jornalísticas) que abordam temas da vida quotidiana, representam 3% da amostra. Recomendam valores, atitudes e comportamentos a adotar por homens, mas sobretudo por mulheres, não só na vida privada como na convivência social.

Quando se observam as estatísticas, verifica-se que os anos realmente difíceis de um casamento geralmente principiam depois de 15 a 18 anos de matrimónio, portanto num período em que um homem gosta de viver a segunda juventude. [...] sucede muitas vezes que um tal homem, que muitas vezes ultrapassou já os 50 anos, de repente sente interesse por uma mulher muito mais nova. [...] Uma mulher

---

<sup>6</sup> Até 24 de abril de 1974, esta categoria representava cerca de 9% no total de peças. No período seguinte (de 25 de abril a 31 de dezembro de 1974) baixa para 2%, mantendo-se o mesmo valor de 1975 em diante. A sua maior ocorrência dá-se na *Crónica Feminina* (7% do total de artigos sobre a intimidade publicados nesta revista). No primeiro período chega às 30 ocorrências, no segundo regista 5, e de 1975 em diante são publicados 20 anúncios nupciais. O sentido do casamento não é muito expressivamente discutido na imprensa no período em análise, mas certos indicadores remetem-nos para uma diminuição da sua presença (visibilidade) no agendamento.





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

inteligente teria podido salvar este casamento, uma mulher que com um sorriso compreensivo soubesse passar por cima destas leviandades passageiras e não se tornasse agressiva e irritada. Mas poucas mulheres sabem ser tão generosas! [M&B 1968, 3217].

Estas peças perdem peso no global da amostra em cada um dos períodos. Esta diminuição espelha uma menor predisposição dos

Imagem 3.1: Anúncio de casamento.



Fonte: *Modas & Bordados*, de 3 de julho de 1968, n.º 2943.





### *Análise do agendamento da intimidade*

*media* para determinar o que os leitores/as devem pensar, sentir e fazer em matérias da vida íntima, refletindo eventualmente uma tendência de valorização da liberdade individual na construção identitária.

No *Diário de Lisboa* e no *Expresso* a esmagadora maioria dos artigos jornalísticos são de pequena dimensão. Nas revistas femininas sucede o oposto, uma predominância de artigos de tamanho alargado tanto na M&B como na CF. Estas publicações parecem ter noção de que os temas interessam às leitoras, devendo ser mais detalhados. Do segundo período (concretamente de 25 de abril a 31 de dezembro de 1974) para o terceiro período (1975, 1976 e 1978) as peças de tamanho alargado aumentam de 16% para 63%. Há a partir de 1975 maior interesse em proporcionar um agendamento menos superficial dos temas da intimidade afetivo-sexual. A *Modas & Bordados* é disso um bom exemplo. Chefiada por Maria Antónia Fiadeiro, a publicação assume a partir de 1975 uma linha editorial feminista e liberal, reconhecendo importância política, social, cultural e científica a certos temas da vida íntima, que trata em profundidade.

Se analisarmos os conteúdos que chegam à capa no global das publicações ao longo da década, verificamos que a intimidade ganha visibilidade e impacto, muito embora os contributos para este acréscimo venham esmagadoramente da *Modas & Bordados*. Efetivamente, considerando os 47 artigos que chegam às primeiras páginas das 4 publicações, 75% pertencem ao referido suplemento feminino d'O Século, 13% ao *Expresso* e a mesma percentagem ao *Diário de Lisboa*. Na *Crónica Feminina* não se registam ocorrências. A revista não faz chamadas de capa. Publica apenas uma fotografia, sem texto, e normalmente de casais enamorados, noivos, crianças ou mulheres. No *Diário de Lisboa*, apenas 6% do total de artigos da intimidade afetivo-sexual chegam à primeira página. Vejamos um exemplo: «O casamento de Jackie [Kennedy] não será reconhecido pela Igreja Católica» (DL 1968, 16 464). No *Expresso*, os artigos em destaque na primeira página são apenas 4% do total das peças da intimidade agendadas no semanário, ao longo da década. E versam sobre feminismo, divórcio e pornografia. Na M&B, 7% das peças em torno da intimidade chegam à capa da publicação, tendo por temáticas o *género*, *emancipação e feminismo*, *a contraceção*, *o aborto*, *a educação sexual*, *a gravidez*, *a maternidade*, *as sexualidades*, *o amor*, *o casamento*, *o sexo e a religião*, *o erotismo* e *a pornografia*. Antes do 25 de Abril de 1974





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

(em 1968 e 1973) não há assuntos afetivo-sexuais visíveis na capa da publicação. Em 1974 são 5 as peças que chegam à página frontal, agendando em primeira instância os temas *contraceção*, *aborto* e *maternidade*. No ano de 1975 aumentam para 14 os artigos da intimidade que fazem manchete na revista.<sup>7</sup> E em 1976, são 16.<sup>8</sup>

A esmagadora maioria das peças da amostra refere-se apenas à realidade nacional, mas cerca de 24% dizem respeito à realidade internacional, 3% relacionam ambas, e em 1% não nos é possível compreender o contexto reportado. No *Diário de Lisboa*, 47% das peças referem-se à realidade internacional, no *Expresso* 28%, na *Crónica Feminina* 24% e na *Modas & Bordados* 17% – a percentagem da CF deve-se sobretudo à recorrente referência à vida íntima e conjugal de figuras públicas internacionais, nomeadamente artistas e músicos.

A situação mais frequente na amostra é as peças não serem assinadas (45%) ou terem assinatura feminina (41%) – apenas 12% são escritas por homens, em 2% constam só as iniciais do/a autor/a, e 1% foi assinalado de forma plural.

Nas redações de publicações generalistas a esmagadora maioria dos jornalistas era do sexo masculino.<sup>9</sup> Apesar disso, o *Expresso*

<sup>7</sup> «Sherazade vive no Iraque» (M&B 1975, 3282); «Não à utilização publicitária da mulher» (M&B 1975, 3283); «Em discussão a Lei da Família» (M&B 1975, 3286); «Aborto: o crime está na lei» (M&B 1975, 3287); «Adolescentes em crise» (M&B 1975, 3292); «Droga e amor aos 15 anos» (M&B 1975, 3294); «Simone de Beauvoir esteve cá» (M&B 1975, 3295); «Entrevista – Simone de Beauvoir» (M&B 1975, 3298); «Aborto clandestino é crime» (M&B 1975, 3306); «Queremos homens responsáveis» (M&B 1975, 3307); «Amor e Sexo [entre os jovens]» (M&B 1975, 3309); «Casamentos ilegais» (M&B 1975, 3310); «Machismo» (M&B 1975, 3320); «Mãe solteira» (M&B 1975, 3322).

<sup>8</sup> «O direito de escolher – (planeamento familiar)» (M&B 1976, 3328); «História da repressão sexual» (M&B 1976, 3332); «Bruxelas julgou crimes contra as mulheres» (M&B 1976, 3333); «Mitos e ritos da menstruação» (M&B 1976, 3345); «Dar à luz e nascer» (M&B 1976, 3347); «Aborto clandestino é crime. Depoimento de uma abortadeira» (M&B 1976, 3348); «Problemas de sexo. As dificuldades mais comuns» (M&B 1976, 3349); «Aborto: A lei tem de abrir as suas portas» (M&B 1976, 3350); «Os homens atacam os métodos contraceptivos. Porque?» (M&B 1976, 3353); «Informação sexual: A masturbação» (M&B 1976, 3354); «Portugal: 20 anos de resistência ao parto preparado» (M&B 1976, 3355); «Razões do parto doloroso» (M&B 1976, 3356); «Parto preparado: conhecer e dominar o corpo» (M&B 1976, 3362); «Depoimento de uma mãe solteira» (M&B 1976, 3364); «Parto preparado: propostas básicas para a sua oficialização» (M&B 1976, 3365).

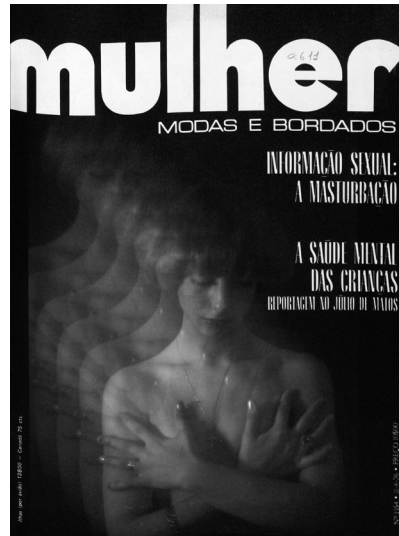
<sup>9</sup> Citando dados do Sindicato dos Jornalistas, Isabel Ventura (2012, 195) refere que em Portugal, em 1960, apenas 10 mulheres integravam um total de 455 jornalistas.





### Análise do agendamento da intimidade

Imagem 3.2: Destaque para o tema do autoerotismo na capa da *Modas & Bordados*.



Fonte: *Modas & Bordados*, de 11 de agosto de 1976, edição n.º 3354.

publica artigos assinados por mulheres como Maria Teresa Horta e Maria Isabel Barreno, e tem na redação Helena Vaz da Silva, coordenando (e redigindo também) abordagens de fundo sobre o tema da intimidade afetiva e sexual. Na secção «Mil Ideias, Mil Sugestões», Margarida Andrade aborda com frequência as temáticas dos papéis de género (direitos e deveres da mulher e do homem no lar e no trabalho).

Entre as duas publicações femininas há mais diferenças do que semelhanças. Do total de peças sobre a intimidade publicadas pela *Modas & Bordados*, 69% têm assinatura feminina, e 21% não são assinadas. Na *Crónica Feminina* a maioria das peças não é assinada (58%) e 32% têm autoria feminina.

Analisando os três períodos, verificamos que os artigos com assinatura feminina aumentam em termos percentuais de forma muito acentuada. Até 25 de abril de 1974 representam 28%, no segundo

---

tas, valor que sobe para 14 (num total de 559) no ano de 1965, para 24 (num total de 728) em 1970, e para 87 mulheres num total de 1221 jornalistas em 1976.





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

período 40%, e na terceira fase (1975, 1976 e 1978) atingem 47% dos artigos codificados.

Há uma enorme discrepância entre as peças publicadas com autoria feminina (mais de seiscentas) e com autoria masculina (menos de duzentas). Os temas mais tratados por homens (jornalistas ou figuras públicas) são a sexualidade nas artes, o erotismo, a pornografia, a nudez e a orientação sexual.

## A censura e o exame prévio

Durante o Estado Novo a censura controla a leitura e interpretação do mundo: «Tratava-se de distorcer a visão da realidade a partir das informações dos meios de comunicação para construir uma percepção nova sobre a estrutura política e social do país, que convertia o governo em um autêntico *Deus ex machina* da “verdade”» (Rodriguez 2012, 506).

Durante a governação marcelista, a nova legislação<sup>10</sup> que aprova o fim da censura<sup>11</sup>, estabelece que a liberdade de imprensa podia ser limitada pelo exame prévio, caso se verificassem em território nacional «actos subversivos graves» – situações que o governo de Marcelo Caetano vem a diagnosticar de imediato.

[...] na sessão da Assembleia Nacional de 20 de Dezembro de 1971, o Governo propusera àquele órgão o reconhecimento da existência de «actos subversivos graves», ao que esta anuiu, passando desde logo a ser possível a instituição do regime de exame prévio. [...] Até Abril de 1974 nunca deixou de considerar-se que se mantinham essas circunstâncias e, conseqüentemente, que o país vivia em estado de subversão devido à guerra em África; por isso o exame prévio, instituído com a entrada em vigor da nova lei, só cairia com a queda do próprio Regime [Franco 1993, 165-166].

<sup>10</sup> A nova lei de imprensa é promulgada a 5 de novembro de 1971, com o n.º 5/7, e seis meses depois publica-se o Estatuto Jurídico da Imprensa (Decreto-Lei n.º 150/72), que desenvolvia o conteúdo da mesma, entrando em vigor a 1 de junho de 1972 (Franco 1993).

<sup>11</sup> Como Franco (1993, 145) refere, «a censura à imprensa funda-se na disposição do artigo 22.º da Constituição [de 1933], que incumbe ao Estado a defesa da opinião pública de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum».





### *Análise do agendamento da intimidade*

Nas «Instruções sobre o Exame Prévio» enviadas aos jornais a 1 de janeiro de 1972, detalhavam-se as matérias jornalísticas proibidas: as que atentassem contra a integridade e a independência do país, as que revelassem segredos de Estado, as que perturbassem as nossas relações com outros países, as que causassem inquietação pública, as que ofendessem chefes de Estado, deputados, magistrados, tribunais e outras corporações públicas, as que incitassem à desobediência coletiva, as que aliciassem ao não cumprimento dos deveres militares, e as que constituíssem ultraje à moral pública (Franco 1993, 175).<sup>12</sup>

Certamente muitas notícias sobre a intimidade terão ficado pelo caminho depois de enviadas as provas à Censura e ao exame prévio, nos anos analisados de 1968, 1973, e nos 4 primeiros meses de 1974.

Quando sai o n.º 1 do *Expresso*, e apesar de já estarmos em 73, vivemos uma primeira fase de alguma tolerância, em que a regra era ser o director a escolher aquilo que mandava para a Censura. E o director, como é evidente, mandava quase nada, porque era essa a minha escolha. A pouco e pouco, porém, a Censura começou a exigir que mandássemos tudo [Balsemão 2012, 168].

Vejamos alguns exemplos<sup>13</sup> de como o exame prévio exerceu a censura da intimidade no *Expresso*, entre a data da criação do semanário (janeiro de 1973) e a Revolução dos Cravos. Tanto em material noticioso, como literário, o tema afetivo-sexual esteve sob vigilância dos censores. No conto «Infidelidade, pulseiras e agência de viagens», de Luísa Dacosta (*Expresso* 1973, 3), eis o excerto que foi banido pelo exame prévio:

Há prazeres que uma mulher casada, casada e séria, entenda-se, só experimenta pelo picantezinho das aventuras do marido. [...] Um homem sem experiência, embora eles não venham em primeira mão [virgens], está verde, é um pãozinho sem sal, mas com o tempo, com o tempo, habituam-se a certos requintes, a outros consolos e não passam sem eles, experi-

<sup>12</sup> Entre a Revolução dos Cravos e 13 de março de 1975, data em que entra em vigor a nova Lei de Imprensa (aprovada a 26 de fevereiro do mesmo ano), «a comunicação social auto-regulava-se sob o espectro da Comissão Ad Hoc criada pela JSN [Junta de Salvação Nacional] e com competências nos diversos domínios dos *media*, e ainda no teatro e cinema» (Cádima 2001, 329).

<sup>13</sup> Informações acedidas no caderno do *Expresso*, originalmente editado em 2009 por José Pedro Castanheira, e intitulado *O que a Censura Cortou*.





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

mentam-nos com a mulher (na cama e às escuras somos todas iguais) e nós não perdemos a nossa dignidade e podemos ainda exigir uma reparação pelas ofensas... [O que a Censura Cortou, *Expresso* 2009].

No artigo «As rotinas dos casais», que noticiava conclusões de um inquérito sobre o casamento dos portugueses, dois itens foram banidos pelo exame prévio, explica José Pedro Castanheira, editor d'*O que a Censura Cortou*:

Guardião da moral nacional, o Exame Prévio cortou dois itens e as respectivas respostas: «Como dormem» e «Frequência» (das relações sexuais, entenda-se). Quanto à primeira, ficava-se a saber que, entre as ditas elites, ele e ela dormiam nus. E que entre os quadros superiores fazia-se amor «Duas vezes por semana e domingo à tarde se não têm nada “para fazer”» [O que a Censura Cortou, *Expresso* 2009].

A tesoura do exame prévio recortou ainda no *Expresso* (1973, 3) partes de uma notícia sobre *O Último Tango em Paris*; de um artigo sobre o aborto em França; as «cenas de amor vibrante» num conto de Luís Cajão («A Flor e a Nuvem»); sugestões de leitura de Wilhelm Reich numa peça sobre educação sexual; os nomes das testemunhas abonatórias das três Marias (autoras das *Novas Cartas Portuguesas*) no seu julgamento por atentado à moral pública; e o excerto de uma reportagem sobre emigração portuguesa em Espanha, em que se falava de prostituição.

## **Temas da intimidade afetiva e sexual abordados**

São sete as categorias temáticas que têm agendamento mediático sempre crescente ao longo dos três períodos analisados (gráfico 3.1): *aborto*, *contraceção*, *sexualidade pré-conjugal*, *sexualidades*, *gravidez*, a categoria do *género*, *emancipação e feminismo* e *maternidade*.

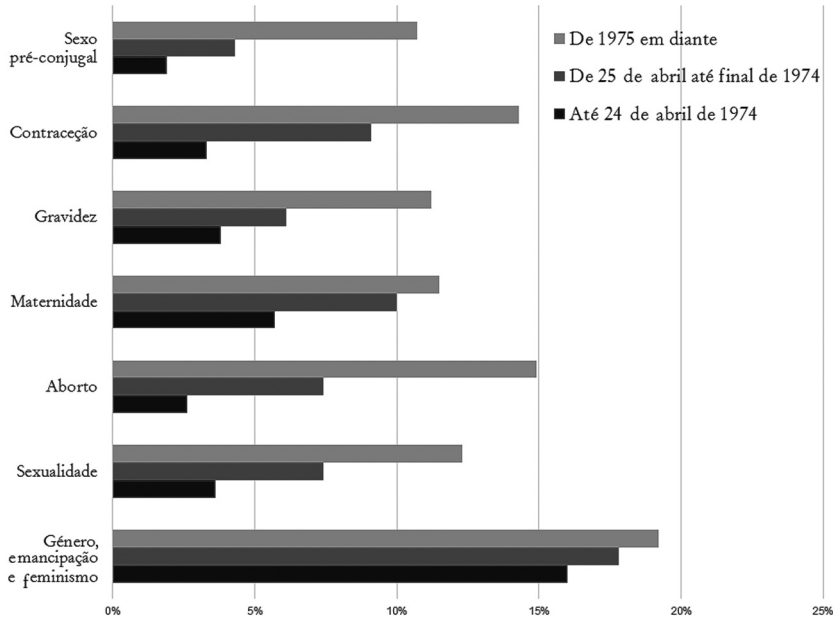
A evolução do agendamento do *aborto* regista um crescimento de 12 pontos percentuais entre o primeiro e o último período analisados. A cobertura mediática da *contraceção* «sofre» uma evolução de 11 pontos percentuais, a *sexualidade pré-conjugal* sobe 9, as *sexualidades* 8, a *gravidez* 7 pontos percentuais, a *maternidade* cresce 6 e, por último, a categoria do *género*, *emancipação e feminismo* regista





## Análise do agendamento da intimidade

Gráfico 3.1: Temas da intimidade com cobertura crescente entre 1968 e 1978



Fonte: Isabel Freire, *A intimidade afetiva e sexual na imprensa em Portugal (1968-1978)*, 121.

apenas 3 pontos percentuais de evolução, porque o seu peso na amostra do primeiro período (até 24 de abril de 1974) é já elevado, ou seja, as questões da emancipação, embora evoluam com a chegada da democracia, estavam já presentes antes da Revolução dos Cravos. Estes assuntos que registam um crescimento mais significativo entre o pré e o pós-revolução remetem-nos para uma dissociação entre sexualidade e reprodução, bem como para nova consciência e determinação (sobretudo feminina), em fazer usufruto de direitos sobre o próprio corpo: o direito a ter vida sexual e a iniciá-la antes do casamento, o direito a planear a gravidez e a interrompê-la, o direito a menorizar o sofrimento no parto, o direito à igualdade de género nos mais diversos contextos.

Certas temáticas sofrem um aumento do agendamento mediático na passagem da ditadura para a democracia, mas esse interesse e essa exposição perdem fôlego a partir de 1975. O *divórcio* é um bom exemplo. A imprensa generalista (*Expresso* e *DL*) adensa a cobertura





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

do tema com a chegada do 25 de Abril de 1974, mas com a revisão da Concordata, em 1975, o divórcio perde atualidade. Também a temática do erotismo/pornografia se impõe às agendas mediáticas das quatro publicações imediatamente após a Revolução dos Cravos, apesar de esse interesse não perdurar muito para além de 1976. Com o 25 de Abril de 1974 a indústria cinematográfica «inunda» os cinemas com propostas de filmes que incluem cenas consideradas chocantes. A afluência do público a certas películas é muito significativa. *Emmanuelle*, *História d'O*, *Kamasutra*, e centenas de outros filmes acicam a curiosidade dos portugueses, longamente sujeitos ao escondimento do corpo e da nudez, à repressão da sensualidade e do erotismo, ao tabu dos comportamentos e práticas sexuais.

A imprensa, longe de indiferente a esta exposição súbita da sexualidade no domínio público, interroga-se e debate os seus limites. Entre 1974 e 1975 os *media* fazem reportagens, entrevistas, análises críticas, pedem-se artigos de opinião a intelectuais e artistas. A enxurrada de filmes abordando a sexualidade, filmes eróticos e filmes pornográficos, perde caudal a partir de meados de 1976 e, com ela, afrouxa a discussão. Até ao 25 Abril de 1974 os temas do erotismo e da pornografia representam 2% das abordagens da intimidade afetivo-sexual, valor que chega a 14% no segundo momento, embora decresça para cerca de metade (7%) no período seguinte. O tema da *educação sexual* tem uma evolução semelhante. Em artigos publicados nos *media*, o dito problema da *pornografia* é frequentemente atribuído à falta de informação sobre sexualidade, reivindicando certas vozes a educação como prevenção do consumo de materiais eróticos.

Alguns temas perdem «peso» no cômputo geral das abordagens da intimidade, com a chegada da Revolução dos Cravos. O casamento é o exemplo mais flagrante.<sup>14</sup> Os assuntos da intimidade tornam-se mais diversificados. Abre-se o leque de temas da vida afetiva e sexual. Na *Crónica Feminina*, apesar de o *casamento*<sup>15</sup> ter uma presença

<sup>14</sup> O tema consta de 46% das peças codificadas no período anterior ao 25 de Abril de 1974, mas a sua presença na agenda da intimidade cai para 28% no terceiro período, de 1975 em diante.

<sup>15</sup> Em 1968 surge em 80% dos artigos, mas o seu agendamento decai para 61% no ano de 1973 e para 48% em 1974. Os valores mais baixos serão atingidos em 1975 (44%), embora o assunto volte a crescer de importância em 1976 (48%) e em 1978 (53%).





### *Análise do agendamento da intimidade*

hegemónica contínua, regista-se igualmente um declínio. Outras três temáticas são pouco abordadas e essa ausência tem significados. A *homo, bi e transexualidade* são referidas em apenas 2% da amostra, e sem significativa contestação à sua patologização e criminalização. Os assuntos da *medicalização da sexualidade* registam igualmente fraco agendamento (2% da amostra). E a cobertura do tema *liberalizações e revoluções* corresponde a 5% das peças codificadas, não havendo agendamento problematizante de práticas como o «amor livre» (1% da amostra) ou de novas formas de relacionamento afetivo e sexual como o poliamor.

A imprensa analisada não parece muito atenta e sensibilizada para o tratamento de temas fraturantes da dita «revolução sexual» dos anos 1960-1970, mesmo quando a Revolução dos Cravos traz o fim da censura, e com ela a possibilidade de se agendarem assuntos mais polémicos.

## **Retratos de mudança (Ocidente, 1960-1970)**

A rebelião sexual dos anos 1960-1970 deve ser vista como «um evento secular», que se inicia nas primeiras décadas do século xx (os «loucos anos 20» e 30), período de liberalização das vivências da intimidade, decorrido no contexto de uma crise da moral sexual e do casamento, a que podemos chamar primeira «revolução sexual moderna» (Seidman 1991, 124). A expansão do individualismo e da liberdade sexual nas décadas de 1920-1930, nos EUA, contou com o contributo de uma migração massiva para as cidades, com o desenvolvimento de uma sociedade urbana, facilitadora do anonimato, com a diminuição do controlo do indivíduo por agentes tradicionais locais (a família, a Igreja, os vizinhos, a escola) e com o surgimento dos distritos *red-light* (com *cabarets*, clubes de dança, cinemas), que tornariam as cidades mais favoráveis à experimentação e inovação na esfera íntima (Seidman 2010, 67). A liberalização sexual das primeiras décadas do século xx ter-se-á devido de forma significativa ao impulso de discursos mediáticos e de narrativas em manuais de aconselhamento, permitindo a ocorrência daquilo a que Seidman chama «sexualização do amor» e «erotização do sexo» (Garton 2009). «Os anos após a Primeira Guerra Mundial testemunharam uma onda de ensaios e livros, monografias e tratados, editoriais e





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

artigos de revistas, examinando todos os aspetos da intimidade» (Seidman 2010, 66). Para além da literatura, também a rádio e os jornais terão contribuído para formar nesta época uma visão mais permissiva do «prazer sexual, do controlo da natalidade, da felicidade conjugal e do papel da atração sexual no amor» (Garton 2009, 288-289). Nos EUA, a literatura popular médica direcionada para cônjuges, anuncia já nestes princípios do século XX a chegada de uma nova era de esclarecimento – vejam-se alguns títulos coligidos por Seidman (2010): *Sexual Responsibilities in Marriage*, *Sex Techniques in Marriage*, *Love without Fear*, e *Ideal Marriage*. Nestas obras fala-se de satisfação sexual mútua, de erotismo, de viver confortavelmente com os seus corpos, de posições sexuais, do corpo como experimentação e expressão erótica (Seidman 2010, 154). Casais sentem o dever marital de explorar uma variedade de maneiras de experimentar o prazer sexual: novas técnicas, posições, orgasmo e zonas eróticas passam a ser aceitáveis no casamento, se expressas em atos ternos e carinhosos. O prazer sexual alia-se ao amor romântico (Seidman 2010, 179). O nascimento de uma cultura de erotismo no princípio do século XX representa um novo foco no corpo, como fonte de prazer.

Sublinhe-se ainda o papel dos primeiros estudos científicos da sexualidade neste período, associados «aos movimentos de reforma política e social e, por outro [lado] aos círculos neomalthusianos que, perante a tragédia da mortalidade materna e infantil e o recurso ao aborto clandestino, propunham a divulgação e utilização da contraceção» (Vilar 2003, 162). A Liga para a Reforma Sexual, criada em 1928 nos países do centro europeu, vai desaparecer com a chegada ao poder do regime nazi e a Segunda Guerra Mundial, mas os movimentos de «*birth control*» ganham vitalidade após a criação da *International Planned Parenthood Federation*, em 1952, e com o surgimento de associações de planeamento familiar em todo o mundo (Vilar 2003, 162).

Os traços gerais desta primeira reforma sexual do início do século no Ocidente – controlo da natalidade<sup>16</sup> e noção da sexualidade enquanto fonte de prazer – seriam portanto recuperados e desenvolvidos nos anos 1960-1970. Referindo-se aos EUA, Seidman (2010) diferencia a primeira da segunda «revolução sexual» (do século XX),

<sup>16</sup> Ainda que limitado pelos próprios desenvolvimentos científicos ou restrições políticas da contraceção.





### *Análise do agendamento da intimidade*

pela perda de conexão entre erotismo e amor romântico. Nos anos 1960 e 1970, o sexo passa a ser valorizado como fonte de prazer e autoexpressão, à parte de qualquer ligação afetiva. Na segunda metade do século XX, a tendência vai, portanto, no sentido de o prazer sexual não mais precisar de se ligar à intimidade, ao amor ou ao casamento, para ser tolerado. Aceitam-se as relações sexuais apenas por uma noite, sem qualquer expectativa de relacionamento. Daoust (2005, 21) destaca um «reconhecimento social muito maior do desejo sexual, pensado como parte integrante da experiência humana, e em que a satisfação produz um prazer legítimo». O sexo fornece os meios para exprimir autonomia pessoal e reclamar libertação de constrangimentos parentais (e sociais) (Hawkes 2004).

Este processo de mudança – que terá beneficiado em primeira instância os jovens e as mulheres (Scott 1998) – foi «confuso», «contraditório», e divergente nos diversos países (Weeks 2007, 57). «A sexualidade como charneira interligando a identidade pessoal, o corpo e as normas sociais, passa a ser abordada no domínio do público e do coletivo promovendo o recuo de um conjunto de interditos» (Bebiano 2003, 41-42). Alargam-se possibilidades a nível da visibilidade do corpo e da experientiação sexual, mais ampla e plural. Dá-se um afastamento do quadro tradicional – em que a paixão sexual se exerce ou no casamento (orientada para a reprodução) ou de forma regulamentada na relação lucrativa da prostituição – para um quadro em que a paixão sexual se exerce de forma gratuita, e livre da função reprodutiva (Daoust 2005). A descoberta da pílula contraceptiva teve uma influência determinante para estas transformações, mas é preciso deixar de vê-la como o «*deus ex machina*» (Weeks 2007). Para Reiss (2006, 45), o medo da gravidez não era o principal bloqueio de um envolvimento sexual feminino: «na amostra de Kinsey, a primeira razão apontada pelas mulheres para a restrição do coito pré-conjugal fundava-se em “objeções morais”», veiculadas pela família e pela religião.

Coontz, citado por Vilar (2003, 163), defende que o primeiro componente da chamada «revolução sexual» de 1960-1970 foi o crescimento de uma cultura de solteiros, que conseguindo emancipação financeira dos pais mais cedo e dispondo de contraceção mais segura (a pílula), reúne condições para aceitar mais facilmente a atividade sexual pré-conjugal – rejeitando os valores que entendiam estar «fora de moda», das gerações dos seus pais e avós (Scott 1998).





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

Referindo-se a um contexto tendencialmente progressista da intimidade na sociedade brasileira, Priore (2005, 301) enumera uma série de mudanças vigentes neste período: crescente convicção entre os católicos de que «amor e prazer podiam andar juntos», valorização do amor conjugal (e da importância da sua renovação), bem como aceitação social de casais não casados.

Por influência dos meios de comunicação e, sobretudo da televisão, o vocabulário para dizer o amor passa a evitar eufemismos. Embora na década de 1960 ainda se utilizasse uma linguagem neutra e distante para falar de sexo – mencionava-se, entre dentes, «relações» e «genitais» – devagarzinho se caminhou para dizer coito, orgasmo e companhia [Priore 2005, 301-302].

Para muitos sociólogos e historiadores da sexualidade, as alterações ao longo destas duas décadas não foram suficientemente amplas e duradouras, para que possamos com propriedade falar de uma «revolução» a nível da intimidade afetiva e sexual: «a reivindicação de que a América estava a experienciar uma revolução sexual era mais retórica do que realidade» (Seidman 2010, 121-122). Weeks (1989) propõe aliás que designemos o período de 1960-1970 por «momento permissivo».

A contestação sexual era apenas um dos ângulos de uma revolução mais ampla, que questionava autoridades e poderes políticos, económicos, sociais e culturais (Seidman 2010, 121): «contesta-se o poder do Estado sobre os cidadãos, o dos homens sobre as mulheres, o dos médicos sobre os pacientes [nomeadamente com a antipsiquiatria], o dos pais sobre os filhos, o das escolas sobre as crianças, etc.» (Salem 1991, 64-65).

Nos EUA, na Europa e em muitas partes do mundo, levantam-se vozes contra diversos tipos de repressões, discriminações e abusos. Contra a tirania do imperialismo, do capitalismo, do racismo, do machismo, do puritanismo e do heterossexismo. Nestes contextos de protesto, reivindicação e rebeldia, foi fundamental o papel de cidadãs/ãos oprimidos como os afro-americanos, as mulheres e os homossexuais, que encetam nos EUA (e em outros países europeus) uma caminhada de luta pela defesa dos seus direitos. Nas universidades e fora delas, também se faz ouvir em alta voz o descontentamento dos jovens, insatisfeitos com muitas das vivências modelares impostas pelos discursos políticos, sociais, culturais e familiares,





### *Análise do agendamento da intimidade*

assumindo o seu desejo e poder de revolta. Movimentos de contracultura, nomeadamente o *hippie*, ensaiam novas formas de viver o corpo, os afetos e o prazer. Genericamente, assiste-se no Ocidente ao despertar de novas consciências, que se batem pela reivindicação da igualdade de género, pela liberalização e democratização da vida sexual, nomeadamente quanto à orientação homossexual.

[...] os movimentos sociais de contestação da moral tradicional (nomeadamente os movimentos feministas, as grandes movimentações estudantis dos anos 60 e 70, os movimentos ligados à problemática do planeamento familiar e da sexualidade), quer os progressos no estudo científico da sexualidade humana, quer a própria utilização do sexo para fins comerciais ou artísticos, abriram brechas irreversíveis no sentido de um reconhecimento público, ideológico e moral da sexualidade como um valor natural e positivo da vida humana [Vilar 1987, 167].

Para Seidman (2010, 123) são três os principais níveis de mudança que se afirmam no mundo ocidental entre 1960 e 1970:

- *Erotização da sexualidade feminina* – contribui para a queda do duplo padrão da moral sexual. «Pesquisas sobre a década de 1970 confirmam a mesma tendência de igualitarismo entre os sexos no que diz respeito à iniciação sexual, à demanda de satisfação sexual (incluindo orgasmo, padrões de sexo conjugal, extraconjugal e pós-marital)»;
- *Afirmação de identidade e estilos de vida de uma subcultura gay* – movimento que indica de forma geral a tendência de afirmação de uma sociedade sexualmente plural;
- *Sexualização do domínio público* – o aumento de representações e discursos sexuais na esfera pública. O sexo ajuda a vender todo o tipo de produtos através da publicidade. Aparecem manuais de ajuda sexual, filmes eróticos e pornográficos, empresas de encontros, *sex-shops*, bares e saunas *gay*, retiros sexuais hetero e bares para solteiros.

As transformações dos comportamentos afetivo-sexuais nas décadas de 1960 e 1970 decorrem sobretudo da massificação da educação e do forte crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, importantes para a afirmação da autonomia





financeira feminina, do fortalecimento da sua autodeterminação, e da desvalorização dos controlos parentais (Bozon 2005). Ou seja, a evolução das últimas quatro décadas deve-se menos a uma efetiva «revolução sexual» e mais a um processo de «*individualização* dos comportamentos e dos ideais, paralela a outras evoluções da sociedade e da família» (Bozon 2005, 123). Decai a regulação da sexualidade por princípios absolutos, decaem os controlos e as disciplinas externas aos indivíduos, substituídos agora por controlos e disciplinas internas (Weeks 1995; Scott 1998; Giddens 2001; Bozon 2005). Os atores passam a ser confrontados com um aumento da «necessidade de improvisação mental individual e de adaptação» aos seus parceiros, deles espera-se que manifestem simultaneamente espontaneidade e controlo de si (Bozon 2005, 105).

## Agendamento do tema da «revolução sexual»

O tema *liberalizações e revoluções* da sexualidade é agendado em 68 peças, concretamente em 5% da amostra para análise de conteúdo quantitativa dos *media*, em Portugal, entre 1968 e 1978. Em termos evolutivos regista um aumento de 1% para 7%, entre o primeiro período em análise e o segundo, regressando a 6% da amostra no terceiro (de 1975 em diante).

Em que termos e em que artigos se fala de liberalização e revolução sexual? Em Portugal, à época, discute-se recorrentemente a revolução, mas não a «sexual». Mesmo depois do 25 de Abril de 1974, os *media* não revelam interesse muito significativo pelo debate das mudanças e transformações ocorridas a nível internacional quanto a nível dos afetos e das sexualidades – muito embora soprem aqui e ali, alguns ventos que vêm de França e dos EUA, com mensagens da dita revolução sexual. Publicado no DL (1974, 18 616), o artigo intitulado «As doenças venéreas desafiam a penicilina» dá conta de uma «mudança da moral social, a que se costuma chamar, um tanto superficialmente, a “onda sexual”», embora o autor da peça (Eric Weiser) não indique onde esta tem lugar:

Se, noutro tempo, era uma vergonha para qualquer jovem não ir virgem para o matrimónio, ambientes há, onde se pode hoje comprovar que a virgindade é que se tornou vergonhosa... Muitas adolescen-





### *Análise do agendamento da intimidade*

tes fazem uso da liberdade sexual recém-adquirida, outrora apenas tolerada no homem. [...] Os pregadores moralistas não conseguirão grande coisa. O desenvolvimento das sociedades não conhece marcha à ré, pois, quer se tenha uma atitude aprovativa, negativa ou indiferente em face da liberalização sexual deve-se reconhecer que não estamos perante uma moda passageira, mas diante de uma mudança permanente da moral da sociedade [DL 1974, 18 616].

Maria Ondina Braga reflete numa recensão ao livro *História da Repressão Sexual* (de Jos Van Ussel) (M&B 1976, 3332), sobre alguns aspetos da evolução das sexualidades entre a Idade Média e 1970. Questiona-se se uma «revolução [sexual] a sério» não implica modificações políticas, económicas e sociais, nomeadamente mutualidade, fraternidade e igualdade nas vivências íntimas do homem e da mulher.

Assistimos hoje a uma revolução sexual (em 1969 realiza-se em Copenhaga a primeira feira do sexo), mas bastará que seja exclusivamente sexual? O autor [Jos Van Ussel] avisa da obsessão sexual dos nossos dias (comparando-a à do século XIX): positiva, mas igualmente fanática e limitada [M&B 1976, 3332].

Na peça «Doenças Sexualmente Transmissíveis» publicada na *Modas & Bordados* (1975, 3323), a jornalista Hortense de Almeida entrevista a obstetra Purificação Araújo, na altura interna graduada do Hospital de Santa Maria, e colaboradora da APF. Dissertando sobre a realidade do nosso país, Araújo afirma que estava em curso uma «revolução sexual». Atenta ao que se passava no mundo no que se referia à saúde sexual e reprodutiva, reconhece que a «revolução sexual» portuguesa estava ainda carregada de ignorância, «vergonha» e «culpabilidade», carecendo de educação sexual.

O aumento do índice das doenças venéreas encontra parcial explicação em factores de ordem social. Primeiro, porque se deu uma revolução sexual nos últimos tempos. Revolução que não foi acompanhada de uma verdadeira educação sexual. Não há, realmente, por parte dos serviços sanitários e de educação para a saúde, a criação de programas de divulgação, de esclarecimento, sobre os problemas relacionados com a vida sexual das pessoas, e sobretudo dos jovens. Como não houve essa





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

educação sexual, existe, digamos, um factor de ignorância. O aumento da actividade sexual e a libertação de uns tantos tabus leva mais facilmente as pessoas a contraírem uma doença e a dar-se a sua disseminação. Temos, portanto, por um lado, a ignorância [...]. Por outro lado, pesa ainda sobre as pessoas (não obstante se terem libertado de muitas convenções) um sentimento de culpa, talvez inconsciente, quando percebem que têm uma doença relacionada com a sua actividade sexual [M&B 1975, 3323].

Na opinião da especialista, o planeamento familiar e a difusão dos métodos contraceptivos trariam à mulher portuguesa os conhecimentos essenciais que lhe faltavam, nomeadamente acerca do seu próprio corpo e da sua autonomia, permitindo-lhe viver de forma mais plena a liberdade que emerge a nível da sexualidade. Purificação Araújo faz aliás uma defesa explícita do ato sexual, dizendo que é «fundamental para o ser humano», do ponto de vista do prazer (e não da reprodução), devendo para tal ser vivido com consciência e alegria: «[...] o planeamento tem dado à mulher a consciência do seu corpo e tem estado a libertá-la de ser usada como um objecto. Hoje em dia ela participa com consciência num acto que é fundamental para o ser humano: com o seu corpo, com o seu interesse sexual, com o seu prazer sexual» (M&B 1975, 3323).

## **Contracultura, movimento *hippie*, a nudez e as imagens do corpo**

Ferreira (2009, 10) define contracultura como cultura marginal ou de protesto, «prática simbólica de rotura, de quebra com o *establishment* político vigente», « reacção de revolta contra os valores instituídos na sociedade e contra os males da civilização», visando a «implementação de uma forma de vida utópica». Os movimentos de contracultura surgidos na década de 1960 nos EUA rapidamente alastram à Europa, nomeadamente a países como Inglaterra, Alemanha e França (Ferreira 2009, 10). Neles incluem-se os protestos contra a guerra do Vietname, a luta pelos direitos civis dos negros, das mulheres, dos homossexuais, dos estudantes e a «exploração de novas fronteiras no domínio sexual» (Ferreira 2009, 10). Entre os movimentos de contracultura encontra-se também a cultura *hippie*,





### *Análise do agendamento da intimidade*

«promotora de uma nova ética andrógina, pansexual», e os *yippies* (membros do *The Youth International Party*), «mais convencionalmente políticos, ligando a revolução sexual a uma campanha mais vasta de revolta social», para quem a «libertinagem sexual era só uma parte do protesto mais amplo contra o racismo, a respeitabilidade da classe média, a guerra no Vietname, o colonialismo, a opressão de classe e o conservadorismo da educação» (Garton 2009, 315).

À contracultura dos anos 1960, chegam através dos escritos de Wilhelm Reich e Herbert Marcuse, as ideias da *SexPol*, criada entre o final dos anos 1920 e o início dos anos 1930, por intelectuais da Europa Central, interceptando o marxismo e a psicanálise, para avançar propostas radicais sobre a sexualidade, a economia e o poder (Corrêa *et al.* 2008, 15). Marcuse torna-se o grande teórico da contracultura, inspira a contestação estudantil nos EUA, na Alemanha e em França nos anos 1960 (Bebiano 2003; Ferreira 2009), sobretudo a partir da obra *Eros e Civilização* (1955). Segundo Marcuse, a libertação significava «subversão contra os interesses predominantes» e sendo uma força revolucionária, o movimento estudantil poderia constituir o «fermento de esperança nas metrópoles capitalistas dominadoras e inflexíveis» (Ferreira 2009, 12). Marcuse foi, durante a segunda metade dos anos 1960, «alvo de alguma atenção no nosso país»: a Moraes publica em 1968 *O Homem Unidimensional* (Cardina 2008, 108).

Wilhelm Reich é também um nome de referência para os estudantes rebeldes dos anos 1960. *A Revolução Sexual*, *O Combate Sexual da Juventude* e *A Função do Orgasmo* são livros de referência na época. Para este autor, repressão gera imaturidade e dependência permanentes, tanto em relação à família, como à autoridade do Estado e do patrão no trabalho. Segundo Reich (e Marcuse), a procura do prazer sexual é um meio de resistir à dominação capitalista (Garton 2009).

É abolindo a repressão, que canaliza toda a vida libidinal para o trabalho ou para a reprodução, que se poderá operar uma verdadeira revolução. A abolição da dominação económica exige a abolição dos interditos sexuais para permitir o puro desenvolvimento positivo da libido. E esta abolição é ainda mais poderosa para as mulheres do que para os homens, na medida em que a sua sexualidade foi ainda mais reprimida pela sua confinamento à função materna, antagonista da sua função feminina, afirma Wilhelm Reich. Sob formulações diversas, a





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

libidinização é para todos estes pensadores [Reich, Marcuse, Deleuze, Guattari e Lyotard] não só a condição *sine qua non* da liberdade, mas a própria liberdade: eros gerador de uma nova civilização, como afirma Marcuse [Collin 1991, 328].

Wilhelm Reich e Herbet Marcuse viam na repressão sexual um mecanismo de alienação dos indivíduos de si próprios. Segundo Giddens (2001, 111-112), Reich pretendia uma «revisão social radical» e via no culto (e frustração) da sexualidade genital «a chave dos padecimentos da modernidade».

Nó pós-25 de Abril de 1974, a obra de W. Reich figura entre as preferências literárias dos portugueses. Em 1975, *O Combate Sexual da Juventude* está em quinto lugar na secção de «Best-sellers da semana», de Pedro Tamen (*Expresso* 1975, 125). Em 1976 a editora Escorpião publica *Irrupção Sexual*, de Reich. E mesmo em finais da década de 1970, o *Expresso* (1978, 276) dá conta na secção «Os 5 [livros] mais vendidos», que *A Função do Orgasmo* está entre as preferências, em livrarias de referência na cidade de Lisboa:<sup>17</sup> «Discutido com paixão, adulado, caluniado, perseguido por todos os Poderes, Reich continua a ser hoje, para além do carácter controverso ou mesmo ultrapassado de muitas das suas teses, um dos espíritos que mais fundamente marcam o nosso tempo» (*Expresso* 1978, 276).

Os movimentos de contracultura não marcam presença de relevo na amostra. A categoria temática *hippies* aparece em apenas 8 peças (0,5% da amostra). No artigo «Rock e revolução (II)», de Manuel Castro Caldas (*Expresso* 1974, 72), relaciona-se a rebeldia da música (*Doors*, *Stooges*, *Velvet Underground* e *Iron Butterfly*) com a rebeldia de movimentos de contracultura, como o *hippie*, num diagnóstico já de «fim de festa». Em Portugal, em 1971, tem lugar em Vilar de Mouros um festival de música, sob o lema «Cultura e juventude ao alcance de todos»: «Os mil habitantes da aldeia, quase todos eles vivendo do campo, habituados à quietude e à repetição do mundo rural, viam repentinamente chegar mais de 20 milhares de “*juvencos estranhos, muito estranhos*” [...]» (Bebiano 2003, 136). *Teenagers* que vinham à boleia, exibindo os seus cabelos longos, mostravam de

<sup>17</sup> Entre as livrarias consultadas pelo *Expresso* para elaboração destes *rankings* literários estavam geralmente: Aillaud & Lello, Apolo 70, Barata, Compasso, Diário de Notícias, Ler, Nova Iorque, Portugal e Sá da Costa (*Expresso* 1975, 125).





### *Análise do agendamento da intimidade*

acordo com o diário conservador *Época* (1971, 1889), uma liberdade amorosa que, «infelizmente», se notava por toda a parte – relata-nos Bebiano (2003, 136).

Na M&B, Hortense de Almeida faz uma apologia dos *hippies* numa crónica intitulada «Sinceramente» (M&B 1976, 3328). Define-os como «crentes no autêntico significado do amor humano (no meio de um mundo descrente do significado da humanidade do amor)», mas critica-lhes a inspiração pelos estupefacientes: «Melhor seria vê-los *drogados* sem o recurso à droga».

Meninos de olhos ingénuos, a amarem sem pedirem algemas para o amor, eles, se lhes limarmos as arestas, podem ser símbolos. Símbolos de uma vida mais pura e mais sã. Precusores de uma humanidade melhor? Por que não? [M&B 1976, 3328].

Na peça «A América e os *hippies*» (*Crónica Feminina* 1968, 584) considera-se positiva a revolta destes grupos «contra o conformismo, os tabus, as obsessões políticas-sociais e sexuais duma sociedade tão puritana e... tão imoral». E em 1973 o tema volta à agenda. A *Crónica Feminina* publica outro artigo sobre os *hippies* portugueses, definindo-os no título como «Nem revolucionários, nem marginais. Mas profundamente independentes» (CF 1973, 877). À exceção dos artigos citados, as referências à cultura *hippie* são superficiais, fugidias e sucintas.

[...] no caso português, é inadequado mencionar a existência de um movimento de contracultura *hippy*, análogo ao modelo americano ou às suas cópias europeias dos países industrializados. Isto porque, como se encontra anotado num trabalho publicado,<sup>18</sup> [...] um movimento *hippy* «místico ou culturalista», não conseguiu aqui apropriar-se dos espaços públicos, e, por esse motivo, «nunca se tornou visível, isto é, nunca foi objecto de construção simbólica, nem fez parte de largos sectores ou grupos da sociedade portuguesa» [Bebiano 2003, 167].

O tema *corpo nu* consta em 62 peças (4%) da amostra. Até à Revolução de Abril de 1974 foi encontrado em 1% dos artigos – a

<sup>18</sup> José Resende e Maria Manuel Vieira. 1992. «Subculturas juvenis: Os hippies e os yuppies». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 35: 131-147.





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

força da censura/exame prévio terá ditado em boa parte esta ausência. No momento seguinte (de 25 de abril a 31 de dezembro de 1974) aumenta o seu agendamento para 6%, e na amostra referente aos anos 1975, 1976 e 1978, a percentagem baixa para 5%.

O alargamento das fronteiras do pudor centrou-se em dois grandes eixos: as representações dos corpos e a integração do erotismo na abordagem dos problemas humanos, nomeadamente os ligados ao amor e à conjugalidade. Em relação ao primeiro eixo, o que se passou foi o desnudamento progressivo das partes do corpo tradicionalmente consideradas impróprias e vergonhosas e das «cenas» ou representações de manifestação da sexualidade, desde o beijo na boca, que foi o pioneiro, às representações de corpos nus e de gestualidades, e comportamentos de sedução e excitação eróticas [Vilar 2003. 166].

A M&B dá preferência ao tema, fazendo em diversas situações a defesa da mulher, que se veria então mais sujeita à exploração mercantilista do corpo, pela utilização recorrente da nudez feminina em revistas eróticas/pornográficas e em anúncios publicitários. Num artigo publicado em 1976 (3340), intitulado «A pornografia amarra a mulher à subalternidade», fala-se do papel opressor da pornografia, que chega às bancas dos jornaleiros, às livrarias e às tabacarias portuguesas, logo após o 25 de Abril de 1974, explorando o corpo feminino como mercadoria. Passa-se, como afirma a articulista, da «hipocrisia de longa repressão sexual» para a «ostentação da nudez» nas revistas ditas pornográficas, que esvaziam as mulheres de «inteligência, vontade e ternura», reduzindo-as a «corpo objecto mais ou menos consumível e comerciável» (M&B 1976, 3340).

Antes ainda da Revolução dos Cravos, concretamente em 1973, é possível encontrar o argumento da nudez em abordagens publicitárias. Num anúncio a detergente para a máquina de lavar loiça, o *slogan* promete «despir» a opacidade dos copos (M&B 1973, 3183).

Em 1974, a nudez (feminina) mantém-se na publicidade com significativa expressão, nomeadamente em anúncios a sabonetes, cremes para o corpo e outros produtos de higiene. A marca de cremes *Moana*, que mostra um corpo feminino desnudo nos seus anúncios publicitários (publicados entre 1974 e 1975), defende no *slogan*: «você veste a sua pele a vida inteira, cuide dela». A nudez é definida como uma nova pele do corpo, como a identidade de cada um.





## Análise do agendamento da intimidade

Imagem 3.3: Anúncio a detergente usando o argumento da nudez.

dispa...  
a sua louça!

**sun** tira todo o embaciado,  
deixa a louça a cintilar!

Super-eefcaz, Sun (pó) detergente especial para máquinas de lavar louça, elimina radicalmente toda a gordura.  
É o seu complemento indispensável.  
Sun Líquido evita totalmente as manchas de gotas durante a secagem.  
Com Sun, traços e manchas acabam de vez; a louça fica impecavelmente limpa, brilhante, a cintilar!  
E, para mais, Sun é anti-calcário: não deixa resíduos nem incrustações conservando em bom estado toda a sua máquina.  
Dia após dia, Sun cuida da sua louça e... da sua máquina!

**sun**  
especial para máquinas de lavar louça

**SUN**  
Líquido  
ESPECIAL PARA ENXAGUAMENTO EM MÁQUINAS DE LAVAR LOUÇA  
anti-calcário  
elimina as manchas durante a secagem

Fonte: *Modas & Bordados*, de 7 de fevereiro de 1973, edição n.º 3183.

A publicidade instiga a mulher a sentir-se bem na sua pele (com o seu corpo, com a sua identidade). Estar bem na sua pele é também sinónimo de bem-estar em termos de género.

Herzog (2005, 375-376) defende que entre os factores decisivos para a liberalização da cultura sexual na Alemanha Ocidental





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

no decurso dos anos 1960, está a utilização crescente de estímulos sexuais (imagens de nus, seminus e narrativas excitantes) em publicidade e jornalismo. Como evoluiu a presença destas imagens na imprensa analisada, entre 1968 e 1978?

Metade dos artigos da amostra são publicados sem foto (50%), cerca de 31% com foto sem conteúdo sensual, 9% com fotos de enamoramento e 6% de nubentes. A nudez integral surge em 29 peças (2%). Fotos exibindo seios surgem em 30 artigos (2%). As fotografias de *performance erótica/sexual em grupo* ocorrem em 6 peças (0,4%) e remetem-nos maioritariamente para o contexto do cinema. O artigo «50 mil dólares para a “História de O”?» (*Expresso* 1975, 151) é um dos exemplo de publicação de uma foto que inclui *performance erótica/sexual em grupo*.

A fotografia merece observações críticas de vários leitores (indignados pela exibição da nudez e interação erótica em grupo), que a classificam como sendo «triste», «porca», «desrespeitadora» e «desagregadora» da coesão familiar. Algumas semanas depois, o semanário publica excertos destes comentários no espaço editorial «Cartas»:

Um filho meu, que comigo vive e tem seis anos, caiu-lhe nas mãos esse jornal que eu não tinha visto, como é óbvio, e com aquele interesse próprio da idade de ver as fotografias nos periódicos me perguntou – «Oh! Pai, o que representa esta fotografia que está neste jornal? Serão os homens daquela revolução em Portugal que estão a “morder a senhora”? E porque estão todos nus?» [*Expresso* 1975, 158].

Será que os senhores que certamente são pais ou irmãos acham bem que uma filha ou uma irmã ou mesmo a sua própria mulher tenha este triste espectáculo diante dos olhos? [...] Nem os animais são assim. Só os cães é que por vezes são mais porcos mas são cães [...]. Para que servem estes filmes e revistas? Para a falta de respeito entre as pessoas, para o desmanchar da família, para a desgraça de muitas crianças [...] [*Expresso* 1975, 158].

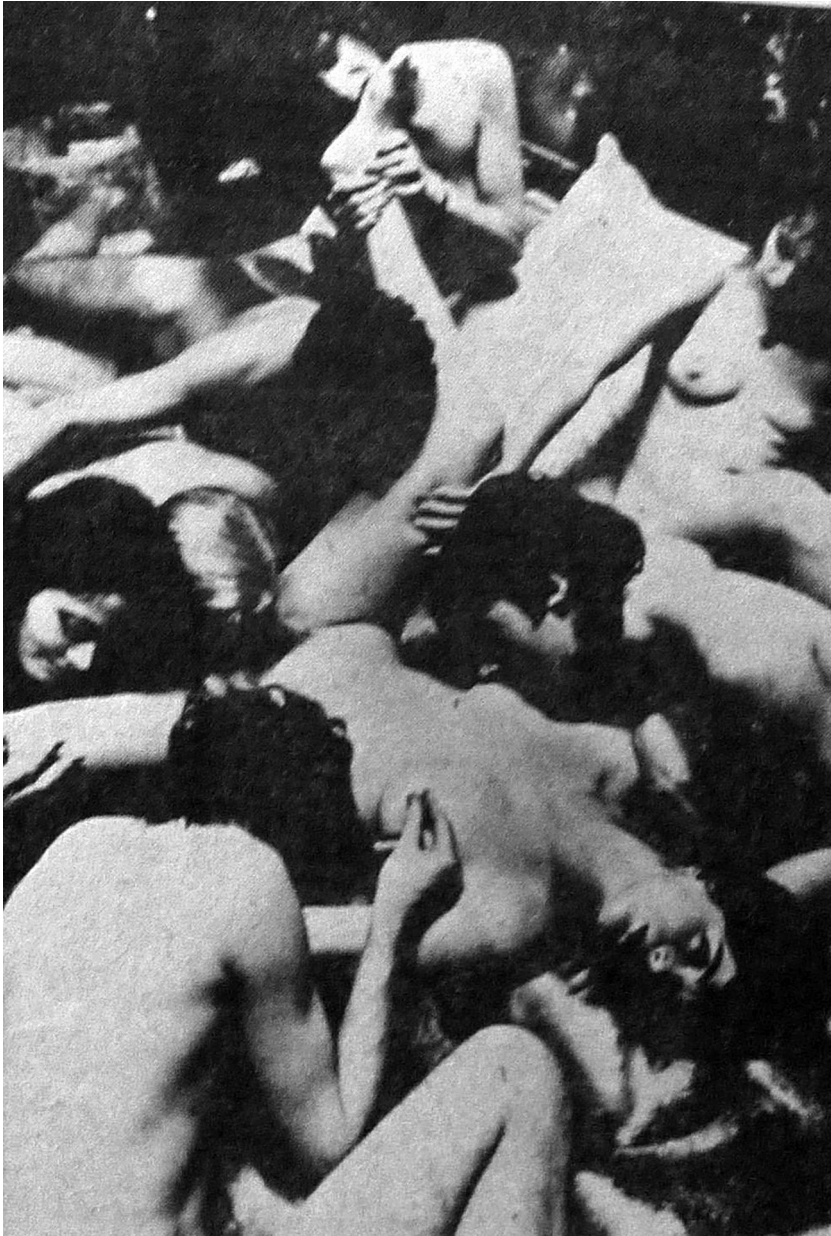
Em nota da redação, o *Expresso* (1975, 158) alega ter pretendido à altura, com a publicação da imagem, fazer uma «denúncia» e «um protesto conta a avalanche deste tipo de filmes “pornos”, novo género muito em voga lá fora». Além disso, na defesa do semanário às acusações dos leitores, outros argumentos são travados:





*Análise do agendamento da intimidade*

Imagem 3.4: Foto de *performance erótica/sexual em grupo*, correspondente a um *frame* do filme *História de O*.



Fonte: Artigo «50 mil dólares para a “História de O”», publicado no *Expresso*, a 12 de novembro de 1975, edição n.º 151.





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

escreve-se que o assunto da imagem – «sexo em grupo» – é do conhecimento de todos (incluindo dos filhos dos leitores indignados), sendo praticado por muitos, embora isso não fosse reconhecido. Na mesma resposta o jornal assume-se contra a hipocrisia de silenciamento dos assuntos da intimidade, e contra a tomada de posição dos que acham necessário proteger as mulheres da indignidade de certas realidades da sexualidade, nomeadamente do sexo em grupo. O *Expresso* defende, na sua resposta, a autodeterminação feminina, o direito à decisão da mulher sobre o seu próprio corpo, denunciando a sua menorização numa sociedade em que ainda os homens detinham o poder como pais, irmãos ou maridos.

[...] duas leitoras indignam-se em nome das «irmãs, das filhas e das mulheres». Reconhecendo assim o estatuto que os homens desde sempre lhes impuseram de menores, de inferiores, de «diferentes». O que é normal para os homens é «uma vergonha» para as mulheres... Quando será que as mulheres decidem que já é altura de crescerem, de pensar pelas suas próprias cabeças, de usar os seus próprios corpos? [*Expresso* 1975, 158].

Olhando para a década em estudo, e focando os três períodos, vale a pena salientar três aspetos relativos à ilustração dos artigos: decréscimo acentuado de fotografias de noivados e de namoros, e acréscimo de imagens exibindo nudez parcial. A *nudez integral* destaca-se por uma evolução positiva, embora não muito relevante tendo em conta a frequência residual: 1% no primeiro período (3 peças), 2% no segundo (5 artigos) e 3% no terceiro (21 peças).

## **Mercados da sexualidade: *media*, literatura e cinema**

A partir de finais da década de 1960, a sexualidade irrompe de forma avassaladora pelos *media* (Jaspard 1997) e são lançados no mercado milhares de títulos eróticos/pornográficos (livros, revistas, filmes). Fazem a apologia de novos comportamentos (parceiros múltiplos, troca de casais) e novas práticas (nomeadamente os jogos preliminares, o sexo oral e anal). O sexo aparece como um produto de consumo que se expõe, que se vende e faz vender (Jaspard 1997).





### *Análise do agendamento da intimidade*

É inquestionável o contributo destes mercados (*mediático*, editorial e cinematográfico) para a afirmação/disseminação, entre a década de 1960 e 1970, de novos guiões sexuais mais permissivos da intimidade. A reforma sexual estava no ar (Gagnon e Simon 2005 [1973]).

A partir do início dos anos 1960, surgem nos EUA muitos manuais de ajuda em torno da sexualidade e da afetividade (Seidman 1991). *Sex and the Single Girl* – livro que Helen Gurley Brown publica em 1962 – é um marco das reivindicações do prazer sexual para lá do enquadramento matrimonial. A autora «diz às raparigas solteiras que a sua vida não precisava de girar em torno dos homens e da domesticidade» (Seidman 2010, 144). Encoraja-as à autonomia, a casarem-se ou não (sem que isso representasse «um destino, uma fatalidade»), a conquistarem a sua independência financeira, a experimentarem relações sexuais pré-matrimoniais e a terem sexo descomplexado caso se mantivessem solteiras, nomeadamente com parceiros recém-conhecidos, argumentando que a escolha de parceiros devia ser livre e interminável (Seidman 2010, 144). Enquanto editora da publicação *Cosmopolitan*, Gurley Brown também agenda na revista temáticas e perspectivas da sexualidade vanguardistas para a época: dá cobertura ao tema da vida íntima, valoriza o prazer sexual e a expressão individual, mesmo se dissociado da relação de compromisso (Seidman 2010, 145).

A norte-americana Nancy Friday, autora de *My Secret Garden*, é outra figura de referência internacional nos anos 1970. Com o seu trabalho de levantamento das fantasias femininas, ajuda a aproximar os universos imaginários eróticos de homens e mulheres. Afinal, «elas» fantasiam igualmente com relações adúlteras, com prostituição, voyerismo, exibicionismo, sadomasoquismo, violação, e até mesmo com animais (Seidman 1991, 148).

Também nos EUA, em 1972, Shere Hite realiza um inquérito sobre a sexualidade feminina, que é divulgado através dos *media* e publicado em livro. Entre as suas conclusões está a dificuldade das mulheres na obtenção do chamado orgasmo vaginal, a importância da estimulação do clítoris na relação sexual, a capacidade feminina de orgasmos múltiplos, e o amplo desconhecimento dos homens relativamente à sexualidade feminina. O problema revelava-se afinal cultural e não biológico (Garton 2009). Em 1976, o livro de Shere Hite torna-se um *best-seller* internacional e as suas conclusões reforçam a dissociação entre a função erótica e reprodutiva da sexualidade.





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

Gagnon e Simon (2005 [1973], 244) reconhecem desde meados dos anos 1960, nos EUA, «um número emergente de tendências “mais liberais”», verificável pelo aumento de «conteúdos sexuais» nos *media*, pelo aparecimento da sexualidade como «uma força essencial» em publicações literárias e pelo crescimento da pornografia (filmes, fotos, magazines).

Em França, a chegada da sexualidade aos ecrãs *mainstream* das salas de cinema é marcada pela adaptação de *Emmanuelle*, por Just Jaeckin, em 1973 (Jaspard 1997). A panorâmica geral da 7.<sup>a</sup> arte rende-se à exposição do corpo, da sensualidade e do prazer. Na última semana do mês de agosto de 1975, entre onze novos filmes distribuídos nas salas parisienses, cinco são eróticos (Jaspard 1997). *Garganta Funda*, *O Último Tango em Paris*, *A História d'O*, são exemplos de sucesso internacional.

Antes ainda de 1974, o *Expresso* (1973, 17) envia à capital francesa José Vaz Pereira para assistir à obra de Bertolucci *O Último Tango em Paris*, película «de que toda a gente falava». «Para alguns, o filme será a maneira-de-estar-no-mundo duma sociedade que santifica o sexo; para outros a melancolia e a angústia que vêm depois do prazer breve» (*Expresso*, 1973, 17).

«Last Tango» olharia as coisas de frente, a vida tal como ela é aproximava-se dum «*affair*» sem sofismas, sem roupagens fáceis, sem tabus e sem os complicados códigos intelectuais e políticos que fazem das pessoas autómatos macaqueando fórmulas para a salvação da humanidade. [...] Ao mesmo tempo uma bofetada no victorianismo persistente apesar da sociedade permissiva. Os homens e as mulheres ligam-se carnalmente e com uma intensidade que os romances de Jane Austen ou de Júlio Diniz não deixam perceber [*Expresso* 1973, 17].

Nos anos 1970 a tiragem da *Playboy* supera os seis milhões de exemplares e Hugh Hefner, seu director, defende que o sexo também é legítimo apenas como meio de prazer (Jaspard 1997).

Para [Helen Gurley] Brown, Hugh Hefner e outros, a «revolução sexual» transformou-se num lema publicitário e fonte de enormes lucros. As suas revistas, jornais, clubes e manuais de aconselhamento venderam-se aos milhões a consumidores ávidos da fantasia de um sexo sem culpa, tornado possível pela invenção da «pílula» [Garton 2009, 315].





### *Análise do agendamento da intimidade*

Em *Conduta Sexual*, Gagnon e Simon (2005 [1973]) fazem uma reflexão acurada sobre a relação da pornografia com a sociedade da altura. Como referem, em termos de imaginário erótico, a pornografia continha quase exclusivamente comportamentos sexuais então considerados «desviantes» (os exemplos apontados são a prostituição, o incesto, o sadomasoquismo e o adultério). E que antes de 1968 entre os seus usuários estavam maioritariamente «homens que partilhavam habitações em colégios e universidades», «homens pertencentes a uma faixa superior da classe baixa» e homens pertencentes «a uma faixa baixa da classe média» (Gagnon e Simon 2005 [1973], 201). No final dos anos 1960, princípio dos anos 1970, surgem filmes mais longos e mais explícitos em salas de cinema, fora, portanto, do circuito de visionamento privado e restrito, tornando possível a muitas pessoas entrarem num teatro, em plena rua movimentada e bem-afamada, para ver filmes com cenas mostrando sexo oral (tanto heterossexual como homossexual), explica-se em *Conduta Sexual* (Gagnon e Simon 2005, [1973]). Criam-se novas audiências, novas plataformas de exibição e novas situações exibidas. Os « pornos » enfatizam que os encontros sexuais podem acontecer a qualquer um, em qualquer momento e em qualquer canto – crença próxima da fantasia amorosa romântica, tão característica da excitação feminina –, propõem *scripts* em que as figuras femininas são «luxuriosas e livres», tanto na entrega como no desfrutar do prazer (Gagnon e Simon 2005 [1973], 202).

Na Europa, países como a Alemanha, a Inglaterra e a França, também dão conta de um crescimento da oferta pornográfica. Em 1968, a indústria pornográfica da República Federal da Alemanha tem já muito peso, pensava-se aliás que seria o maior mercado porno do mundo (Herzog 2005, 379).

Após o 25 de Abril de 1974, a pornografia vende-se em Portugal livremente «e o aviso “cenas eventualmente chocantes” passa a acompanhar filmes e espetáculos de teatro e revista, onde cenas de *striptease* eram adotadas, como forma de chamar público» (Ferreira 2011, 266). Artigos eróticos variados podem ser encomendados por correio, como informa um anúncio publicado na *Crónica Feminina* (1976, 1019): «Só para adultos; interdito a menores de 18 anos; Temos ao seu dispor todos os artigos acessórios para uma completa harmonia sexual, e não só... gadgets, cremes, livros, lingerie especial, cassetes, etc.» (CF 1976, 1019). Em 1978, é lançado o número zero





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

da revista Afrodite, dedicada ao tema do erotismo e da sexualidade. Na capa da publicação vê-se a fotografia de um casal desnudado da cintura para cima, e fazem-se chamadas remetendo para a pílula masculina, para o «horóscopo psicosssexual», para o cinema pornográfico e para o «eterno dilema» da homossexualidade.

Pacheco (2000, 239) entende que o tremendo sucesso de bilheteira de certos filmes como *O Último Tango em Paris* ou *Emmanuelle*, em 1974, em Portugal, está relacionado com o facto de sermos então «um país sequioso de mironar». Seríamos? Na análise de conteúdo dos *media* procedi à categorização das ocorrências da intimidade afetiva e sexual em contextos de cinema, literatura, teatro, *media*, desporto e arte. Estas seis subcategorias foram agregadas numa categoria temática, com 131 registos (9% da amostra). Antes da Revolução dos Cravos o assunto é agendado em 6% dos artigos. De 25 de abril até final de 1974, o valor quase triplica, ultrapassando os 17%, mas de 1975 em diante declina para 8%. Cinema, literatura, teatro e *media* são os contextos em que a sexualidade é tratada com mais relevo, desporto e arte não têm quase expressão. Entre as escassas produções de obras plásticas com imagens sexualmente explícitas, criadas imediatamente antes da Revolução dos Cravos e no pós-revolução, Nunes (2014, 358) destaca os nomes de Clara Menéres e Maria José Aguiar: «[...] artistas que intervêm nos territórios do género e da igualdade, com obras socialmente críticas». *A Menina Amélia que vive na Rua do Almada* (1968) é uma das obras controversas de Menéres, pela referência à prostituição (Nunes 2014) – a artista continuaria «neste registo do corpo sexualizado» em obras como o *Relicário* (1970), *Bordado-Torso* (1972), *Concha de Vénus* (1977). Em *Mulher-Terra-Viva* (1977), uma das mais conhecidas e emblemáticas obras de Clara Menéres associadas à sexualidade, são propostos conceitos inscritos nos manifestos feministas, e chama-se a atenção «para a necessidade da presença pública da mulher» (Nunes 2014, 224). Em relação a Maria José Aguiar, Nunes (2014, 359) salienta que expôs em 1973 «um conjunto de trabalhos figurativos e eróticos [...] virando-se após o 25 de Abril para uma produção pictórica que recorre a constantes símbolos fálicos e vaginais, em declarados antagonismos entre sexos».

Vejamos o «comportamento» da subcategoria *sexualidade no cinema* ao longo dos seis anos analisados. Em 1968 não se verificaram ocorrências. Em 1973 há já sinais de interesse por filmes eróticos que





### *Análise do agendamento da intimidade*

marcam as discussões mediáticas em países do Ocidente, nomeadamente na Europa e nos EUA, mas é a Revolução dos Cravos que abre as fronteiras à distribuição destas películas nas principais cidades portuguesas. No ano de 1974 faz-se a maior cobertura da sexualidade em cinema, em termos percentuais (8%). O agendamento e o debate mediático continuam muito vivazes em 1975 (7% da amostra desse ano), mas em 1976 arrefece o interesse, pois a oferta cinematográfica de inspiração erótica perde fôlego.

Nos rodapés do semanário *Expresso* exibem-se títulos, *slogans*, imagens de filmes (esmagadoramente internacionais) em que a sexualidade sobressai à primeira vista. Em 1976, registámos no semanário (embora sem contabilização na amostra) mais de 80 ocorrências publicitárias a películas que recorrem à exposição da nudez, apelam à vivência do prazer sexual, incentivam à exploração do imaginário erótico ou promovem a problematização de temas da intimidade afetivo-sexual, nos seus anúncios.

Que dados temos disponíveis sobre a afluência do público às salas de cinema no período analisado? Em 1960 registaram-se 25 067 entradas nos cinemas portugueses, em 1970 esse valor não é muito diferente (25 539), em 1973 sobe para 26 467, em 1974 para 32 763, em 1975 regista 38 683 presenças e em 1976 chega aos 40 533 (Barreto 1996). O ano de 1977 marca a desaceleração (37 219), tendência que se mantém em 1978 (32 379).

A *sexualidade no teatro* revela ausências na amostra pré-25 de Abril de 1974. O ano da Revolução dos Cravos regista o recorde de agendamento mediático desta subcategoria (8 ocorrências, 3% da amostra desse ano), e nos anos seguintes (1975 e 1976) decresce, estabilizando-se o interesse pelo tema em 1% da amostra. Numa recensão crítica intitulada «Entre sexo e revolução, procurar uma terceira via» (*Expresso* 1975, 122), Manuel Rio-Carvalho descreve o que se passou com o teatro intelectual, comercial e cultural desde o fim da ditadura: «Os espectáculos chamados intelectuais tiveram fraco consumo», «o teatro comercial explorou o filão sexy [...] desde o palavrão às atracções parisienses do Pigalle; e [...] o teatro cultural, que dá prejuízo, explorou o filão da revolução».

Logo após o 25 de Abril, o debate em torno da natureza e da legitimidade da pornografia<sup>19</sup> torna-se muito presente e impactante

<sup>19</sup> Rozier (2005, 45-46) diz-nos que a palavra «erótico» vem do latim *eroticus*,





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

(imagens 3.5 e 3.6). No total das 4 publicações que compõem o *corpus* da nossa análise encontrámos 96 peças (7% da amostra) que agendam o *erotismo e a pornografia*. O assunto cresce abruptamente entre o primeiro e o segundo momento, de 2% para 14%, diminuindo para 7% no período seguinte (de 1975 em diante).

Entre as publicações analisadas, o *Expresso* revela o maior interesse pelo tema da *pornografia*. O assunto tem 45 ocorrências no semanário (28% do seu total de artigos sobre a intimidade) – 19 recensões críticas, 18 artigos noticiosos, 15 artigos de opinião, duas cartas de leitor e 3 peças enquadradas na tipologia *outros*.

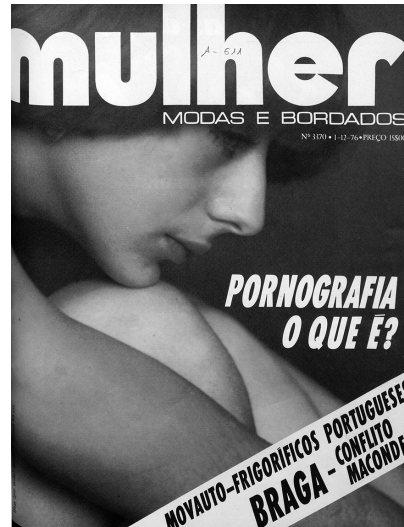
Seis meses após o 25 de Abril de 1974, o *Expresso* dá início ao que designa por um «inquérito» sobre o tema da legitimidade da pornografia no espaço público. Enviado a figuras de referência do cinema

**Imagem 3.5:** Destaque para o tema da pornografia na capa da *Modas & Bordados*.



Fonte: *Modas & Bordados*, de 1 de maio de 1974, edição n.º 3274.

**Imagem 3.6:** Destaque para o tema da pornografia na capa da *Modas & Bordados*.



Fonte: *Modas & Bordados*, de 1 de dezembro de 1976, edição n.º 3370.

decorrente do grego *erôtikos*, relativo ao amor que deriva de *êros*, amor e desejo sexual; o termo «pornográfico», de etimologia grega, significa escrito sobre as prostitutas – a palavra só terá começado a ser usada depois do século XVIII, e para indicar as representações explícitas de órgãos/atos sexuais.





### *Análise do agendamento da intimidade*

e das letras, bem como a «responsáveis governamentais da Cultura e da Informação» (*Expresso* 1974, 93), pretende-se com o «inquérito» estimular o debate. Vejamos o que o semanário pergunta aos especialistas:

Proibir a pornografia? Dificultá-la com restrições e impostos? Criar circuitos e salas especializadas para este tipo de filmes? Educar antes o público para que possa comportá-los [aos filmes ditos porno] ou escolher evitá-los? Mas, ao fim e ao cabo, o que é isso de pornografia? Como se distingue pornografia de erotismo? [*Expresso* 1974, 93].

Entre os especialistas que o semanário convida a escrever sobre o tema estão artistas, intelectuais e profissionais do cinema.<sup>20</sup> Nos

**Gráfico 3.2: Evolução do agendamento da subcategoria *pornografia* entre 1968 e 1978**



Fonte: Isabel Freire, *A intimidade afetiva e sexual na imprensa em Portugal (1968-1978)*, 148.

<sup>20</sup> Natália Correia, Manoel de Oliveira, Fernando Ribeiro de Mello, Mário Cesariny, Eduardo Prado Coelho, Eduardo Geda, E. M. de Melo e Castro, António Pedro Vasconcelos, João Bénard da Costa, Manuel Anta, Pedro Tamen, Joaquim Teixeira Brás, Eduardo F. T. David, José Vieira Marques (ensaísta e dinamizador cultural que cria o Festival Internacional de Cinema da Figueira da Foz), Marcel Hanoun e coronel Calvão Borges (presidente da Comissão de Classificação Etária).





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

*media* a interrogação era recorrente: qual o papel do Estado em matérias relativas à vivência da intimidade num país livre e democrático? Para muitos «inquiridos», a pornografia era cinema de fraca qualidade que servia interesses capitalistas, explorando abusivamente o corpo feminino, aproveitando a falta de informação e o excesso de repressão sexual do povo português havia largas décadas. Para outros, a pornografia era uma das formas de expressão da nova liberdade, abrindo uma janela de reeducação em termos das vivências do corpo, do erotismo e da sexualidade. Eduardo Geada, crítico e realizador do filme *Sofia e a Educação Sexual*, escreve:

Extinta a censura fascista e instaurado o regime da democracia liberal entre nós, é nos julgamentos de valor, nas considerações sobre a estética e o belo, na destrição entre pornografia e erotismo que começa irremediavelmente todo e qualquer álibi tendente à restauração de uma forma moral de censura oficial. Aliás, era também em nome dos bons costumes e da protecção à moral pública que a censura fascista investia indiscriminadamente contra tudo o que pudesse incomodar os seus pressupostos moralistas [*Expresso* 1974, 92].

A escritora Natália Correia, também ela convidada a responder ao «inquirido», lembra o «longo pesadelo de proibições» a que o povo português fora sujeito no Estado Novo, e a sequente «euforia de poder-se consumir aquilo que as interdições tanto prestigiaram» (*Expresso* 1974, 94). Esclarece que são certos sectores do público, empenhados em ver filmes de suposta qualidade, que começam «a protestar contra a ocupação dos “écrans” pelo sexo»: «Protestam eficientemente de modo a fazer ouvir a sua voz. Estamos ou não estamos numa democracia que conferiu aos indivíduos a faculdade de redobrar o direito à livre opinião?»

Mário Cesariny, outro dos escritores que respondem ao «inquirido», reforça a importância do debate, e alerta para a campanha negativa desenvolvida por cineclubes, que pretendem a interdição da pornografia. Na opinião do poeta, proibir a pornografia não fazia qualquer sentido, e considerar certos filmes como pornográficos era um equívoco que só se explicava por uma herança de forte repressão sexual.

Realmente, só uma herança de séculos de Inquisição Romana e de Castração Sistemática pode explicar o sobressalto que tolhe alguns,





### *Análise do agendamento da intimidade*

levando-os a considerar pornográfica a exibição de «O Último Tango em Paris», ou de «Malícia», ou de não importa que mais outras «Farras». São filmes de circuito comercial natural e normal em todos os países do mundo onde existem circuitos comerciais, não são filmes «de sexo», são filmes «com sexo» (pouco sexo, corrija-se, e com pouca verdade verdadeira, é certo, mas, mas isso é outra questão, é outra história) [*Expresso* 1974, 96].

Cesariny desaconselhava ainda a tentativa de destrinçar o erótico do pornográfico: «[...] o mais que me parece de poder conceder-se a uma sempre suspeita e custosamente demonstrável dicotomia erotismo-pornografia é poder ser o “porno” o pobre do erótico, mas certo é que nem toda a gente pode ser rica» (*Expresso* 1974, 96).

Fernando Ribeiro de Mello, proprietário da editora Afrodite, e outro dos respondentes ao «inquérito» do *Expresso* sobre pornografia, opõe-se veementemente à sua censura e proibição.

[...] impossível é falar-se de erotismo, obscenidade, pornografia, sem se ter em vista a sinistra repressão à sexualidade com que o obscurantismo político e religioso sempre se masturbou às escondidas. [...] A predisposição obsessiva para localizar e apontar o dedo à pornografia é pornografia. [...] Que tratamento se deve dar à pornografia e ao erotismo [...]? Nunca aquele que os estados fascistas, os governos autoritários e ditatoriais sempre deram e vêm dando. Tenha-se presente que os nazis atacaram severa e metodicamente não só a revolução sexual, como o feminismo – ontem, hoje e sempre, indissociáveis – como forma de protecção à sociedade patriarcal, tão cara ao nacional-socialismo [*Expresso* 1974, 93].

O depoimento de Fernando Ribeiro de Mello é um contributo assinalável para a afirmação no Portugal pós-revolução, de uma nova *cidadania*, a *da intimidade* (Plummer 2003). Invoca a necessidade de se caminhar para uma vivência afetiva e sexual passível de se expressar sem constrangimentos, debatida de forma «frontal» e «clara» desde a escola, garantindo aos indivíduos proteção legal para exercer «o direito à plena expressão da personalidade sexual de cada um» (*Expresso* 1974, 93). Fernando Ribeiro de Mello sublinha a urgência da revolução sexual, da legalização (descriminalização) da homos-





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

sexualidade, da emancipação da mulher, e a necessidade de medidas legislativas e de educação sexual em conformidade com estas alterações. Denuncia a marginalização, clandestinização e a ilegalização das minorias sexuais/eróticas no nosso país, à época, bem como a desigualdade de direitos em termos de género. No seu testemunho, o editor da Afrodite reivindica o fim da discriminação sexual e a expressão e intervenção livre e igualitária da mulher na sociedade portuguesa. O seu contributo agenda a emergência da luta por novos direitos, a nível da intimidade. A sexualidade e o género são afirmados como terrenos de luta política.

Enquanto as chamadas minorias sexuais ou eróticas continuam marginalizadas dos Estatutos Sociais, enquanto, por exemplo, a ilegalidade e clandestinização da homossexualidade masculina e feminina continuar a ser o prato forte da moralidade à portuguesa, os problemas manter-se-ão e viveremos numa sociedade contra-revolucionária. Mas não esquecer: nada será possível ou verdade enquanto à mulher não forem garantidos os meios sócio-económicos, culturais e profissionais (políticos) necessários à sua livre e plena expressão, ou seja, à sua intervenção [*Expresso* 1974, 93].

Alguns meses depois desta iniciativa de inquérito do *Expresso*, José Vaz Pereira, crítico de cinema do semanário, faz no artigo de opinião «A Liberdade!» (*Expresso* 1974, 104) um balanço da polémica e do estado da arte das exposições de porno à época.

Quanto à pornografia e à «guerra» contra ela, arriscámo-nos a, mais uma vez, nada resolver com a repressão. Não se trata de afastar «certos» filmes – deve-se esclarecer o que é a pornografia, se a pornografia é importante, o que é que as pessoas procuram ou que carências julgam preencher quando assistem a espectáculos pornográficos. É um debate que começa a ser travado mas ainda muito timidamente. Há uma certa excitação em relação à pornografia, mas películas verdadeiramente pornográficas não foram exibidas em Portugal depois da mudança de regime. Ainda assistimos apenas a obras em que os actos são sugeridos ou «representados» mas não explícita e cruamente mostrados e Linda Lovelace só surgirá nas nossas telas quando começar a fazer papéis de freira. Protestar contra a pornografia num país que tem muitas mais coisas com que se preocupar é outro provincialismo reaccionário que





### *Análise do agendamento da intimidade*

pode abrir caminho (já abriu) a novas e dissimuladas formas de censura. [...] Recorde-se que um homem livre é também aquele em que a sensualidade e o erotismo se exprimem sem constrangimentos. Quem diz o homem, diz a mulher [*Expresso* 1974, 104].

No artigo «Erotismo e pornografia» (M&B 1975, 3302), Sousa Aguiar, crítico de cinema da *Modas & Bordados*, compara os filmes *Mulheres Apaixonadas* de Ken Russell (adaptação da obra de D. H. Lawrence) com *Emmanuelle* (adaptação do romance de Emmanuelle D'Arstan), e denuncia a tentativa de se fazer emergir em Portugal uma «nova censura», sinal de um «novo puritanismo feroz». Nesta recensão crítica, Sousa Aguiar considera a sexualidade «um dos campos mais importantes da nossa vida de todos os dias» e defende que é fundamental o seu agendamento mediático e a sua discussão pública:

[...] o realizador de «Mulheres Apaixonadas», mostra-nos na realidade o quanto o comportamento de cada um está profundamente associado e condicionado pela classe social a que se pertence, bem como pelos padrões de moral e cultura da sociedade onde se vive e que são sempre os impostos pelas classes dominantes mais poderosas que «fazem» a lei. O sexual é desta forma inseparável do político-social. [...] Eis-nos, pois, perante um filme que integra o problema sexual dentro do comportamento social de cada pessoa e da pressão e carácter político do meio que as cerca e rodeia [M&B 1975, 3302].

A propósito do filme de Russell, Sousa Aguiar fala de uma moral imposta «de fora para dentro», de personagens «enredados e asfixiados por normas de uma moral rígida que os impede de serem felizes», do «errado sentimento de culpa ou de pecado» relativamente à sexualidade (M&B 1975, 3302). Apelando à importância da auto-determinação do indivíduo face às suas vivências íntimas, à importância de uma deliberação moral mais centrada em cada um, Sousa Aguiar contribui também para um contexto crescente de afirmação e reivindicação de uma nova *cidadania*, *a da intimidade* (Plummer 2003).

Nesta mesma edição, o suplemento *Modas & Bordados* (1975, 3302) complementa a recensão de Sousa Aguiar com o trabalho da repórter Susana Ruth Vasques, que relata o mercado negro que surge





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

em torno do enorme sucesso de bilheteira de certos filmes eróticos. Funcionárias da sala de cinema São Jorge, em Lisboa, contactadas pela jornalista, dizem que vendem o máximo de 5 a 6 bilhetes por pessoa, para evitar o fenómeno do comércio clandestino, mas que mesmo assim ele acontece, pois os indivíduos que o praticam colocam-se diversas vezes na fila, comprando bilhetes a 27.50 escudos para os vender por quase o dobro do valor (45 escudos). Susana Ruth Vasques cita também depoimentos de homens e mulheres, à saída da sala de cinema, depois da exibição das películas analisadas por Sousa Aguiar (*Mulheres Apaixonadas* e *Emmanuelle*). Os entrevistados mostram-se renitentes em aceitar outras formas de relacionamento para além do casamento,<sup>21</sup> em tolerar moralmente a prática feminina do sexo pré-conjugal,<sup>22</sup> em condescender com as relações extraconjugais se praticadas pela mulher (mantendo uma lógica de duplo padrão permissiva face ao adultério masculino),<sup>23</sup> e em reconhecer práticas ou identidades homossexuais.<sup>24</sup>

Ainda no contexto da cobertura do tema erotismo e pornografia na *Modas & Bordados*, é de salientar o «Dossier Pornografia, o que é?» criado em 1976, na sequência de um artigo da jornalista Hortense de Almeida sobre parto sem dor, método de preparação psicoprofilático introduzido em Portugal por Cesina Bermudes. O artigo, intitulado, «Parto preparado – Condicionamento, descondicionamento» (M&B 1976, 3358), é ilustrado com fotografias explícitas do parto (imagem 3.7).

As fotografias que ilustram o parto causam choque e indignação. Certas mulheres enviam cartas à redação classificando as imagens de «indecentes» e «pornográficas», impróprias para constar

---

<sup>21</sup> «[...] vamo-nos habituando a tudo com os tempos que correm. Refiro-me a elas terem vivido com eles antes de se casarem» (M&B 1975, 3302).

<sup>22</sup> «[...] as ideias da mana velha do filme dormir com o tipo antes de casar não são ideias que convenham às nossas raparigas, pelo menos às que virão a ser nossas esposas» (M&B 1975, 3302).

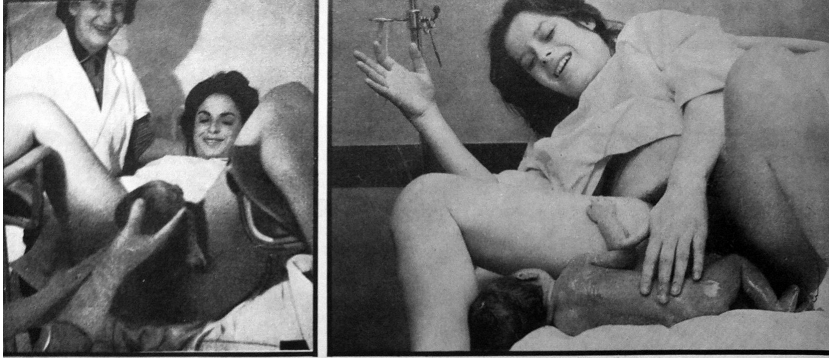
<sup>23</sup> «[...] aquela cena do avião em que a rapariga se mete logo ali à primeira com um homem e depois com outro, não acho mesmo nada natural, uma vez que é uma mulher casada [...]. O marido também faz das dele, é verdade, mas como é homem sempre tem desculpa!» (M&B 1975, 3302).

<sup>24</sup> «[...] este filme é pornográfico, passei o tempo a gozar com aquelas cenas parvas entre os dois homens. [...] Nós, os homens, não estamos de acordo em que se mostre no cinema esses desvios sexuais. Entre mulheres, enfim, mas entre homens não está certo» (M&B 1975, 3302).





Imagem 3.7: Fotos do parto, publicadas na *Modas & Bordados* e consideradas pornografia por certas leitoras.



to da mensagem para cima, para o cérebro, não ter condições para se efectuar).

Mas vamos partir do princípio que está tudo normal. Este tipo de resposta, muito simples, feito através dos cinco sentidos (como quando o polícia apita e nos faz olhar para o lado), é, através do ouvido, um reflexo de orientação, extremamente simples.

No caso do polícia, pode dizer-se que as fibras sensitivas do ouvido enviam uma mensagem para o cérebro. No cérebro há o trabalho da recolha do "dado" e da sua interpretação para se produzir o tipo de resposta adequada. Se não houver outras "fichas" além daquelas com que nascemos, só olhamos para o sítio de onde nos soa o apito. Mas se o instrutor, ao ensinar, coloca novas "fichas" (através da repetição de determinadas palavras: travar, desembraiar, etc.), a liga-



**A SEGUIR:  
A OCUPAÇÃO DO CÉREBRO  
NO PARTO PREPARADO**

buscar as novas "fichas" de aprendizagem, as fichas de uma adaptação nova (a aprendizagem de guiar), e vai dar uma resposta: o gesto de travar. Nesse dia, adquiriu-se um reflexo que já não é aquele com que se nasceu.

ordem intelectual, mas funcionam sempre como um factor de aprendizagem). Representam sempre a ligação de dois tipos de estímulo, dois tipos, portanto, de mensagens.

No que diz respeito à obstetrí-

condicionar a grávida do que si está errado e condicionado correctamente.

Pelos trabalhos de Pavlov sabe-se que todas as pessoas adquirem permanentemente reflexos condicionados. A grávida, portanto, não foge à regra. Reage perante o parto condicionado às "fichas" que lhe foram colocadas pelo seu tipo de cultura. Com "fichas" erradas o parto apresenta dor – sem "fichas" erradas, a dor não existe.

A grávida da nossa civilização do nosso tipo de cultura, aprendeu uma quantidade de coisas correctas sobre o parto. Ela tem imensas reacções físicas ao dar luz. Reacções comparáveis às de uma pessoa que, ao aprender a conduzir, tira as mãos do volante e olha para a cara quando o polícia apita ou quando um cão se aproxima. É preciso, por conseguinte, fazer-lhe desaperceber determinadas

Fonte: Artigo «Parto Preparado – Condicionamento, descondicionamento», publicado na *Modas & Bordados*, de 8 de setembro de 1976, edição n.º 3358.

numa revista de família. Outras leitoras reagem. Creem que a falta de informação e educação sexual – essa sim! – é «indecente», atávica, causadora de vergonha, culpa, fim de casamentos e infelicidade das mulheres e adolescentes. «Nós jovens e crianças estamos saturados de mentiras, de ouvir dizer *Não debes ver isto porque parece mal...* Estamos fartos» (MMB 1976, 3370). Muitas leitoras pedem à MB que prossiga o notável trabalho de esclarecimento sobre sexualidade. Dizem que estas são as temáticas «que mais preocupam a sociedade a todo o nível de idades» (MMB 1976, 3369).





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

Também a *Crónica Feminina* aborda a pornografia e o erotismo em 12 peças (2% do seu total). Num artigo publicado em 1975, lê-se: «Depois do 25 de Abril, o cinema que se vê em Portugal passou a ser totalmente diferente, comentando muita gente que “não há fome que não dê em fartura”... Na verdade nunca se viu em país europeu que se saiba tantos filmes sobre temas proibidos [...]» (CF 1975, 978). Alguns anos depois, a publicação volta ao tema, diagnosticando a chegada da prevista «fartura». No artigo «O boom do sexo» (CF 1978, 1450) dão-se graças pelo esmorecimento da «onda de erotismo» e pelo regresso da acalmia às águas do cinema, teatro e *media*. O mercado ter-se-ia «saturado», o público «empanturrara-se» e o sexo tornado «mercadoria» perdia expressividade:

Indubitavelmente talvez estejamos perto já do refluxo da onda de erotismo que envolveu os nossos espectáculos públicos e as nossas publicações – nem todas, felizmente – desde há um par de anos para cá. [...] Era natural, claro, que neste país, reprimido durante cinco décadas, a «descoberta» do erotismo adquirisse aspectos inclusive grotescos. Bastava dar uma vista de olhos pelos cartazes dos cinemas e ver a sua publicidade nos jornais, ou as capas de certas revistas. Mas o natural, também, e é o que está a começar a acontecer, é que o mercado se saturasse. Em primeiro lugar, porque a monotonia do género não dá mais de si e, depois, porque o público acaba por dar-se conta que quase todos os filmes ou publicações são simplesmente variações sobre o mesmo tema [CF 1978, 1450].

## **Agendamento mediático em torno da homossexualidade**

A década de 1970 caracteriza-se por uma «polarização crescente» a nível das vivências da intimidade, em muito graças aos movimentos das feministas, *gays* e lésbicas<sup>25</sup> (Weeks 2007). Também para Giddens (2001, 10) os dois elementos que envolveram a chamada «revolução sexual» dos últimos trinta/quarenta anos no Ocidente foram, por um lado, a autonomia sexual feminina (com antecedentes que remontam

---

<sup>25</sup> «O movimento de liberalização *gay* explode com grande energia na América em 1969 e chega à Inglaterra nos finais de 1970» (Scott 1998, 820).





### *Análise do agendamento da intimidade*

ao século XIX) e com consequências profundas para a sexualidade dos homens, contendo muito de uma revolução inconcluída; e por outro, o «florescimento da homossexualidade», com consequências nítidas para a sexualidade em geral – «o termo *gay* trouxe também consigo uma referência cada vez mais espelhada à sexualidade como uma qualidade ou propriedade do *self*».

Citando o antropólogo Marko Monteiro, Priore (2005, 304) fala do caso da revista *Ele Ela*, que surge no Brasil em 1969. A publicação, que tinha por público-alvo o «casal moderno de classe média alta», procura afirmar-se como «veículo de discussão de novos valores e novas dinâmicas sociais» na relação entre os sexos: «A revista destacava-se por levar a um público amplo questões até então pouco exploradas pela mídia, como feminismo e homossexualidade. Mas nem sempre defendia tais novidades [...]» (Priore 2005, 304). *Ele Ela* agenda o tema do movimento *gay*, a ele se referindo como «poder alegre», muito embora a homossexualidade fosse qualificada como desvio e como doença nos artigos publicados. Apesar de ir dando conta do desenvolvimento do «*gay power* nos Estados Unidos e na Europa, a tradição conservadora falava mais alto» na publicação (Priore 2005, 306).

O tema da *homo, bi e transexualidade* surge em 2% da amostra, na análise quantitativa da imprensa entre 1968 e 1978 (25 artigos). Fala-se de *homossexualidade feminina* em 20 artigos/peças (1% da amostra), de *homossexualidade masculina*<sup>26</sup> em 16 (1% da amostra), e de transexualidade nunca se fala nos anos antes da Revolução dos Cravos, apenas uma vez em 1974 e outra em 1978. Um dos artigos foi publicado na *Crónica Feminina* (1974, 936), tendo por título «Metamorfose na sala de operações – um escritor inglês transformou-se em mulher». Já a bissexualidade é um conceito totalmente ausente.

Imediatamente após o 25 de Abril de 1974, publica-se no *Diário de Lisboa* (a 13 de maio) e no *Diário Popular* o primeiro Manifesto Homossexual Português. «Liberdade para as Minorias Sexuais» é o título do documento, da autoria do Movimento de Acção Homossexual Revolucionária, que teve entre os seus autores António Serzedelo, fundador da *Opus Gay*. O documento faz saber que os

---

<sup>26</sup> Até à Revolução dos Cravos nunca é tematizada. Em 1974 (de 25 de abril a 31 de dezembro) constou de 1% das peças, e de 1975 em diante aumenta para 2% o seu agendamento na amostra.





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

homossexuais portugueses tinham sido «vítimas da mais autoritária repressão jurídica e social», e que chegava o momento de reivindicar todos os direitos e garantias, «desde a integridade de cidadãos, à possibilidade de se incluírem em qualquer movimento político revolucionário» (DL 1974, 18 456). No manifesto solicita-se às autoridades e ao povo português «a abolição imediata do art. 71, n.º 4 do Código Penal, que reputa, ambigualmente, de passíveis de medidas de segurança as práticas homossexuais» (DL 1974, 18 456). Reivindicava-se ainda a possibilidade jurídica de serem contestados «actos de chantagem, extorsão e perseguição» de que os homossexuais eram alvo à época; demanda-se a «livre prática homossexual»; a «livre reunião de núcleos homossexuais»; a participação em órgãos informativos (para esclarecimento sobre liberdade homossexual masculina e feminina); a importância da educação sexual em todas as escolas (não discriminatória das práticas homossexuais) para livre compreensão da problemática da homossexualidade, inscrita na problemática da sexualidade em geral (DL 1974, 18 456). O manifesto faz ainda um breve enquadramento da evolução recente da homossexualidade no nosso país:

A situação de guerra que o País atravessou e atravessa provocou um progressivo acréscimo na homossexualidade (masculina e feminina): nas Forças Armadas, nas camadas proletárias, desempregados, nas comunidades sujeitas a forte repressão sexual (colégios, liceus, seminários, cadeias, etc). Desenvolveu-se a prática homossexual tornando-se o facto estatística e socialmente irreversível [DL 1974, 18 456].

A terminar, o manifesto deixa vivas à homossexualidade e vivas à revolução, relacionando liberdade política e sexual, e atribuindo ao 25 de Abril de 1974 a possibilidade de terminar com a criminalização, marginalização e discriminação das minorias sexuais. António Serzedelo recorda que o manifesto foi elaborado por seis pessoas:<sup>27</sup>

Éramos amigos, três de Lisboa e três do Porto. Depois disso, fez-se uma manifestação no Jardim da Cordoaria (Porto), anunciada como tendo tido mil pessoas. Telefonei para os amigos do Porto, e perguntei: «Então a manifestação correu bem? Sim, muito bem, estavam lá 998 gajos para ver quem eram os dois paneiros que se atreviam [*risos*]». Este manifesto que publicámos foi depois «bombardeado» – concetual-

<sup>27</sup> Entrevista que me cedeu a 15 de abril de 2010.





### *Análise do agendamento da intimidade*

mente – pelo general Galvão de Melo (da Junta de Salvação Nacional). Foi à Televisão do Estado, a RTP, dizer que o 25 de Abril não se tinha feito para os homossexuais e as prostitutas reivindicarem.<sup>28</sup>

Galvão de Melo referia-se no comunicado televisivo a outro manifesto elaborado no pós-25 de Abril de 1974, por 469 prostitutas de Lisboa, que o subscrevem e entregam à discussão feminista numa «Reunião de esclarecimento promovida pelo Movimento Democrático das Mulheres». Conforme noticia o *Diário de Lisboa*, a 18 de maio de 1974, o manifesto destas profissionais do sexo reivindica:

- «Um sindicato, onde possam livremente [...], debater todos os problemas inerentes à classe;
- Combater activamente todo o sistema de exploração (agora com maior influência) por parte dos “chulos”;
- Criar [...] o Instituto Margarida Ghuthier, destinado, entre outros fins de carácter assistencial, à protecção das menores;
- Promover um “Trottoir” livre, nas ruas da cidade, com o objectivo de contribuir também para o turismo nacional e elaborar uma tabela de preços;
- Terminar, desde já, com a escandalosa actividade das colegas conservadoras que continuam, exclusivamente, a actuar nas “boîtes” de luxo» [DL 1974, 18 461].

No documento, as profissionais do sexo propõem-se colaborar com o MFA, nomeadamente através da concessão de descontos (50%) em serviços prestados a todos os elementos do Movimento, com patentes abaixo de alferes, pelo prazo de um ano. O manifesto

---

<sup>28</sup> «A intervenção do MAHR levou, inclusivamente, um dos membros do Conselho da Revolução, o General Galvão de Melo (cit. in Silva, Castro, Cascais, Nascimento *et al.*, s. d.), a condenar aquilo a que apelida “a ignóbil transcrição em jornais, que estão ao alcance de qualquer criança, do comunicado das prostitutas e dos homossexuais, numa demonstração de imoralidade sem precedentes em qualquer país em que a família e a moral existem ainda como valores”, cit. in Silva, Castro, Cascais, Nascimento *et al.*, s. d.)» (Brandão 2008, 16) «A intervenção de Galvão de Melo não terá passado sem reacções. Helena Vaz da Silva, a 1 de Junho, no *Diário de Lisboa*, interroga-se sobre o porquê da indignação do General: “Porquê? Porque são realidades sociais e criaturas humanas a banir da face da terra, são excrescências, ou apenas porque convém mantê-las escondidas para certos usos? Qual das más razões?” cit. in Silva, Castro, Cascais, Nascimento *et al.*, s. d.)» (Brandão 2008, 16).





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

termina com as subscritoras dando vivas ao «amor livre» e a Portugal. As feministas do MDM recusam-se discutir o manifesto, alegando que na prostituição não há dignificação da mulher e que não são pelo «amor livre».

Em diversos artigos da amostra em que o tema da homossexualidade é abordado, a perspetiva defendida é a de que estamos perante uma doença que é preciso tratar, um desvio ou inversão. *A Crónica Feminina* trata o assunto em apenas duas peças. Numa, intitulada «O que os pais devem saber sobre o homossexualismo» (CF 1975, 971), aconselha-se a psicoterapia para tentar a cura da orientação sexual. Também foram registados artigos jornalísticos e de opinião com visões despatologizantes e descriminalizantes, recorrendo à expressão *minoría erótica* ou *sexual* para designar a homossexualidade. No *Expresso* (1978, 289), no artigo «Fragmentos de Maio em Paris com a memória de um grito: “Somos realistas – queremos o impossível”», o jornalista Vicente Jorge Silva assinala a passagem de uma década sobre a rebelião dos estudantes em França, que conduziu a movimentos diferenciados, nomeadamente ao «das chamadas minorias sexuais (que, numa perspetiva idêntica à da luta das mulheres exprime a reivindicação de um estatuto autónomo)».

Embora não faça parte da nossa amostra, vale a pena ver o artigo do psiquiatra e sexólogo Afonso de Albuquerque, publicado na revista *O Tempo e o Modo*, em 1970 («Uma introdução à Psicologia da Sexualidade»). A peça aborda a importância das dimensões sociais, culturais e históricas da sexualidade, para além da biologia e da fisiologia, dissertando em concreto sobre a homossexualidade. Albuquerque (1970) defende que deve abandonar-se a expressão «perversão» e adotar-se a expressão *minoría erótica*; apresenta dados do Relatório Kinsey para defender que a maioria dos homens são potencialmente capazes de sentir prazer de fonte homossexual, e argumenta que é preciso considerar os homossexuais pessoas saudáveis:

[...] se muitos deles apresentam sintomas neuróticos é porque vivem num meio hostil e são obrigados a controlar, dia e noite, os seus menores gestos. [O psiquiatra Lars] Ullerstam insurge-se com agudeza contra aqueles que considera os piores inimigos dessas minorias eróticas: os psicanalistas e aparentados, que os defendem como doentes mentais, psicopatas ou perversos [...] [Albuquerque 1970].





### *Análise do agendamento da intimidade*

No semanário *Expresso* (1978, 291), o tema da homossexualidade é também abordado na peça «Eugénio de Andrade: a última pedrada». Entrevistado por Vicente Jorge Silva, o escritor entende que apesar do 25 de Abril de 1974, a sociedade portuguesa não se democratizou em termos sexuais, continuando intolerante em relação à homossexualidade e profundamente machista.

Ainda no outro dia, eu vinha com um grupo de jovens num comboio e todos falavam com grande liberdade. A certa altura eu perguntei «e se entre vocês se verificasse que havia um homossexual?» Ficaram todos muito atrapalhados. Vê? E nas relações entre homens e mulheres é a mesma coisa. Você não acha que o machismo continua de uma maneira escandalosa? [*Expresso* 1978, 291].

O jornalista Fernando Dacosta publica em 1978 no *Expresso* uma reportagem intitulada «Portugal – um país de jovens à venda», que retrata a situação de jovens homossexuais marginalizados, «muitos deles mal saídos da infância, golfados da província e dos bairros pobres sobre a capital», vivendo em pensões e vãos de escada, subsistindo de pequenos golpes, roubos e «engates»:

«Tenho o curso industrial para isto, para andar a pedir dinheiro, a roubar as moedas que as pessoas deixam nas mesas dos cafés para pagarem a despesa enquanto o empregado não vem, a ver se engato. Mas tudo é cada vez mais difícil, os rapazes mais novos, mais giros, são os que apanham bons clientes [...]» [*Expresso* 1978, 312].

Dacosta faz ainda referência à homossexualidade noutra reportagem, que tem por título «Menos agregados familiares e casamentos (nos últimos dez anos) são sintoma de crise» (*Expresso* 1978, 319). Na peça resumem-se as mudanças mais relevantes trazidas pela Revolução dos Cravos para os agregados familiares portugueses: «instituição do planeamento familiar, reconhecimento da igualdade da mulher, no lar e na sociedade, a revisão do Código Civil, a criação da Comissão da Condição Feminina, a popularização dos meios anticoncepcionais [...]» (*Expresso* 1978, 319). O jornalista lembra, porém, que se mantêm inderrubáveis nesse final de década em Portugal, «tabus puritanos inerentes à nossa mentalidade patriarcal-machista, como a legalização do aborto, a libertação feminina e o reconhecimento das





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

minorias sexuais [homossexualidade]» (*Expresso* 1978, 319). A título de exemplo da discriminação, cita o caso de um par, ele engenheiro e ela médica, ambos homossexuais, que casam por «conveniência», por «exigências sociais», porque a «moral estabelecida» nos seus meios exigia que fossem «respeitáveis», que tivessem famílias, que fossem «normais»:

«Como eu e a minha mulher éramos muito amigos, resolvemos, por comodismo, fabricar o nosso casamento. A vantagem que ele nos deu compensou-nos. Por outro lado, e como não temos complexos, desfrutamos de uma vida agradável, com plena liberdade, eu tenho os meus amigos, a minha mulher tem as amigas dela, não há qualquer inibição. Divertimo-nos bastante a representar o papel de casal convencional feliz junto das nossas famílias e dos nossos círculos sociais» [*Expresso* 1978, 319].

Fernando Ribeiro de Mello também se refere à homossexualidade no seu artigo de opinião já citado («Deve censurar-se e reprimir-se a repressão»), publicado no *Expresso* (1974, 93). Para o editor da *Afrodite*, continuaríamos a viver numa sociedade contrarrevolucionária enquanto a moralidade portuguesa ilegalizasse e clandestinizasse a homossexualidade masculina e feminina (*Expresso* 1974, 93). Indignado com esta posição, Joaquim Teixeira Brás questiona num artigo de opinião, integrado no «inquérito» à pornografia promovido pelo *Expresso*: «O senhor [Fernando Ribeiro de Mello] acha bem mostrar nos Espectáculos toda a casta de poucas vergonhas que se praticam por esse Mundo fora (por exemplo: o deboche e todas as porcarrias, incluindo até as pessoas invertidas)?» (*Expresso* 1974, 98). Para Ribeiro de Mello a homossexualidade era um direito de cidadania a reivindicar, para Teixeira de Brás uma das faces da degradação moral dos tempos.

O tema da homossexualidade é também afluído por Sousa Aguiar na *Modas & Bordados* (1976, 3348), num artigo sobre Inglaterra que tem por título «Revivalismo é moda»:

Apesar do aspecto aparentemente permissivo da sociedade inglesa, esta continua a ser tremendamente puritana e fechada. Muito se tem falado e escrito acerca das liberdades dos ingleses, da sua tolerância, das leis votadas no Parlamento sobre a homossexualidade. No entanto, a





### *Análise do agendamento da intimidade*

um observador mais atento não passarão despercebidas as manifestações de intolerância e puritanismo expressas a todos os níveis. O caso mais recente e mais célebre terá porventura sido o que se passou com o líder do minoritário Partido Liberal, Jeremy Thorpe, que recentemente foi acusado por um homossexual de ter mantido consigo relações bastante «íntimas». [...] Jeremy Thorpe viu-se assim, de um momento para o outro, no centro de um «escândalo» nacional, tendo de pedir a sua demissão [...] [M&B 1976, 3348].

O tema da homossexualidade é raramente abordado por leitores/as. Vejamos um dos poucos exemplos que constam das cartas chegadas às redações. Foi publicado em 1976, na secção «A Palavra às Leitoras», da *Modas & Bordados* (1976, 3367):

Sou jovem e tenho muitos amigos jovens e talvez por isso contacto com muitos casos e apercebo-me de que há muitos mais problemas do que muita gente possa pensar, e não é só a droga o grande problema de hoje em dia, há também outro com proporções tão grandes como a droga e que muita gente não se apercebe, a homossexualidade. E por que há tanta homossexualidade hoje em dia? Sim porque há muito mais do que certas pessoas possam pensar. Será que é a fazer rugas a cafés que resolvem o problema? Creio bem que não. Se em vez de vexar esses jovens e de os marginalizar, se os ajudassem e se os compreendessem, se fosse possível o acesso a clínicas de recuperação, creio que seria muito melhor e mais fácil, porque no fundo somos todos feitos de carne, todos temos um esqueleto, todos temos as mesmas sensações, todos temos frio, calor, e todos temos sentimentos [M&B 1976, 3367].

Cascais (2016, 125) diz-nos que durante a ditadura a emancipação homossexual nunca foi incluída na agenda das oposições, e que o primeiro estágio do associativismo LGBT em Portugal se desenvolve a partir da Revolução dos Cravos, não sendo a transição democrática «condição suficiente para a sua emergência».





## Agendamento mediático em torno da igualdade de género

O fim da ditadura portuguesa abre «lugar a um processo revolucionário, onde as mulheres soltam a palavra, num espaço de liberdade até aí nunca vivido» (Tavares 2000, 25). A participação feminina em reuniões, manifestações e assembleias no contexto revolucionário de 1970 representa uma valorização e afirmação dos «direitos de uma cidadania feminina», ainda que, apesar destas conquistas, o feminismo português não tenha tido espaço para se transformar num movimento de amplas massas (Tavares 2000, 113).

Tavares (2000, 123) diagnostica em Portugal, pelo tipo de intervenção e discurso, três correntes do feminismo: *radical*, *socialista/marxista* e *liberal*.

Para o feminismo *radical*, a reprodução era o principal fator da opressão das mulheres. A preocupação pela sexualidade feminina (não a subordinando às exigências masculinas), pelas questões da contraceção, legalização do aborto e violência sobre as mulheres, constituíram suportes desta corrente, crítica do marxismo por reduzir a opressão dos sexos à luta de classes (Tavares 2000).

A perspetiva feminista *socialista/marxista* entendia que a «servidão secular» das mulheres era originada pela perda de papel social, estabelecendo a luta pelo direito ao trabalho como um fator emancipatório, e denunciando o capitalismo como sistema discriminatório e opressor – esta visão defendia o socialismo, que conduziria «à alteração da base material e da superestrutura em termos ideológicos e culturais» (Tavares 2000, 118).

Quanto à terceira corrente – *liberal* – surge em Portugal a partir de finais dos anos 80 e defende «estratégias de constituição de «lobbies» ou grupos de pressão junto do poder político, gerando-se a ideia de que o acesso das mulheres ao poder político e económico é, por si só, factor transformador da sociedade» (Tavares 2000, 119-120).

No período de transição para a democracia, o discurso das feministas em Portugal é ainda muito atacado – «[...] são chamadas de “mal fodidas”, “excitadas, raivosas, ululantes”, “guerreiras de um exército em movimento”, “sórdidas”, “monstros”, “vaginas revolucionárias”, “taradas sexuais”» (Neves e Calado 2001, 99). Natália





### *Análise do agendamento da intimidade*

Correia a elas se refere pejorativamente no diário que escreve logo depois do 25 de Abril:

E agora vos desmascaro, ó grotescas feministas que berrais serem as mulheres oprimidas devido a serem do pobre sexo feminino, ai dele, colonizado pelo feroz Rei Macho. Invertei essa vossa ridícula lamúria e achareis que a mulher *é só sexo feminino* enquanto oprimida pelos homens que oprimem enquanto *só sexo masculino*. [...] Nisto deveis ponderar, carpideiras do vitimismo feminino. Como sois detestáveis a espernear nessa posição de montadas. [...] Por isso vos digo, ó cadelas do feminismo com serpentes na trunfa: em vez de esmurrar o falo que vos reduz as rodilhas de gozo, além de que é ordinário dizer mal do que nos é imprescindível, descobri-o no vosso espírito a penetrar a vulva da vossa alma [Correia 1978, 111-112].

Entre 1968 e 1978, o assunto do *género, emancipação e feminismo* é agendado em 265 peças (18% da amostra). Antes da queda da ditadura havia já sensibilidade para a discussão do tema nos *media*. Mas não só. É debatido em outras esferas. Em 1968, na apresenta-

**Gráfico 3.3: Evolução do agendamento da subcategoria *emancipação feminina/igualdade de direitos*, entre 1968 e 1978**



Fonte: Isabel Freire, *A intimidade afetiva e sexual na imprensa em Portugal (1968-1978)*, 164.





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

ção do livro *A Condição da Mulher Portuguesa* (coleção «Polémica»), Urbano Tavares Rodrigues (1968: 8) defende a emancipação feminina em termos profissionais, e também sexuais: «A luta pelos direitos da mulher trava-se em todo o mundo [...] para uma maior harmonia e dignificação da existência, a descolonização total da antiga escrava, mascarada de rainha, em vias de franca ascensão e emancipação [...] quer no plano profissional, quer no da vida afectiva e erótica». O livro compila depoimentos proferidos um ano antes, num colóquio organizado pela Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Em termos gerais, os dados da amostra evidenciam três aspetos de relevo em relação a esta temática, na minha análise quantitativa dos *media* entre 1968 e 1978. Os *feminismos* chegam à agenda mediática portuguesa, mas com muito menor expressão do que as discussões sobre emancipação feminina. A cobertura dos *papéis sociais e conjugais* de género é relevante, mas não necessariamente pró-defensiva da igualdade: em muitas destas peças continuam a defender-se perspectivas tradicionais, conservadoras, promotoras da desigualdade e discriminação. Por último, o tema da masculinidade é marcado por acentuado declínio ao longo da década.

O *Expresso* e a M&B têm exatamente a mesma percentagem (34%) de cobertura do tema *género, emancipação e feminismo*, nos seus totais. No semanário generalista, o agendamento é feito graças à colaboração regular ou pontual de defensoras dos direitos das mulheres (algumas assumidamente feministas), tanto na condução de artigos noticiosos, como de opinião ou recensões críticas:<sup>29</sup> Ana Hatherly, Diana Andringa, Fina d'Armada, Fernanda Leitão, Helena Vaz da Silva, Judite Cortesão, Lia Viegas, Maria Antónia Palla, Maria Belo, Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta, Maria João Seixas.

No ano da Revolução dos Cravos, Maria Isabel Barreno entrevista Delphine Seyrig, do Mouvement de Libération de la Femme, e uma das centenas de francesas que assinaram a declaração sobre o aborto no *Nouvel Observateur* em 1971. No artigo – «O Movimento de Libertação da Mulher» (*Expresso* 1974, 55) – Barreno afirma que a imagem dos movimentos feministas em Portugal é «negativa, frequentemente ridícula»: «ainda há a ideia de que uma “feminista” é uma mulher necessariamente feia, frustrada» (*Expresso* 1974, 55).

<sup>29</sup> Total de 34 artigos, 13 textos de opinião e 10 recensões críticas.





### *Análise do agendamento da intimidade*

Em matéria de agendamento da emancipação feminina e da igualdade de género, saliente-se a publicação no *Expresso* de um artigo alargado sobre Direito de Família, por ocasião da celebração do dia da Mulher (8 de março), em 1975 (Ano Internacional da Mulher). Nesta edição (*Expresso* 1975, 114) critica-se o imperativo da virgindade ao tempo do casamento, o poder marital que permite ao homem rescindir o contrato de trabalho da esposa, o poder de o cônjuge administrar os bens do casal, e a supremacia (perante a lei) do poder paternal face ao maternal – determinações legais só alteradas em 1976, pela revisão do Código de Civil.

Na *Modas & Bordados*, Maria Antónia Fiadeiro, Maria Ondina Braga, Hortense de Almeida, Maria Teresa Horta e Antónia de Sousa têm forte influência no agendamento ou abordagem da igualdade de género (tanto em artigos noticiosos, de opinião ou crítica), mas também as leitoras contribuem de forma expressiva para o seu debate.<sup>30</sup>

No *Diário de Lisboa*, o tema do género, emancipação e feminismo surge em 8 artigos. Na *Crónica Feminina* o tema é agendado em apenas 36 peças e sobretudo por via noticiosa. A posição editorial desta publicação não é vanguardista em matérias de luta pela igualdade entre homens e mulheres. Com frequência se encontram peças que remetem para um modelo discriminatório. Vejamos um exemplo, o artigo intitulado «A inteligência terá que ver com o tamanho do peito?»:

Segundo a teoria publicada na revista médica britânica *General Practitioner*, o tamanho dos seios da mulher é inversamente proporcional ao seu coeficiente de inteligência [...]. Quanto a nós [homens], estamos radiantes, já que carecendo por completo de seios, devemos ser então os mais inteligentes. Afinal o super-homem é um facto... [CF 1978, 1108].

O machismo é tema de capa da *Modas & Bordados* (1975, 3320), texto adaptado de uma peça de Herman San Martin, originalmente publicada no *Le Courier* (UNESCO). No começo do artigo lê-se que «a mulher é uma pessoa, tal como o homem», uma «verdade» que «não é fácil» fazer aceitar a «numerosas sociedades contemporâneas

---

<sup>30</sup> As categorias com maior ocorrência do tema são a *notícia* (63 artigos) e as *cartas de leitor* (55 ocorrências).





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

onde subsiste o mito da inferioridade feminina e da superioridade masculina» (M&B 1975, 3320).

[...] há mitos que circulam sob a forma de mensagens sociais imperativas: mito da feminilidade, mito do casamento inevitável, mito da solteirona, mito da virgindade, etc. Em oposição a estes, encontramos o «mito do machismo», da divinização do macho, ou seja, na prática, o mito da «necessária dependência» da mulher, o mito da «autoridade natural» do homem sobre a mulher. O que vem a dar no reconhecimento da superioridade masculina [M&B 1975, 3320].

Na peça refere-se que a «mitologia» da superioridade masculina, «opressiva» e «discriminatória», varia de país para país, consoante a cultura, a religião, as etnias e as estruturas económicas e sociais (M&B 1975, 3320). E que os papéis de género, moldados pela família e pelas instituições, tendem a ser assumidos desde a infância, muito embora possam ser recusados na idade adulta, quando «a mulher, oprimida, começa a reivindicar a sua emancipação» (M&B 1975, 3320).

A partir de finais de 1974, cria-se na MB a secção «Condição feminina», destinada à publicação de «informações, problemas e conquistas da mulher na luta pela defesa dos seus direitos» (MB 1974, 3277). O interesse e a solidariedade para com os problemas da emancipação das mulheres além-fronteiras é evidente. Além disso, a revista esclarece a existência de visões distintas do feminismo. Entre 1974 e 1976, publicam-se na M&B discursos que se inscrevem nos princípios das correntes *socialista/marxista e radical*, definidas por Tavares (2008). São vários os artigos em que se exprime a primeira, vendo na luta pelo direito ao trabalho um fator emancipatório, e não reconhecendo o feminismo como um movimento plural e lateral (Tavares 2008). Laura Lopes (secção «A mulher e a lei») é uma das defensoras desta corrente. Luísa Amorim e Fernanda Gonçalves, dirigentes do Movimento Democrático de Mulheres (MDM), também deixam claro que a luta das mulheres não se deve fazer à parte da luta de todo o povo português (MB 1975, 3282).

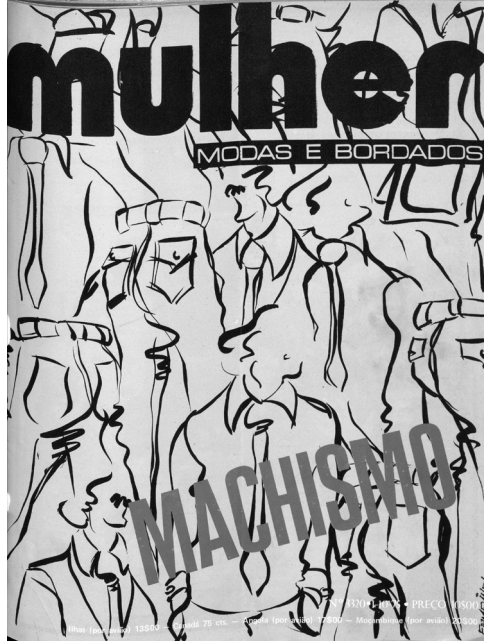
A corrente *radical* é particularmente evidente em narrativas sobre saúde sexual e reprodutiva (contraceção, aborto e violência sobre as mulheres). Em 1975, Maria Teresa Horta entrevista Simone de Beauvoir, que está de visita a Portugal, com Jean-Paul Sartre.





### Análise do agendamento da intimidade

Imagem 3.8: Destaque para o tema do machismo na capa da *Modas & Bordados*.



Fonte: *Modas & Bordados*, de 1 de outubro de 1975, edição n.º 3320.

A escritora portuguesa defende que, em Portugal, uma mulher que pretenda ter uma «autêntica relação com o seu corpo» é considerada uma prostituta, queixa-se da sorte das feministas, «alcunhadas de taradas sexuais, de putas, de lésbicas» (M&B 1975, 3298). A escritora francesa lembra que este não é um problema português. Que é recorrente em muitos países do mundo. E defende que uma revolução socialista não chega para o resolver. É necessária uma «revolução» feminista que restitua «à mulher o seu próprio corpo, a sua própria sexualidade, o seu direito ao orgasmo, o seu direito ao autêntico prazer, ao desejo [...]» (M&B 1975, 3298). Além disso, Simone entende que essa luta deve ser travada de imediato: «É agora que vocês, mulheres portuguesas, têm de fazer a vossa revolução feminista!» (MB 1975, 3295). Uma revolução que conceda o direito à contraceção, ao aborto, ao acesso a todas as profissões, ao salário igual, à palavra, à manifestação livre nas ruas. O tema é sensível. Alguns meses antes da entrevista, Maria Teresa Horta e outras





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

ativistas cofundadoras do Movimento de Libertação da Mulher veem negado o seu direito a sair à rua, a tomar a palavra, a afirmar o feminismo, a denunciar a falta de direitos. De facto, a 13 de janeiro de 1975, uma manifestação do MLM, no Parque Eduardo VII, em Lisboa, constitui-se um momento-chave, simultaneamente *transgressivo e reivindicativo* da igualdade de género em Portugal, se considerarmos o período estudado. A manifestação pretendia denunciar a discriminação das mulheres no nosso país, e propõe-se queimar símbolos da opressão feminina, nomeadamente o código civil, revistas pornográficas, brinquedos sexistas, objetos da lida doméstica, entre outros. O suplemento feminino d'*O Século* (M&B 1975, 3287) publica um artigo de Susana Ruth Vasques sobre o acontecimento. A peça intitula-se «Mulher Portuguesa vítima de duas ditaduras». Descreve a violência de uma contramanifestação de milhares de pessoas que vem desmobilizar o protesto do MLM. Os contramanifestantes (sobretudo homens, mas não só) rasgam cartazes das feministas e insultam-nas com frases sexistas («mulheres só na cama», «vão para casa coser meias, o vosso lugar é em casa, não é na rua. Há muito que fazer num lar, é por isso que os vossos maridos arranjam outras») (M&B 1975, 3287).

Ao jornal *Público*, em 2006, Maria Teresa Horta conta que as ativistas do MLM tinham trazido as crianças, e que a certa altura tiveram medo, decidindo colocá-las no carro, mas os contramanifestantes começaram a abanar o veículo. Com medo, fugiram para casa de uma das cofundadoras do movimento (Madalena Barbosa), que vivia perto. Foram seguidas até lá, e quando fecharam a porta do prédio, a cara de certos homens ficou esborrachada no vidro, de forma intimidatória (*Público*, 28 de Janeiro de 2006, 14). Para Maria Teresa Horta, a manifestação foi olhada como «normal e não [foi] questionada pela comunicação social».

Efetivamente, nas quatro publicações analisadas, o acontecimento não é debatido e comentado com expressão. As reivindicações das manifestantes e os insultos dos contramanifestantes não são significativamente discutidos nos *media*. Escasseiam as reações, mesmo na *Modas & Bordados*. Irene Dias (uma leitora) pronuncia-se contra as ativistas do MLM:

[...] no referido movimento [do MLM] a maior parte das cabecinhas não tem miolos lá dentro e foram culpadas do enxovalho que a mulher





### *Análise do agendamento da intimidade*

portuguesa recebeu da parte dos homens. [...] vejo que as interessadas só fizeram figuras ridículas: a fogueira, o disfarce carnavalesco e acima de tudo vergonhoso. Para chegarem à meta de uma igualdade de direitos há que saber comportar-se como mulheres inteligentes e mulheres-mães que acima de caprichos fúteis põem a sua dignidade [MMB 1975, 3290].

Aldemira Martins (mulher solteira e empregada de balcão) responde com um texto, publicado sob título «Carta aberta a uma anti-feminista», na secção «A palavra às leitoras» (MMB 1975, 3293). Entende que as manifestantes foram um pouco exageradas, mas não se enxovalharam ou desrespeitaram:

Foram, sim, desrespeitadas e enxovalhadas pelos homens, o que é bem diferente. A mulher não tem culpa que meia dúzia de homens feridos no seu amor próprio, no seu orgulho de machões, fossem estragar o que seria uma manifestação calma e ordeira [MMB 1975, 3293].

Um ano antes deste episódio, Maria Isabel Barreno, numa entrevista publicada na *Modas & Bordados*, por ocasião da absolvição no processo das *Novas Cartas Portuguesas*, defende que as mulheres portuguesas eram das mais oprimidas da Europa, opressão transversal em termos sociais, tanto no espaço privado como público: na rua «eles dizem o que lhes apetece, mexem nas mulheres [...]» (MB 1974, 3253).

A temática dos crimes sexuais regista 23 ocorrências (1,5% da amostra), no quadro das publicações analisadas. Na M&B publica-se o artigo «Bruxelas julgou crimes contra as mulheres» (M&B 1976, 3333) que faz a cobertura de um encontro não-jurídico, designado por Tribunal Internacional de Crimes contra as Mulheres. O evento reuniu entre 4 a 8 de março de 1976, em Bruxelas, cerca de 700 participantes de vários países, nomeadamente de Portugal, representado pelo MLM, que faz uma comunicação sobre a mulher e a lei, e por Maria Antónia Palla que apresenta outra comunicação sobre o aborto. O encontro denuncia crimes que flagelavam a vida das mulheres, nomeadamente a violação. Ainda na *Modas & Bordados* (1976, 3334), no artigo «A violação é um crime de classe», acusa-se a própria justiça de injuriar moralmente a vítima:





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

Depois da violação, esta continua: é-se violado moralmente em nome da justiça. O interrogatório, o facto de repetir os pormenores desagradáveis, é terrível. Ainda por cima exigem provas à mulher violada de que o foi efectivamente. Uma vez formadas essas provas, as mesmas são usadas contra si. A reacção da Polícia acaba por ser pior do que o acto de violação praticado. Uma advogada francesa presente disse a este propósito: a justiça não compreende que uma mulher violada tenha vivido uma situação traumatizante e por isso acuso todos os tribunais de violação moral [M&B 1976, 3334].

Na crónica *A Mulher e a Lei*, de Laura Lopes (M&B), esclarece-se a diferença entre estupro e violação: «chama-se estupro ao desfloramento de mulher virgem» e «violação quando a cópula é ilícita e exercida com violência ou quando a mulher esteja privada do uso da razão ou dos sentidos». Efectivamente, verifica-se em certos artigos da amostra preocupações em definir violação como crime, mas também a persistência de ideias difusas (ou equívocas) do que sejam o abuso e a violência sexual (nomeadamente em notícias e comentários de leitoras). Na secção «Correio do Coração» (M&B 1974, 3238), Camila apresenta a carta de uma jovem de 15 anos:

[...] conheci na «explicação» um rapaz de quem me tornei amiga. Um dia, ele pediu-me para falar comigo à saída das aulas e eu convidei-o a vir a casa da minha tia que se encontrava ausente. Ao passarmos pela mata – uma mata que sempre me meteu medo – ele puxou-me, tapou-me a boca e violentou-me. Fiquei desesperada, mas ele também. Chorámos ambos durante muito tempo, depois dele me confessar o seu amor. Passados tempos senti-me mal e fui ao gabinete médico. O meu colega apareceu também e pediu ao clínico que me salvasse porque o culpado de eu estar doente era ele. Então o médico disse-nos que eu esperava um bebé [M&B 1974, 3238].

Camila compara a história da jovem à do Capuchinho Vermelho, e atribui as culpas do sucedido à falta de uma mãe atenta a cuidar da jovem. Em relação à «violentação» descrita, comenta que o jovem de 16 anos fez à rapariga «uma grande maldade por amor, por ignorância, por falta de educação e preparação para a vida» (M&B 1974, 3238).





### *Análise do agendamento da intimidade*

Dois anos depois, em 1976, Susana Ruth Vasques assina na *Modas & Bordados* (1976, 3335) um artigo intitulado «“Violentados” diariamente», onde se destaca o abuso sexual intrafamiliar:

A sociedade cauciona a violação, tornando-se sua cúmplice, porque permite uma situação permanente de insegurança para todas as mulheres. [...] Um número inacreditável de miúdas são vítimas de agressões sexuais no próprio seio familiar (um tio, um primo, um padrasto). De resto, toda a mulher, desde a infância, vítima potencial da violação, é culpabilizada e acusada de provocação. [...] A violação é o único crime em que a mulher é tratada como acusada, pois é um crime que a sociedade prefere negar a punir [M&B 1976, 3335].

Na peça, relatam-se queixas de jovens pela dificuldade de circularem sozinhas nas ruas sem serem assediadas, mas também se denuncia a forma como é aceite (naturalizado) o assédio no espaço público. Mais, denuncia-se essa naturalização em contexto policial:

Fui seguida a pé, de automóvel, fui abordada, falaram-me; no cinema os homens desacompanhados olhavam para mim, no intervalo, como se eu fosse um ser de outro planeta e, à saída, fui seguida até entrar num café. [...] Outra vez, fui seguida por um carro. Desatei a correr em direcção à esquadra que fica perto de minha casa. Pensei que podia encontrar protecção, caso fosse necessário. Qual quê? Quando me aproximei da esquadra, os polícias começaram a gozar comigo, dizendo gracinhas do género: «Deixa lá, eram só uns quinze minutos, ainda te divertias!». [...] Eu cá não importuno os homens, porque hão-de eles importunar-me a mim? [M&B 1976, 3335].

No DL há duas notícias sobre a problemática: «Violentada menina de cinco anos» (1976, 19 011) e ainda a «História de uma adolescente “violada” no Areeiro» (1976, 19115). Lisete, solteira, de 16 anos, denuncia numa esquadra a violação de que foi vítima por mais de uma dezena de indivíduos, na zona do Areeiro. Pelas suspeitas de trabalho sexual o diário classifica a «história» de Lisete como «curiosa», «rocambolesca», deixando nas entrelinhas que não é credível uma prostituta ser alvo de violação.

Na *Crónica Feminina* a violência sexual é tratada no artigo “Aumenta em todo o mundo a percentagem de mulheres violadas”





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

(CF 1978, 1104) e na peça «A luta contra as violações» (CF 1978, 1130). O assédio sexual é duas vezes agendado nesta revista: na seção «Correio Sentimental» (CF 1968, 611) e no artigo «Uma leitora conta a sua história a propósito do nosso artigo “Pobres secretárias”» (CF 1973, 878).

As «políticas do corpo» (especialmente violência sexual e aborto) foram os temas mais recorrentes na agenda feminista de segunda vaga, no Ocidente. «Ser expropriada do seu corpo era muito simplesmente ser expropriada do seu eu. Retomar a posse do eu implicaria retomar a posse do corpo. Neste contexto, a sexualidade apareceu como um terreno crucial para a auto-reapropriação» (Ergas 1991, 600-601). A análise crítica da sexualidade levada a cabo pelas feministas encorajou o desenvolvimento de discussões sobre violação, abuso infantil e assédio sexual. O movimento de liberalização das mulheres (*Women's Lib*) – surgido nos EUA ainda na década de 1960 – reflete sobre a opressão feminina em esferas como a da sexualidade, da reprodução e da família, opõe-se à objetificação e à violência contra as mulheres, reclama liberdade de escolha e autonomia feminina e cria condições para o desenvolvimento dos estudos das mulheres (*Women's studies*) (Guasch e Osborne 2003, 18).

Embora as questões da violência sexual sejam muito pouco expressivas na imprensa analisada, há agendamento das suas problemáticas centrais, sobretudo na *Modas & Bordados*.

## O sexo e a rapariga (mãe) solteira

Na análise de conteúdo quantitativo dos *media*, o tema *solteiros/as* aparece em 24 peças (2% da amostra) – confirmando-se nos discursos mediáticos o maior peso social desta realidade quando vivida no feminino. As tematizações do *homem solteiro* surgem em artigos apenas antes da queda da ditadura, e deixam conselhos às mulheres para lidar com os «solteirões» (homens que parecem desinteressados do compromisso) sem aceder às pressões para ter sexo pré-conjugal.

Há ainda um ponto delicado em que devemos tocar, a famigerada pergunta que, cedo ou tarde, o homem que a ama lhe pode fazer, a célebre questão «de confianças»: — Se gostas de mim, se confias em mim, porque não queres ser minha? Será necessário que uma mulher





### *Análise do agendamento da intimidade*

se entregue [sexualmente] a um homem para lhe provar o seu amor? É esse o caminho do casamento e da felicidade? A nossa resposta é «não», mas um não categórico e positivo [M&B 1968, 2917].

Nesta e em outras peças publicadas em finais dos anos 1960, é ainda muito visível a noção da passividade e subjugação feminina no contexto afetivo-sexual – usam-se expressões e termos como «entregar-se a um homem» ou «ser» de alguém, subentendendo que é próprio da mulher colocar-se à disposição do outro.

No *Expresso* não há qualquer registo do tema da *mulher solteira*. No *Diário de Lisboa* publica-se apenas um artigo, na *Crónica Feminina* surgem 4 peças<sup>31</sup> e na *Modas & Bordados* foram encontradas 19. Vejamos alguns exemplos deste suplemento d’*O Século*. Referem-se maioritariamente à situação da mulher (mãe) solteira, numa perspetiva de oposição ao preconceito social que as atinge, mesmo no Portugal pós-revolucionário. A 11 de dezembro de 1974, a *Modas & Bordados* chama para a capa o artigo «Mães solteiras». Susana Ruth Vasques escreve na entrada da peça que «Portugal é um dos países do mundo que registam mais elevada taxa de ilegitimidade. Para fazermos ideia do seu vulto, basta assinalar que, só em 1971, em 189 042 crianças nasceram 13 726 que foram registadas como ilegítimas» (M&B 1974, 3278). Embora se reconheça a persistência do preconceito contra a mãe solteira, avança-se que alguma aceitação social estava já em curso:

Também entre nós está a diminuir o peso da censura social no que respeita à mãe solteira. No domínio da legislação do trabalho algo foi feito para proteger a mulher mãe, inclusive a solteira, que não pode ser despedida pelo facto de estar grávida. Mas pouco ou nada se fez quanto à legislação da família. As crianças continuam a poder ser registadas como filhas de pais incógnitos e os filhos naturais [ilegítimos] não têm os mesmos direitos dos filhos legítimos. Isto é uma injustiça para com a criança, a rever o mais rapidamente possível. Pois não seremos todos nós filhos naturais? Não nasceremos todos conforme a natureza? [M&B 1974, 3278].

---

<sup>31</sup> Na *Crónica Feminina* o assunto da maternidade fora do casamento também é alvo de cobertura jornalística. A peça «O problema das mães solteiras... e dos filhos» (CF 1974, 933) refere a problemática da criada de servir, e o «drama» destas «seduzidas», frequentemente despedidas por estarem grávidas.





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

A peça de Susana Ruth Vasques apresenta uma mãe solteira feliz e autónoma, que decidiu prosseguir com a gravidez, apesar de não querer casar-se com o pai da criança. Maria Rosalina (25 anos) é autodeterminada e confiante, a sua situação de mãe solteira não é uma fatalidade, mas uma escolha, recusando para si o estigma da mulher abandonada com a criança nos braços:

Quis ter esta criança, embora não desejasse casar na altura em que nasceu. Confesso que tenho sorte, porque muitas mães solteiras se vêm a braços com problemas que não me afectam muito. Os meus pais têm uma herdade e ajudam-me com géneros alimentícios. Além disso, nos fins-de-semana e nas férias vamos para junto deles. Aceitaram a minha decisão, embora sofram por não terem um genro, mas entendem que sou uma pessoa adulta com a obrigação de saber dirigir a minha vida. Educaram-me nesse sentido e acho que me educaram bem [M&B 1974, 3278].

No artigo «Quem atira a primeira pedra?» (M&B 1974, 3261) defende-se que a escolha da maternidade desenquadrada do casamento (ou da relação a dois) é um gesto de rebeldia e contestação social, crítica do matrimónio e da família convencional. Aconselha--se aliás a mãe solteira a passar à criança a ideia de que ela é fruto também de «um grande amor», embora não faça parte de um «lar comum» (M&B 1974, 3261).

O que especialmente aqui queremos pôr em causa é, porém, a atitude perante os preconceitos instituídos, quer de ordem religiosa quer civil [...]. [...] Há que atender à revolta natural dos jovens que, para se afirmarem, experimentam a necessidade de se libertarem daquilo que se lhes afigura como convenções draconianas, impostas arbitrariamente por gerações passadas e... ultrapassadas. [...] Aos olhos da criança [nascida fora do casamento] as dificuldades vencidas por sua mãe [...] constituem um argumento mais eficaz a favor desta indisciplina da juventude contra o que é feio, contra o que não é permitido, que os grandes sermões moralísticos [...] [M&B 1974, 3261].

A peça intitulada «É urgente a protecção social» (M&B 1976, 3357), assinada por António Viana, apela a medidas que ponham fim à marginalização das mães solteiras, pela educação, informação





### *Análise do agendamento da intimidade*

e planeamento familiar. Cita-se no artigo um relatório da Organização das Nações Unidas que salienta que «em certo número de países as especiais dificuldades da mãe solteira são deliberadamente ignoradas para que não seja posta em causa a instituição da família que é considerada como um grupo unitário da sociedade» (M&B 1976, 3357). Igualmente assinado pelo jornalista António Viana, outro artigo intitulado «Mães solteiras» apresenta as conclusões do estudo de um grupo de trabalho criado por despacho do secretário de Estado da Segurança Social do Sexto Governo Provisório, com vista a definir formas especiais de intervenção para eliminar a marginalização das mulheres mães solteiras em Portugal (M&B 1976, 3357).

## Outros tipos de relações para além do casamento

O assunto *tipos de relação* surge em 67 peças (5%) da amostra. No artigo «Menos agregados familiares e casamentos (nos últimos dez anos) são sintoma de crise», publicado por Fernando Dacosta no *Expresso* (1978, 319), apresentam-se casos atípicos de relacionamentos («ligações simultâneas entre várias pessoas e entre pessoas do mesmo sexo»), sinais «de uma liberdade progressiva», que nos aproxima do que acontece «em países mais evoluídos».

«Eu e o meu marido somos pessoas totalmente independentes e com uma liberdade individual completa. Moramos em casas separadas, pois achamos que a convivência permanente acaba por matar o “mistério” das pessoas e por violentar a sua intimidade. Eu por exemplo, necessito de estar só na minha casa, no meio das minhas coisas, do meu mundo pessoal. [...] Por outro lado, não acreditamos na fidelidade, achamos mesmo que só as relações com outras pessoas podem renovar as relações entre o casal. E o que é curioso, é que havendo essa liberdade total deixa de ter interesse a sua transgressão, atingindo-se, por oposição, uma nova fidelidade» [*Expresso* 1978, 319].

O tema das *relações abertas* agenda-se nos *media* por via das recensões ao cinema. Sousa Aguiar faz uma recensão crítica na *Modas & Bordados* (1976, 3327) ao filme de Claude Chabrol, *Estranha Forma de Amar*, onde a questão se coloca:





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

Um dia, [...] Paul propõe a sua mulher, Esther, aceitar cada um a liberdade sexual total do outro e, como tal, a possibilidade de viver novas experiências com pessoas que os atraíam. [...] Mas a posição de Paul é falsa porque concede a sua mulher um direito que, ele próprio, desfrutava há já muito tempo (como homem nunca se coibira de entrar em aventuras extramatrimoniais) e também porque continua ainda a exigir que a sua relação com Esther permaneça inalterável, isto é, que se mantenham todos os privilégios que, sobre Esther, adquiriu pelo casamento [M&B 1976, 3327].

A literatura também inspira o agendamento mediático de relacionamentos afetivos e sexuais menos convencionais. Na M&B o tema das *relações abertas* é falado no contexto dos relatos autobiográficos de Simone de Beauvoir (*A Força da Idade*). Na secção «O livro da semana» (M&B 1976, 3362) Maria Ondina Braga cita excertos da obra da feminista francesa:

Assim, tendo alcançado o maior dom que o homem pode gozar, a liberdade – uma liberdade consciente e responsável –, fizeram um pacto: dedicar-se um ao outro, sem todavia nenhum deles perder a sua independência. E Simone observa: «Sartre não tinha vocação para a monogamia». [...] «nunca nos transformaríamos nuns estranhos um para o outro, nunca qualquer de nós faria em vão um apelo ao outro e nada prevaleceria contra esta aliança, mas era necessário que ela não degenerasse em obrigação ou em hábito: devíamos a todo o preço preservá-la desse apodrecimento» [M&B 1976, 3362].

A união de facto é também pensada na imprensa feminina. Na peça «Os artistas falam de amor» (*Crónica Feminina* 1976, 1047), Carvalho Ramos entrevista Salvador, que assume o seu consentimento à coabitação pré-conjugal: «antes dos filhos, uma união sem casamento pode ser muito proveitosa».

## **Medicalização e psicologização da sexualidade**

Jaspard (1997, 93) defende que, em França, a «sexualidade enquanto dever» dá lugar a uma «sexualidade enquanto fator de saúde» nos anos 1970. O que nos diz a nossa amostra relativamente à





### *Análise do agendamento da intimidade*

cobertura mediática de um entendimento da sexualidade em termos terapêuticos, no nosso país, entre o final dos anos 1960 e 1970? O tema *medicalização da sexualidade* aparece em 29 artigos, agrupando as subcategorias *infecções sexualmente transmissíveis* (7 ocorrências), *sexologia/sexólogo/terapia sexual* (9 registos em peças/artigos), *disfunções sexuais masculinas* (7 ocorrências) e *disfunções sexuais femininas* (15 ocorrências).

Na peça «Doenças sexualmente transmissíveis» (M&B 1975, 3323) fala-se do aumento de infeções como sífilis, tricomoníase, herpes genital e gonorreia. Purificação Araújo, principal fonte citada no artigo, defende a necessidade de campanhas de sensibilização e de informação médica, abertas, de ampla divulgação, tanto a nível nacional como internacional, focando essencialmente um público jovem:

Tenho a impressão que se deveria incrementar toda uma educação sexual integrada nos serviços de saúde e de educação sanitária, que englobassem precisamente, quer o planeamento familiar quer os esclarecimentos sobre doenças transmitidas sexualmente. Penso que são, realmente, dois pontos fundamentais e que ainda não se está a dar o devido relevo à necessidade de se fazer, em larga escala, o esclarecimento das doenças transmitidas sexualmente [M&B 1975, 3323].

Na peça informam-se os leitores sobre a proposta da OMS para que se mudasse a expressão *doença venérea* para *doença sexualmente transmissível*. A primeira estaria mais ligada a uma conceção culpabilizante e moralizante da sexualidade. O artigo refere que as doenças venéreas são muito frequentes nos jovens, sobretudo entre os 15 e os 30 (mais rapazes do que raparigas). E que os jovens, pela ignorância, ou não se protegem de todo, ou por causa de novos contraceptivos, como a pílula, deixam de usar preservativo.

Também o *Diário de Lisboa* publica a 18 de novembro de 1974 um artigo sobre as IST intitulado «As doenças venéras desafiam a penicilina – A Sífilis e a Gonorreia propagam-se assustadoramente». Assinada por Eric Weiser, a peça fala de várias causas para a «trágica escalada das doenças venéras», nomeadamente o desenvolvimento de estirpes de bactérias resistentes à penicilina, a crença «com excessiva boa-fé, que já não é preciso evitar as doenças», nomeadamente por parte dos jovens, que «cresceram já na época dos antibióticos e não





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

conheceram as doenças sexuais como uma ameaça assustadora» (DL 1974, 18 616). A propósito das IST fala-se de valores e comportamentos sexuais entre os jovens, e da importância da educação para a sexualidade.

[...] a vida sexual de certos jovens de hoje, pertencentes a determinados círculos, é caracterizada por frequente troca de parceiros, o que contribui muito para a difusão das doenças venéreas. [...] Na luta contra as doenças venéreas temos, por isso, apenas uma única arma: esclarecimento. Este deve começar na casa paterna e na escola. A sua sequência é depois tarefa dos médicos e dos seus colaboradores, das autoridades sanitárias e das Forças Armadas, e das Universidades e das escolas profissionais, da Imprensa e de todos os outros meios de Informação [DL 1974, 18 616].

Nos três primeiros anos (1968, 1973 e 1974) não existe qualquer menção nos artigos da amostra à *sexologia ou terapia sexual*. Em 1975 surgem 2 peças, em 1976 registam-se 6, e em 1978 apenas uma. Pensando que as primeiras consultas de sexologia aparecem em Portugal em 1975, o agendamento espelha as ausências pré-revolução e reflete o surgimento de novas sensibilidades para o tratamento das problemáticas da sexualidade no nosso país.

A *Modas & Bordados* é, entre as 4 publicações analisadas, a que mais agenda o assunto de uma visão terapêutica da sexualidade. Trata o tema em 19 artigos. O *Expresso* aborda-o em 5 peças, a *Crónica Feminina* em 3, e o *Diário de Lisboa* regista 2 ocorrências. A imprensa feminina revela, portanto, maior interesse por uma tendência de afirmação do campo clínico da sexologia. Destacam-se dois artigos importados dos EUA (assinados por Katrina Petersen) e publicados em 1976, na revista *Modas & Bordados*, sobre «Problemas de sexo». O primeiro agenda o vaginismo, a «impotência» e a «ejaculação prematura», sublinhando que em certos casos a resolução de problemas sexuais passa pelo simples conhecimento da fisiologia feminina/masculina, pelo combate ao medo da sexualidade e pela aceitação do prazer (M&B 1976, 3335). Em resumo, desconhecimento, medo e culpa são os ingredientes principais de uma sexualidade problemática. Sobre a «ejaculação prematura» escreve-se que é «um dos problemas sexuais mais vulgares nos homens» e que é «um dos mais frustrantes para as suas companheiras», muito





### *Análise do agendamento da intimidade*

embora, «na maioria dos casos», não seja difícil de curar (M&B 1976, 3335, 11):

[...] é comum encontrar-se entre as origens da ejaculação precoce um sentimento de culpa que leva o homem a «acabar depressa»; também é vulgar isto acontecer por ansiedade, por excesso de tensão ou às vezes por desgosto da companheira. Muitos homens que têm este problema confessam que se sentem tensos todo o tempo [M&B 1976, 3335, 11].

A autora do artigo usa termos como pênis, testículos, ejaculação, orgasmo e descreve com detalhe técnicas terapêuticas para combater problemáticas sexuais:

Se o homem tem um bom relacionamento com a sua companheira e se esta é colaborante, há uma técnica que tem resultado que é a da pressão, de Masters e Johnson. Basicamente, esta técnica consiste em a mulher pressionar muito ligeiramente a base dos testículos masculinos antes da ejaculação. Isto tem como efeito retardar o clímax. Outra forma de terapia comum hoje em dia é ajudar o homem a concentrar a sua atenção nas sensações que experimenta antes do orgasmo. Tem de aprender a ignorar as necessidades da sua companheira e a não se deixar distrair por elas. Esta deve estimulá-lo exactamente até à ejaculação, e depois parar. Depois, voltar a estimulá-lo, até que ele dê sinais de estar a atingir o clímax. Repetindo esta técnica durante semanas, o homem vai ficando gradualmente menos sensível e já é capaz de deixar-se estimular durante períodos cada vez mais longos sem ejacular [M&B 1976, 3335, 12].

A técnica terapêutica usada [para combater o problema da «impotência»] é idêntica à que se utiliza para a perda de interesse sexual. Primeiramente, o casal é ensinado a massajar-se mutuamente de maneira «não-sexual» mas «sensual». Quando o homem atinge a descontração nestas circunstâncias pode passar à etapa seguinte, em que o casal se estimula mutuamente de modo sexual. Não se põe grande ênfase sobre a necessidade de excitar-se ou de atingir o clímax; o casal é apenas encorajado a gozar as sensações sexuais. Uma vez posta de parte a necessidade de «acabar», a maior parte das vezes o homem perde o medo de falhar e só isto pode ser bastante para conseguir ficar em erecção [M&B 1976, 3335, 10].





Algumas semanas depois, a M&B regressa ao tema das disfunções sexuais, publicando novo texto da mesma autora, com o mesmo título: «Problemas de sexo» (1976, 3349). Na peça é referida a sensibilidade crescente para o tratamento das disfunções por médicos (ginecologistas e urologistas), por psicólogos, ou de forma combinada, especialistas que são designados por «conselheiros». «Foi Freud quem começou a falar disso, Kinsey levou a coisa um pouco mais longe. Mas, depois de Masters e de Johnson, não resta a menor dúvida – há uma grande quantidade de pessoas que precisam de ajuda para resolver os seus problemas sexuais» (M&B 1976, 3349, 43).

O artigo exprime uma visão da sexualidade da mulher que entra em linha de choque com a perspectiva de passividade e abnegação promovida em discursos conservadores durante o Estado Novo: «[...] vão longe os tempos em que a mulher fechava os olhos e “fazia a sua obrigação”; vão longe os tempos em que ela se contentava com dar “prazer” ao marido» (M&B 1976, 3349, 43). No artigo expressa-se também uma visão crítica da interação sexual, pensada a partir do papel social convencional do homem: «é frequente vermos os homens terem receio de ser eróticos ou de agirem naturalmente com as suas mulheres, só porque *não se fazem essas coisas com uma mulher séria*» (M&B, 1976, 3349). Seria importante rever um *script* enraizado: «ternura [masculina] não é mariquice».

O artigo incentiva à busca partilhada do prazer, argumentando que é fundamental «rasgar linhas de comunicação, fornecer conhecimentos sexuais básicos» (M&B 1976, 3349, 43), informar, educar, escutar e aconselhar. Essencialmente, defende que é importante desculpabilizar o prazer sexual.

O assunto das dificuldades, problemas, disfunções e possibilidades da terapia sexual foram também agendados na *Modas & Bordados*, por iniciativa das leitoras, nalguns casos antes ainda do 25 de Abril de 1974. «Amo muito o meu marido e ele também me ama, mas não nos entendemos fisicamente. Acha que isso pode diminuir ou arrefecer o nosso amor? Já pensei em consultar um médico, uma vez que se fala tanto nas revistas estrangeiras desse assunto. Mas serão coisas que se aprendam? O que acha que devo fazer?» (M&B 1974, 3243). Camila (pseudónimo da jornalista Susana Ruth Vasquez), que faz a gestão deste espaço editorial de reflexões pessoais e íntimas (secção «Correio do Coração»), recomenda à leitora um «psicólogo ou psiquiatra» (M&B 1974, 3243). Na mesma secção (que passa a designar-se





*Análise do agendamento da intimidade*

Imagem 3.9: Artigo sobre sexualidade, originalmente publicado nos EUA.



Fonte: *Modas & Bordados*, de 7 de julho de 1976, edição n.º 3349.

em 1975 por «Cartas de Amor») outra leitora conta que embora tenha preparado para o «amor sexual», lendo Master & Johnson e outros livros de sexologia, nunca atingiu o orgasmo (M&B 1975, 3288). Camila recomenda a consulta de ginecologia psicossomática no Hospital de Santa Maria (da responsabilidade de Silveira Nunes), mas desdramatiza, dizendo que muitos destes problemas podem ser resolúveis através do diálogo entre marido e mulher.





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

A questão do prazer sexual e do orgasmo (principalmente feminino), bem como a questão do funcionamento e da interação conjugal, tornaram-se objeto fundamental da sexologia contemporânea em meados do século xx, com Kinsey, e Masters & Johnson (Bozon 2005). Em Portugal, nos anos 1960, as propostas da sexologia eram ainda discutidas com reservas em encontros médicos:

Quando Silveira Nunes conclui a licenciatura em Psiquiatria, na segunda metade dos anos 50, estudava-se o pénis e a vagina, ao nível reprodutivo, mas ao nível funcional não havia qualquer espécie de informação. Tal padrão manteve-se durante longos anos, não só em Portugal como em muitos outros países. «Nos anos 60 começaram a surgir reuniões públicas no nosso país, em que se falava de sexualidade humana. Numa delas, que teve lugar na Fundação Calouste Gulbenkian, participei com uma comunicação sobre ejaculação precoce. Para exprimir melhor a ideia, projectei num acetato um dos esquemas de Masters & Johnsons, que previa um tratamento para a ejaculação precoce, com base no par. A mulher fazia uma manobra de pressão do pénis erecto, abaixo da glande, para diminuir o ímpeto ejaculatório. Se se repetisse esta manobra, o homem iria ganhando a percepção do pré-ejaculatório. No acetato, eu mostrei um desenho para ilustrar o que estava a dizer, e nessa altura um professor de medicina, da banda sexual e reprodutiva, levantou-se ostensivamente e foi-se embora» [Depoimento de Silveira Nunes] [Freire 2010, 218-219].

Francisco Allen Gomes, Maria Fernanda Mendes, Silveira Nunes, António Pacheco Palha e Afonso Albuquerque são os primeiros especialistas a desenvolver consultas de sexologia clínica no nosso país, a partir de meados dos anos 1970.

Numa entrevista que me cedeu em janeiro de 2015, o psiquiatra Allen Gomes relembra o contexto de formação da sua consulta, em 1975, no Hospital Universitário de Coimbra. Em 1972, o médico Manuel Lousã Henriques comentara consigo a falta de soluções terapêuticas para os problemas da sexualidade no nosso país, recomendando-lhe que desse uma vista de olhos na obra de Master & Johnson, *A Incompetência Sexual*. A conversa acentua em Allen Gomes o interesse pela sexologia clínica, contribuindo para que juntamente com Maria Fernanda Mendes (monitora de psiquiatria), comessem a adaptar o protocolo de Masters & Johnson, no Hospital Universitá-





### *Análise do agendamento da intimidade*

rio de Coimbra, pouco tempo antes da Revolução do 25 de Abril de 1974. «Atirámo-nos para a frente com dois casos: o primeiro era de um rapaz e de uma rapariga que não viviam juntos e o segundo era de um casal muito jovem. Tínhamos entrevistas diárias (gravadas). A seguir reproduzíamos a entrevista e íamos tirando notas: *falei aqui de mais, falei aqui de menos, aqui devias ter sido tu...*». Em 1975, a consulta é criada com o nome inicial de *Apoio psicológico*, alterado em seguida para *Consulta de Ginecologia Psicossomática e Sexologia*. Numa entrevista que me cedeu e que foi publicada no *site* da Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica (a 5 de agosto de 2017), Maria Fernanda Mendes lembra que o protocolo de Masters & Johnson considerava fundamental que a equipa de intervenção terapêutica fosse mista (em termos de género) para tratar um casal, mas reconhece que estar na sexologia à época, em Portugal, era complexo para uma mulher:

Em 1979, quando no I Simpósio Internacional sobre Ansiedade, no Porto, apresentei a comunicação «Abordagem das Disfunções Eréteis em Homens Solteiros» (Maria Fernanda Mendes e Francisco Allen Gomes), o comentário de um participante (psiquiatra mais velho), para o colega ao lado foi o seguinte: «uma mulher não devia saber tanto de sexo» [Excerto de entrevista cedida por Maria Fernanda Mendes].

Psiquiatra, terapeuta sexual, sócia fundadora e presidente da Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica (1994-1995), Maria Fernanda Mendes defende que era grassante a ignorância sobre sexualidade, à época, no nosso país. Muitas mulheres desconheciam os seus genitais, e nunca tinham ouvido falar de clítoris.<sup>32</sup>

Silveira Nunes começa a interessar-se pela sexologia, em 1963, quando diagnostica um caso de transexualidade (Martins 2010), estagia em Inglaterra no Maudsley Hospital (1972-1974), e em 1975 cria a consulta de sexologia no Hospital de Santa Maria, em Lisboa.

A *Consulta Psicossomática e Aconselhamento Sexual* do serviço de psiquiatria do Hospital de São João, no Porto, é criada por António Pacheco Palha em 1975 (Martins 2010). E Afonso de Albuquerque

---

<sup>32</sup> Freire, Isabel. 2017. *Uma mulher pioneira no desempenho da terapia sexual em Portugal*. Website da Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica. Disponível em: <http://spsc.pt/index.php/2017/08/05/uma-mulher-pioneira-no-desempenho-da-terapia-sexual-em-portugal/>.





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

– que faz o internato de Psiquiatria no Serviço Nacional de Saúde inglês, e estagia no Waneford Hospital, sob supervisão de John Bancroft – inicia um trabalho sobre a homossexualidade em 1971, no Hospital Júlio de Matos, interrompido e retomado em 1977, com a *Consulta de Terapia Sexual* (Martins 2010).

Em Lisboa, em 1984, tem lugar o I Congresso Nacional de Sexologia, evento multidisciplinar que conjuga médicos, psicoterapeutas, juristas, antropólogos, escritores, artistas, inspirando a formação da Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica,<sup>33</sup> com vista a «promover a divulgação de conhecimentos científicos no campo da sexologia e o agrupamento dos técnicos».

## Contraceção e planeamento familiar

Os temas *contraceção*, *aborto* e *divórcio* são três assuntos de peso no agendamento mediático da intimidade afetiva e sexual, na sociedade portuguesa do pós-revolução, registando todos o mesmo valor percentual (10% da amostra). Ao longo da década, a categoria temática da *contraceção* sofre um aumento muito significativo na agenda das publicações escrutinadas. Até 24 de abril de 1974 o seu peso é de 3% (14 peças), no período seguinte (de 25 de abril a 31 de dezembro de 1974) aumenta para 9% (21 peças) e no terceiro momento (de 1975 em diante) atinge os 14% da amostra (117 artigos).

De um total de 152 abordagens da contraceção, 89 são de âmbito noticioso, 24 constam de artigos de opinião, 22 são cartas de leitoras, 13 são recensões críticas, e as restantes inscrevem-se em tipologias de menor expressão.

Numa cronologia publicada no *site* da Associação para o Planeamento da Família,<sup>34</sup> refere-se que em Portugal, a partir de 1967-1968, esta organização inicia uma série de atividades que visam exercer pressão sobre o Estado, para que integrasse o planeamento familiar nos serviços de saúde públicos: conferências e mobilização de sectores profissionais (da saúde e dos *media*) para a necessidade de criação

<sup>33</sup> Constitui-se em *Diário da República*, a 23 de setembro de 1985, III Série, N.º 219.

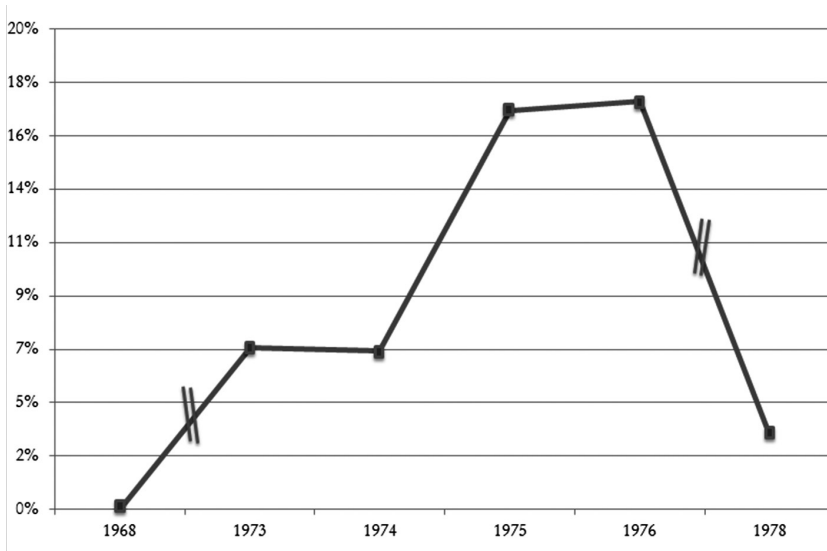
<sup>34</sup> Artigo «História da APF», acedido em 16 de maio de 2013, em: <http://www.apf.pt/quem-somos/historia>.





## Análise do agendamento da intimidade

Gráfico 3.4: Evolução do tema *contraceção e planeamento familiar* entre 1968 e 1978



Fonte: Isabel Freire, *A intimidade afetiva e sexual na imprensa em Portugal (1968-1978)*, 188.

de consultas. Após o 25 de Abril, mais concretamente entre 1974 e 1977, a APF é muito solicitada pela comunicação social, dando entrevistas a jornais, publicando artigos em revistas e participando em programas televisivos e da rádio.

São muito diversos os ângulos de abordagem da contraceção e planeamento familiar nos *media* analisados. Frequentemente trata-se de peças de teor informativo, suportadas por fontes médicas e organizações especializadas (e. g., a APF). Nestes artigos detalham-se possibilidades contraceptivas, suas vantagens e limitações, com destaque para a pílula contraceptiva.

Outra perspetiva recorrente é a das resistências e dos preconceitos morais dos clínicos na prescrição da pílula. O assunto é referido com regularidade. Purificação Araújo alerta para a resistência médica (passiva) à prescrição de contraceptivos: primeiro, porque é um assunto novo, uma nova ótica de encarar os problemas sexuais; segundo, por preconceitos religiosos e sociais. Na opinião de Purificação Araújo, este grupo profissional propagava à época «milhares de conceitos irracionais e anticientíficos (por exemplo, quanto





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

ao uso da pílula)», «perniciosos», e que careciam de esclarecimento (M&B 1973, 3178).

De preferência o médico deveria estar, senão livre, pelo menos isento emocionalmente de todo o conflito sexual pessoal para poder ajudar com eficácia os clientes a solucionar os seus problemas. Só com esta condição evitará que a sua ansiedade, que as suas posições ideológicas e morais interfiram nas dos seus interlocutores [M&B 1976, 3353].

Cook (2005, 116) dá conta de igual resistência face a receitar a pílula para fins contraceptivos, entre os médicos ingleses na década de 1960. Para muitas mulheres, conseguir a prescrição do anticoncepcional significava desafiar a autoridade médica ou saltar de consultório em consultório. Ainda assim o consumo da pílula aumentou de forma galopante neste país: em 1962 era tomada por cerca de 150 mil mulheres, em 1964 estima-se que o número tenha aumentado para 480 mil e, em 1969, 48% das mulheres com 23 anos tomavam-na regularmente.

Em meados dos anos 1970 em Portugal, Purificação Araújo defende a formação técnica de médicos, enfermeiras e assistentes sociais, bem como a educação sexual de crianças e jovens, nomeadamente a partir de centros pré-nupciais (M&B 1976, 3353).

Algumas peças em torno da contraceção e planeamento familiar da nossa amostra abordam igualmente os preconceitos masculinos. A peça «Homens resistem à contraceção, porquê?» é disso exemplo. Inicialmente publicada na imprensa internacional, chega à *Modas & Bordados* como tema de capa (exibindo a gravidez hipotética de um homem) (imagem 3.11), evidenciando os receios e as intolerâncias, mais ou menos conscientes.

Os ideais da parentalidade, a procriação responsável (planeada) e não responsável (não-planeada), o filho desejado e não-desejado, são ângulos recorrentes.

Não é uma procriação responsável, não é um amor plenamente humano aquele que dá origem a uma elevada prole sem que se tenham os meios morais, psicológicos e económicos para uma educação consciente. Mas sem mutilar o seu amor, dois esposos podem muito legitimamente decidir por graves motivos e no respeito da lei moral não ter filhos por um tempo indeterminado [M&B 1974, 3259].

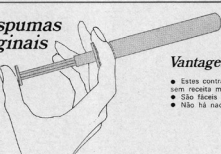


Imagem 3.10: Artigo sobre contraceção publicado na *Modas & Bordados*.

# Guia de Planeamento Familiar

**Cremes, Geleias, Espumas e Comprimidos vaginais**

Todos estes contraceptivos são de acção local. São colocados na vagina por meio de aplicador de plástico e protegem de duas maneiras: deslham as células do espermatozóide e formam uma protecção cervical, evitando assim que o espermatozóide entre no útero.



**Vantagens:**

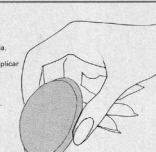
- Estes contraceptivos são baratos e podem ser comprados em qualquer farmácia.
- São fáceis de usar.
- Não há nada a retirar após as relações.

**Desvantagens:**

- Cada um destes contraceptivos deve ser usado imediatamente antes das relações.
- Demoram cerca de três minutos a actuar.
- Se houver novas relações é necessário nova aplicação.
- Uma vez na vagina, não são eficazes durante uma hora, aproximadamente.
- Não são muito seguros, quando usados exclusivamente.

**Diafragma**

Tapa-se de um dispositivo de borracha macia que forma um fecho artificial no colo do útero. Antes de o aplicar coloca-se um creme ou geléia contraceptiva. Apertam-se em seguida os rebordos e insere-se o diafragma no vagina. Ao soltar-se retorna a forma circular cobrindo completamente a entrada do útero.



**Vantagens:**

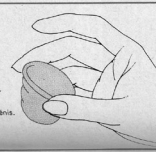
- Um diafragma é muito seguro quando introduzido e aplicado correctamente.
- Pode ser colocado em qualquer altura, antes das relações.
- Se estiverem bem colocados, não se sentem.
- Este método é barato porque, se houver cuidado, o diafragma pode durar muito tempo.

**Desvantagens:**

- Para escolher a medida do diafragma terá de consultar-se um médico.
- Deverá aprender-se a aplicar o diafragma correctamente.
- O dispositivo não deve ser retirado antes de seis a oito horas após as relações.

**Preservativo**

É uma cobertura de borracha muito fina para cobrir no pénis erecto do homem, antes das relações, evitando que o espermatozóide entre no útero da mulher. O pequeno círculo de borracha coloca-se na extremidade, deslhamando-se em seguida, de forma a cobrir o pénis. Para evitar que o espermatozóide se deslham, deve separar-se o preservativo ao retirar o pénis.



**Vantagens:**

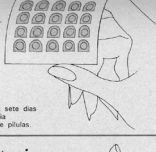
- É um método de contraceção simples a utilizar.
- É um bom método para as mulheres interessadas em que seja o marido o responsável pela contraceção ou para os homens que querem essa responsabilidade.

**Desvantagens:**

- O preservativo pode rasgar ou fazer-se.
- O preservativo colocado pode conter o espermatozóide ou se algum espermatozóide se vier, após as relações.

**Contraceptivos orais**

A maioria contém pequenas quantidades de hormónios que controlam a fertilidade evitando que se ovulem libertem os óvulos maduros. Condições: uma pequena quantidade de espermatozóide não permitindo a passagem do espermatozóide e o revestimento do útero, o qual não poderá receber e alimentar um óvulo fertilizado. No quinto dia da menstruação deverá ser tomada a primeira pílula, quer a hemorragia tenha ou não parado. Terá de tomar uma pílula diariamente, até acabar a embalagem. O novo período menstrual ocorrerá de um a sete dias depois da última pílula tomada. No quinto dia desse período começará uma nova série de pílulas.



**Vantagens:**

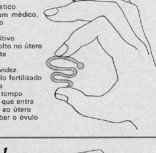
- Se forem tomadas adequadamente, os contraceptivos orais são altamente eficazes para evitar a gravidez.
- Não fazem de tomar e não interferem nas relações.
- A pílula pode melhorar problemas menstruais, tais como períodos irregulares, cólicas e tensão pré-menstrual.
- Os contraceptivos orais são um método excelente para as mulheres cujo marido não quer assumir a responsabilidade da contraceção.

**Desvantagens:**

- Se houver esquecimento na tomada diária, o risco de gravidez é grande.
- Algumas mulheres que tomam a pílula podem sofrer efeitos secundários como náuseas, hiperactividade nos seios, aumento do peso de peso, dor de cabeça, enjoo, enjoamento ou hemorragias entre os períodos menstruais. Irregularidade, depressão ou diminuição de libido. Muitas vezes os sintomas melhoram-se após que as mulheres comecem nos primeiros meses de gravidez. A maior parte das mulheres não se refere, mas em alguns casos é necessário parar com o tratamento.
- Algumas mulheres têm dificuldade em lembrar-se quando devem tomar uma nova série de pílulas.
- Os contraceptivos orais não devem ser usados durante a amamentação.
- Estudos recentes demonstram um risco remoto de distúrbios na coagulação sanguínea.

**Dispositivo intra-uterino**

O DIU é um pequeno dispositivo feito de plástico que se insere no útero. É colocado no útero por um médico, ficando ali tanto tempo quanto seja necessário evitar a gravidez. Para o aplicar, o médico coloca o DIU numa vez sobre no útero através de uma forma curvada metálica, isto evita que se quebre no útero. Não se sabe bem como o DIU previne a gravidez. Pensa-se que o dispositivo faz com que o óvulo fertilizado avance pela trompa do falópio mais depressa do que o habitual. Por isso o óvulo não tem tempo de se desenvolver como devia. Na altura em que entra no útero, do mesmo modo não deve crescer no útero, o tempo suficiente para se preparar para receber o óvulo fertilizado.



**Vantagens:**


- O DIU é bastante eficaz, embora não tanto como os contraceptivos orais ou injetáveis.
- Normalmente um DIU ficará no lugar indefinidamente, não há necessidade de qualquer outra precaução, excepto uma verificação periódica.
- As mulheres que usam o DIU não precisam de tomar medicação diária.
- O método é barato, posto que cada DIU pode ser usado durante longo tempo.

**Desvantagens:**

- Algumas mulheres expulsam o DIU do útero. Para garantir que isso não acontece aconselha-se uma verificação mensal.
- Muitos DIU têm uma pequena corda ou fio que se prolonga do útero para a vagina, introduzindo um risco de infecção, deve poder sentir-se a corda ou o fio.
- Algumas mulheres sentem efeitos secundários, tais como cólicas, dores lombares e abundante fluxo menstrual, o que é frequente durante os primeiros meses de uso do DIU. Sintomas desaparecem, embora em alguns casos o DIU tenha de ser removido.
- Apesar de bem colocado form mesmo assim reportados casos de gravidez.
- O DIU não é recomendado para as mulheres que nunca tiveram filhos.
- Em casos raros são conhecidas perfurações ou infecções do útero.

**Injeção trimestral**

Este contraceptivo previne a gravidez durante três meses, depois de cada injeção. Contém uma única hormona, um gestagénio, e impede a gravidez do mesmo modo que os contraceptivos orais. Uma vez aplicada a injeção, no tempo ou na altura, o produto é lentamente absorvido pelo organismo, durante três meses. A protecção contra a gravidez continuará enquanto se forem reportadas injeções de três em três meses.



**Vantagens:**

- Este método é muito eficaz. A sua percentagem de êxito quase a dos contraceptivos orais.
- Não há risco de esquecimento de tomar uma pílula.
- Uma injeção garante protecção para três meses.
- Como o tempo de absorção há menos efeitos colaterais do que com os contraceptivos orais contendo estrogénios.
- O produto é seguro, sendo usado já há muitos anos, em doses elevadas, para tratamento do aborto habitual e endometriose, sem efeitos secundários importantes.
- Evita a necessidade de recorrer a um método contraceptivo cada vez que há relações.
- Pode ser usado no período de amamentação, pois não afecta a lactação.

**Desvantagens:**

- Os efeitos de uma injeção não param abruptamente ao fim de três meses. Em média, uma mulher pode engravidar cinco meses após a última injeção.
- O ciclo menstrual é afectado. A maior parte das mulheres terão fluxos menstruais ou enjoamentos, enjoamento, enquanto outras ficam amarelecidas. A irregularidade diminui com a continuidade do uso.
- Certas mulheres verificam aumento de peso, enquanto outras injeções.
- Em alguns casos, foram referidos efeitos secundários com este método, tais como vertigens, dores de cabeça, cólicas e diminuição da libido. A maior parte das mulheres não sentiu estes efeitos, embora algumas tenham deixado o método por essa razão.

Fonte: Artigo «Guia de planeamento familiar» publicado na *Modas & Bordados*, de 30 de julho de 1975, edição n.º 3311.



## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

Também as problemáticas socioeconómicas e demográficas são amplamente tratadas. Vejamos dois exemplos, um publicado antes ainda do 25 de Abril de 1974, no *Expresso*, reportagem cujo título é «O planeamento familiar em Portugal», e o artigo da *Modas & Bordados* intitulado «Quem tem medo da contraceção?».

MUSGUEIRA. Oito horas da manhã. Barracas pregadas umas às outras em comboio. Para cima de 20 mil pessoas habitam o bairro [...]. Predominam as famílias numerosas. 13 filhos, raramente. Sete, oito, já é vulgar. Assim de cambalhada. Com um ano ou dois, quando muito, de diferença. Por sob os olhos inquietos e amedrontados adivinham-se carências alimentares e afectivas. «Então de alguma coisa havemos de ser ricos», diz-nos uma senhora que vai a sair de casa. Dois quartos apenas. Rapazes e raparigas pernoitam juntos. Os bem-falantes chamam-lhe promiscuidade [*Expresso* 1973, 8].

Em 1950, alguns demógrafos lançaram um grito de alarme: a população mundial, então de 2400 milhões de habitantes, atingiria no ano 2000 qualquer coisa como 3500 milhões. A inquietação era justa, mas pecava por defeito: efectivamente, 20 anos depois, esse número seria atingido. Já somos hoje 3 500 milhões e em 2000 seremos o dobro [...] [M&B 1974, 3259].

São muitos os artigos que evidenciam a dimensão política do planeamento familiar e da contraceção. Na peça «Planeamento Familiar com partido», o *Diário de Lisboa* (1975, 18 706) anuncia a realização de um debate organizado pela equipa da Demografia do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas para o qual foram «convidados a LUAR, o MDP/CDE, MRPP, PRP-BR, PCP, PPD e PSP». A imprensa também vai dando conta, no pós-revolução, de situações de difícil implementação e desenvolvimento do planeamento familiar, entretanto previsto na Constituição.

A consulta iniciou-se em Abril de 1975. [...] Tratava-se de facultar o planeamento àquelas pessoas que, por maior debilidade económica, de outra forma a ele não teriam acesso. [...] nos primeiros tempos, apareceram pouquíssimas senhoras (duas ou três). Pouco a pouco foram afluindo (e de tal forma que, num ano, o seu número ultrapassou a centena). [...] Caminhámos neste ritmo quando, em Fevereiro ou Março, a minha assistente começou a colocar-me diante de um dilema que, por

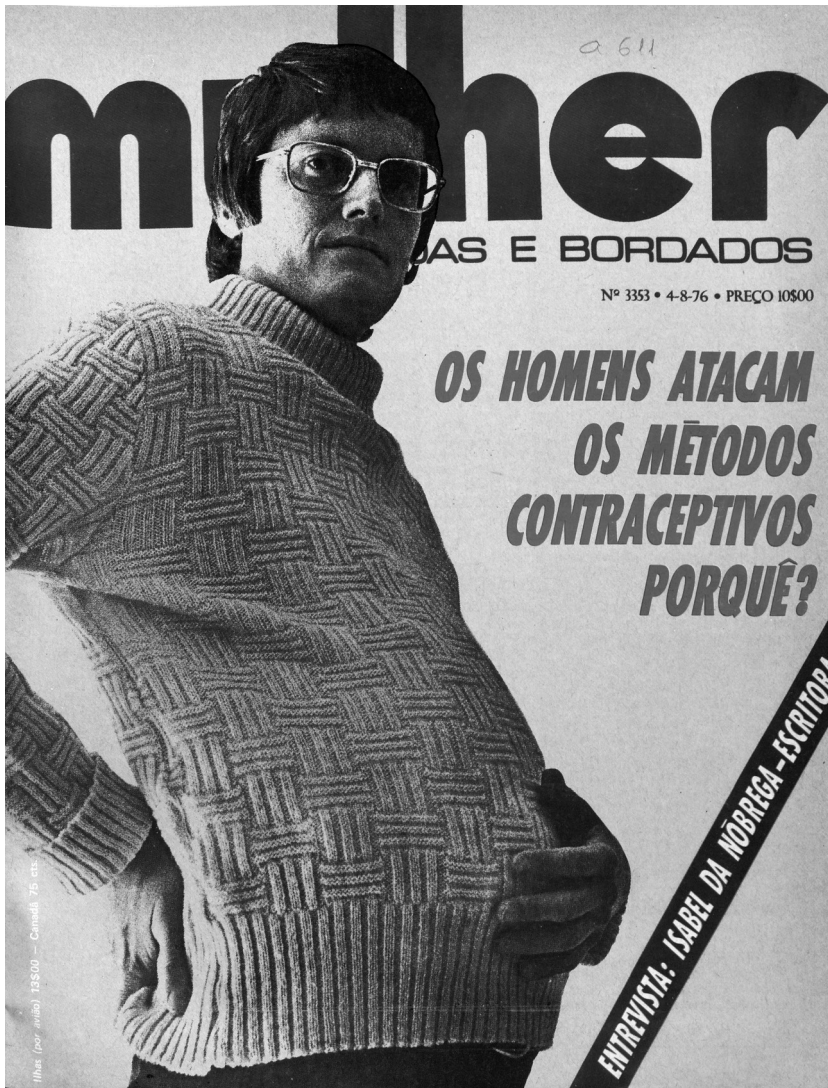




### *Análise do agendamento da intimidade*

fim, me levaria a terminar com a consulta. Com efeito, veio dizer-me que não lhe pagavam. [...] Em face da situação resolvi fechar a consulta [na Junta de Freguesia de São João de Brito] [M&B 1976, 3349].

**Imagem 3.11:** Destaque de capa para as resistências masculinas à contraceção na capa da *Modas & Bordados*.



Fonte: *Modas & Bordados*, de 4 de agosto de 1976, edição n.º 3353.





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

Entre os artigos sobre contraceção e planeamento familiar, encontrados na amostra, expõem-se manifestos de organizações, nomeadamente do Movimento para a Contracepção e Aborto Livres e Gratuitos, da Associação para o Planeamento da Família, entre outras. O tema torna-se um bastião da luta pelos direitos da mulher, sua emancipação e igualdade de género: «A revolução contraceptiva, longe de tirar à mulher o seu valor erótico, deve levar o homem a persuadir-se de que a relação psicológica e sexual realiza-se de pessoa para pessoa, e não de dominante para dominado» (M&B 1976, 3353). O assunto gera discussões sobre a sexualidade, nomeadamente sobre as vivências do prazer sexual na relação entre homem e mulher.

No Ocidente, onde a tradição judaico-cristã reina há 20 séculos, apenas o objectivo procriador compensava a culpabilidade ligada ao pecado original. Desde que apareceu a pílula [...], o acto sexual, dissociado da função reprodutora, reduz-se unicamente ao alcance do prazer. Um prazer que exclui a angústia e o medo de um filho não desejado. Então o subconsciente, estruturado desde há séculos no esquema da culpabilidade, escudou-se de resistências subversivas. Por outro lado, a dissociação entre o prazer e a procriação obriga o homem a reconsiderar a sua atitude em relação à mulher e, muitas vezes, a lamentar o problema da sua própria virilidade e do seu domínio tão bem estabelecido na nossa sociedade patriarcal. Até aqui estava habituado pela tradição judaico-cristã a não ver na companheira mais do que uma mãe em potência. Agora encara-a somente como uma fêmea com cio. [...] Como noutro tempo para Tertuliano, o sexo da mulher volta a ser a porta do inferno [M&B 1976, 3353].

Uma peça sobre planeamento familiar do *Diário de Lisboa* (1978, 19 557) apela no título à importância da dissociação entre sexualidade e procriação: «Relações sexuais não podem ser factor de “angústia contínua”». Citando a Comissão da Condição Feminina, o artigo detalha, opondo angústia sexual ao prazer sexual:

As relações sexuais devem ser uma forma de diálogo enriquecedor para o casal e não um factor de angústia contínua, sobretudo para as mulheres, receando uma gravidez não desejada. E essa «angústia contínua» é diariamente vivida por milhares e milhares de mulheres portuguesas. Apesar de formalmente, como escreve a Condição Feminina,





### *Análise do agendamento da intimidade*

«o planeamento familiar só ter sido encarado como uma medida fundamental de saúde a partir do 25 de Abril, na prática ela não funciona» [DL 1978, 19 557].

A M&B é, de longe, a publicação que mais relevo dá ao assunto (97 peças/artigos). Maria Antónia Fiadeiro (feminista e chefe de redação da M&B a partir de 1975) fez parte da APF e deu especial visibilidade às temáticas de intervenção da associação na revista.

Com frequência se defende que o tema da contraceção era exclusivamente feminino. Eram as mulheres que o tinham como preocupação. Mas se olharmos para a CF encontramos apenas 19 ocorrências (3% do total de artigos desta publicação).

No *Expresso* encontrei 25 peças em que o tema é abordado. No artigo «Planificação Familiar – Uma Associação não basta», publicado no semanário (1973, 3) antes ainda da Revolução dos Cravos, defende-se que a procriação não planificada «agrada os direitos da mulher» (sua saúde física, mental e «justíssimas aspirações à realização profissional»), «os direitos da criança» (a quem são negadas muitas vezes o «afeto» e as «condições mínimas de sobrevivência»), mas também «os direitos do corpo social» (causando explosão demográfica e «prejudicando o progresso económico-social»). No artigo, reivindica-se igualmente outra dimensão fundamental do planeamento familiar: «restituir à vida sexual a dignidade perdida ao longo dos séculos carregados de obscurantismo» (*Expresso* 1973, 3).

No *Diário de Lisboa* o tema da contraceção aparece em 11 peças, todas de natureza noticiosa, à exceção de um artigo de opinião. Em «A respeito da contraceção» (DL 1975, 18 680) esclarece-se que esta opção é «um problema da vida privada de cada um», razão pela qual o jornal se abstém de dissertações morais. As suas abordagens são preferencialmente factuais. O diário dá cobertura, por exemplo, às expectativas de uma experiência realizada na clínica Steglitz da Universidade Livre de Berlim. Os investigadores acreditavam que estavam no caminho certo para a descoberta de um «preparado» que inibiria nos espermatozoides a capacidade de fertilizar o óvulo, ou seja, que estavam na eminência de conseguir uma espécie de pílula masculina. O artigo intitula-se «Vem aí a pílula para o Homem?» (DL 1975, 18 686).

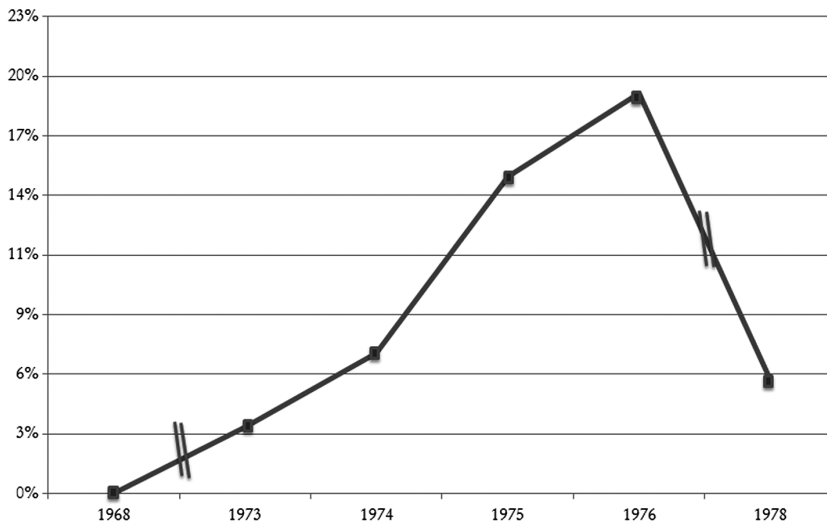




## Aborto

O *aborto* surge em sexto lugar quando analisados os assuntos da intimidade afetiva e sexual cobertos pela agenda das 4 publicações – consta de 150 artigos (10% da amostra). Como se refere numa rubrica da *Crónica Feminina* (1975, 986): «Um dos muitos problemas que a nova situação em Portugal [conquistada com o 25 de Abril de 1974] trouxe à arena da discussão aberta é o do aborto [...]». Até 24 de abril de 1974 evidencia-se em apenas 3% do total de artigos (11 ocorrências). Entre 25 de abril de 1974 e o final do mesmo ano, essa percentagem sobe para 7% (17 ocorrências) e de 1975 em diante chega aos 15% (122 de frequência). Em 1968 não encontramos indícios de ter sido falada na imprensa em estudo. A censura salazarista terá filtrado eventuais intenções de agendamento. No ano de 1973, apesar de persistir o condicionamento da liberdade de imprensa, foram encontradas 6 peças. Em 1974, ano da Revolução dos Cravos, a imprensa analisada publica 22 artigos, valores que crescem para mais do dobro em 1975 (47 ocorrências). Ainda assim, é 1976 o ano em que a discussão mediática em torno do *aborto* tem níveis mais elevados: 65 registos. O ano de 1978 apresenta valo-

Gráfico 3.5: Evolução da cobertura do tema *aborto* entre 1968 e 1978



Fonte: Isabel Freire, *A intimidade afetiva e sexual na imprensa em Portugal (1968-1978)*, 195.





### *Análise do agendamento da intimidade*

res bastante inferiores (5%), certamente pela ausência de registos da entretanto extinta M&B.

O *Expresso* tem em matérias de *aborto* a percentagem de agendamento mais elevada (muito embora próxima da M&B). O assunto surge em 31 peças entre 1973 (data da formação do jornal) e 1978. Mas trata-se maioritariamente de um assunto subsidiário. É referido no contexto do planeamento familiar, da defesa dos direitos da mulher e da defesa do divórcio civil para os casais casados pela Igreja. Apenas em dez dos 31 artigos, a palavra «aborto» sobe ao título da peça, revelando maior centralidade na abordagem. O semanário dá destaque à problemática da sexualidade dos franceses, nomeadamente à lei que em 1975 despenaliza o aborto até às 10 semanas, por iniciativa da ministra da Saúde, Simone Weil.

Na edição n.º 109, de 1975, o *Expresso* publica uma peça de peso sobre o tema, intitulada «Portugal: quando é que o aborto é livre?». Pretende-se contribuir «para a abertura de um debate» «urgente», publicam-se depoimentos de médicos, de parteiras e de mulheres, recolhidos pelo Movimento de Libertação das Mulheres,<sup>35</sup> mas também testemunhos da Ordem dos Advogados e do Planeamento Familiar (*Expresso* 1975, 109). Os depoimentos revelam situações dramáticas:

«Fiz à roda de uns vinte abortos. Entre parteiras, clandestinamente. Numa das vezes estive a morrer: a parteira deixou-me o feto morto dentro de mim e passado uns dias a febre e as dores eram muitas. Chamámos um médico que me diagnosticou uma septicemia e teve de me fazer uma raspagem ali mesmo e a frio, pois eu não vivia se tivesse o feto dentro de mim mais umas horas» [*Expresso* 1975, 109].

No *Diário de Lisboa* o *aborto* surge em 14 peças – apenas um artigo de opinião, os restantes são notícias, e em geral tendencialmente pró-despenalização.

Na *Crónica Feminina* só 15 das suas 757 peças sobre a intimidade afetiva e sexual dão conta do tema do *aborto* (2%), sendo 12 delas artigos de opinião. O aborto não é definitivamente um tema

---

<sup>35</sup> Estes depoimentos serão publicados no livro *Aborto, Direito ao Nosso Corpo* (Editorial Futura), de Maria Teresa Horta, Célia Metrass e Helena Sá Medeiros, que influencia o agendamento do tema em recensões críticas em diversos *media*.





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

de tratamento noticioso para a direção editorial da revista – curiosamente, o tema da maternidade tem ainda menos exposição, surgindo em apenas 8 artigos. Citada por Tavares (2000, 53), Luísa Amorim, dirigente do MDM, defende que «[...] só se consegue problematizar o aborto como um problema político quando se consegue analisar a sexualidade na sua componente não reprodutiva, do direito ao prazer e ao próprio corpo».

Na *Modas & Bordados* o tema surge em 90 peças – 39 são de natureza noticiosa (em muitos casos reportagens ou artigos de fundo) e 33 são cartas de leitoras. A partir de 1975, o aborto ganha muita exposição, chegando a ser tema central de capa. Revisitemos algumas das peças de investigação relevantes que se debruçam sobre a temática neste ano.

«Aborto, infanticídio e abandono de filhos» (M&B 1975, 3290) é uma reportagem de Maria Antónia Fiadeiro na prisão feminina de Tires.

Desde Janeiro de 1954, data da entrada em funcionamento da Cadeia Central de Mulheres, até à presente data, cumpriram pena por aborto, neste estabelecimento prisional, 223 mulheres, 154 como abortadeiras, intermediárias e acompanhantes das abortadas e 69 como abortadas [M&B 1975, 3290].

No artigo contam-se histórias pessoais dramáticas, referindo-se que as prisioneiras vêm de camadas sociais desfavorecidas, têm baixa instrução e dificuldades económicas muitas vezes gritantes. As condenações destas mulheres em Tires variam entre «até 2 anos de prisão» e «mais de 5 anos» (M&B 1975, 3290). A maioria das abortadas condenadas são solteiras (36), seguindo-se as casadas (31) e uma percentagem residual de viúvas ou divorciadas (2). Refere-se também a impunidade geral dos maridos, e companheiros destas mulheres.

O artigo «Contraceção e Aborto» (M&B 1975, 3302) compila testemunhos recolhidos por Lia Viegas e Maria José Paixão, ambas envolvidas na criação do Movimento para a Contraceção e Aborto Livres e Gratuitos, que conta com o apoio do Movimento de Libertação do Aborto e Contraceção, organização congénere francesa. Na peça publica-se o manifesto do movimento português, que estima em 150 mil os abortos clandestinos praticados anualmente em condições «sub-humanas» no nosso país, e defende-se que a sua legaliza-





*Análise do agendamento da intimidade*

Imagem 3.12: O aborto como tema de capa da *Modas & Bordados*.



Fonte: *Mulher – Modas & Bordados*, de 11 de fevereiro de 1976, edição n.º 3328.

ção é um passo decisivo na luta pela libertação das mulheres (M&B 1975, 3302). O manifesto exige «informação sexual objetiva e livre de todos os conceitos pseudomoralistas desde o ensino pré-primário», tal como centros de informação e difusão de contraceptivos nos bairros, fábricas, escolas e zonas rurais, «porque o direito ao aborto e





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

à maternidade se insere na conquista de uma sexualidade livremente assumida» (M&B 1975, 3302).

O tema do aborto ganha maior exposição mediática a partir de 1976, depois da exibição de uma edição do programa *Nome: Mulher*, dirigido pela jornalista Maria Antónia Palla, em que se faz «um apelo à legalização do aborto, praticado em condições de segurança e sem ofensa à dignidade da mulher» (Palla e Reis 2014, 173).

Em 1975, a problemática do aborto estava na ordem do dia. [...] O programa *Nome: Mulher* não podia ficar indiferente a estas manifestações. E, em Fevereiro de 1976, apresentou um programa intitulado *Aborto não é um Crime*, integrando uma longa reportagem sobre a Clínica da Cova da Piedade onde se divulgavam métodos contraceptivos e se apoiava a realização de abortos gratuitos, através de novas técnicas, com discussões prévias e apoios psicológicos que humanizavam o ato e pretendiam evitar traumatismos na mulher [Palla e Reis 2014, 172].

A RTP suspende o programa, e Maria Antónia Palla é acusada de «indecência e incitamento ao crime»,<sup>36</sup> sendo absolvida apenas em 1979.

Contrariamente ao que pensavam os que se opunham à legalização do aborto, os três anos em que decorreu a investigação [do processo judicial] favoreceram a organização de uma campanha que envolveu vários sectores da sociedade portuguesa favoráveis, na sua maioria, à despenalização do aborto [Palla e Reis 2014, 174].

Segundo uma cronologia da UMAR<sup>37</sup> elaborada por Manuela Tavares, comunicados do PDC, CDS, PPD e Ordem dos Médicos condenam o programa após a sua exibição. No suplemento *Modas & Bordados* toma-se posição, com uma capa em que mulheres grávidas amordaçadas e algemadas se alinham em posição de luta (imagem 3.12). Maria Antónia Fiadeiro dedica um editorial à polémica televisiva e posteriormente a M&B inicia uma campanha a favor do

<sup>36</sup> Artigo «História da APF», acedido a 14 de novembro de 2015, em: <http://www.apf.pt/quem-somos/historia>.

<sup>37</sup> «Cronologia sobre a luta pela legalização do Aborto em Portugal», elaborada por Manuela Tavares, acedida em 3 de Maio de 2014, em: <http://www.umarfeminismos.org/images/stories/pdf/cronologialuta.pdf>.





### *Análise do agendamento da intimidade*

*aborto*, com o Dossier «Aborto: o Crime está na Lei»: <sup>38</sup> «O programa sobre o aborto que foi emitido pela televisão no dia 4 de fevereiro já deu que falar. Já provocou várias reacções a vários níveis. Em suma: o problema do aborto entrou em debate público» (M&B 1976, 3328).

Helena Vaz da Silva assina no *Expresso* (1976, 1972) a peça «O aborto na televisão: um escândalo desnecessário?»:

Ter passado aquele filme na RTP foi um acto de coragem mas foi também uma superficialidade. Não se ataca assim um dos mais profundamente enraizados tabus da nossa sociedade com uma peça tão sem rigor, tão sem força, tão sem génio – tão sem defesa, portanto, como era aquele filme. O problema do aborto existe e a possibilidade de cada um poder recorrer a ele livremente deve ser assegurada. Isso é indiscutível, e não são os protestos que logo surgiram contra a passagem do filme que nos convencerão do contrário [*Expresso* 1976, 1972].

A UMAR toma posição pública pela legalização do aborto no *Jornal de Notícias*, a 1 de abril de 1977, e a APF a 6 de março de 1978, n.º *A Capital*. Em 8 de março de 1977 é entregue na Assembleia da República uma petição de 5000 assinaturas exigindo a abolição da legislação sobre o aborto («e em especial do artigo 358.º do Código Penal, que o considera um crime punível com dois a oito anos de prisão»), e o livre acesso aos meios contraceptivos.

## Divórcio

No que diz respeito à categoria temática do *divórcio*, registámos o seu tratamento em 148 peças (10% do total da amostra). O nível percentual mais elevado de agendamento do tema acontece no ano de 1968 (25 artigos), antes ainda da queda do regime do Estado Novo e num ano em que o *corpus* conta apenas com 3 publicações (o *Expresso* não havia ainda sido criado). Este nível ele-

---

<sup>38</sup> Algumas abordagens sobre o aborto na M&B em 1976: «Aborto: método Karman» (M&B 1976, 3329); «Aborto não é crime: Programa gera polémica» (M&B, 1976, 3332); «Abaixo assinado sobre o aborto» (M&B, 1976, 3344); «Sim, sou abortadeira» (M&B 1976, 3348); «Sim, sou contra o aborto» (M&B, 1976, 3348); «Aborto pró ou contra?» (M&B 1976, 3368); «Bruxelas julgou crimes contra as mulheres» (M&B 1976, 3333).





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

vado de discursos advém de um expressivo número de peças que a *Crónica Feminina* dedica à vida íntima de figuras públicas internacionais, noticiando os seus casamentos e divórcios: artistas de cinema, músicos, membros da realeza europeia e japonesa. No ano de 1968, a revista faz inquéritos de rua regularmente. Um jornalista recolhe opiniões de transeuntes. Os afetos estão presentes nesta agenda, numa série de artigos denominada «Amor em Grande Plano» (I, II, III, IV, V), publicada em 1968. Entre as perguntas que se colocam estão: «Acredita no verdadeiro amor? Acha que ele pode existir fora do casamento? O que pensa do divórcio? Quer acima de tudo ser feliz. Com quem? [...] De posição [social] diferente da sua? Se um dia se casar...» (CF 1968, 619). Mas também se colocam questões sobre relações extraconjugais e educação sexual (CF 1968, 620).

O tema do *divórcio* corresponde a um dos casos raros em que a imprensa generalista (*Expresso* e DL) supera em termos relativos a imprensa feminina (M&B e CF) no agendamento mediático. Citando Maria Antónia Palla, Manuela Tavares (2000, 51) refere que imediatamente à Revolução dos Cravos o movimento pelo divórcio<sup>39</sup> surge com «muita força», e que neste movimento, «que também era contra a Igreja», «os homens estavam envolvidos, porque lhes interessava resolver muitas situações familiares».

O *Expresso* aborda o divórcio em 32 peças, sendo a esmagadora maioria das peças de âmbito noticioso. Francisco Sá Carneiro assina um artigo de opinião antes ainda do 25 de Abril de 1974 (*Expresso* 1973, 16), intitulado «É necessário rever a Concordata». O DL trata o tema em 12 peças (11 delas noticiosas). A M&B regista 59 ocorrências, correspondentes a 12% do seu total de peças sobre a intimidade. Na CF fala-se de *divórcio* em 45 artigos, maioritariamente num contexto mediático de exposição da vida privada de figuras públicas, como já referido.

---

<sup>39</sup> O Movimento Pró-Divórcio renasce a 20 de maio de 1974, recolhendo depoimentos de «vítimas do regime concordatário e de eclesiásticos favoráveis à revisão da Concordata» (Matos 2001, 94), promovendo encontros como o comício no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, a 21 de junho de 1974, e colecionando assinaturas para uma petição.





## Capítulo 4

# Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa (*Modas & Bordados* 1975-1976)

Um ano após a Revolução dos Cravos, uma carta anónima enviada à *Modas & Bordados* (1975, 3300) desencadeia, entre as leitoras deste suplemento do jornal *O Século*, uma longa discussão sobre intimidade afetivo-sexual feminina e pré-conjugal. A subscritora da missiva – Gisela (15 anos) – conta que fez amor «até ao fim» com um primo revolucionário, na noite do 25 de Abril de 1974 (altura em que teria ainda 14 anos). A narrativa da adolescente (imagem 4.1) choca leitoras tendencialmente conservadoras e gera uma onda de apoio entre leitoras tendencialmente liberais. As suas reflexões chegam à redação por carta, e são publicadas na secção «A Palavra às Leitoras». Instala-se na revista *Modas & Bordados* um longo e fervoroso debate em torno da biografia sexual da jovem e da sexualidade dos portugueses em geral. Gisela inspira a discussão sobre liberdade política e sexual, suas fronteiras públicas e privadas, ajudando a pensar a necessidade de «destabuização» e liberalização da vida íntima. Os principais subtemas desta controvérsia promovida pelas leitoras são a legitimidade da sexualidade pré-conjugal, a ilicitude do imperativo da virgindade feminina antes do casamento, o sentido do «amor livre», o papel dos afetos e da sexualidade na construção identitária da mulher e a importância da afirmação de uma vivência livre e igualitária da intimidade, no contexto de edificação de um país democrático.



O *Dossier Gisela* constituiu-se o estudo de caso qualitativo da análise de conteúdo dos afetos e da sexualidade. A biografia sexual da adolescente, as narrativas apreciativas/depreciativas das leitoras e a estratégia da M&B em publicá-las são analisadas neste capítulo.

Imagem 4.1: Publicação da carta de Gisela sob título «Fiz amor na noite do 25 de Abril» na secção «Esta é a minha história» na *Modas & Bordados*.

***Esta é a minha história***

“Nasci em 1960, tenho quinze anos embora muitos me deem mais idade.

Venho de uma família burguesa, apolítica e muito obstinada. Tive a instrução primária num colégio de freiras que eu detestava porque sempre fui muito amiga da justiça e tudo quanto via e não me agradava, tratava logo de contestar e de dizer que não queria, fosse o que fosse! Isto era um suplicio para as freiras que se desculpavam, dizendo que as coisas se deviam aceitar como eram, como um sacrifício, por Deus, Deus, Deus, só me falavam em Deus e mais nada, era tudo por Deus.

De qualquer modo já estava habituada e até gostava d'Ele.

Um belo dia descobri que estava para chegar um irmão! Eu tinha 7 anos. Durante os 9 meses de espera o irmãozinho querido viveu comigo, para me abandonar, logo depois de 48 horas, de ter nascido. Era tão lindo e eu amava-o tanto! Nasceu no fim das férias e quando voltei ao colégio as freiras disseram-me que ele tinha morrido por vontade de Deus. A minha reacção imediata foi gritar que odiava Deus, que Ele era mau, que o meu irmão nunca lhe tinha feito mal e que eu nunca mais rezava. E não rezei! Obrigavam-me a ir à missa o que me revoltava ainda mais. Quando já tinha 9 anos acabei de receber a hósta, saí da igreja e cuspi-a na rua.

Depois de fazer a quarta classe não me quiseram mais no colégio porque eu dava mau exemplo às outras meninas.

Um dos meus primos foi preso pela D.G.S. quando eu tinha 12 anos. Ele tinha 16 e ao fim de um ano voltou de Caxias e a família quase que o excluiu. Era apenas uma criança e não era justo porem-no à parte, só porque ele tinha sido preso. Eu achava que ele tinha sido extraordinário. Era e é socialista. Comecei a encontrar-me com ele, às escondidas, fálamos muito, de tudo, de Caxias, e eu beijava-o na face, molhando-o com as minhas lágrimas.

Passados 6 meses sobre o início dos nossos encontros secretos, ele quis fazer amor comigo; eu era liberal nessas coisas mas tinha 13 anos e a minha mãe com as suas ideias ainda imperava em mim. Não o fiz nessa altura, mas prometi-lhe que no dia em que eu tivesse a certeza de amá-lo que o fazíamos.

No dia 25 de Abril estava eu em Lisboa com o meu primo. Ele estava esfuizante, parecia doido, pulava, ria, gritava! Segui-o por toda a parte, ele contagiava-me, ofereci flores aos soldados, juntei a minha voz à do povo. E não sei o que nos levou a fazê-lo, talvez a sensação de liberdade, na noite de 25 para 26 de Abril, fizemos amor, até ao fim! Foi maravilhoso embora a princípio ficasse decepcionada.

Tinha 14 anos e ele 18.

Hoje, volvidos quase 12 meses estou aqui a escrever a história da minha vida. Os meus pais estão mais democratizados mas mantêm-se apolíticos.

Estão separados na vida conjugal mas vivem juntos por causa do escândalo. Discutem frequentemente. O casamento e o divórcio para mim não passam de disparates mas se estivesse no caso deles divorciava-me.

Quando acabar o quinto ano do liceu vou viver com o meu primo e emprego-me. Tiro o sétimo ano à noite, gosto de estudar. Quero ajudar o meu país a viver. Asfixiava quando o libertámos, é preciso dar-lhe oxigénio. Quero ter filhos e não os quero revoltados como eu, logo no começo da vida.

Não me considero revolucionária, até porque mal tive tempo de o ser, mas não deixarei que a minha liberdade morra, a minha e a dos outros, todos devem ser livres.

Quero ajudar Portugal seja como for.

GISELA 3



***fiz amor  
na noite  
do 25  
de abril***

**Tem 15 anos a jovem que nos escreve a sua história. Ela acha que os jovens também têm histórias para contar. E conta o que, com os seus 15 anos, mais a marcou. A vida dela continua e a sua história também. Daqui a alguns anos a sua história começará da mesma maneira?**

Fonte: *Modas & Bordados*, de 14 de maio de 1975, edição n.º 3300.



## Gisela, breve retrato

Loyola (1999, 36) diz-nos que «a sexualidade não é fixa», os seus significados e conteúdos variam, não só no decurso da história da humanidade, como ao longo da história de vida dos indivíduos. Nas pesquisas empíricas sobre a intimidade é frequente considerarem-se biografias ou trajetórias pessoais. Nestas narrativas de vida, os indivíduos dão, por norma, relevo a certos eventos, entre eles ao da «iniciação amorosa/sexual» (Heilborn 1999, 41). Na recolha destes relatos, o entrevistador solicita com regularidade um discurso sobre outras lembranças anteriores, «ligadas à familiaridade com o tema do sexo, à socialização do gênero e às redes sociais que abrigam essa trajetória», constitutivas do que Simon e Gagnon denominam por *scripts* sexuais (Heilborn 1999, 41-42). O relato de Gisela prioriza a primeira relação sexual, destacando contextos marcantes na socialização da sua intimidade afetivo-sexual e de gênero, nomeadamente familiar e escolar.

Todos esses elementos [classe social, história familiar, etapa do ciclo de vida e relações de gênero estatuidas no universo em que habitam] fornecem as balizas para o processo de modelação da subjectividade, entendido como as circunstâncias sociais e biográficas que ensejam o sentido do *eu* [Heilborn 1999, 41-42].

Não sendo uma biografia sexual de grande detalhe, até porque se trata de uma narrativa breve, escrita por uma jovem com apenas 15 anos, o testemunho de Gisela tem elementos muito próximos de um relato de vida centrando a intimidade afetiva e sexual numa lógica reflexiva contínua de afirmação do *self* (Giddens 2001). A narrativa que envia à M&B, condensando elementos e acontecimentos marcantes da sua biografia sexual, é *transgressiva e reivindicativa* de novos direitos sexuais (Weeks 1998) num Portugal em construção democrática, recém-saído da ditadura repressiva do Estado Novo.

O que sabemos da adolescente, a partir deste testemunho escrito na primeira pessoa? Na carta Gisela foca diversos elementos biográficos: a idade (nascida em 1960), a proveniência social (família «burguesa», «apolítica»), o contexto conjugal dos pais (casados, mas infelizes, evitando o divórcio por causa do escândalo social) e a sua





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

formação escolar (ensino primário num colégio de freiras, de onde é expulsa ao final de 4 anos). Descreve-se «amiga da justiça», «contestatária», «revoltada», defensora da liberdade, «liberal» em termos afetivo-sexuais. O casamento está fora dos seus planos: pretende viver em união de facto e ser mãe. A opção pela coabitação expressa um novo ideal relacional e afetivo, mas além disso reflete um desejo de independência normativa, de desinstitucionalização da conjugalidade e/ou parentalidade (Aboim 2006). Gisela está à frente do seu tempo. O princípio de igualdade entre filhos nascidos dentro e fora do casamento só será estabelecido em 1976, e só a partir de 1977 passam a ser reconhecidos os casais que vivem em união de facto (Aboim 2011). Para além de descrente relativamente ao modelo da família convencional, a adolescente descrê em Deus e na política do Estado Novo.

Um belo dia descobri que estava para chegar um irmão! Eu tinha 7 anos. [...] Era tão lindo e eu amava-o tanto! Nasceu no fim das férias e quando voltei ao colégio as freiras disseram-me que ele tinha morrido por vontade de Deus. A minha reacção imediata foi gritar que odiava Deus, que ele era mau, que o meu irmão nunca lhe tinha feito mal e que eu nunca mais rezava. E não rezei! Obrigaram-me a ir à missa o que me revoltava ainda mais. Quando já tinha 9 anos acabei de receber a hóstia, saí da igreja e cuspi-a na rua. Depois de fazer a quarta classe não me quiseram mais no colégio porque eu dava mau exemplo às outras meninas [M&B 1975, 3300].

Um dos meus primos foi preso pela D.G.S. quando eu tinha 12 anos. Ele tinha 16 e ao fim de um ano voltou de Caxias e a família quase que o excluiu. Era apenas uma criança e não era justo porem-no à parte, só porque ele tinha sido preso. Eu achava que ele tinha sido extraordinário. Era e é socialista. Comecei a encontrar-me com ele, às escondidas, falámos muito, de tudo, de Caxias [...] [M&B 1975, 3300].

Gisela opõe-se portanto a diversas prerrogativas políticas, sociais e culturais promovidas junto das mulheres no Estado Novo, a saber, à limitada formação escolar e profissional das raparigas, ao casamento obrigatório, a um quotidiano feminino devotado à domesticidade tratando da felicidade dos filhos e do marido, na inteira dependência social e financeira do cônjuge.





## Agendamento mediático do tema da juventude

O tema da *juventude* é agendado em 43 peças, 3% da amostra (*Expresso*, *Diário de Lisboa*, *Modas & Bordados* e *Crónica Feminina*) entre 1968 e 1978. A sua abordagem é mais frequente na revista *Modas & Bordados*: 27 artigos tratam o assunto. Não parece, portanto, um acaso a escolha desta revista para Gisela veicular a sua narrativa. Um meio feminino, pró-liberal, onde o tema da *juventude* estava em foco. No *Expresso* 6 artigos abordam as problemáticas da *juventude*. Na *Crónica Feminina* foram encontradas 10 peças e no *Diário de Lisboa*, publicação conhecida por ser muito lida entre jovens, não encontrei registos.

Como evolui o agendamento do tema no global da amostra? Dos seis anos em escrutínio, 1968 apresenta um valor percentual mais elevado de agendamento do tema (5%), seguindo-se o ano de 1975 com 4% (12 peças publicadas).

Na revista M&B, em meados de 1968, diversas peças colocam questões relativas à juventude, nomeadamente quanto às transformações de valores que lhe estão – então – associadas. Estas construções discursivas têm subentendidos conceitos como o de autenticidade, autonomia e igualdade de género. Vejamos o exemplo de dois artigos, «Nós e a Vida. Ela entra em casa tão tarde...» (M&B 1968, 2968) e «Feminilidade 68 – um conceito que se modifica» (M&B 1968, 2947):

Nunca tive até hoje razão de queixa dos meus três filhos, reinando sempre o melhor entendimento entre nós, sem problemas graves nem aborrecimentos. Mas eis que agora a minha filha mais nova, de 20 anos, me traz preocupada. Ela trabalha toda a semana em Lisboa, onde está hospedada em casa de pessoas da maior confiança, mas que não exercem sobre ela qualquer vigilância. Quero dizer que é uma hóspede como qualquer outra, tem a sua chave, entra e sai quando quer. [...] a minha filha vem passar todos os domingos a casa e tem-me falado num grupo de rapazes e raparigas com que às vezes sai. [...] imagine que tais reuniões acabam às 2 ou 3 horas da madrugada! [M&B 1968, 2968].

A rapariga e a mulher jovem de 1968 recusam deixar-se impressionar por preconceitos antigos e querem poder realizar a vida que melhor lhes convém. Isto significa que conscientemente a mulher de hoje toma mais decisões e tem actos voluntários mais enérgicos [M&B 1968, 2947].





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

Embora não especificamente sobre a juventude, no artigo «Feminilidade 68 – Um conceito que se modifica» (M&B 1968, 2947), contrastam duas representações do género feminino: a mulher «frágil», «emotiva», preocupada com os seus «meios de sedução», e a mulher decidida, segura, livre e realizada.

O género da mulher frágil, emotiva, crédula, sem força muscular, mas bonita, preocupada com a sua «toilette», o seu penteado, os seus meios de sedução e o seu trabalho, representa uma espécie de modelo tradicional de que alguns homens ainda não se libertaram. [...] Mas presentemente assistimos a uma tomada de consciência feminina cada vez mais precisa e generalizada que permitirá aos nossos filhos e aos nossos netos conhecer a mulher como sendo uma feminilidade mais livre, mais amadurecida, mais segura dela e mais específica. A ambição não será copiar o mundo masculino, mas de ter possibilidade de se realizar a si mesma, como mulher, de uma maneira que tenha livremente escolhido [M&B 1968, 2947].

Na obra *A Condição da Mulher Portuguesa* (1968, 84), organizada por Urbano Tavares Rodrigues, Agustina Bessa Luís atribui à juventude da época «desprendimento das coisas», uma «vida sem ambição que não seja imediata», e ausência do «conceito de pecado». Em relação às jovens, a escritora defende uma nova atitude, livre também da obrigação de seduzir:

Ela deixa de ser inteligível apenas no diálogo sexual, para ser a amada que não depende do condicionalismo da idade, da moda, da fortuna ou do favor da beleza. Livre não significa apenas ser economicamente suficiente, circular sem impedimentos, deliberar acerca do seu próprio destino; significa, acima de tudo, vencer a inibição de não se comportar conforme a sensualidade, e ter direito a não seduzir, não iludir, não corromper, ser feia ou formosa sem intenções [Rodrigues 1968, 83].

Na publicidade são também recorrentes os discursos dirigidos à juventude. As marcas de tampões anunciam regularmente nas publicações femininas (em especial na *Modas & Bordados*) (imagem 4.2). Procuram chegar às raparigas e às jovens adultas, valorizando conceitos como o de busca da identidade, maturidade, autenticidade e liberdade de escolha, características que as demarcariam de perfis de





Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa

**Devo ou não devo?**

Se perguntar à sua Mãe, ela provavelmente lhe dirá que é ainda muito jovem.  
 Se perguntar à sua melhor amiga, ela provavelmente lhe dirá que está bastante satisfeita com **o. b.**  
 E se nos perguntar: Não lhe podemos confirmar, porque algumas raparigas têm o seu primeiro período menstrual aos 11 anos, outras somente aos 14. Por conseguinte, os tampões **o. b.** não são uma questão de idade, mas de maturidade física.  
 Quando usa pela primeira vez um tampão, pode ser que tenha dificuldades em adaptar-se. Será uma indicação de que a sua vagina é ainda muito pequena.  
 Naturalmente que as raparigas da sua idade não estão todas no mesmo grau de desenvolvimento, e consequentemente os seus órgãos internos também não.  
 Será mais seguro se aguardar até que o ciclo menstrual tenha chegado e o seu período menstrual surja regularmente todos os meses. Neste caso, presume-se que os seus órgãos se desenvolveram o suficiente para poder usar os tampões **mini-o. b.**  
 Quando experimentar **mini-o. b.** pela primeira vez, faça-o com cuidado e siga rigorosamente as instruções de aplicação da literatura incluída em cada caixa **o. b.**  
 Aplicá-lo é tão fácil, que Você mesma «sentirá» a presença do tampão. Isto lhe permitirá controlar com segurança a sua aplicação. Por isso **mini-o. b.** não necessita de aplicador.  
 Se Você for uma daquelas raparigas que ainda não possui os seus períodos com regularidade, não é razão para desanimar. Pode então utilizar os pensos higiénicos **Kotex**

Assim, **o. b.** apresenta-se em três tipos:  
**mini-o. b.** — quando usado pela primeira vez ou em casos de menor fluxo menstrual.  
**normal-o. b.** — em casos de menstruações normais.  
**extra-o. b.** — em casos onde se requer tampões de mais absorção.

Recorte o cupão e envie-nos com 3600 em selos de correio para cobrir despesas de envio e receberá de forma discreta e pessoal uma embalagem de **o. b.**

----- ✂

**mini-o. b.**     **normal e extra-o. b.**

e. b. **INIBSA PORTUGUESA** — Rua D. Estefânia, 90 — Lisboa-1

Agradeço-me enviem uma amostra para ensaio de **o. b.**

Nome \_\_\_\_\_  
 Morada \_\_\_\_\_  
 Localidade \_\_\_\_\_

À venda nas melhores Farmácias, Perfumarias e demais casas da especialidade

À venda também em Angola e Moçambique

\* Produto original de Dr. Carl Hahn GmbH-Almanna/Fabricado por Austro Hahn AG — Austria

Imagem 4.2: Anúncio a tampões na *Modas & Bordados*.

Fonte: *Modas & Bordados*, de 2 de maio de 1973, edição n.º 3195.





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

gerações antecedentes. Vejamos alguns exemplos discursivos inseridos em anúncios de tampões.

Se perguntar à sua Mãe, ela provavelmente lhe dirá que é ainda muito jovem. Se perguntar à sua melhor amiga, ela provavelmente lhe dirá que está bastante satisfeita com O. B. [M&B 1973].

Acho que as raparigas, actualmente, resolveram o problema. Quero dizer com isto que, com um certo esforço, uma rapariga pode ser exactamente como deseja ser. E o esforço, a mim, não me preocupa. Na verdade, detestaria ser rapariga no tempo em que elas eram apenas objectos de decoração! [M&B 1973].

Uma das melhores coisas da vida é a liberdade. Liberdade para passear na praia, ou para fazer surf no mar, liberdade para gozar a vida com os bons amigos [...]. A sensação de que nada a impede de fazer a sua vida – eis a liberdade dos seguros tampões Tampax [M&B 1975].

Entre 1968 e 1978, a juventude, seus valores e comportamentos chegam à agenda mediática. Publicam-se peças jornalísticas sobre a forma como viviam e queriam viver, aqui e no mundo, os jovens da época. Além disso, as redações das publicações femininas foram dando também espaço editorial às convicções e protestos que as leitoras jovens enviam por carta.

Nós, os jovens de hoje, pretendemos acompanhar o mundo, não queremos uma vida vazia e sem significado algum mas sim uma vida útil e que nos possa realizar. Fazemos perguntas encontramos silêncio, expomos ideias encontramos incompreensão, queremos saber a verdade encontramos mentira, sim, encontramos mentira, porque a realidade é-nos negada a cada instante [excerto de carta assinada por Liliana Violante] [*Crónica Feminina* 1968, 580].

Sobretudo após o 25 de Abril de 1974, a imprensa feminina tendencialmente liberal aborda novas formas de viver o amor e a sexualidade entre a juventude. Nestas peças questiona-se a forma como a sociedade em geral, e a família em particular, podem e devem lidar com a informação das novas gerações relativamente à intimidade afetivo-sexual. É necessária educação sexual? O que abordar? Quem a deve pôr em prática? Que vantagens trará? Que práticas





*Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa*

legitimar? Como entender a sexualidade pré-conjugal? Vilar (2009, 23) defende que a questão da «sexualidade juvenil tem sempre como pano de fundo questões como os elevados níveis de gravidez e de maternidade na adolescência. Mas subjaz sempre a esta questão uma outra – a aceitação ou a condenação moral da vivência da sexualidade nos jovens».

Maria do Carmo Abreu, diretora da *Crónica Feminina* em 1968, dedica o editorial «Como nasce uma criança» ao filme *Helga*, que esgotava lotações «em quase toda a Europa», pela exibição explícita do fenómeno do parto (CF 1968, 597). Na peça, defende-se a urgência de dar aos jovens educação em matérias relacionadas com a sexualidade e a reprodução: «*Helga* não será o sinal que é tempo de ensinarmos a nossa juventude a conhecer a vida tal como ela é, sem ‘tabus’ inexplicáveis, que causam mais mal do que um lúcido conhecimento dos factos?» (CF 1968, 597).

Entre o nosso *corpus*, a revista que maior agendamento faz do tema da juventude é a M&B. Em 1975, ano da publicação da narrativa «Fiz amor na noite do 25 de Abril», que ângulos de abordagem são privilegiados em artigos sobre a juventude? Amizades, conflitos na relação com os pais, crises na adolescência, consumo de droga, sexualidade e homossexualidade. O artigo «Droga e amor aos 15 anos» (M&B 1975, 3294), assinado pela jornalista Susana Ruth Vasques, é publicado seis números antes da carta de Gisela (imagem 4.3). Na entrada da peça refere-se:

A revolta da juventude, nos últimos tempos, lembra um tanto a dos operários no início da era industrial. [...] protestam desesperadamente contra uma sociedade repressiva e burocrática cujos valores recusam. As músicas que tocam parecem bárbaras. As roupas que vestem parecem-nos apodrecidas. Drogam-se, fazem amor numa idade em que nós, adultos, não fazíamos mais do que sonhar vagamente com «desejos proibidos», contestam e tentam reformular todo o sistema de valores tradicionais. Será moda passageira ou um ataque aos fundamentos da nossa sociedade? [M&B 1975, 3294].

A peça jornalística «Droga e amor aos 15 anos» poderá ter despertado (ou reforçado) na jovem Gisela a motivação para contar a sua história afetivo-sexual. A publicação M&B dava mostras de interesse pelo tema da juventude e revelava uma atitude empática das novas





## Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos

vivências dos jovens, da sua rebeldia e contestação face aos modelos mais conservadores em matéria de moral sexual: «A nossa primeira reacção é de os condenar, porque nos metem medo. Mas antes de condenar, é preciso tentar compreender» (M&B 1975, 3294), escreve a jornalista.

Imagem 4.3: Reportagem sobre «Droga e amor aos 15 anos» publicada na *Modas & Bordados*.

Por SUSANA RUTH VASQUES

**M**ARIANA, Cristina, Guida, Luísa, as quatro adolescentes que num dos números anteriores falaram dos motivos porque largam os adolescentes de casa, retomam a conversa. Desta vez os temas abordados são a droga, o amor, a falta de entendimento entre pais e filhos — clássico conflito entre as gerações que o ano de 1975, século XX, actualiza e intensifica.

Que podemos fazer pelos jovens, nós, adultos — pais, educadores, homens e mulheres — responsáveis pelo mundo que construímos ao longo destes dias difíceis.

Guida, Mariana, Cristina e Luísa têm entre 15 e 16 anos. Frequentam o liceu. Estão em greve. Lamentam que os professores não tivessem sabido aproveitar este tempo para os interessar em assuntos extra-curriculares tradicionais, insurgem-se contra os preços do cinema e do teatro, contra a falta de filmes interessantes e «não intectidos», contra a inepcia da televisão e a falta de bibliotecas ou centros de convívio cultural.

A mensagem que recebem não chega para comprarem livros e discos, os festivais de música são raros e não estão ao alcance das suas bolsas.

Acusam a sociedade em que vivem de não lhes facultar o seu processo de crescimento e a sua formação intelectual.

Jorge Amado, Soeiro Pereira Gomes, Eça de Queirós, Redol, Fernando Pessoa, Tolstói, Gorky, Marx, Engels, Lénie e outros são alguns dos escritores que mais lêem.

Luísa e Mariana acreditam em Deus, Guida recusou-se a ir à missa e à catequese quando sentiu que tinha deixado de ser crente, Cristina acredita na «sua consciência».

Politicamente inclinam-se para a extrema-esquerda, embora Mariana diga que tem pouca formação em virtude de ter «frequentado uma escola de freiras» e Luísa acha que não se pode passar bruscamente de uma extrema-direita para uma extrema-esquerda.

**Os livros sobre droga são uma armadilha...**

— Os meus pais têm o pavor da droga e das relações sexuais — diz Guida. — E por isso que recetam a nossa convivência com rapazes. A religião deve influenciá-los muito. Como não conversam com os filhos, julgam que pelo facto de nos proibirem, nós não fazemos nada. Mas eu já «queime» e «queimo» de vez em quando. (Queimar é fumar erva, geralmente marijuana.) Ainda não fiz amor porque não encontrei o miúdo com quem me apeteca verdadeiramente. Prefiro esperar até que goste muito de alguém. No meu grupo há rapazes, mas nenhum me agrada para isso. Costumo gostar de dois ao mesmo tempo. Quando aparece uma pessoa nova que me agrada, fico a gostar dela e a antiga continua na recordação.

— Porque «queimas»?

— Porque quando estou «a curtir» descobrem-se coisas para além da realidade: ruídos, cor, sonho.

— E gostas assim tanto de descobrir coisas para além da realidade? Porque?

— Não sei, é bom.

— Eu «queimo» porque gosto — intervém Cristina. — No meu grupo toda a gente queimava. Eu fartava-me de fazer sermões aos meus amigos, dizia-lhes que «era uma fuga às responsabilidades porque li nos livros sobre a droga. Mas um dia não resisti, porque era a única que ainda não tinha experimentado. Foi por curiosidade e porque achava que não podia fazer sermões aos outros sem saber o que eles sentiam quando queimavam. Até sou de opinião que os livros sobre a droga, em vez de nos afastarem, aproximam-nos, porque ficamos cheios de curiosidade.

— Mesmo aqueles que dão exemplos de jovens drogados a caminho da morte quando não morreram já por causa de doses excessivas?

**ADOLESCENTES EM CRISE**

# DROGA e AMOR aos 15 anos

A revolta da juventude, nos últimos tempos, lembra um tanto a dos operários no início da era industrial. Do mesmo modo que estes, desesperadamente, se rebelavam contra as suas máquinas, do mesmo modo os jovens de hoje protestam desesperadamente contra uma sociedade repressiva e burocrática cujos valores recusam.

As músicas que tocam parecem-nos bárbaras. As roupas que vestem parecem-nos apodrecidas.

Drogam-se, fazem amor numa idade em que nós, adultos, não fazíamos mais do que sonhar vagamente com «desejos proibidos», contestam e tentam reformular todo o sistema de valores tradicionais. Será moda passageira ou um ataque aos fundamentos da nossa sociedade?

A nossa primeira reacção é de os condenar, porque nos metem medo. Mas antes de condenar, é preciso tentar compreender.



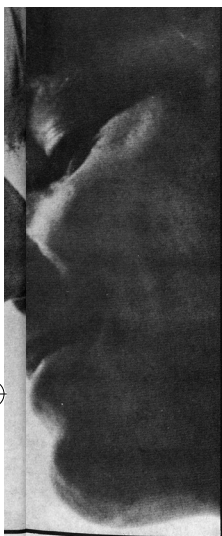
Fonte: *Modas & Bordados*, de 2 de abril de 1975, edição n.º 3294, pp. 2-3.





## Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa

Foquemos com maior detalhe os testemunhos das jovens entrevistadas por Susana Ruth Vasques. São quatro adolescentes (idades entre 15 e 16 anos), estudantes de liceu, com pais liberais ou conservadores em sede de afetos e sexualidades. Defendem o exercício da sexualidade enquanto expressão/manifestação do amor/paixão, defendem



—Esses jovens tomam ácido e injectam-se. Não estou nada interessada no ácido porque sei que destrói 2000 células de cada vez. A «erva» não faz mal, é menos nociva do que o tabaco vulgar. Se eu fumar um maço de cigarros por dia é pior do que «queimar» uma vez por outra.

—Mas se não resististe a experimentar a erva, apesar dos teus sermões, quem te diz que resistes a ácido?

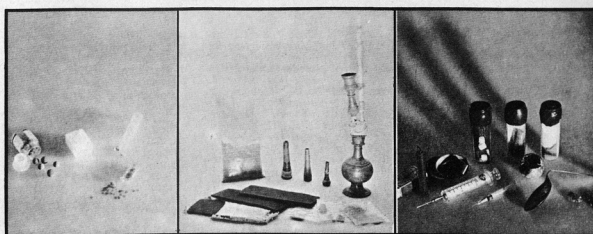
—Tenho a certeza absoluta! Sei que destrói e que afasta totalmente da realidade. Com a «erva» é diferente.

—Eu queimo porque tenho muitos complexos de inferioridade— interrompe Luísa—. Tenho a impressão que as pessoas não gostam de mim e que não me ligam. Achem que sou muito indecisa porque me distraio a sonhar. Na verdade, distraio-me frequentemente a sonhar, levo o meu pensamento para outras regiões de sonho. Não suporto as más relações entre os meus pais, detesto o meu pai quando é grosseiro e insulta a minha mãe e por isso julgo que me evado para um mundo de sonho onde não há violência.

Os meus amigos não entendem estas minhas fugas e sinto que se aborrecem comigo. Queimo porque sinto transformar-me na Marilyn Monroe!

—E o que sentes na pele da Marilyn?

—Que se sou uma pessoa muito importante, admirada por toda



Aqueles que recorrem regularmente à droga «para se sentirem melhor», caminham precisamente num sentido contrário ao que procuram



A droga engendra a dependência em vez de favorecer o estado de liberdade

a gente e que portanto todos gostam de mim.

—Ei— diz Mariana—sei porque me drogo: porque me esqueço dos meus problemas com os meus pais, esqueço-me que eles não se interessam por mim. Além disso fico muito mais compreensiva com as pessoas. Até o compreendo, quer dizer, desculpo mais por ser como é, atribuo os seus erros de educação para comigo e para com os meus irmãos à sua própria educação opressiva, despótica. Mas é preciso ter cuidado, porque se uma pessoa antes de se drogar está num estado de

grande tristeza e com vontade de morrer, pode, depois de tomar ácido, chegar-se a uma janela e atirar-se. E preciso muito controlo.

—Quer dizer que tu ultrapassaste a «erva»?

Mariana cala-se.

Agora que vive em casa de Luísa, agora que a mãe das amigas lhe dá atenção e ternura («é a mãe de todos», ouvimos dizer), a adolescente, que fugiu há dois meses de casa por não poder suportar o clima de autoritarismo e o desinteresse do pai, a fraqueza da mãe e a rigidez de educação sem aber-

tura para o diálogo e para a compreensão, sente-se mais protegida, mais segura. As mãos tremem-lhe ligeiramente, mas lê-se-lhe no olhar um grande desafio. «Sou uma pessoa segura de mim própria através da minha experiência», diz, contrapondo-se à Cristina que se sente segura pela educação livre mas consciente que tem.

—A partir dos 12 anos quase todos os jovens se drogam com marijuana— diz Guida—. Queríamos em grupo, os que têm dão aos outros. Nós não compramos.

### Os jovens preferem situações claras e definidas

A droga quer queiramos, quer não, tornou-se um fenómeno de geração. E para os jovens uma forma de recusa: o mundo dos adultos. Antes de julgarmos— e sobretudo de condenar— é essencial compreender.

«Para compreender— diz um psiquiatra especializado na recuperação de jovens drogados— é preciso, em primeiro lugar, que os pais admitam que a amargura pesa sobre os seus próprios filhos. Muitos negam a evidência. Ouvese frequentemente dizer: Impossível! Nunca aconteceu tal coisa na nossa família!! E o clínico prossegue:

Para os jovens, a droga é sobretudo uma forma nova do conflito entre gerações. E em muitos casos, nos os pais, somos os primeiros responsáveis.

A responsabilidade dos pais verifica-se pelo testemunho de certos jovens drogados.

Por exemplo, a história de António, um garoto de 17 anos 3



### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

a importância da educação sexual, desvalorizam o imperativo da virgindade nupcial, alegando que deve ser decidida em liberdade, não mais sendo valorizada por rapazes «modernos», e ainda a igualdade de género nas vivências da intimidade, pois «elas» sentem desejo sexual tal como «eles», tendo por isso igual direito a experimentá-lo.

— Gostas de fazer amor?

— Muito, porque gosto do M. vamos aprendendo a conhecer-nos, quer fisicamente quer na maneira de pensar. Não faço amor só pelo acto em si, como muitas pessoas. [...] Na primeira noite senti-me frustrada pela dor. Posso dizer mesmo que não gostei, tive uma desilusão. Mas como sabia que isso era normal, não fiquei preocupada. Conversei com o M. e começámos então a aprender. É importante estarmos preparados (rapazes e raparigas) para a ideia de que em amor também se aprende. Acho que é muito importante a maneira como se é educado, a maneira como a virgindade é considerada na família. Se não tivesse conversado antes com a minha mãe (antes e depois) talvez tivesse ficado muito desiludida com a primeira vez. [...]

— Estou a pensar que devíamos ter a liberdade de fazer amor em nossas casas. Estamos sujeitas a encontrar sítio ou não (a casa de uma amiga ou de um amigo cujos pais foram para fora, por exemplo). [...]

— E se vocês encontrassem moços que não vos quisessem por já não serem virgens?

— A resposta é unânime: não eram pessoas com quem pudéssemos conviver ou que correspondessem às nossas ideias sobre a vida. Além disso, os rapazes modernos não são virgens e por isso admitem que nós não o sejamos também. [...] E a virgindade deve decidir-se livremente, como as outras coisas importantes da nossa vida [M&B 1975, 3294].

Estamos perante uma atitude que promove a sexualização do amor, a universalização do direito às vivências da sexualidade, independentemente do género e da circunstância (conjugal ou não) em que seja vivida, mas também perante uma valorização da aprendizagem contínua do prazer sexual.<sup>1</sup> As jovens entrevistadas por Susana Ruth Vasques entendem que «fazer amor até ao fim» (relações sexuais com penetração) é legítimo antes do casamento, mas que na experimentação sexual juvenil se deve poder explorar o corpo e as sensações,

<sup>1</sup> O [fazer] «amor também se aprende» (M&B 1975, 3294).





*Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa*

antecipadamente, sem chegar logo ao coito. Em causa, no testemunho destes jovens, estão, portanto, novos *scripts* (a sexualidade como jogo, descoberta, exploração do corpo e do prazer) contrastantes com visões conservadoras que promovem uma sexualidade receosa da exposição e exploração da sensualidade, sobretudo feminina.

Eu fiz amor com o M. – conta Cristina – porque estava muito apaixonada. Também tinha curiosidade em saber como era porque sentia um desejo dentro do meu corpo. Como gostava dele e já nos tínhamos beijado e acariciado, comecei a tomar a pílula para «o que desse e viesse». A minha mãe, com que converso de todas as coisas, tinha-me dado a entender que, antes de fazer amor «até ao fim», podíamos explorar e conhecer o nosso corpo e as nossas sensações [M&B 1975, 3294].

O testemunho remete-nos para uma juventude feminina que escuta o corpo, que aceita e assume o desejo sexual, que o discute abertamente (em alguns casos no próprio contexto familiar) e que o legitima com o argumento do amor (e da curiosidade pessoal), acautelando com responsabilidade a vertente anticoncetiva. Este paradigma em nada se confunde com o modelo convencional da jovem que se entrega sexualmente nos braços do namorado, receosa de uma eventual gravidez, de ser abandonada por ter perdido a virgindade, de ser apontada como imoral no seu contexto social.

Na peça da *Modas & Bordados* cita-se um psiquiatra, sem se referir o seu nome. O especialista diz que 90% das jovens de 15 anos que o procuram nas suas consultas já não são virgens, mas que os pais desconhecem o facto. O médico sublinha que a juventude portuguesa de meados de 1970 se inicia sexualmente mais cedo (embora tenha relações monogâmicas), pelo que precisaria de informações sobre contraceção, e de educação sexual. É de supor que as jovens portuguesas que procuravam o apoio de um psiquiatra fossem à altura provenientes de um contexto social, económico e cultural muito favorecido, elitista e minoritário.

Segundo os especialistas, os jovens tendem hoje a estabelecer ligações fixas mais cedo do que noutros tempos. A juventude, se não é abstinente, pelo menos é fiel... [...] Antes de dar o grande passo, a adolescente dever ser informada das consequências dessa experiência e não ir para ela por simples curiosidade [M&B 1975, 3294].





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

No artigo, as jovens entrevistadas também referem a necessidade de informação sobre contraceção e defendem que o Estado deveria criar organismos próprios para o efeito: «centros que mantivessem o segredo dos nossos nomes e nos ajudassem sem nos denunciar aos nossos pais. Ou então, seria melhor educarem os nossos pais» (M&B 1975, 3294).

Entre as motivações de Gisela para enviar a sua narrativa para a *Modas & Bordados*, estão certamente: o envolvimento político da revista com o projeto de «edificação» de um país democrático; uma posição editorial que valoriza a intimidade como uma dimensão central da existência, que deve ser vivida de forma livre e igualitária, por ambos os géneros, nomeadamente durante a juventude, e independentemente do casamento; preocupações da publicação em promover e apoiar a emancipação feminina.

## **Derrubando muros**

No início dos anos 1960, 14 anos antes de Gisela enviar a sua narrativa à M&B, um jovem estudante (Artur Marinha de Campos) faz chegar a famosa «Carta a uma jovem portuguesa» à publicação universitária coimbrã *Via Latina* (1961, 130). Nesta missiva que também gera expressiva celeuma entre a sociedade conservadora da época, o estudante (então anónimo) denuncia a tremenda desigualdade de género que coloca a jovem portuguesa (em concreto a jovem estudante) numa situação de opressão e infelicidade, pela obediência aos valores morais que interdita o seu crescimento identitário, emotivo e afetivo-sexual, durante a juventude/princípio da idade adulta. Artur Marinha de Campos lamenta na sua narrativa a falta de liberdade, de autodeterminação e de revolta das raparigas. Caracteriza-as como seres sujeitos à «repressão mental», «passivos» e «submissos», temerários, dispostos a aceitar que o amor é apenas «passividade», «dever» e «obrigação» (VL 1961, 130). Incita a jovem portuguesa a saltar o muro que a separa dos rapazes do seu tempo, beneficiários de mais direitos na busca, descoberta e construção identitária. Do lado de lá do muro, ou seja, no lado masculino, a ordem social seria mais justa e favorável.

Para vós, raparigas, [cabe-vos] o lado de lá desse muro; o mundo inquietante da sombra e da repressão mental. [...] Só nos é permitido





### *Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa*

atravessar o muro para escolhermos. E eu escolho-te a ti jovem portuguesa. Tu que estás passiva e submissa no canto onde te procuro. Tu que tens os olhos azuis ou negros. [...] Tu que coras e me desconheces. Que tremes e que sorris. Tu para quem eu sou só a presença perturbante de um dos que estão no mundo do lado de lá. Tu que vens abúlica e absorvente para eu moldar; que esperas que eu diga para dizeres, que ingenuamente finges, porque te ensinaram que a verdade é mentir. Tu para quem o amor é passividade, dever e obrigação. Tu vítima de todos nós e de ti mesma. Tu vítima do nosso desejo não concretizado e portanto falseado e iludido. Tu que esperas dentro de uma serenidade confusa e depois diante de mim desconfias, te inquietas e mentes. Tu que eu não quero escolher mas tenho de querer escolher. Tu. Jovem portuguesa [Via Latina 1961, 130].

Para Artur Marinha da Campos, o namoro entre jovens à época é amplamente sujeito a interditos, «espiado», e a rapariga vive o amor de forma conflituosa, culpabilizante, temerária, sofrida, servil.<sup>2</sup>

Eu dou-te a mão no nosso caminho. Para ti, o dar a mão, é um acto estabelecido duma cadeia que se sucederá. Beijas-me e sofres. Dizes: «Não o devia ter feito» [...]. Vives no conflito de livremente me queres e de intimamente me desconheceres e por vezes detestares. [...] Tenho de estender-te os braços onde não nos vejam e não nos espiem. Queremos amar-nos e conhecermo-nos e não podemos. Há aqueles que não se amam e não querem que se ame. [...] És um servo que é aliciado mas tem de resistir. Fazes pagar essa servidão [Via Latina 1961, 130].

As jovens portuguesas rebeldes, contestatárias dos padrões sexuais e de género veiculados pelo Estado Novo, seriam ainda raras, na perspetiva deste estudante de Coimbra: «Rapariga portuguesa! És tu que eu não procuro, mas és tu que eu encontro» (Via Latina 1961, 130).

Um ano depois do 25 de Abril de 1974, Gisela dá expressão pública à revolta feminina, ansiada por Artur Marinha de Campos. Na narrativa sexual enviada à M&B, manifesta-se uma jovem

---

<sup>2</sup> Mónica (1996, 217) refere que em maio de 1961 o jornal *Encontro* publicava uma nota de Carlos Ferreira de Almeida e Luís Brás Teixeira, declarando que a «Carta a uma Jovem Portuguesa» era apologética do «amor livre».





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

desperta, esclarecida, corajosa, autónoma e livre, que contesta a moral sexual repressiva do direito ao prazer feminino e à sua livre expressão. É a antítese da jovem que Marinha de Campos descreve, a jovem que espera «passivamente como um pântano» ou a jovem que quebra as regras da moral social porque o rapaz de quem gosta a faz quebrá-las, e não a jovem «independente», «de livre arbítrio» (*Via Latina* 1961, 130). A questão da autodeterminação feminina, da liberdade de decisão e de escolha, da igualdade de género, era já fundamental na «Carta a uma Jovem Portuguesa» (VL 1961, 130).

És livremente dependente e não livremente livre como o devias ser. Ensaia a emancipação por uma simples revolta, mas a opressão é demasiado forte para só com isso ser vencida. [...] Enquanto o mundo do homem e da mulher não forem um só e único mundo, deves agir fundamentalmente, pela tua condição feminina, junto das jovens que te temem e te renegam. [...] Jovem portuguesa! [...] Serás autónoma e livre. Mas para isso é preciso que saibas que o não és, porque o não és, e que queiras, decidida e firmemente sê-lo. Tens de saber porque te negam a libertação. Tens de ver no rapaz que te espera um aliado e não um inimigo a quem tens de mentir para te deixares conduzir e sentires-te segura. Tens de o aceitar pleno de defeitos, de incompreensões, brutal e sensual por vezes, mas nunca como um senhor [...]. [...] Hoje temos mais que nunca necessidade de ti. Necessidade de findar com a mentira e com a falsidade. Necessidade do teu despertar e do teu esclarecimento. [...] Tens de derrubar connosco o muro que nos separa. [...] Tens de entrar no nosso mundo errado, mas errado por tu não estares lá. [...] Só então te poderei amar, não na sofreguidão, na ansiedade e na mentira, mas sim à luz de um dia jovem, à luz do que nasce e floresce, dentro da coletividade juvenil [*Via Latina* 1961, 130].

Comparemos alguns passos que Artur Marinha de Campos (AMC) desejava ver a jovem portuguesa do início da década de 1960 tomar, com certos gestos de Gisela, tomados em meados de 1970. Há entre eles uma evidente coincidência. O jovem universitário lamenta as jovens portuguesas vítimas de repressão mental, para quem o amor é passividade, dever e obrigação. Gisela considera o amor uma escolha, um exercício de liberdade. Marinha de Campos afirma que para a rapariga do seu tempo o sistema social tinha dema-





### *Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa*

siada força. Gisela contesta-o publicamente. O autor da «Carta a uma jovem portuguesa» diz que a rapariga sofre quando beija, que não podem amar-se os jovens separados pelo muro, que o seu amor é impedido pelos que vivem frustrados no amor, e o policiam, por aqueles que querem que o amor não se faça. Gisela rompe com a moral sexual convencional. O seu amor é decidido, vivido e apre-goado sem segredos. Inicia-se sexualmente numa noite de euforia e festa, orgulhando-se disso. Gisela ama enfim, tal como AMC imaginou, «à luz de um dia jovem, à luz do que nasce e floresce», ou seja, num momento-chave de viragem política, social e cultural. Na noite do «dia zero» de um país sonhando a democracia.

Weeks (2007, 65) considera que os elementos fundamentais nas mudanças que tiveram lugar a partir dos anos 1960, conduzindo a um período de rebalanceamento nas relações sociais, são as mudanças entre gerações e entre os dois sexos, ambas reivindicadas tanto por Artur Marinha de Campos como por Gisela, muito embora com década e meia de intervalo.

Ainda durante o período em que «Fiz amor na noite do 25 de Abril» é discutido na M&B, o semanário *Expresso* (1976, 170) publica o artigo «Virgindade e castração: uma pré-história». Nesta peça, Maria Avelar defende que a virgindade era «o problema capital da opressão feminina», que continuava a ser tratado como «um assunto secundário».

Será a virgindade um pormenor? Não é com esta primeira exigência, a virgindade, que se retira à mulher o direito à sua sexualidade, ao seu corpo, mesmo a uma maternidade livre [...]? [...] A exigência da virgindade é a primeira castração que nos é feita, e determina para sempre o lugar que nos é permitido ocupar na sociedade actual [*Expresso* 1976, 170].

Como uma leitora-comentadora do *Dossier Gisela* refere na M&B, o problema trazido pela jovem rebelde podia resumir-se a uma só pergunta: «actualmente num mundo que tenta formular uma nova moral baseada no novo conceito do papel da mulher na sociedade, é lícito ou não uma mulher ter relações sexuais antes do casamento?». [...] Pessoalmente quer-me parecer que sim, dentro de um amadurecimento da personalidade e de um conceito de responsabilidade» (M&B 1976, 3346).





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

A virgindade nupcial feminina é o conceito moral sexual basilar que Gisela contesta pela sua narrativa. A avaliar pela enorme reação/discussão que provoca, este é um problema que divide ainda a sociedade portuguesa, à época.

### **Uma cidadã sexual em construção<sup>3</sup>**

«Celeuma», «polémica», «protesto», «escândalo», «inadmissível [...] dossier complicadíssimo onde toda a gente fala e ninguém se entende», «veemente debate», são alguns dos conceitos usados para referir a emotiva e longa discussão em torno de Gisela, na secção «A Palavra às Leitoras», da M&B.

Numa perspetiva tendencialmente conservadora, não é compreensível tanto «falatório» e é enfastante ler tantas cartas sobre o tema. Para estas leitoras o assunto «já devia ter morrido» há muito, não se justificando de maneira nenhuma que dele se tenha falado ao longo de mais um ano. Para outras leitoras o caso representa algo comum, não se justificando que tanta tinta tenha sido derramada.

Os protestos que esta história levantou é que me parecem de espíritos atrofiados por preconceitos» [M&B 1975, 3322].

Ainda numa perspetiva tendencialmente progressista, várias leitoras valorizam a polémica. Consideram fundamental «um balanço ao Dossier antes de o lançar na morte dos arquivos» (M&B 1976, 3333). Através do testemunho da jovem, questionou-se um assunto interdito: «[...] houve debate, tabus expressos em letra de forma, questões, saídas dos limbos da vergonha burguesa, enfim postas a claro, enfim formuladas. E isso é importante» (M&B 1976, 3333). Porque eram ainda muitas «as angústias e dramas» das mulheres portuguesas sobre a intimidade, «às vezes por ignorância e medo de perguntar» (M&B 1976, 3326).

Nos últimos 30/40 anos proliferou um sem-fim de histórias e narrativas que refletem mudanças sociais amplas, e que trouxeram consigo a linguagem dessa mesma mudança, tornando-a possível

---

<sup>3</sup> *Cidadão sexual* idealizado, pretendido, em construção. Conceito desenvolvido por Weeks (1998).





### *Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa*

(Weeks 1998). No caso Gisela estão presentes ambas as dimensões. A carta da adolescente é escrita e enviada num contexto já de transformação a nível da vida íntima e privada, sobretudo nas camadas mais jovens, mas traz ela própria a linguagem dessas alterações. Constitui-se um manifesto de vida, pessoal e transmissível, a nível dos afetos e das sexualidades. A sua narrativa faz o *coming out* da sexualidade feminina juvenil na sociedade portuguesa democrática de meados dos anos 1970.

Sabemos que as decisões mais íntimas dos cidadãos são modeladas por muitas das instituições públicas, mas também que as ajudam a formar e modelar. Plummer (2003a) atribui à sociologia a competência de tentar compreender como o «público» se pode tornar mais pessoal (e privado) e como o pessoal se pode tornar mais público – refere-se aliás a «sofrimentos pessoais» e «problemas públicos» para designar a inter-relação entre estas duas dimensões. As reivindicações em torno do corpo, dos relacionamentos e da sexualidade inscrevem-se segundo Plummer (1996, 46) no emergente campo da *cidadania da intimidade*, estreitamente relacionado com a afirmação de novas esferas públicas, debates e histórias.

Novos tipos de novas histórias estão em formação em torno dos nossos corpos, das nossas capacidades reprodutivas, dos nossos relacionamentos, das nossas formas de educação dos filhos, dos nossos sentimentos, das nossas representações, das nossas identidades, dos nossos géneros, das nossas sexualidades, até mesmo das nossas espiritualidades? [Plummer 1996, 46-47].

Em Gisela assistimos a um debate que é político. Em que se evidenciam tanto «sofrimentos pessoais» como «problemáticas públicas» (Plummer 2003a). A história da adolescente coloca em discussão propostas diferenciadas de entender e viver o corpo, a sexualidade, o género, as identidades, as espiritualidades (Plummer 1996).

Às interrogações com que nos confrontamos nos nossos dias – e.g., como devemos conduzir a nossa vida pessoal –, Plummer (2003a, 16) defende que precisamos de encontrar respostas, não em discussões sobre princípios abstratos, mas em histórias de vida, autobiografias e outras narrativas, em *moralidades concretas ou enraizadas*,<sup>4</sup>

<sup>4</sup> *Grounded everyday moralities.*





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

fundamentais para o entendimento da forma como as pessoas conduzem as vidas morais no quotidiano. As histórias com uma moralidade enraizada permitem conhecer os dilemas éticos e morais, pois geram conflitos entre grupos, sobre temas contestados nas nossas vidas. Precisamos de estudar estes processos enraizados no dia a dia das pessoas. São vozes múltiplas, que refletem o local e o situacional, são repositórios de emoções, ideias acerca da normalidade.

Quando as pessoas trabalham as suas posições morais, costumam recorrer a eventos específicos das suas vidas. Contam como lidaram com a sua infertilidade, as suas diferentes experiências sexuais, os seus divórcios. Transformam as suas preocupações morais nas suas histórias de vida ou nas histórias de vida de outros. Podemos perguntar como estas posições morais fundamentadas em histórias foram contadas, como se tornaram recursos na vida das pessoas. E como os outros aprenderam com elas, criando teias de histórias interligadas? [Plummer 2003a: 98].

Para Weeks (1998, 47), as novas histórias sobre o género, a sexualidade e o corpo, que foram sendo narradas após os anos 1960, tiveram o impulso de novos movimentos e comunidades que as originaram, ou que ajudaram a divulgar e reescrever. Em Gisela, a revista *Modas & Bordados* tem esta função impulsionadora. Embora não se possa considerar instrumento de nenhum movimento, representa uma visão editorial pró-feminista. Incentiva a refletir sobre questões da intimidade, enquadradas num contexto de ponderação sobre a identidade feminina, e o seu papel social e político na construção do Portugal democrático.

O crescimento significativo de histórias sexuais na contemporaneidade (seja através da literatura, dos *media* ou de movimentos sociais) espelha uma mudança dos espaços sociais – as audiências quebraram as barreiras tradicionais (Plummer 1996). Mas o que interessa não é tanto quanto o sexo é discutido, embora isso também seja importante, interessa sobretudo como é discutido e as possibilidades criadas por essa discussão para aumentar a autonomia (Weeks 1996, 9).

As novas políticas de narração de histórias pessoais sexuais, conscientes da diversidade e da contingência, democráticas nas suas formas





### *Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa*

participativas, abrindo-se à possibilidade de diferentes escolhas de vida, criaram as alternativas a que Plummer chama «cidadania da intimidade» [Weeks 1996, ].

O impacto da história de Gisela na M&B tem exatamente este perfil e este potencial. Estamos perante um exemplo de *moralidade enraizada no quotidiano*, que vem abrir novas possibilidades a nível afetivo e sexual. A voz da adolescente, e das leitoras-comentadoras que também expõem as suas vivências, visões e escolhas, são exemplos da proliferação discursiva em torno da intimidade que se afirma nesta época, no nosso país. Representam uma nova possibilidade de pensar a intimidade, uma nova possibilidade de a dizer, uma nova possibilidade de ser, em termos afetivos e sexuais. No *Dossier Gisela* está patente um sentido de democratização das narrativas sexuais, uma «vontade» de fazer baixar barreiras morais (Weeks 2007). A adolescente levanta a sua voz contra um padrão de ausência de diversidade na expressão de escolhas íntimas.

Citando Plummer, Weeks (2007) realça que a polifonia de histórias pessoais sexuais nos refaz e reinventa o sentido da intimidade. Ajuda-nos a compreender a cultura, identidades e passado (Plummer 1996). Os sistemas éticos são aliás construídos à volta da noção de *storytelling*.

As narrativas pessoais sexuais são processos políticos. As histórias que contamos das nossas vidas, como Plummer argumenta, estão «profundamente implicadas na mudança moral e política e os contos de mudança do *self* e de identidade carregam potencial para uma transformação radical da ordem social» [Weeks 1996, 7].

Gisela é uma história pessoal sexual que encontrou o seu momento no pós-Revolução dos Cravos. Segundo Plummer (1996) este é um elemento-chave: cada história tem o seu momento específico. Há razões para que se afirmem com sucesso no seu tempo, ou se mantenham adormecidas, dormentes, dissidentes, até inoperantes, deslocando-se para fora dele (Plummer 1996).

[...] pouco a pouco as histórias pessoais começam a sair de um pequeno espaço da imaginação para uma língua, através de alguns narradores e numa comunidade já amadurecida e pronta para escutar.





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

O que é crucial neste processo é o momento em que estes contadores de histórias pessoais aparecem à vista do público: escrevendo livros, revistas, aparecendo em outros meios de comunicação, etc. [Plummer 1996, 43].

As histórias pessoais sexuais têm portanto os seus tempos próprios (Plummer 1996). Entre outros aspetos, a sua força passa por existir quem as ouça e as aprecie, alguém que normalmente integra uma comunidade de suporte mais ampla. Estes mundos sociais não precisam de ser comunidades enraizadas, localizadas, basta apenas que haja «um sentido de pertença partilhando tradições e tendo memórias em comum» (Plummer 1996, 36). «Um aspeto-chave sobre as histórias pessoais que fazem o *coming out* é adquirirem progressivamente uma comunidade interpretativa de apoio que lhes permite prosperar» (Plummer 1996, 36).

Alguns destes mundos sociais podem já preexistir, enquanto outros podem ser formados pelas histórias. Assim, há muitos mundos sociais preexistentes em função da idade (mundos juvenis, mundos infantis), da raça (mundos afro, hispânicos, asiáticos), do género e da classe, que fornecem fóruns para conversar e contar histórias. [...] Outros «mundos» parecem surgir em torno destas histórias [Plummer 1996, 43-44].

O período em que a história pessoal sexual de Gisela deixa a «dormência» corresponde a um contexto político e social que propicia e potencia estas narrativas: «[...] algumas formas de poder expandem escolhas (histórias de *coming out*) e são capacitadoras; enquanto outras formas reduzem escolhas (contos de patologização/vitimização), conduzindo ao controlo e à dominação» (Plummer 1996, 38). O contexto internacional da época, no Ocidente, aponta também para uma mudança profunda em matérias da intimidade, e no sentido de uma expansão das escolhas, de uma facilitação da afirmação de narrativas pessoais. Para muitos estudiosos da sexualidade, a década de 1960 e 1970 foi um tempo de mudança, de sexualização das sociedades capitalistas modernas, de feminização do sexo e de democratização da intimidade. Acresce-se a este enquadramento internacional favorável a conjuntura política portuguesa de profunda mudança, efervescente de contestação e desejo de renovação.





### *Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa*

Nas últimas décadas a proliferação de histórias pessoais sexuais deve-se a uma massificação da comunicação e do consumo (Plummer 1996):

O pós-guerra é marcado pela ascensão crescente de uma lógica de consumo, conduzindo crescentemente ao desenvolvimento da publicidade e do *marketing*. Os «objetos de consumo» tornam-se um meio de demarcação de estilos de vida e hierarquias. O «sexo», em todas as suas vertentes, torna-se parte desta grande venda. Os jornais procuram histórias de sexo, estão dispostos a pagar um elevado preço, pela probabilidade de aumento da sua circulação [...]. Em toda parte, a expansão do capitalismo trouxe consigo a expansão do consumo do sexo. E uma parte importante da cultura consumista sustenta-se no crescimento da «cultura jovem» no pós-Segunda Guerra Mundial. [...] a «juventude» existia antes; mas não no espaço de um mercado tão bem organizado de revistas, filmes, programas de televisão [Plummer 1996, 39-40].

Para além do consumo e dos *media*, existe um terceiro fator apontado por Plummer (1996) para a afirmação de histórias pessoais sexuais: os intermediários culturais, pessoas que na modernidade tardia, possuindo tecnologia para o efeito ou possuindo apenas a vontade de o fazer, decidem contar ou vender as suas histórias pessoais sexuais, procurando os seus 15 minutos de fama warholianos. Em Portugal, entre 1968 e 1978, não existiu nos *media* uma explosão de histórias pessoais sexuais. Embora Gisela não seja um caso isolado – pois há outras narrativas em que a sexualidade personalizada é trazida para uma esfera pública nas revistas femininas analisadas –, a sua ocorrência está muito longe de ser expressiva ou explosiva. Nenhum destes casos tem a projeção da narrativa da adolescente que fez amor na noite do 25 de Abril de 1974.

Plummer defende que histórias altamente individualistas, sem um sentido de comunidade, flutuam apenas à superfície, sem hipóteses de atingirem um ponto de descolagem crítico – faltar-lhes-á um sentido de identidade (Plummer 1996). Em Gisela estamos perante uma narrativa altamente personalizada, centrada na biografia da adolescente, mas com um forte sentido de identidade e de comunidade.

Quero ajudar o meu país a viver. Asfixiava quando o libertámos, é preciso dar-lhe oxigénio. Quero ter filhos e não os quero revoltados





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

como eu, logo no começo da vida. Não me considero revolucionária, até porque mal tive tempo de o ser, mas não deixarei que a minha liberdade morra, a minha e a dos outros, todos devem ser livres. Quero ajudar Portugal seja como for [excerto da carta de Gisela] [M&B 1975, 3300].

A história pessoal sexual move-se de um domínio individual para o domínio público e político, sendo escutada por outros, que sentirão que fazem parte da história narrada, que se identificarão com ela, daí que seja fundamental para o autor a escolha da audiência adequada (Plummer 1996).

O que determina o sucesso de uma história pessoal na captação da atenção do público são também aspetos como a novidade, o drama, a abertura dos *media*, e a competição de outras histórias (Plummer 1996). A carta de Gisela está carregada de novidade e drama. Transmite uma preocupação com o *self* e uma disponibilidade maior para falar dele. Esta nova tendência está muito distante da forma como outras gerações foram incentivadas a não pensar e a não falar sobre os sentimentos (algo que deveria ser guardado para os próprios) (Plummer 2003a). Trata-se de uma nova possibilidade e vontade de olhar para dentro. E de partilhar esse conteúdo íntimo. Algo que vai no sentido do que Plummer chama *intimidades reveladas*<sup>5</sup> – e que se manifesta no desejo de partilha da intimidade entre parceiros, amantes, pais e filhos, em *talk shows* e documentários, concorrendo para um crescendo de «revelações» e «conversas» (Plummer 2003a, 25).

Com as *intimidades reveladas* estamos perante duas expressões. Uma de reflexão sobre quem somos, do nosso *self*. E outra de desejo de revelação de quem somos, de projeção de uma visão do *self*. Ambas refletem uma reivindicação de que as intimidades devem ser abertas, partilhadas, de confiança e igualdade (Plummer 2003a). Quanto mais se revelar, e quanto mais íntimo, melhor. Em Gisela assistimos a este desejo. Tendo em conta aliás as inibições da época, no rescaldo de 40 anos de censura e repressão, a necessidade de revelação da intimidade é ainda mais expressiva. Gisela é exemplar do que Weeks (1998) designa por um cidadão/ã<sup>6</sup> sexual em construção (*would-be sexual citizen*). Alguém que se coloca na vanguarda. Um

<sup>5</sup> *Disclosing intimacies* (expressão originária de Lynn Jamieson).

<sup>6</sup> Mas também uma pessoa que se inscreva dentro de uma lógica não-binária.





### *Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa*

viajante. Um experimentador com o *self* e com os relacionamentos: «O *would-be sexual citizen*, sugiro, representa o espírito de procura e de aventura» (Weeks 1998, 47). A sua importância passa por começar a colocar junto de uma audiência certos desafios e reivindicações, requerendo também novas respostas de um corpo institucional político (Weeks 1998).

Citando Angus McLaren, Garton (2009) defende que uma das dimensões mais relevantes de uma «revolução sexual» passa pelo surgimento e choque de guiões sexuais. Inequivocamente o *Dossier Gisela* é um contributo de peso para a instalação do diálogo, da reivindicação, implementação e desenvolvimento de uma *cidadania da intimidade* (Plummer 2003a). Deparamo-nos com a vontade de criação desse espaço político, de cidadania. Gisela é um prelúdio, um preliminar no longo e inacabado processo de *cidadania da intimidade* (Plummer 2003a), chegado com maior expressão na modernidade tardia. E as histórias da *cidadania da intimidade* não são apenas contadas aos investigadores, amigos ou família, na privacidade do quarto de alguém. São também contadas nos *media*, tornando-se por isso omnipresentes da vida de todos os dias (Plummer 2003a).

Segundo Plummer (2003a) existem dois tipos de esferas públicas de debate da intimidade, as *interativas* (que facilitam a comunicação pessoal sobre temas públicos) e as esferas *não-interativas*. Ainda que os jornais estejam incluídos no conjunto das esferas públicas não-interativas, e as conversas de café (*e. g.*) nas *interativas*, o que vemos na M&B é um exemplo das últimas, pois a secção em que Gisela é debatida, sendo uma secção de leitores, funciona segundo o mesmo princípio dialógico, de interação. Há portanto no Portugal pós-revolucionário debate em torno da sexualidade juvenil pré-conjugal (sobretudo feminina) em esferas públicas *interativas*, concretamente mediáticas.

## **Públicos e privados**

Após a publicação da carta de Gisela, as leitoras da *Modas & Bordados* discutem também a decisão de a jovem tornar públicas as suas opções íntimas. Nos comentários publicados na secção «A Palavra às Leitoras», encontrei preocupações em definir o testemunho da jovem. Há quem desvalorize a sua veracidade, apelidando-o de





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

«conto», e remetendo-o para um domínio do inverosímil, da ficção, mas a esmagadora maioria vê o depoimento como uma história de vida «verídica», «real», «que não é folhetim», muito embora as perspetivas variem na forma de a avaliar.

Numa linha de interpretação condenatória, a iniciação sexual da adolescente e a sua afirmação pública constituem um «acto irrefletido», um «caso infeliz», uma «solução pornográfica», uma «lavagem de trapos sujos», como se Gisela viesse a público tentar purificar o que de si é reles, sem qualidade, envelhecido – a sua moral – e que está irremediavelmente maculado. Afirma-se que a história da adolescente, embora tenha dado muito que falar, é «lamentável» e «degradante».

Noutra linha de interpretação abonatória, entende-se que Gisela conta uma «história de amor», «livre», «magnífica» e comum (existiria «às centenas»). O seu gesto é enquadrado num processo de construção identitária (um «acto de nascer gente-grande») e de afirmação social («um apelo» sincero, «um grito de alma»). Certas leitoras tendencialmente mais liberais reconhecem, portanto, que a sexualidade em Gisela é parte de uma dimensão identitária mais ampla, daquilo a que Giddens (2001) chama um projeto reflexivo do *self*, subsidiário de uma *relação pura*. Há ainda uma perspetiva moderada entre as leitoras, que considera haver na história de Gisela um grande atrevimento, perdoável apenas por se tratar de uma história de amor.

Na modernidade tardia, o pessoal invade o público e o público invade o pessoal (Plummer 2003a). É exatamente este processo que se regista em Gisela. Em ambos os sentidos. Estamos perante um discurso sobre a vida pessoal, tornado público e político, que se multiplica em diversos discursos sobre a vida pessoal e privada, protagonizados pelas leitoras anónimas da M&B. A carta da jovem é simultaneamente um sinal (e um contributo) do lento colapso da distinção entre público e privado a nível da intimidade (Plummer 2003a), no nosso país, em meados dos anos 1970. O *Dossier* em si é um contributo para a descolonização do privado, longamente colonizado pelo público, pelo espaço social (Daoust 2005).

Falar de cidadania implica necessariamente falar de identidade (uma pessoa, uma voz, uma tipologia reconhecida, um lugar, uma posição, uma subjetividade), sendo que as identidades trazem consigo passados, presentes e futuros, mas também a definição de «outros» como diferentes de nós (Plummer 2003a). A identidade é um conceito que olha simultaneamente *para dentro* e *para fora*: para





### *Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa*

dentro, para o nosso mundo interior, para a maneira como nos sentimos a nós próprios, para a unidade que nos guia perante o que «realmente» somos, mas também para fora, para as organizações macro, para o Estado, e até para o mundo em que vivemos, mais global (Plummer 2003a).

O conceito de *narrativa de identidade pública*<sup>7</sup> traz pistas de leitura e compreensão para o *Dossier Gisela*. Trata-se de um relato de vida, contado em parte numa esfera pública, e ficando associado a uma tensão moral/política, ou seja, remetendo-nos invariavelmente para um assunto da humanidade mais amplo do que apenas a história concreta do seu autor (Plummer 2003a). As *narrativas de identidade pública* geram debates, interpretações, comentários, formas alternativas de lidar com os problemas. Por vezes, a mera menção do nome da pessoa pode evocar certas discussões morais (Plummer 2003a). Encontramos estas *narrativas de identidade pública* na TV, no jornal, em autobiografias: «[...] estão ligadas a certas pessoas concretas, suas histórias e identidades. Quando dizemos Monica Lewinsky, O. J. Simpson, [...] evocamos simbolicamente uma série de questões morais» (Plummer 2003a, 105). Há muitas *narrativas de identidade pública*, algumas ganharam notabilidade mundial, outras são apenas conhecidas localmente, algumas são persistentes, outras transitórias, algumas célebres, outras nem tanto.

Podemos considerar a história de Gisela uma *narrativa de identidade pública*, apesar de a adolescente se ter mantido anónima. Passados 40 anos sobre a publicação da sua carta na M&B, encontrei mulheres de 50/60 anos, que ainda se lembravam da polémica gerada pela jovem que afirmara publicamente que a conquista da liberdade política coincidia com a conquista da liberdade sexual. Na sua época, Gisela é sinónimo de discussão pública sobre a intimidade. A sua história contribui para tornar publicamente reflexivas noções como maturidade, autonomia e liberdade afetivo-sexual das jovens portuguesas. Outras *narrativas de identidade pública* se terão destacado à época. Os nomes de Snu Abcassis e Francisco Sá Carneiro remetem-nos para a ideia de uma relação não-matrimonial. As três Marias (Teresa Horta, Velho da Costa e Isabel Barreto) estão ainda hoje associadas à luta pela igualdade de género, e pelo direito pleno à sexualidade das mulheres.

<sup>7</sup> *Public identity narratives*, conceito desenvolvido por Plummer (2003a).





## Gisela-protótipo

Existem quatro grandes linhas de leitura do gesto de Gisela por parte das leitoras da *Modas & Bordados*: quanto à maturidade, à consciência, à motivação e à relevância.

No que se refere à maturidade, é de realçar que o termo «jovem» ou «adolescente» não é usado para referir Gisela. Os comentários (tanto elogiosos como críticos) situam-na maioritariamente na fronteira entre a infância e a idade adulta, numa zona de intercepção híbrida, que parece não ter designação própria. A autora da carta polémica é apelidada de «criança-mulher», «mulher-criança», «precoce menina», «menina-mulherzinha».<sup>8</sup>

As visões das leitoras que se opõem a Gisela infantilizam-na, recorrentemente. Apontam-lhe desorientação parental, imaturidade e irresponsabilidade. Designam a adolescente por «criança». As leitoras que apoiam as escolhas de Gisela, veem nela «força», «solidez» e «maturidade», muito embora também não se lhe refiram como um exemplo de juventude ou adolescência: «Imagino-a delgada e flexível. De “jeans”. Talvez longos cabelos. Imagino-a de jeito moderno, olhos suavemente sombreados, guardando ainda toda a profundidade doirada da infância» (M&B 1976, 3333).

O ser-se jovem na sociedade portuguesa de meados da década de 1970 aparenta ser ainda um conceito em fase de construção e afirmação social, muito embora os *media* agendem a temática e os próprios jovens procurem fazer ouvir a sua voz.

[...] procedendo a uma tentativa de catalogação, [Gianni Statera (1975)] enquadra este sector social [da juventude] na categoria híbrida dos «emancipados tutelados», isto é, vivendo a discrepância entre a sua maturidade física e cognitiva – ou seja, subjectivamente emancipados – mas encontrando-se, ao mesmo tempo, sob tutela objectiva das instituições escolares e na dependência familiar [Cardina 2008, 98-99].

---

<sup>8</sup> O Código Civil pré-República estabelecia que a idade mínima para o casamento em Portugal era 12 e 14 anos, para raparigas e rapazes, respetivamente. Após 1910, sobe para 16 e 18, com exceções para raparigas mais jovens (mais de 14) em casos relativos à salvaguarda da honra da nubente. Com o Código Civil de 1966, a idade é reduzida para os 14 para raparigas e 16 para rapazes (artigo 1601.<sup>o</sup>). A partir de «1 de Abril de 1978 é elevada para 16, e entre os 16 e os 18, tanto nos casos das raparigas como no dos rapazes, apenas podem casar com autorização dos pais, tutores ou juiz» (Vicente 1987, 326).





*Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa*

A nível motivacional, Gisela é entendida pelas leitoras tendencialmente mais liberais como um espírito «curioso», «verdadeiro» e «honesto». Uma «alma pura, aberta, sincera, sem tabus», «vestida da coragem de estar de pé», «revoltada», mas sem pretender «atropelar quem quer que fosse». Para leitoras tendencialmente mais conservadoras, à jovem Gisela não falta «descaramento». Faltam «escrúpulos» e «dignidade». Nela veem uma pessoa que ambiciona apenas protagonismo e vedetismo.

No que respeita à consciência, a grande questão que as leitoras se colocam é a de saber se Gisela teve noção do seu ato (sexo pré-conjugal) e das suas palavras (assunção pública da sua intimidade). As que a criticam falam em insensatez e pseudoingenuidade (dá-se «ares de ingénua»). As que a apoiam falam de «consciência», «responsabilidade», «sinceridade», «realismo», de «idealismo próprio dos 15 anos» – uma Gisela que sabe o que quer e o que diz.

[...] Gisela, oxalá o teu espírito fomente sempre as tuas ideias para o bem, defende sempre a verdade, continua a manter essa indiferença pelo julgamento dos outros, nunca te arrependas qual o caminho que enveredares, desde que mantendas consciencialização total da tua ideologia, jamais te acobardes com o mundo, e verás que sairás vencedora da contenda da vida [M&B 1975, 3318].

Por último, a nível da relevância, as posições das leitoras também divergem. Perspetivas liberais afirmam que a jovem é «fruto de uma época», «chama forte no mundo», «heroína» capaz de iluminar a humanidade. E clamam: «que nasçam muitas Meninas Mulheres chamadas Giselas» (M&B 1976, 3334).

Gisela tornou-se na vossa revista uma espécie de vedeta nacional, sem nunca o ter querido, acredito. Calculo que tenha escrito para a «Mulher» [«Mulher» – *Modas & Bordados*] a contar a sua história, levada apenas pelo idealismo dos seus 15 anos. E calculo que deve ter-se sentido aturdida, desorientada, talvez até traumatizada, por tanta discussão, tanta polémica sobre a sua pessoa, que ela provavelmente nunca pensou que iria suscitar [M&B 1976, 3340].

Visões conservadoras falam numa «miserável» «heroína do mal», em «vedetismo de telenovela», numa potencial «mulher a dias».





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

Associam Gisela a alguém sem prestígio, desfavorecida económica, social e culturalmente (a «criada de servir», de conduta moral frágil e leviana).

Gisela oscila entre a hiper e a infravalorização, na opinião das leitoras que comentam a sua história. Escrevem para a M&B adolescentes, mas também mulheres em idade adulta (casadas, solteiras, com e sem filhos) e algumas avós. Verifica-se uma tendência de oposição por parte das leitoras de idade mais avançada, e uma tendência de identificação das leitoras na mesma faixa etária de Gisela.

Referindo-se às mudanças estruturantes que acontecem com a chegada das décadas de 1960 e 1970, Bozon (2005) assinala que a regulação da sexualidade juvenil é transferida dos pais, do contexto familiar, para os pares, que não são menos vigilantes. O *Dossier Gisela* é um exemplo muito expressivo dessa alteração do centro de regulação da decisão individual. As escolhas da adolescente não são debatidas na sala de estar, com a família invocando argumentos morais, mas sim nas páginas de uma publicação, com os seus pares.

Nos comentários ao caso Gisela, o perfil psicológico e/ou conduta moral da protagonista são generalizados, estereotipados. Várias leitoras usam o nome «Gisela» para designar um comportamento-tipo, para se referirem a um «género» de raparigas. Mas o que significaria ser-se «uma Gisela»? Numa perspetiva mais conservadora o nome está carregado de valor negativo, associado a conduta moral indecorosa, até mesmo à prática da prostituição. Certas leitoras tendencialmente conservadoras defendem a necessidade de saber os porquês «de tanta Gisela revoltada e desapontada com o mundo» (M&B 1976, 3346). Consideram necessário desencorajar, lamentar e vaiar estas mulheres-Giselas, pois continham em si uma semente de declínio social. «Não às Giselas e à imoralidade» (M&B 1976, 3337). Acreditam que a virgindade já não se usa. Não sabem (ou fingem não saber) que a sexualidade serve a procriação. São impróprias para contrair casamento. A questão da virgindade assume uma centralidade tremenda no desenvolvimento da vida pessoal, familiar, conjugal e social.

O imaginário social dos anos 1960-1970 está carregado de um *individualismo psicologizante-libertário* (Salem 1991, 62). «[...] o regime ideal a que deve ser submetido o indivíduo é o da *liberação*. A palavra de ordem é libertar os sujeitos de todas as amarras do poder





### *Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa*

e, no limite, de todo e qualquer constrangimento social» (Salem 1991: 67). Esta tendência pressupõe uma «aversão a constrangimentos normativos» e uma «oposição às pretensões universalizantes das normas» (Salem 1991, 66). A carta de Gisela exprime o *individualismo psicologizante-libertário* de que nos fala Salem. As vivências narradas pela adolescente contestam diferentes formas de «repressão/normalização/poder», reivindicando «liberação/antinormatividade/preceito da igualdade» (Salem 1991, 68).

A história da adolescente afirma a biografia de cada cidadã/o como um projeto em livre construção, no quadro de um projeto político e social de liberdade e democracia, também ele em curso. Desvaloriza o papel das instituições na determinação de escolhas pessoais íntimas e valoriza o papel do indivíduo na determinação de escolhas coletivas. «O indivíduo acredita-se o único responsável do seu destino, embora o partilhe com os outros membros da sociedade. A sua intimidade é desde logo política» (Daoust 2005, 256).

A história pessoal sexual de Gisela evidencia a emergência de uma juventude consciente, que decide e dirige os rumos da sua vida pessoal, independente dos valores políticos, culturais e religiosos vinculados pelas instituições que a tutelaram no Estado Novo, nomeadamente a família, a escola, a Igreja. Valoriza a autodeterminação feminina, a independência face às instituições que invisibilizaram (e silenciaram) as mulheres na ditadura salazarista e marcelista, nomeadamente o Governo, a Justiça e a Igreja. Valoriza o papel das mulheres e dos jovens na construção democrática.

## **Emancipação sexual e revolução**

Como se enquadrou o ato sexual de Gisela, na noite do 25 de Abril de 1974? A relação sexual é proposta pelo elemento masculino da relação (o primo revolucionário) cerca de um ano antes, numa altura em que tinham já uma relação afetiva. O jovem (então com 17 anos) sugere-lhe que façam amor, mas Gisela (com 13) – apesar de ser «liberal nessas coisas» – entende que é ainda cedo, adiando o encontro sexual para uma altura em que esteja certa do amor que sente e em que tenha conseguido libertar-se dos preconceitos morais maternos (M&B 1975, 3300).





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

Os motivos que levaram Gisela a fazer amor com o primo na noite de 25 para 26 de abril de 1974, na capital, no rescaldo da revolução que restituiu ao país a democracia, são a euforia, a liberdade e a empatia: «Ele [o primo] estava esfuziante, parecia doido, pulava, ria, gritava! Segui-o por toda a parte, ele contagiava-me, ofereci flores aos soldados, juntei a minha voz à do povo. E não sei o que nos levou a fazê-lo, talvez a sensação de liberdade» (M&B 1975, 3300). Que dimensões simbólicas tem o ato sexual de Gisela com o seu primo, na noite revolucionária? Em termos gerais, representa renascimento, emancipação, individualidade, liberdade, festividade e transmutação na vida quotidiana.

Na última edição da M&B de 1974 (3280), a propósito das celebrações da passagem do ano, a revista publica uma reflexão editorial intitulada «Um ano com nove meses». A ideia é a de que o ano de 1974 apenas terá começado a 25 de abril, e não a 1 de janeiro. Daí ter apenas 9 meses. No editorial associa-se a revolução à fecundação e à reprodução – as mulheres terão sentido «o nascimento do país como o nascimento de um filho» (M&B 1974, 3280):

Todos falamos em antes e depois de 25 de Abril como se se tratasse de uma nova era. A revolução foi tão rápida, tão decisiva, a iniciativa popular tão dinâmica e tão vitalizadora que as divisões normais do tempo, em anos de doze meses, em séculos de cem anos, em meses de trinta dias, não nos chegam. [...] Para os portugueses o «antes do 25 de Abril» é quase a pré-história da vida portuguesa. [...] 25 de Abril começou de facto a história do nosso tempo. [...] Para as mulheres, nove meses, é o período de gestação. O facto de corresponder também aos nove meses que teve este ano não lhes passa despercebido. Mesmo sem superstições a ligação é imediata e, muito secretamente, pensam que esse é um bom período de gestação. E mais secretamente ainda pensam no nascimento do País como quem pensa no nascimento de um filho [M&B 1974, 3280, 24].

Na noite do 25 de Abril de 1974, Gisela vive a emancipação política em relação a um Estado Novo paternalista, autoritário, repressivo, mas também a emancipação da tutela parental (sobretudo materna) e da sua moral sexual conservadora. A revolução é emancipatória, permite autonomia. Citando a obra de David Held, *Models of Democracy*, Giddens (2001, 129) define autonomia enquanto





*Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa*

capacidade individual para a autorreflexão e para a autodeterminação: «Deliberar, julgar, escolher e agir de acordo com os possíveis rumos da ação.» A autonomia não é alcançável enquanto os direitos e obrigações estiverem «presos a e estiverem fixadas prerrogativas de propriedade» (Giddens 2001, 130).

Os movimentos de liberalização sexual que emergiram nos anos 1960 no Ocidente usaram um «discurso de emancipação» (Weeks 1998, 48). «Multidões de jovens nas mais diversas partes do mundo» mobilizam-se pela «procura hedonista da felicidade imediata», pela «afirmação da força pacífica da flor contra a violência da guerra», pela «resistência perante a supremacia branca», pela renovação dos costumes a nível da vivência afetiva e sexual (Bebiano 2003, 40). Contestam-se o patriarcado, a família e o casamento. Os temas do género e da sexualidade são colocados no primeiro plano da igualdade política, económica e social (Gagnon e Simon 2005 [1973]). A sexualidade e a política entrelaçam-se. «Valoriza-se a “espontaneidade”, o “natural”, “os instintos vitais”, a “antinormatividade”, a “desrepressão»» (Salem 1991, 69). A viragem para o pessoal e para o privado é em si pública e política. Como as feministas apregoam nos anos 1970, os problemas pessoais são problemas políticos.<sup>9</sup>

Lefebvre, autor que marca a geração de jovens que protagonizam revoltas nos anos 1960 e 1970, defende que a revolução política é também sexual:

A mudança a empreender não respeita unicamente às relações «feminino-masculino», à igualdade jurídica e política das partes contratantes e compradas, à desfeudalização das relações de sexo para sexo e à sua democratização. A transformação deveria modificar as relações (afetivas e ideológicas) entre a sexualidade e a sociedade. Que a sociedade repressiva e o terrorismo sexual sejam postos na brecha e abatidos por todos os meios da teoria e da prática. Que a repressão sexual não seja já o assunto (e mesmo o assunto essencial) das instituições. Que ela desapareça [Lefebvre 1969, 275].

---

<sup>9</sup> A frase «the personal is political» é de Carol Hanisch, feminista norte-americana que em 1969 publica um ensaio com o mesmo título. Acedido em 28 de agosto de 2019: <http://www.carolhanisch.org/CHwritings/PIP.html>.





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

Nos EUA, na retórica da contracultura dos anos 1960-1970, a rebeldia e a contestação à guerra do Vietname torna-se uma transgressão erótica. Em 1968, um cartaz com a fotografia de Joan Baez e suas irmãs (Pauline e Mimi) afirma *GIRLS SAY YES to boys who say NO*, ou seja, as raparigas dizem sim às propostas sexuais dos rapazes que dizem não ao alistamento militar e à guerra do Vietname.

O slogan «faz amor, não a guerra» correu mundo, de Praga a Chicago. Rapidamente surgem autocolantes para carros nos Estados Unidos proclamando que as «miúdas dizem sim aos rapazes que dizem não», destacando virilidade de militarismo, com a assunção explícita de que as mulheres se sentem felizes por «fazer amor» se os homens não quiserem fazer a guerra [Evans 2009, 336-337].

A oposição, a resistência e a revolta são sensuais, eróticas. Também Gisela dirá «sim» ao rapaz que se opôs ao regime, que lutou pela liberdade, que esteve na prisão de Caxias, e que celebrará – euforicamente – o sucesso da sua resistência no 25 de Abril de 1974. O empoderamento ganho com a contestação e a revolta política transporta consigo uma carga erótica.<sup>10</sup> Natália Correia (1978, 25) descreve assim em *Não Percas a Rosa – Diário e Algo Mais (25 de Abril de 1974 – 20 de Dezembro de 1975)*, o dia da Revolução dos Cravos: «enchem-se as ruas de júbilo. Destemem-se os corpos. Apertam-se mãos desconhecidas. Trocas de sorrisos e cravos gravam a marca da liberdade nesta hora de prata. Não vá ela fugir... Munificentes, os seios das mulheres despejam-se nos olhos encantados dos soldados».

Logo após a Revolução dos Cravos, no contexto do debate em torno das fronteiras entre erotismo e pornografia promovido pelo *Expresso* (1974, 96), Cesariny defende que sempre que há amor há erotismo, amemos nós o corpo de alguém ou um movimento social, uma revolução. «Se eu amo, tudo é ou pode ser erótico. [...] E tanto dá entender-se o amor como o Amor de um corpo ou o Amor da Revolução (para mim são um e o mesmo amor).»

---

<sup>10</sup> «Por um momento [na França do Maio de 1968], a revolução parecia possível, até mesmo já presente, e o empoderamento desse tempo continha uma carga erótica» (Evans 2009, 335).





## Leitoras debatem o passado, o presente e o futuro da intimidade em Portugal

No *Dossier Gisela* debate-se a evolução da sexualidade em Portugal. As leitoras apresentam diagnósticos (e prognósticos) de um país em «reestruturação». Numa perspetiva tendencialmente liberal, as *discursividades* definem o momento histórico de 1975 como «maravilhoso», de «evolução», de «progressão», de destabuização de temas longamente proibidos pela ditadura. Pretendem um país vivo, revolucionário e livre de falsos moralismos. Mas dizem ter consciência de que a «sexualidade refreada no passado» continua a «afectar» o presente (M&B 1975, 3317). «Já devíamos ter passado a era dos preconceitos, mas infelizmente assim não acontece» (M&B 1975, 3307).

Para as leitoras mais liberais Gisela representa uma nova ordem sexual em florescimento, sintomática de uma nova ordem democrática – «[...] aquilo que agora se manifesta é a procura de uma sexualidade à medida dos homens e mulheres livres que hoje somos [...]» (M&B 1975, 3317). Na liberdade política inscreve-se a liberdade sexual. Apesar do otimismo, reconhecem-se ainda as dificuldades sociais na aceitação de uma nova forma de viver a intimidade. Muitos portugueses querem repudiar e obscurecer esta reflexão, defendem certas leitoras.

O meu filho irá ainda debater-se com todos os problemas com que eu me debati. Em casa a mãe e o pai criam-lhe um mundo de verdade, de amor, de justiça, mas será duro quando ele na rua, na escola, em casa de amigos, constatar que o mundo pode apresentar outras formas [M&B 1976, 3340].

As leitoras-comentadoras conservadoras veem um país que toma a atitude errada: a de sobrevalorizar a sexualidade. Que exagera nas preocupações de esclarecimento sobre sexo como se os jovens não soubessem em que consiste. Que aprova e torna banais «hábitos» de «vida suja». Que concorda em que se cometam e publicitem «os actos mais íntimos», imorais, em esferas públicas. Há claramente no *Dossier Gisela* um contra-ataque à forma como a intimidade ganha espaço de atenção e debate na revista (não só, mas também) com a





publicação do testemunho da adolescente. Os comentários destas leitoras vão no sentido de «re-meter» os afetos e as sexualidades para a esfera privada, espaço próprio de onde nunca deveria ter saído, alegam.

Em termos afetivos e sexuais, as leitoras do *Dossier Gisela* discutem as variações entre o país do Estado Novo e o país em transição democrática. Para as mais liberais, a grande diferença entre passado e presente estaria mais no entendimento e na valorização, do que nas práticas propriamente ditas. O que mudava era essencialmente a assunção do sentimento de liberdade, do gozo assumido nas performances sexuais: «O que se faz hoje é mais liberdade e cada um sente que noutros tempos não se fazia. De facto, fazer, fazia, o que havia era medo para demonstrar ao mundo que também se sentia e gostava [...]» (M&B 1976, 3332).

Uma leitora refere que em lugares influenciados pelo turismo, a mudança já antes teria chegado: «[...] moro numa terra de praia e já há alguns anos que no verão se vê fazer amor a algumas da idade dela [Gisela], outras mais novas, pelo que pudor e preconceito há muito entrou em crise» (M&B 1975, 3318). Além disso, defende-se também que a mudança não se resumia às camadas mais jovens: «Eu, que também sou jovem, digo-lhe que esses valores [que certas leitoras defendem ter sido desvirtuados] [...] há muito que estão desvirtuados, não só para nós, jovens, mas também para muitas mulheres» (M&B 1975, 3317).

Leitoras-comentadoras tendencialmente liberais anseiam por um Portugal com mais abertura de espírito: «uma vida, mais livre» (M&B 1976, 3346), sem «mentalidades tacanhas», «espíritos mesquinhos», em que o sexo seja vivido pelos adultos (crianças do pós-revolução) com desinibição, alegria e prazer. Só assim se poderia construir um Portugal «novo», «arejado da hipocrisia em que temos vivido» (M&B 1975, 3314). «Recriminam a Gisela por confessar verdades; será com obscurantismos que querem construir um País Novo e remodelarem todas as estruturas da Sociedade Portuguesa?» (M&B 1975, 3318).

Para as leitoras mais conservadoras há uma diferença estruturante entre o Portugal do pré e pós-revolução: a juventude passou a comportar-se desavergonhadamente (M&B 1976, 3326). Usa-se o termo «vulgar» para classificar a frequência com que as «rapariguinhas» fazem amor com os rapazes de quem gostam e receia-se





*Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa*

pelo futuro do país. Antecipam-no incerto e temerário, tendo em conta a evolução da moral sexual. A subestimação da virgindade e do casamento, por um lado, e a sobrestimação da prática desenfreada do sexo, do aborto e do divórcio, por outro, geram preocupações. «Para onde caminharemos?!» (M&B 1975, 3303). Argumenta-se que nenhum partido formado no Portugal do pós-revolução aprovaria a euforia sexual, a «alegria louca», com que a jovem tentou «ofuscar» o 25 de Abril de 1974 (M&B 1975, 3313). Considera-se o protagonismo revolucionário apenas político. E não sexual: «[...] a liberdade que o 25 de Abril nos trouxe é séria [...] não para ser festejada com as lágrimas que os pais dessa menina deviam ter chorado, e quem sabe até se não amaldiçoariam esse dia pelo acto que a filha cometeu» (M&B 1975, 3313). Nega-se assim qualquer vínculo entre política e sexualidade, lamentando-se que Gisela tenha «confundido a liberdade dos povos [...] com a liberdade sexual» (M&B 1976, 3332). O Amor (com maiúscula) existiria, segundo esta visão, em qualquer regime político. Não seria preciso ser-se livre (politicamente) para se fazer amor. Pelo contrário. Quanto mais difícil fosse a situação política, mais forte seria o amor.

Também se defende que a sexualidade praticada pelos jovens e por Gisela surge de um estado social genericamente mau, em que «até a própria política explora os jovens» (M&B 1976, 3365). A que se referirá esta leitora? Às posições da esquerda radical (ou nova esquerda) que recuperam os princípios de W. Reich, defendendo que a revolução sexual antecede a revolução política? Certas leitoras apontam para a «propaganda» (na literatura, no cinema, na imprensa) que vem sendo feita à época em grande escala, a certos novos valores, nomeadamente ao «amor livre».

No período de transição dá-se, portanto, um «embate entre diversas concepções de moral» (M&B 1976, 3362). Perspetivas mais liberais defendem que a moral egoísta, preconceituosa, conformista, apelidada de «tradicional» (ou «burguesa»), e criada pelo Estado fascista coloca em perigo a revolução, impede a evolução da humanidade e a construção de uma sociedade mais justa. Já a «moral de hoje, a moral do futuro, [...] a moral do ano 2000» (M&B 1976, 3362) concederia liberdade sexual aos cidadãos, permitindo a revolução de prosseguir, permitindo a construção de um país «novo», permitindo que cada um vivesse «como quer e o que quer» (M&B 1975, 3317).





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

Perspetivas mais conservadoras opõem-se às novas «ideias sobre moral», que se diz terem muitos defensores e adeptos, estarem muito na moda. Para estas leitoras, a miséria moral suplantara a miséria material do país (M&B 1975, 3312).

Em que contextos sociais e culturais se viviam os afetos e as sexualidades de forma tendencialmente mais liberalizante, no Portugal de meados dos anos 1970? Uma elite intelectual e artística, viajada, cosmopolita, atenta às tendências políticas, sociais e culturais em países como França, Inglaterra, Alemanha e EUA? Jovens, estudantes universitários? Pessoas LGBT? Ativistas feministas? Este é um assunto que precisamos ainda de estudar.

O caderno *O Casamento* da revista *O Tempo e o Modo* (dirigida por António Alçada Baptista), é um bom exemplo da atenção de uma elite intelectual e artística às questões que envolviam a chamada «revolução sexual» nos EUA e em outros países do Ocidente. No capítulo – intitulado «Inquérito» – faz-se uma compilação dos depoimentos de figuras de referência em Portugal, entre elas advogados, engenheiros, professores liceais e universitários, psicanalistas, filósofos, jornalistas, sacerdotes, teólogos e vários escritores. Respondem a perguntas sobre o casamento, a fidelidade, o divórcio, a parentalidade e a liberdade sexual. Neste último item, pede-se aos inquiridos que deem a sua opinião sobre experiências sexuais pré-matrimoniais, sexo entre pessoas solteiras e sobre os limites aceitáveis de exploração erótico-sexual dentro do casamento.

Eduardo Prado Coelho, que aceita responder a este «Inquérito» publicado no caderno especial *Casamento*, sublinha a dimensão mais ampla da questão da intimidade para a sua geração. «Tudo isto implica que tenhamos sempre presente a grande afirmação de Nietzsche: dizem que nós somos os destruidores da moral, mas nós somos apenas os inventores de nós próprios» (*O Tempo e o Modo* 1968, 149). A sexualidade inscreve-se num projeto mais amplo, de reflexão sobre o *self*, como Giddens defende. Trata-se de uma geração que se encontra em busca do direito à autodeterminação (Freire 2017).

Muito embora haja posições tendencialmente conservadoras entre as respostas publicadas neste caderno d'*O Tempo e o Modo* – ele próprio vanguardista, pois é publicado em março de 1968, antes ainda da revolta estudantil em França – predominam as tomadas de posição liberais, nomeadamente quanto às relações afetivo-sexuais prévias ao casamento:





### *Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa*

As experiências pré-matrimoniais existem *sempre* no sentido lato. Que não sejam concretizadas em relações sexuais completas, depende de vários factores internos (ansiedade, medo, preconceito) ou externos (dificuldades de tempo, local ou oportunidades). Pessoalmente eu sou partidário das experiências pré-matrimoniais completas. Penso que por vezes podem proteger contra erros no ajuizamento dos temperamentos e podem materializar uma mais verdadeira relação íntima. Por outro lado a liberdade sexual completa só é aceitável com um pleno conhecimento das suas consequências. Refiro-me evidentemente ao problema dos filhos ilegítimos. [Excerto da resposta de Francisco Alvim, psicanalista] [Caderno *Casamento, O Tempo e o Modo* 1968, 153].

No capítulo «Inquérito», há também tomadas de posição relativamente à importância da igualdade de género em termos das vivências afetivas e sexuais – «[...] um homem só é livre quando a mulher o for também» [Excerto da resposta de José Cardoso Pires, no Caderno *Casamento*] (*O Tempo e o Modo* 1968, 163). Para além deste aspeto, fazem-se apelos à necessidade de educação sexual, críticas à visão que restringe a sexualidade à função reprodutiva, e argumenta-se contra a visão do amor-posse e do casamento-instituição. Alão (1989, 362) defende que ainda na década de 1960 «o casamento começa a ser vivido não como institucionalização do amor, mas, o que constitui uma evolução da mentalidade vigente, como um desafio de manutenção de uma relação viva e criativa». A geração que inicia a sua idade adulta ainda nesta década, «não fica insensível a conceitos como o de amor-verdade», «relação igualitária» e «casamento como local privilegiado de expressão de emoções» (Alão 1989, 362).

## Gládio entre leitoras

Desde a data em que a carta de Gisela é publicada até ao dia em que se edita o último comentário das leitoras, a *Modas & Bordados* mantém a mesma atitude de pluralismo, colocando a par cartas elogiosas e críticas, face às opções da jovem e da revista, ambas sob escrutínio moral.

Para o sociólogo britânico Kenneth Plummer (2003a) a *cidadania da intimidade* deve ser entendida como uma pluralidade de vozes públicas e posições. Gente que fala e toma posição/oposição, sendo





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

fundamental que se agende, que se reconheça, que se dê espaço às áreas de contestação, aos conflitos, às relações entre diferentes vozes e em diferentes esferas.

Giddens (2001, 131) sublinha a importância de fóruns de debate, promotores do desenvolvimento cognitivo e emocional dos indivíduos, da diversidade e do pluralismo, essenciais para a construção da cidadania. A revista M&B agenda assuntos sensíveis, dando expressão a visões antagônicas, numa lógica dialógica. O *Dossier Gisela* é o exemplo mais flagrante desta política editorial que contribui para uma aproximação e ensaio da *cidadania da intimidade* no nosso país, em 1975-1976.

A condução da discussão aberta é ela própria um instrumento para a educação democrática: a participação no debate com outrem pode conduzir à emergência de uma cidadania mais esclarecida. De certa forma, essa consequência decorre do alargamento dos horizontes cognitivos do indivíduo, mas deriva também do reconhecimento da diversidade legítima – isto é, do pluralismo – e da educação emocional [Giddens 2001, 131].

Em cada momento há assuntos que lutam para estar presentes nas agendas, «combatendo» para serem escutados. Ironicamente, o agendamento parece ter mais sucesso quando existe oposição. A contestação torna certos temas mais «visíveis», mais «focados» e mais «claramente argumentados» (Plummer 2003a, 37). Verifiquei no *Dossier Gisela* este potencial do conflito. Sem a «chama» da discórdia, o debate entre as leitoras não teria provavelmente granjeado tanta durabilidade, visibilidade, foco e riqueza de argumentação.

O diálogo está no coração de todas as ideias contemporâneas de cidadania. Como estabelecê-lo? Plummer (2003a) reflete sobre como nos sentarmos à mesa com os nossos «inimigos», aqueles que querem ver-nos a nós (e ao nosso modo de vida) eliminados. No centro deste problema, acredita estar a tendência para a polarização dos debates, a tendência para confundir as pessoas com os seus argumentos, atacando/defendendo ambos de forma emotiva.

Inicialmente os comentários das leitoras ao caso Gisela são de tom pouco inflamado. Mas à medida que a celeuma aumenta, as cartas começam a vir endereçadas, as leitoras entram em diálogo umas com as outras e em muitos casos em altercação.





### *Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa*

Plummer (2003a) elenca alguns conselhos para que o debate em torno das intimidades (fundamental para a construção da cidadania) decorra da melhor maneira. Defende que é necessário reconhecer e respeitar a pessoa com quem se discute, nunca tentando a sua degradação; aponta para a importância de trabalhar o sentido de pertença ao grupo, pois não somos nunca vozes solitárias; argumenta que é preciso assumir que não há apenas dois lados em cada argumento, daí devermos pensar na multiplicidade e na ambiguidade, em vez de nos centrarmos na dicotomia e na polarização. Além dos aspetos evidenciados, lembra ainda que devemos ter consciência de que os argumentos em certas discussões vão para além do próprio tópico em causa. Por exemplo, as opiniões sobre o aborto normalmente entram numa discussão mais ampla que tem a ver com o que significa ser mulher, ou com o que significa ter uma família. Ora, «é relativamente fácil mudar a nossa mente sobre uma pequena ideia; é muito mais difícil abdicar de todo um modo de vida» (Plummer 2003a, 89). Finalmente, o sociólogo britânico sublinha que a esfera pública é raramente um lugar de «neutralidade», «objetividade» e de razão. E que é preciso reconhecer que há uma base emocional e biográfica em muitas das conversas sobre intimidade, razão pela qual muitas vezes os argumentos são odiados e amados.

Muita conversação e argumentação não é simplesmente uma questão de debate racional: fala-nos de profundidades nossas, de coisas que não entendemos – das nossas experiências na infância, dos nossos compromissos ao longo da vida com outros, da nossa história de vida pessoal [Plummer 2003, 89].

Mais importante do que saber como ganhar o conflito dialógico é entendê-lo (Plummer 2003a). E é isso que faz a M&B: valoriza e promove-o, para que se perceba o que está em causa. Muitas leitoras, que se envolvem emocionalmente na discussão (*Dossier Gisela*), reagindo com mel e fel, aos comentários umas das outras, estão mais interessadas em disputá-la do que em compreendê-la.

[...] o poder das conversações políticas reside na sua criatividade, na sua variedade, na sua abertura e flexibilidade, na sua inventividade, na sua capacidade de descoberta, na sua sutileza e complexidade, na sua expressão de empatia e afeto [...]. O conflito tem um papel importante





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

em todo este diálogo: mas é o diálogo que deve ser o objetivo da cidadania da intimidade [Plummer 2003, 94].

Que argumentos são empunhados neste gládio que parte do caso da adolescente, opondo em dois lados das «barricadas» leitoras mais conservadoras e mais liberais? As mulheres que defendem Gisela nas suas cartas, definem-se como «modernas», «liberais», «progressistas», «evoluídas», «p'rá frente». Em si veem a «raiz, a flor e o fruto, a razão e a força do 25 de Abril, o motor da revolução». Acusam leitoras mais conservadoras de anacronismo, de estarem desatualizadas, de serem «botas de elástico», mesmo quando são jovens. Consideram suas ideias caducas, «antagónicas» ao século xx. Afirmam que estas mulheres sofrem de uma «doença contagiosa» (a ignorância) que só se combate com «esclarecimento intenso e profundo». As opositoras de Gisela são acusadas de frustração amorosa. Afirmam-se que algumas são «velhas avós agastadas contra um tempo que evolui e as ultrapassa», outras são «mães-solteiras ardendo de vingança», outras «serôdias virgens frustradas incapazes de entender o amor» (M&B 1976, 3333).

As desigualdades de género são também alvo de discussão e de acusação por parte das defensoras de Gisela. Veem nas suas «opositoras» mulheres que pactuam com o fascismo, as ditaduras e crimes de muitos tipos.

Se [estas mulheres conservadoras], um dia, se constituíssem Governo deste país decretariam: — Todas as Giselas estão, doravante, proibidas de existir. [...] — O amor autêntico é subversivo e deverá ser tratado como crime de alta traição. [...] Lamento-as. São dignas da nossa compaixão porque estão mortas, cadáveres ambulantes empestando o mundo dos vivos. Perigosas armadilhas nos caminhos da revolução. Máscara de um (trágico) Carnaval que, em nome de alheios, ausentes valores, permitiu a Inquisição, Hitler, Mussolini, a prostituição, Salazar, Concordata, Pinochet, o aborto clandestino, a droga, a fuga de adolescentes, o infanticídio, as aberrações sexuais... [M&B 1976, 3333].

As leitoras que estão contra Gisela, apontam nas suas narrativas menos ataques às leitoras que a defendem. A sua argumentária centra-se fundamentalmente na definição de códigos de conduta, definindo estereótipos morais de raparigas. As *dignas*, «impecáveis», de «bom porte» e «prendadas» que os homens procuram e escolhem





### *Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa*

para a vida matrimonial. As *indignas*, com as quais os homens gostam de se divertir, valorizando os instintos e os impulsos irracionais, pessoas que «querem transformar a Humanidade em cães e lobos» (M&B 1975, 3312). As *pseudo-evoluídas*, que apenas tentam seguir a moda, fingindo que são liberais (porque querem ser «evoluídas»), sendo conservadoras, na verdade.

## A sexualidade na juventude

No *Dossier Gisela* discute-se se à época rapazes e raparigas viviam já uma nova «liberdade sexual». Várias perspetivas apontam nesse sentido. Essa nova liberdade sexual precisava de ser orientada por uma moral distinta da herdada do Estado Novo, mais exigente em responsabilidade e respeito pelo outro. Esta idealização mais progressista defendia que também os jovens tinham «necessidades sexuais» (M&B 1975, 3322), devendo os adultos admitir-lo, deixando-os escolher, agir, sentir livremente as alegrias e as dificuldades da vida (M&B 1975, 3307). Uma atitude mais liberal permitir-lhes-ia aumentar repertórios, favorecendo uma ideia de diversidade e aprendizagem a nível afetivo-sexual.

Representará Gisela, e as mulheres que escrevem em sua defesa na M&B, uma visão maioritária entre a juventude portuguesa da época? Aparentemente não: «[...] continuo a pensar o que pensava quando era ainda estudante, nós somos uma minoria neste país» (M&B 1976, 3340), escreve uma leitora.

Olhemos para alguns dados do inquérito às gerações e valores da sociedade portuguesa, realizado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa em 1995, duas décadas após a publicação da carta de Gisela. Este estudo conclui que globalmente os portugueses tinham ainda neste final de século uma atitude ambígua em relação à sexualidade, oscilando entre uma *dimensão erótico-hedonista* e uma *dimensão romântica*, muito embora se admitisse que, para as mulheres, amor e prazer sexual estavam mais associados do que no caso dos homens (Pais 1998, 420).

De acordo com os dados deste inquérito, para a *geração do 25 de Abril* (nascidos entre 1971 e 1980), a iniciação sexual antes dos 18 anos era muito recorrente (67%). Entre a geração da *Grande Guerra* (nascidos antes de 1941) só 21% dos indivíduos inquiridos relatam





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

ter-se iniciado sexualmente antes dos 18 anos – «estes dados, contudo, estarão ainda aquém da realidade, uma vez que é muito elevada a percentagem de inquiridos não jovens que se recusou a responder a esta questão» (Pais 1998, 427).

Para os respondentes nascidos entre 1961 e 1970 (note-se que Gisela nasce em 1960), os valores da iniciação sexual antes dos 18 anos são de 24%. Se comparada com gerações antecedentes, a geração a que pertence Gisela não dá mostras de romper amplamente com o imperativo da virgindade. Serão os nascidos na década de 1970 que farão as estatísticas do sexo pré-conjugal aumentar significativamente.

As lutas pela emancipação feminina e as lutas pela «emancipação» juvenil são frequentemente associadas, nos comentários das leitoras do *Dossier Gisela*. Fala-se em «luta comum»: «Os nossos filhos, os jovens todos esperam de nós, mulheres trabalhadoras, mães, cidadãs, a palavra e a acção – contributo decisivo para a luta comum. Não os defraudemos» (M&B 1976, 3333).

## O sexo idealizado

Entrevistada por Sílvia Soares em 1975, Maria Lamas (M&B 1975, 3321)<sup>11</sup> fala das dificuldades de se ser mulher, no Portugal pós-revolucionário.

[...] o atavismo e a educação impedem-na [à mulher] de encarar com naturalidade as suas necessidades fisiológicas no domínio sexual. [...] Até o facto de se despir mesmo sozinha e de se ver nua é considerado (ou era) um pecado contra o pudor. Quanto ao acto sexual, a mulher tinha que se justificar pela maternidade e não pela busca de prazer. Sou do tempo em que se aconselhava que uma mulher nunca se deve «negar» ao marido, nem mesmo com sacrifício físico, pois essa recusa constituía uma grave ofensa para ele [M&B 1975, 3321].

---

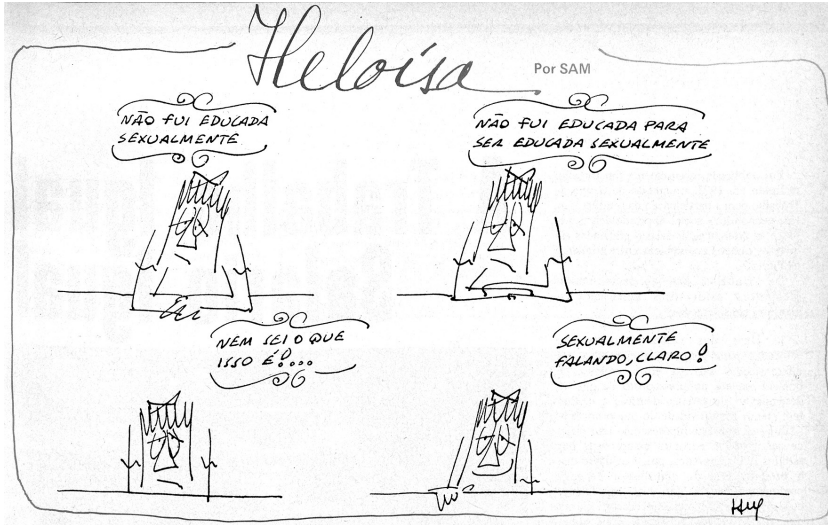
<sup>11</sup> A edição da *Modas & Bordados* de 8 de outubro de 1975 é dedicada quase inteiramente a Maria Lamas, ícone da luta feminista da primeira metade do século, sendo a última presidente do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, encerrado por deliberação política do Estado Novo em 1947. Jornalista e escritora, havia estado à frente da M&B entre 1930 e 1947. No pós-25 de Abril é convidada para diretora honorária da publicação, pela chefe de redação Maria Antónia Fiadeiro.





Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa

Imagem 4.4: Cartoon *Heloísa*, por Sam, publicado na *Modas & Bordados*.



Fonte: *Modas & Bordados*, de 2 de abril de 1975, edição n.º 3294.

Para pensar as representações da intimidade, vale a pena olhar para o *cartoon Heloísa* (da autoria de Sam), que começa a ser publicado semanalmente na M&B a partir de outubro de 1974. O cartoonista aborda temas como: a mulher e a política; a mulher e a revolução; a mulher e a emancipação; a mulher e a contraceção; a mulher e o casamento; a mulher e o namoro; a mulher e o amor; a mulher e a sexualidade. Permanentemente encostada a uma mesa, a personagem deste *cartoon* – *Heloísa* – pensa, imagina, fala com os seus botões. As suas deambulações imaginárias revelam-nos os seus mais secretos anseios e frustrações, desejos e inibições, aspirações e fantasias, descobertas e incompreensões. Na estreia do *cartoon*, Maria Antónia Fiadeiro entrevista o seu criador. Sam explica como surge e como se desenvolve *Heloísa*. Usa a metáfora da noite e do dia, da realidade e da fantasia, da gaiola e da liberdade, para caracterizar a vida íntima da personagem, retrato de muitas mulheres portuguesas de meados dos anos 1970, divididas entre a penumbra da ditadura e a promessa de luminescência da democracia.

A *Heloísa* veio ao mundo há cerca de três anos. Discretamente. Durante longos meses viveu reclusa numa gaveta. Aí, com o tempo, a





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

noite e a solidão formou o seu belo carácter. Cresceu. Sem abandonar, porém, o laçarote da menina que foi. Da gaveta passou para o quarto, que mobilou com sonhos impossíveis. É nesse quarto-refúgio que vive e morre todos os dias, alimentando-se dos próprios desejos, na companhia de personagens que inventa [M&B 1974, 3268].

Educada na moral sexual tradicional salazarista, *Heloísa* representa um universo carregado de convicções e emoções contraditórias. Vive o paradoxo. No turbulento contexto pós-revolucionário português, marcado por novas *discursividades* – emancipação feminina, sexualização do amor e erotização do desejo – aspira a uma vida íntima (afetiva e sexualmente) mais liberta, mas vive permanentemente engaiolada pela educação e pela socialização repressivas do desejo e do prazer sexual. Em *Heloísa* há uma sobreposição entre a mulher conservadora e a mulher emancipada. *Heloísa* é uma mulher que deseja emancipar-se, mas conserva as dúvidas, as ignorâncias, os receios de uma vivência afetiva e sexual emancipada.

Mulheres Heloísas, quantas não haverá? Mulheres paralisadas pelos fantasmas que habitam ao lado da realidade. Mulheres prisioneiras dos seus tabus. Angustiadas, incapazes de se libertarem, no seu quarto-gaiola. De abrirem a janela. E saltar para a rua. E gritar amor. E fazê-lo [M&B 1974, 3268].

No *Dossier Gisela*, numa perspetiva mais tradicional, defende-se que o sexo deve ser puro. O conceito é associado à abstinência, à castidade, à virgindade. Segundo narrativas mais progressistas, o sexo também «deve ser uma coisa pura», mas noutra aceção (transparência, simplicidade e esclarecimento):

[...] para isso mesmo se tenta dar à pessoa uma informação completa, para que essa pessoa possa encarar sem quaisquer problemas, e possa dar, por si mesma, por essa pureza tão necessária. Para uma coisa ser pura, para nós sabermos que uma coisa é pura, é preciso primeiro analisá-la, encará-la e discuti-la [M&B 1976, 3332].

Para os mais liberais a pureza passava pela clarificação dos conceitos da intimidade, para os mais conservadores pelo seu recato, obscurecimento e recusa.





### *Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa*

Leitoras-comentadoras mais liberais acreditam que na sociedade portuguesa persistem três equívocos socioculturais em relação ao sexo: continua a transformar-se o ato de amor numa falaciosa «análise da dignidade da mulher»; a sexualidade pré-conjugal continua a ser entendida como uma vergonha, quando é algo natural (faz parte da vida); e a castidade é vista erroneamente como sinónimo de felicidade.

Relativamente à maturidade ideal para se iniciar a vida sexual, não há consenso entre as leitoras. A prática precoce da sexualidade é desaconselhada por razões de ordem moral, mas também física e psíquica. Algumas visões menos conservadoras consideram a iniciação sexual justificável antes dos 17, 18 anos, por motivos como o «amor» ou a «necessidade». Para outras, o critério deve ser a maturidade: «Actualmente amadurece-se muito mais cedo do que antigamente. A meu ver não é a idade que conta mas sim a maturidade, e a jovem Gisela mostra tê-la. Sabe bem o que quer, e isso é que é importante» (M&B 1975, 3307).

São diversas as expressões usadas no *Dossier Gisela* para designar o ato sexual. Uma delas – «certas maturidades» – associa explicitamente sexo e amadurecimento/responsabilidade. Outra, recorrente, é «fazer amor até ao fim», designando a prática sexual com penetração. Certas cantilenas, populares entre os jovens das décadas anteriores, nomeadamente anos 1950 e 1960, remetem para a existência de uma fronteira (o coito) entre a experimentação sexual tolerada e intoleraada antes do casamento.

Silveira Nunes, psiquiatra e sexólogo, lembra-se de uma frase particular usada pelos colegas adolescentes, num colégio em Tomar, onde estudava: «Brincava-se muito com esta máxima: “Mão na mão. Mão na coisa [manipulação do órgão sexual feminino]. Coisa na mão [manipulação do órgão sexual masculino]. Coisa na coisa [coito] é que não”. Estávamos nos anos 50 e o grande interdito era realmente o corpo» [Freire 2010, 124-125].

Numa entrevista que me cedeu em 2010, Silveira Nunes, psiquiatra e ex-dirigente da Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica, refere uma ética geral de proteção da virgindade feminina, muito embora não fosse cumprida por todos: «Tem muito que ver com o catolicismo, mas não só. O padrão de virgindade das “nossas”





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

parceiras (das outras não!), fazia parte da cultura. Não era apenas uma coisa religiosa» (Freire 2010, 125).

Como Priore (2005, 302) aponta, à medida que os anos 1960 e 1970 avançam, deixa-se para trás «a “meia-virgem”, aquela na qual as carícias sexuais acabavam “na portinha” [vulva] – as mulheres começavam a poder desobedecer às normas sociais, parentais e familiares».

Encontrámos, entre os comentários de leitoras tendencialmente liberais do *Dossier Gisela*, a afirmação de que no «carinho» também há sexo, ou seja, uma conceção mais diversa e abrangente da sexualidade, menos situada no coito: «O sexo é fonte de alegria ou não é? Eu tenho 15 anos, namoro e do amor só sei o que é o carinho mas acho que no carinho também há sexo. Eu pelo menos sinto» (M&B 1975, 3322). A sexualidade está, portanto, também nas sensações, nas emoções, no desejo, na excitação, mesmo que as práticas sejam contidas. Efetivamente, as práticas sexuais foram gozando e sofrendo de pré-juízos positivos e negativos ao longo da história, *scripts* diferenciados em função de inúmeros fatores, nomeadamente políticos. As *discursividades* e os constructos sociais em seu torno foram variando substancialmente. Vejamos um texto oficial sobre práticas sexuais, elaborado por uma instituição da administração central nos anos 1950, contexto português do Estado Novo: portaria 69 035 da Câmara Municipal de Lisboa de 1953.<sup>12</sup> Criada para combater o aumento de «actos contra a moral e os bons costumes» praticados em zonas de «frondosa vegetação» urbana, a portaria estabelecia uma escala de gravidade das diferentes práticas sexuais, e uma escala gradativa de coimas em função delas. No documento camarário, a penetração julga-se mais ofensiva do que a masturbação, muito embora homem que fosse descoberto a estimular a vulva da parceira pagasse metade do valor da multa que pagaria a mulher que fosse encontrada a estimular o pênis do companheiro (Freire 2010); esta diferença de valores pode estar relacionada com a prática da

---

<sup>12</sup> Postura n.º 69 035 – Policiamento de Logradouros Públicos e zonas Florestais: «Verificando-se o aumento de actos atentatórios à moral e aos bons costumes, que dia-a-dia se vêm verificando nos logradouros públicos e jardins, e, em especial, nas zonas florestais Montes Claros, Parque Silva Porto, Mata da Trafaria, Jardim Botânico, Tapada da Ajuda e outros, determina-se à Polícia e Guardas Florestais uma permanente vigilância sobre as pessoas que procurem frondosas vegetações para a prática de actos que atentem contra a moral e os bons costumes.»





*Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa*

prostituição, que se pretendia desincentivar, longe da discrição dos bordéis. De notar ainda que o mais gravoso dos atentados ao pudor era o sexo oral. Vejam-se os delitos sexuais sujeitos a multa, quando apanhados em flagrante:

- Manipulação do órgão sexual feminino («Mão naquilo») estava sujeito à coima de 2\$50;
- Manipulação do órgão sexual masculino («Aquilo na mão») obrigava à coima de 15\$00;
- Penetração vaginal («Aquilo naquilo») custaria aos infratores 30\$00;
- Penetração anal («Aquilo atrás daquilo») penalizada pela quantia de 50\$00;
- Sexo oral («Com a língua naquilo»), o mais caro dos atentados ao pudor, 150\$00.

Como definem as comentadoras tendencialmente mais liberais do *Dossier Gisela* o ato sexual? Diz-se nos seus comentários que [fazer] amor é «belo», «natural», é a «vida»,<sup>13</sup> e uma «responsabilidade maravilhosa». O [fazer] amor com amor nada teria de maldade, não se devia esconder, nem devia ser objeto de qualquer vergonha – sendo lamentável a perspetiva que defendia o sexo como sendo algo fazível, mas não dizível. Até mesmo «a primeira vez» podia ser, no entendimento destas mulheres, uma experiência maravilhosa. Em causa nestas perspetivas está uma destabuização, descomplexificação e dignificação da sexualidade, desde que enraizada no amor. O amor precede e legitima o sexo. O sexo consagra o amor. Consolida-o. Sem sexo, o verdadeiro amor não se poderia demonstrar.

Acho perfeitamente normal que uma mulher tenha tido relações com diversos homens, desde que na base dessas relações tenha estado o Amor. O Amor não resulta do acto sexual, pelo contrário, o acto sexual deve ser a consagração desse amor, e, digam o que disserem, eu acho que não existe verdadeiro Amor enquanto esse Amor não tiver sido demonstrado [M&B 1976, 3343].

---

<sup>13</sup> «Tenho 16 anos e “já fiz amor” e não estou arrependida e penso que como eu Gisela também não, pois isso não é vergonha nenhuma, é a vida» (M&B 1975, 3320).





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

Também se diz no *Dossier Gisela*, que é possível amar, namorar, e ser-se feliz sem ter sexo, embora seja recomendável que os noivos se conheçam psicológica e sexualmente antes do casamento.

Perder a virgindade por amor é – segundo as visões menos conservadoras do *Dossier Gisela* – muito diferente de perder a virgindade na «promiscuidade». O ato sexual pré-conjugal é apenas justificável num enquadramento de afetividade e compromisso.

Na secção «Correio do Coração» de uma das edições da M&B (1975, 3290), uma jovem leitora universitária, que se apresenta como sendo filha de pais burgueses, expõe alguns episódios recentes da sua biografia íntima. Relata as desavenças com um namorado com quem tinha relações sexuais, e por quem estava «apaixonada» (termo muito pouco recorrente na nossa amostra, nomeadamente no contexto do *Dossier Gisela*), até que um dia se zangam e se separam. Tempos depois, a protagonista da narrativa (autora da carta) sai com um jovem da mesma classe social, a conselho dos pais. Embora não nutrisse por ele especial gosto, têm relações sexuais: «a Camila sabe o que é uma rapariga quando a incendeiam, não sabe?» (M&B 1975, 3290) – justifica-se a jovem leitora à consultora desta secção editorial. A questão é pouco comum, mas reveladora de uma nova forma de ver o desejo e a excitação feminina, igualmente inflamável, como aconteceria (com justificação social) ao sexo masculino. De seguida a leitora ajuíza sobre o seu gesto: «Fui horrorosa porque não o amava» – reforçando o constructo que se evidencia no *Dossier Gisela*, de que o sexo era justificável para as raparigas, antes do casamento, mas apenas na presença do amor.

Vejamos como a própria leitora avalia a referida relação sexual: «Considero que destruí a minha vida a partir da noite em que dormi com um homem que não amava» (M&B 1975, 3290). No caso em concreto, resulta desta relação sexual uma gravidez não desejada. O pai da criança é o jovem do mesmo contexto social, mas por quem a leitora não nutria qualquer apreço. O que acontece? A rapariga fica aterrorizada – «não pelo facto de esperar uma criança, mas por ser de um homem que não representa nada» para si (M&B 1975, 3290). Pouco tempo depois, ainda grávida, conhece um estudante do Instituto Superior Técnico com quem conversa tardes inteiras acerca de «política», de «casamento», «amor», «relações pré-nupciais» – também aqui, num contexto de enamoramento jovem, há uma associação forte entre política e sexualidade. Os jovens apaixonam-se. A rapariga conta





### *Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa*

a sua história e é aceite, mesmo estando grávida de outro homem. À semelhança dos discursos liberais do *Dossier Gisela*, este exemplo é consentâneo da «retórica» da sexualidade justificada pelo amor. Mas também nos mostra realidades para lá da retórica. À época, jovens portuguesas deixavam-se inflamar, também elas, na ausência do amor.

No período pós-revolução, o direito das mulheres a tomar a iniciativa na relação afetiva e sexual é frequentemente referido na secção «Correio do Coração», pelas leitoras e por Camila, que gere este «consultório». Defende-se que, tanto homens como mulheres – ambos, e de igual forma – podem dar o primeiro passo: «O amor é tão bom que tanto os homens como as mulheres têm de aprender a não ter vergonha dos seus sentimentos e a confessá-los» [Camila responde a leitora, na secção «Cartas de Amor»] (M&B 1975, 3301). «Se gosta de um moço, aproxime-se dele (os direitos de pedir namoro ou de “fazer olhinhos”! já são iguais, tanto faz ser rapaz como rapariga a declarar-se)» [Camila responde a leitora, na secção «Cartas de Amor»] [M&B 1975, 3303].

Vejamos agora a forma como as leitoras tendencialmente conservadoras idealizam a sexualidade. «Erro», coisa «suja», «feia», «pudica», «vergonhosa», «que não dignifica», viciante. «Há quem precise de um campo de concentração, trabalhos forçados e banhos gelados para esquecer essa coisa suja que é o sexo [...]» (M&B 1975, 3321). Nesta perspetiva estamos sobretudo perante uma representação biológica e fisiológica da sexualidade, inata, impulsiva. Não se escolhe, não se decide. Cria dependência, aliena a vontade, e a única margem é resistir-lhe. Para algumas leitoras, trata-se de um impulso animal: o sexo «fá-lo a cadela, a burra, a cabra...» (M&B 1976, 3337).

E é fundamental distinguir sexo de amor. O sexo profana o amor. Mas o verdadeiro Amor traz dificuldades às jovens, fá-las cair em tentação, e são os pais e os professores que devem aconselhá-las para que não cedam a esse apelo. Quando praticado antes do casamento, o ato sexual é associado a um negócio (prostituição), a uma patologia ou a uma calamidade.

## Virgindade

Na segunda metade do século xx, em França, período marcado pela liberalização da sexualidade, da contraceção e do aborto, foram realizadas diversas pesquisas sobre a vida afetiva e sexual conju-





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

gal (Schiltz e Jaspard 2003). No final dos anos 1960, no inquérito «A França e o Amor» – em que se fala de «amor físico» – «a experiência sexual e o papel da sensualidade são reconhecidos como importantes para uma maioria das mulheres» (Schiltz e Jaspard 2003, 82). Em 1972, no Inquérito ao Comportamento Sexual dos Franceses que milita a favor de uma educação da afetividade e da sexualidade, pergunta-se não mais sobre a «virgindade», mas sobre a primeira relação sexual: «Este ato inaugural é examinado independentemente do seu simbolismo e da sua finalidade matrimonial. [...]» (Schiltz e Jaspard 2003, 74). Neste início dos anos 1970, e de acordo com este inquérito francês, «a necessidade de uma vida sexual bem-sucedida impõe-se como valor fundamental tanto para homens como para mulheres» (Schiltz e Jaspard 2003, 83).

Nos *media* analisados entre 1968 e 1978 fala-se mais de *sexualidade pré-conjugal* do que de *virgindade*, e nota-se um incremento do agendamento de ambos os temas de 1975 em diante.

Um mês após o 25 de Abril de 1974 publica-se no *Expresso* um artigo que tem por título «Virgindade até ao casamento é símbolo da mulher portuguesa – pensa (ainda) a população urbana nacional». Na peça divulgam-se os resultados de uma sondagem promovida pelo semanário, e realizada pela Serte, junto de 786 indivíduos com idades entre os 18 e os 65 anos, residentes na Grande Lisboa, no Grande Porto e em outros centros urbanos. Publicada a 25 de maio de 1974 (edição n.º 73), constitui uma fonte de informação para a compreensão do tema analisado. O semanário defende que se mantêm à época «princípios marcadamente conservadores» nas vivências íntimas da população portuguesa (*Expresso* 1974, 73).

Eis as perguntas do inquérito (13, embora 2 das quais não sejam reveladas) e as principais características da amostra (gupos etários, género e classe social):

Ao contrário do inquérito sobre os comportamentos sexuais dos franceses, anteriormente citado, a sondagem do *Expresso* (1974, 73) prefere a noção de virgindade, não recorrendo a noções menos conotadas com valores morais, como a de iniciação sexual. Duas das 13 perguntas deste inquérito são sobre a virgindade nupcial, mas apenas feminina. Segundo o semanário, «concordam que a virgindade, até ao casamento, é símbolo da mulher portuguesa 76% dos entrevistados» (*Expresso* 1974, 73): sobretudo as mulheres (75%), os grupos etários mais idosos (88%), os indivíduos casados (73%) e a classe





### *Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa*

#### **Questões formuladas na sondagem à sexualidade (*Expresso* 1974, 73)**

1. Concorda com o princípio da conservação da virgindade até ao casamento da mulher? Concordam; Não concordam; Não sabem/sem resposta.
2. Concorda que a «virgindade» até ao casamento é um símbolo próprio da mulher portuguesa? Concordam; Não concordam; Não sabem/sem resposta.
3. A ideia de viver com uma pessoa sem ser casado/a com ela é qualquer coisa que: aceita, admite com reserva ou não aceita?
4. Na sua opinião, para os noivos que ainda não são independentes financeiramente, considera preferível: Casar e viver com a família; Aguardar até poderem viver sozinhos; Casarem e sujeitarem-se às dificuldades?
5. Pessoalmente acredita no «grande amor»? Acreditam; Não acreditam; Não sabem/sem resposta.
6. Na sua opinião qual dos seguintes factores é o mais importante no amor? E em 2.º lugar? O mesmo nível social; Os mesmos gostos; O entendimento físico; Não sabem/Sem resposta.
7. Dos factores que lhe vou ler, escolha dois que considere importantes para se considerar feliz: Amar e ser amado; Ter uma carreira profissional notável com sucesso financeiro; Ter um trabalho apaixonante; Ter uma acção política; Tentar ser coerente consigo mesmo.
8. Qual a sua atitude em relação à liberalização de costumes? Positiva; Negativa; Indiferente.
9. Qual a sua atitude em relação à divulgação de temas pornográficos? Positiva; Negativa; Indiferente.
10. Gostaria de ter recebido uma educação sexual na escola? Gostaria; Não gostaria; Não sabe/Sem resposta.
11. [Há ainda uma pergunta sobre o casamento, que no artigo não se percebe como foi formulada, mas que pede uma conceção do casamento aos inquiridos, entre três possibilidades: «Hipótese de uma vida a dois totalmente partilhada», «Um meio de libertação da família», e um «Encontro de duas liberdades que se aceitam e promovem»].
12. [Não é revelada].
13. [Não é revelada].

#### **Grupos etários que constituem a amostra (*Expresso* 1974, 73)**

- 16% de inquiridos com idades entre os 18 e os 21 anos.
- 38% com idades entre os 22 e os 35 anos.
- 26% com idades entre os 36 e os 50 anos.
- 20% entre os 51 e os 65 anos.





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

### **Percentagem de homens e mulheres que constituem a amostra (*Expresso* 1974, 73)**

---

49% de homens.

51% de mulheres.

---

### **Distribuição da amostra por classes sociais (*Expresso* 1974, 73)**

---

Classe alta: 8%.

Classe média alta: 19%.

Classe média baixa: 65%.

Classe baixa: 8%.

---

social de menor nível socioeconómico (83%). A sondagem questiona igualmente sobre a importância do «entendimento físico» para o amor, averigua a sensibilidade dos inquiridos perante a «liberalização dos costumes», e a vida em comum não «legalizada». O termo é usado para designar as uniões de facto, a que se opõem sobretudo as mulheres (48%), os grupos etários mais elevados (45%), a classe socioeconómica mais baixa (44%) e os indivíduos casados (39%) (*Expresso* 1974, 73).

De acordo com o semanário – e embora pareça contraditório com as posições tendencialmente conservadoras assumidas na generalidade das respostas – 88% dos inquiridos gostariam de ter tido educação sexual e a mesma percentagem dos entrevistados com filhos gostaria que as crianças viessem a receber ou tivessem recebido educação sexual na escola – «os estratos onde esta atitude é menos vincada são os entrevistados do Grande Porto, indivíduos com mais de 35 anos, as mulheres e as classes sociais alta e baixa» (*Expresso* 1974, 73).

No «grande amor» acreditam 78% dos inquiridos – os entrevistados mais jovens, os homens, as classes sociais mais elevadas e os solteiros são menos crédulos (*Expresso* 1974, 73).

«Os mesmos gostos» são o fator mais importante no amor, para 38% dos inquiridos. Para 34% o entendimento físico tem mais relevo. E para 21% dos entrevistados é o mesmo nível social que tem





*Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa*

essa centralidade – «para as classes sociais alta e média ele ganha particularmente relevância» (*Expresso* 1974, 73).

O *Expresso* salienta que os homens se mostraram bastante mais concordantes com a liberalização dos costumes do que as mulheres. Quanto à divulgação de pornografia, manifestaram uma atitude positiva 19% dos inquiridos e 25% afirmam-se indiferentes.

As reacções nitidamente negativas foram os grupos etários mais idosos (63% dos inquiridos de 36 a 50 anos e 62% dos que se situam entre os 51 e os 65 anos), as mulheres (60%) e os indivíduos casados (59%) [*Expresso* 1974, 73].

Como é que o valor-virgindade é defendido e atacado no caso Gisela? Entre as perspetivas tendencialmente liberais denuncia-se a virgindade enquanto um «mito», um «tabu», uma «hipocrisia da moral», um preconceito ultrapassado, próprio de outro século, embora fosse ainda imposto na sociedade portuguesa às crianças e aos jovens. Numa perspetiva tendencialmente conservadora havia à época já poucas mulheres a casar-se com a sua virgindade intacta, problema que se relacionava com o facto de haver muita coisa errada na família, na sociedade, na política. O mundo caminhava por isso no sentido da incerteza, da devassidão e da decadência (individual e social). Para certas leitoras, guardar castidade era um dos Mandamentos da Lei de Deus. Mas também uma forma de se evitarem doenças [infecções sexualmente transmissíveis], «lágrimas», «ruína», «autodestruição» e «morte» [aborto]. A defesa da sexualidade feminina pré-nupcial era sinal de «imundo materialismo», «cegueira» e «insensatez».

Certas leitoras mais liberais afirmam que a preservação nupcial da virgindade é uma forma de objetificar a mulher. Torna-a um ser passivo, abnegado, destinado apenas a servir o prazer sexual do marido, ou seja, é uma desvalorização do prazer sexual feminino, uma forma de «camuflar» os «desejos não realizados», «frustrações» e infelicidades sexuais antes e após o casamento (M&B 1976, 3343). Defendem estas leitoras mais progressistas que a dignidade moral (a «decência») não se afere pela abstinência sexual.

Embora a perda da virgindade seja particularmente pensada no *Dossier Gisela* em termos femininos, discute-se a necessidade de um padrão igual para homens e mulheres, lembrando que os primeiros





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

usufruem por norma de uma ampla tolerância social e jurídica na experimentação sexual pré-matrimonial.

[...] se todas as mães com filhas em idade de casar se pusessem a pensar que o seu futuro genro, como homem que é (e segundo a sua ideia, com todos os direitos), já tinha tido outras mulheres antes da sua filha, como é que não seria? [M&B 1975, 3317].

A perda da virgindade feminina antes do casamento é vista por leitoras tendencialmente mais liberais como um gesto de autodeterminação, como um exercício da sua liberdade individual. Não representa um défice, uma perda, uma desqualificação moral, mas um ganho em/e de si mesmo: «Tu, Gisela, ao contrário do que dizem, não perdeste a virgindade, ganhaste-te a ti própria» (M&B 1975, 3317). Mas mesmo as posições mais liberais advogam a importância de tomar a decisão de forma ponderada, segura, firme, com «a cabeça sobre os ombros».

«Eu não digo mal da virgindade, tomo-a nas minhas mãos, quando perder a minha virgindade quero saber porquê e para isso não preciso casar-me primeiro, ou seja, não preciso legalizar a minha primeira relação sexual perante a sociedade, só quero ter a cabeça sobre os ombros e saber os porquês, e, para isso, não preciso que a sociedade saiba que vou perder a virgindade. Também não vou “na onda”, [...] porque quem vai “na onda” (sem dar por isso) são pessoas que não sabem o que querem e o que gostam, ou pessoas traumatizadas pelo seu meio ambiente que se desprezam e não se podem controlar» [M&B 1976, 3332].

## **Educação sexual**

Uma de muitas cartas enviadas ao Projeto da Comissão da Condição Feminina, desenvolvido em parceria com a *Crónica Feminina* entre 1978 e 1981, fala da prevalência do silêncio em relação à sexualidade nas famílias. E da ausência grassante de informação que o colmate, em contextos de província, mesmo após o 25 de Abril de 1974.

Como tantas jovens que vos têm escrito, eu sou mais uma com 18 anos. Vivo na província e como tantas jovens por esse país fora desejo casar. Aqui as informações sobre casamento e sexo são muito vagas,





*Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa*

devido aos preconceitos que as mulheres casadas têm em falar com as jovens. Fui educada à «antiga» como se costuma dizer, pois os pais escondem tudo de nós sobre a vida. Vivemos quase fora do mundo, considerando o sexo como um pecado. Assim vamos crescendo e mesmo que queiramos sair desta «teia» não conseguimos pois não temos informações, só aquelas através da «crónica feminina» [Vicente 1987, 134].

Ao longo do *Dossier Gisela* discute-se muito a pertinência da educação sexual. As leitoras refletem acerca dos seus benefícios e malefícios, do público-alvo preferencial, dos meios e âmbitos mais adequados para a sua persecução, dos conteúdos a vincular. Numa perspectiva tendencialmente liberal, defende-se que o esclarecimento é como um «remédio» que deve começar a ser ministrado na infância, tendo os pais um papel fundamental na partilha de informação com os filhos, a par de outras instituições como a escola, e da aprovação de legislação adequada. O conceito de «doença» é usado por leitoras tendencialmente conservadoras e liberais. Para as primeiras, a doença instala-se perante uma sexualidade desregrada, dissoluta, incontida (fora do leito conjugal), para as segundas perante uma sexualidade atrofiada, reprimida, ignorante.<sup>14</sup> As mais liberais clamam pelo remédio do esclarecimento para a doença da frustração, as mais conservadoras pelo remédio da contenção para as maleitas da imoderação.

Na M&B, no fórum Gisela salientam-se panoramas distintos em termos de educação sexual parental. Os mais comuns são os contextos familiares em que os pais não abordam o tema com os filhos.

Também como a maioria das raparigas, a educação que me deram tanto em casa como na escola foi a tradicional. Simplesmente, à medida que fui adquirindo consciência das falsidades dessa educação procurei encontrar outros conceitos que me satisfizessem mais e que estivessem mais de acordo com a minha consciência. Assim formei as minhas ideias, que até podem estar erradas, mas que, até prova em contrário, eu continuarei a adotar. Escusado será dizer que, apesar de estar virgem, como as pessoas «decentes» dizem, se eu for expor estas minhas ideias a essas pessoas serei imediatamente apelidada de indecente, leviana, etc.

---

<sup>14</sup> «Essas mulheres [conservadoras] trazem em si uma doença contagiosa que é urgente curar, através da aplicação constante do único remédio minimamente eficaz nestes casos: o esclarecimento intenso, profundo, na verdade dita sem medo, em todos os momentos, a todas as pessoas, por toda a parte» (M&B 1976, 3333).





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

[...] É por isso que eu evito discutir estes assuntos com os meus pais, pois seria escusado tentar convencê-los e compreenderem-me, e, para evitar possíveis choques, que são sempre de lamentar entre pais e filhos, deixo-os pensar que estou virgem porque partilho as mesmas ideias e os mesmos conceitos deles [M&B 1976, 3343].

Entre as visões que defendem a educação sexual parental, coloca-se frequentemente a tónica na mulher e mãe, entendida como a principal educadora entre a família. «Há que se viver a realidade do dia-a-dia e não nos fecharmos em tabus, e acompanhar os nossos filhos e filhas na evolução do tempo, sendo amiga e mãe para se evitar maiores complicações [...]» (M&B 1976, 3332). Ao longo do *Dossier Gisela* diz-se também que o conservadorismo e a repressão não evitam a sexualidade pré-conjugal e a gravidez adolescente, pelo contrário.

Em relação às temáticas a abordar com os jovens, defende-se que «não basta só saber que os meninos vêm das barrigas das mães» (M&B 1975, 3323). É preciso falar-lhes da fisiologia, contraceção, aborto, divórcio, «amor livre», devendo os meios ser diversificados, nomeadamente o cinema, a música ligeira, a literatura e os *media*.

Perspetivas mais conservadoras culpabilizam os pais que «apoiam» escolhas liberais dos filhos. Os esclarecimentos da juventude deveriam ser no sentido de alertar para a importância de não satisfazer instintos, e a informação sobre sexualidade constar – apenas – nos livros de medicina. Para leitoras mais liberais, esta exclusividade médica na informação da sexualidade é uma forma de manter as pessoas numa ignorância lesiva da sua humanidade: «[...] a fisiologia, o conhecimento do corpo com que temos de viver toda a vida intimamente devem ser assumidos tabus, limitados apenas àqueles que têm acesso aos livros de medicina? E os outros, deverão viver e morrer sem saber como nem porquê, como animais?» (M&B 1975, 3310).

Leitoras pró e contra a liberalização da intimidade recorrem ao conceito de «animalidade» para ilustrar as vivências afetivo-sexuais. Segundo as mais conservadoras, as mulheres que vivem uma sexualidade frondosa, assumida, e prévia ao casamento, comportam-se como animais, cedendo aos instintos. De acordo com as leitoras mais liberais, assemelham-se aos animais as pessoas que aceitam viver toda a sua vida íntima sem conhecimento, razão, esclarecimento dos





*Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa*

fundamentos e possibilidades da sexualidade. Para as primeiras, seria a ciência, nomeadamente a medicina, a fiel guardiã dos segredos inconvenientes da sexualidade, protegendo-nos da animalidade. Para as segundas, seria a dita ciência médica que permitiria sair dela.

Muito embora a ideia de *educação sexual* esteja profundamente associada ao esclarecimento das crianças e dos jovens, começa a surgir a partir de 1974, na imprensa analisada, sobretudo feminina, e em especial no suplemento *Modas & Bordados* (mas não só), a ideia de que a sexualidade e a afetividade se educam (mesmo entre adultos, até mesmo entre casais já unidos pelo matrimónio), pressupondo para o efeito uma nova forma de entender as relações de género – mais igualitárias – na vida íntima e sexual, mas também na vida em geral.

No artigo «Livros pornográficos: não! De educação sexual: sim!», publicado pela *Crónica Feminina*, defende-se que «[...] uma das coisas que ainda falta à nova liberdade sexual é a possibilidade de se usar o sexo sem se sentir vergonha» (CF 1976, 999). E que «os casais devem conciliar as suas necessidades e preferências, embora estas se não descubram de imediato».

Amo muito o meu marido e ele também me ama, mas não nos entendemos fisicamente. Acha que isso pode diminuir ou arrefecer o nosso amor? Já pensei em consultar um médico, uma vez que se fala tanto nas revistas estrangeiras desse assunto. Mas serão coisas que se aprendam? O que acha que devo fazer? [Excerto de carta de leitora enviada à secção «Correio do Coração»] [M&B 1974, 3243].

O meu marido só me presta atenção quando temos relações íntimas e, se lhe chamo a atenção para o facto, responde-me que todos os homens são assim. [...] [Camila responde]: Dê-lhe a entender claramente que «relações sexuais» sem mais nada, sem ternura, sem conversar, não lhe interessam de forma alguma. Ensine-o a ter uma nova perspectiva sobre o que é um casal e como ambos os constituintes se devem comportar um com o outro. [...] sejamos, pois, nós, mulheres, a educá-los para uma nova concepção da vida em comum ou, simplesmente, de vida em geral [M&B 1974, 3256].

O que se destaca igualmente, nalguns destes testemunhos de mulheres que escrevem para Camila a pedir opiniões para resolver





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

problemáticas da sexualidade conjugal, é uma determinação feminina em viver a sexualidade. Uma feminização da sexualidade, portanto.

Como nos diz Bozon (2005), a ideia de reciprocidade de gênero na relação afetiva e sexual conjugal ganha importância progressiva, sobretudo a partir dos anos 1960, conduzindo marido e mulher a um alargamento do seu repertório sexual. Na década seguinte, e inscrevendo-se num movimento mais geral, a sexualidade «recomenda, no plano normativo, a igualdade, a comunicação entre os parceiros e os cônjuges» (Bozon 2005, 38).

Mesmo antes do 25 de Abril de 1974, alguns organismos portugueses praticam esclarecimentos sobre sexualidade junto das populações, muito para além das faixas juvenis. Vejamos alguns exemplos que nos espelham a sua amplitude em termos vocacionais/ideológicos. No ano de 1968, num contexto católico, são dados cursos de formação sobre sexualidade e harmonia conjugal, para casais em preparação para o casamento. A notícia que tem por título «Curso de Formação Conjugal organizado pela S. E. D. C.», é dada pelo *Diário de Lisboa*:

O Serviço de Entreeajuda e Documentação Conjugal (S. E. D. C.), organismo católico de assistência conjugal fundado em 1963, leva a efeito, durante este ano, cursos de formação para casais. O primeiro realiza-se já de 21 a 25 deste mês, na igreja de S. João de Deus, em Lisboa, todas as noites, às 21 e 30. O Curso obedece ao tema geral «Sexualidade e Harmonia Conjugal», será desenvolvido em cinco noites consecutivas e poderá especialmente ser útil aos casais que trabalham na preparação de noivos para o casamento [DL 1968, 16 464].

No artigo «Do planeamento familiar», publicado no *Diário de Lisboa* (1973, 18 228), afirma-se que no *Guerrilha*, jornal mensal do Movimento Nacional Feminino, dirigido por Cecília Supico Pinto, o editorial do número de agosto é dedicado ao planeamento familiar. Repare-se como o DL cita o editorial do *Guerrilha*, publicação da organização feminina de apoio aos soldados que combatiam na Guerra Colonial.

A total ausência de educação sexual nas nossas escolas, mesmo nas superiores com afinidades ao problema, imporia a necessidade de orientação da esmagadora maioria das famílias sobre o planeamento





*Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa*

da natalidade. Mas se, para as mais evoluídas, o autodidactismo pode conseguir alguns resultados, não podemos deixar de constatar que as famílias economicamente mais débeis e mais afastadas dos centros importantes estão positivamente entregues à sua ignorância e correspondentes consequências.

Em Portugal existe, com sede em Lisboa [...] uma Associação para o Planeamento da Família [...] que pretende cooperar com as famílias portuguesas na resolução do importante problema, deixando-lhes, porém, toda a liberdade na tomada da decisão final. [...] O contacto permanente que temos mantido com os nossos soldados (futuros ou já actuais chefes de família) e o conhecimento da problemática que por vezes os envolve nas questões que tratamos, deram-nos a convicção de que seria útil divulgar-lhes a existência de uma entidade que, certamente, poderá ajudar enormemente muitos deles [DL 1973, 18 228].

Num artigo particularmente relevante que tem por título «A enfermeira» (M&B 1976, 3328) aborda-se o papel dos profissionais de saúde no esclarecimento das populações em torno da sexualidade. A peça centra-se no depoimento de uma enfermeira que integrou campanhas de esclarecimento e educação sexual às populações mais isoladas no mundo rural português do Centro e do Norte, vários anos antes da revolução de Abril.

Um grupo de pessoas de uma freguesia, das mais populosas do concelho [no Ribatejo], veio pedir-me um curso de educação sexual. Fez-se um plenário das pessoas interessadas, para combinar o horário e os grupos em que se queriam dividir. [...] Isto passou-se em 1969. Foram focados todos os problemas da educação sexual. Relações sexuais, planeamento familiar, aborto, fisiologia dos órgãos sexuais feminino e masculino. Tínhamos moças de 16 anos até mulheres de 30 e tal. Nos grupos havia casais e pessoas solteiras. [...] acho impossível falar de sexo sem falar da relação humana existente. [...] conseguimos este trabalho a nível da população rural, porque o padre da freguesia era uma pessoa suficientemente arejada [...]. Foi ele que impulsionou o movimento, deu o encontrão de saída para nós continuarmos. Também foi ele que falou com as moças para virem até nós. Isto talvez nos tivesse facilitado um bocadinho a vida. [...] No Norte as pessoas estão muito mais bloqueadas. As relações sexuais são consideradas um problema de tal maneira grave que até encontrámos casos de *angústia* [M&B 1976, 3328].





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

A enfermeira entrevistada afirma que, «desde o problema da estimulação das zonas erógenas até à diferença de tempo, entre o homem e a mulher, para atingir o orgasmo» (M&B 1976, 3328), tudo foi falado nestes encontros de esclarecimento. A ejaculação precoce é apontada como uma das principais causas da «frigidez» da mulher, bem como os complexos femininos com o corpo e com o ato sexual, muitas vezes inultrapassáveis, mesmo com o avançar da vida conjugal (M&B 1976, 3328).

Era gente pobre, na maioria trabalhadores rurais. [...] O problema do aborto foi posto com frequência. Também os problemas sexuais do tempo da gravidez. Eram estes os assuntos que os homens conseguiam abordar. As mulheres já eram mais abertas. Talvez porque éramos todas mulheres [as enfermeiras] [M&B 1976, 3328].

No pós-25 de Abril a questão sexual ganha uma dimensão mediática muito por via de dois assuntos que geram grande preocupação social, sobretudo junto das defensoras da emancipação feminina. A pobreza em que viviam muitas famílias numerosas, o problema da gravidez não desejada e o flagelo do aborto (estimado entre 100 e 150 mil por ano, como a imprensa não se cansava de cifrar). Planeamento familiar, contraceção e aborto catalisam o debate em torno da necessidade de esclarecimento e educação para a sexualidade. Formam-se brigadas informativas para levar por diante uma «urgente alfabetização sexual à escala nacional», como refere Purificação Araújo, em entrevista à *Modas & Bordados*, no artigo «Aborto: o crime está na lei» (1975, 3287). A peça é uma reportagem sobre um grupo de pessoas interessadas na educação sexual, contraceção e liberalização do aborto, que pretende esclarecer populações em vários pontos desfavorecidos do país. Maria Antónia Fiadeiro assiste e reporta uma sessão de formação que as voluntárias têm na APF, com a médica Purificação Araújo. Como se refere no artigo, a educação sexual justifica-se por três razões fundamentais: a ignorância é responsável pela «calamidade do número de abortos clandestinos» feitos em péssimas condições para a saúde; pela quantidade de filhos que têm as mulheres «incultas», sem condições para lhes dar de comer; «pelas neuroses e inibições que afectam o equilíbrio afectivo do casal, permanentemente sob a ameaça de uma gravidez indesejada» (M&B 1975, 3287). Alega-se





*Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa*

no artigo que, para combater o flagelo da pobreza em que viviam estas famílias numerosas – outrora, premiadas pela organização de apoio salazarista *Obra das Mães pela Educação Nacional* –, seria necessário promover sessões de esclarecimento e consultas sobre planeamento familiar nos dispensários e hospitais, mas também nas juntas de freguesia, nos sindicatos e nos locais de trabalho (M&B 1975, 3287). A iniciativa visava educar sobretudo a mulher, pois o homem, defendem, não considerava este um problema seu. A ignorância sobre todos os problemas sexuais é considerada por estas mulheres «uma situação drástica» (M&B 1975, 3287).

Em Portugal, antes do 25 de Abril, uma única organização conseguia ter algumas iniciativas em relação a uma educação sexual e mesmo assim com imensas dificuldades: a Associação para o Planeamento Familiar [...]. Na Imprensa estes problemas eram censurados. Não havia debate, nem informação. Era como se não existissem. E, na verdade, muita gente, devido à grande desinformação, ainda pensa que o problema não atinge proporções de um fenómeno social. [...] A maioria dos médicos são contra o uso dos contraceptivos. [...] São raras as excepções. [...] muitas razões concorrem para isso. Estaria, entre elas, o facto de haver tão poucas médicas mulheres? Segundo estatísticas de 1972, para um total de 9 mil médicos, apenas 1500 eram mulheres e, destas, 114 ginecologistas [M&B 1975, 3287].

No artigo «Aborto legalizado» (*Modas & Bordados* 1974, 3261), a jornalista Susana Ruth Vasques entrevista o pediatra Abílio Mendes e o padre liberal José Carlos da Silva, fundador da APF. Na entrada do artigo, diferencia-se educação sexual de educação sentimental (educação afetiva, educação para o amor), e apela-se a um maior investimento na segunda:

Os psicólogos afirmam que a educação para o amor deve começar desde o berço. Certo: mas, depois de longos anos de silêncio puritano, a tendência hoje em dia é a de prestar apenas atenção à educação sexual enquanto é toda a educação sentimental dos nossos filhos que está por fazer [M&B 1974, 3261].

Trata-se de uma valorização dos afetos na sexualidade, numa altura em que o erotismo «explode» nos cartazes do cinema, nas





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

capas de livros e revistas, por influência de uma indústria atenta às novas possibilidades que o fim da censura traz ao mercado português.

O tema da educação sexual é referido ou abordado em 103 peças (7% da amostra), nas quatro publicações analisadas, entre 1968 e 1978, tendo sido, mesmo no tempo antecedente à ditadura, um assunto a que os *media* davam atenção. No *Expresso* é falado em 23 artigos, na *Modas & Bordados* em 60 peças, na *Crónica Feminina* em 18 e no *Diário de Lisboa* em 2.

A educação sexual tem grande visibilidade no semanário *Expresso* (1976, 193), pela publicação de um artigo sobre o «Caso Tito de Moraes», polémico inquérito/ação de esclarecimento sobre sexualidade, desenvolvido em diversos estabelecimentos de ensino, nomeadamente junto de 200 estudantes da Escola Secundária Ferreira Borges, em Lisboa. Inscrito em «um plano de sessões de debate e esclarecimento sobre questões sexuais», veio a gerar «viva controvérsia» e «agrestes comentários» (*Expresso* 1976, 193). O semanário publica 3 peças coordenadas por Helena Vaz da Silva, sob título «Do caso Ferreira Borges ao debate (necessário) sobre educação sexual». Ficamos a saber a partir destas abordagens que duas estagiárias da Escola de Enfermagem da Fundação Calouste Gulbenkian terão distribuído aos estudantes do curso noturno da Ferreira Borges um inquérito, coordenado por Tito de Moraes, em que se falava de «automasturbação», «coito-bocal», e de «sádicos e masoquistas» (*Expresso* 1976, 193). Citado pelo semanário, um dos membros do conselho directivo da Escola afirma que o inquérito «trata só de aberrações». O Ministério da Educação e Investigação Científica faz cessar as sessões de esclarecimento (que terão tido lugar em mais do que um estabelecimento) e abre um inquérito ao «inquérito», alegando desde logo que as questões «agredem a sensibilidade dos estudantes» (*Expresso* 1976, 193). A Ordem dos Médicos diz que o problema maior se «relaciona com a saúde moral das “crianças”», muito embora o questionário tivesse sido entregue a estudantes já adultos. Tito de Moraes garante ao *Expresso* que o inquérito (sem intenção de apuramento estatístico) só funcionava para contextualizar as sessões, sinalizando pontos de esclarecimento necessários. No artigo do *Expresso* compilam-se três textos de opinião a propósito da celeuma. Um deles é assinado por António Mega Ferreira: «[...] falar de sexualidade, abertamente e sem censuras (ou autocensuras),





### *Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa*

é ainda uma forma de opor um modelo alternativo de vida e de discursos ao discurso monocórdico, ao longo de dois séculos, da moral sexual dominante» (*Expresso* 1976, 193). Mega Ferreira refere a existência de camadas sociais repressivas, identificadas com o autoritarismo sexual (e não só sexual), e acusa o Ministério da Educação de inépcia quanto à anunciada intenção de pôr em marcha um programa de educação sexual nas escolas. Além disso, designa por fraca conquista democrática o que se alcança com a Revolução dos Cravos, em matérias afetivo-sexuais: «Será possível empreender um esclarecimento não autoritário nem dirigista, sem que as diversas cassandras ou os últimos inquisidores do Santo Ofício gritem “sacrilégio”?» (*Expresso* 1976, 193).

## Casamento

No artigo «Como é que um casal se transforma numa família?», a jornalista Susana Ruth Vasques (M&B 1975, 3290) aborda as formas como os jovens portugueses estariam a lidar à época com a necessidade de se organizarem em casal e lidarem com a parentalidade. O texto abre com os seguintes dados: «Em 1974, efectuaram-se em Portugal [...] 71 502 casamentos», e desenvolve-se a partir de entrevistas a diversos casais no início dos 20 anos. Apela-se a um modelo de conjugalidade e parentalidade menos convencional, em que o pai é responsável e interveniente nas rotinas da criança, em que as atividades domésticas são partilhadas pelos dois, em que a vida sexual é encarada sem entraves para ambos os sexos.

A «felicidade de viver» reclama hoje em dia valores que o casamento antigamente não exigia: dinamismo, adaptação, maleabilidade. Deste modo, um casal (sobretudo um casal jovem) pode passar da união de despreocupados celibatários ao papel de pais responsáveis. O diálogo e a confiança recíproca representam um trunfo importante para os jovens casais. O entendimento físico, a realização amorosa, não se revestem de nenhuma culpabilidade. Serenamente, os jovens inventam a educação das crianças. Pretendem tornar os horários mais elásticos, mais longos, pretendem integrar a criança na vida do casal, o que é uma particularidade nova nas uniões precoces e um feliz prognóstico de futuro [(M&B 1975, 3290)].





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

Defendendo que «o casamento não é uma brincadeira, não é uma festa, não é, sobretudo, um dia!», a *Crónica Feminina* (1974, 911) elabora um questionário de 31 perguntas, com o propósito de alertar leitoras para a necessidade de ponderarem cuidadosamente as suas decisões, caso estivessem a pensar contrair matrimónio. As questões enumeradas na peça oferecem pistas de compreensão para o que estaria a mudar na visão das gerações mais jovens face ao casamento. Que perspectivas transparecem a partir do questionário? O casamento mata o amor, e não precisa de ser para toda a vida. O divórcio é uma solução para ligações infelizes. É legítimo que as pessoas casem mais do que uma vez. A convivência pré-conjugal é facilitadora de um matrimónio bem-sucedido. As relações extra-conjugais são tão (i)legítimas no caso de serem praticadas por «eles» como por «elas».

No caderno *Casamento* da revista *O Tempo e o Modo* (1968), há também algumas pistas para compreender o que defendem certas elites ligadas à Igreja, mas progressistas em matérias da intimidade. Que novas *discursividades* face ao casamento se afirmam no capítulo «Inquérito» deste caderno?

- A importância de o casamento respeitar conceitos como o de autonomia, identidade e liberdade de cada um dos cônjuges;<sup>15</sup>
- A idealização de um casamento que corresponda a menos contrato e a mais amor;<sup>16</sup>
- O direito legal ao divórcio para casais unidos pela Igreja e a legitimação religiosa da contraceção;<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> «Parece-me que o casamento é necessário e insubstituível. Parece-me que para haver casamento válido devem existir duas pessoas depois de se casarem. [...] é essencial que haja uma comunicação básica entre essas duas pessoas» [Excerto do depoimento de Ana Maria Bénard da Costa no Caderno especial *Casamento*] (*O Tempo e o Modo* 1968, 139).

<sup>16</sup> «Hoje descobrimos que olhá-lo [ao casamento] como contrato lhe faz mais mal do que bem [...]. A menor importância que hoje damos a este aspecto deve-se, não a considerarmos menos os contratos mas sim a considerarmos mais o casamento» [Excerto do depoimento de John Horgan no Caderno especial *Casamento*] (*O Tempo e o Modo* 1968, 158).

<sup>17</sup> «O casamento hoje precisa de uma legislação moderna capaz de responder às necessidades, dificuldades e problemas dos homens casados dos nossos dias, sem pretender impor-lhes deveres e cânones [...] já desactualizados. Tal como requer também um pensamento ético-religioso que se detenha a considerar a realidade presente, baseando-a nos conhecimentos científicos até agora adquiridos em diferen-





*Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa*

- A negação da ideia de amor-posse no contexto conjugal;<sup>18</sup>
- A denúncia da virgindade nupcial feminina, como exigência retrógrada, feudal e machista;<sup>19</sup>
- A defesa de uma nova margem de pluralidade para o amor, sem fazer do casamento a linha que distingue um amor legal de um ilegal, a única opção de relacionamento afetivo-sexual socialmente aceite.<sup>20</sup>

No *Dossier Gisela*, algumas leitoras fazem a defesa das uniões de facto (designadas por «juntar-se», ter uma «ligação livre» ou uma «união livre»). «A amizade e o amor não se vão buscar nem à igreja nem ao registo», «juntar ou casar vem a ser o mesmo», referem três mulheres alentejanas de Mértola, citadas no artigo «Três famílias numa aldeia» (M&B 1975, 3308). Perspetivas mais progressistas, defendiam que, do ponto de vista da felicidade e longevidade do amor, as «uniões livres» representariam uma solução tão ou mais válida do que o casamento, sendo necessário legitimar legalmente as crianças nascidas neste contexto relacional. Hortense de Almeida apela no artigo «Casamentos ilegais» para a importância de serem os indivíduos «a forçar a alteração dos conceitos», em vez de esperarem que a lei o faça por si (M&B 1974, 3310).

tes domínios, e trace as linhas gerais de orientação em relação às quais cada um se há-de situar livremente e assumir a responsabilidade dos seus actos» [Excerto do depoimento de Bertina Sousa Gomes no Caderno especial *Casamento*] (*O Tempo e o Modo* 1968, 140).

<sup>18</sup> «[...] a consciência de que o outro me é radicalmente diferente, me não pertence em definitivo, não exclui, antes inspira e move uma relação mais profunda e verdadeira entre duas liberdades que gratuitamente se entregam. [...] Estamos muito longe de conceitos como os de amor-posse, que gera o ciúme e a escravização, ou de fidelidade, enquanto garantia de que o outro me pertence em exclusivo por direito adquirido [Excerto do depoimento de Bertina Sousa Gomes no Caderno especial *Casamento*]» (*O Tempo e o Modo* 1968, 141).

<sup>19</sup> «Mas a virgindade como valor é apenas mais um elemento da mitologia marialva da posse, primazia e soberania, restos de uma mentalidade feudal que hoje forçosamente nos repugna» [Excerto do depoimento de Eduardo Prado Coelho no Caderno especial *Casamento*] (*O Tempo e o Modo* 1968, 149).

<sup>20</sup> «[...] não penso que o casamento seja necessário nem que seja insubstituível. Penso, sim, que o amor é necessário e que o amor é insubstituível, mas que há tantas formas de o viver quantas as das pessoas que vivem. Apenas, a maior parte das pessoas ou já morreram, ou estão quase a morrer. Para essas o casamento está indicado» [Excerto do depoimento de Duarte de Almeida no Caderno especial *Casamento*] (*O Tempo e o Modo* 1968, 143).





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

Algumas pessoas, hoje, optam por elas [pelas ligações livres] por considerarem o casamento institucionalizado e legalizado como um prejuízo para as próprias relações humanas e amorosas dos indivíduos. Isto é, na medida em que o casamento se transforma numa instituição, sentem que o valor dessa ligação empobrece. E empobrece porque, de um modo geral, as pessoas, ao realizá-lo, baseiam-se menos nos sentimentos do que na cumplicidade material que o casamento lhes proporciona. [...] Da mesma maneira que dois indivíduos que reconhecem amar-se têm o direito de viver juntos, sem esperar por uma formalização desse acto, também é de admitir que, desde que o desejem, tenham um filho sem olharem ao facto de ele ser legítimo ou ilegítimo [M&B 1974, 3310].

Na peça «Menos agregados familiares e casamentos (nos últimos dez anos) são sintoma de crise», o jornalista Fernando Dacosta refere que casar é ainda para a mulher portuguesa sobretudo uma forma de «resolver o problema da subsistência, impreparada como está para o exercício de uma vida profissional independente» (*Expresso* 1978, 319):

A sua vontade pessoal, a sua opção, a sua afectividade, as suas necessidades, de pouco valem no mercado a que a sujeitam, transaccionada de uma família (a do pai) para outra (a do marido). Virgindade e fidelidade são fronteiras cuja transgressão lhe saem caras, em virtude do destino que lhe foi imposto como parideira e serventúria de lares [*Expresso* 1978, 319].

Na edição de 25 de julho de 1978 (n.º 19 714), o *Diário de Lisboa* noticia que os portugueses se casam menos. Os dados, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, indicam que o número de casamentos em Portugal cai de 103 125 em 1975, para 101 885 em 1976. A quebra acentua-se ainda mais em 1977, com 91 403 casamentos realizados.

Mas o inverso – um crescimento significativo de casamentos – acontece entre 1974 e 1975. Por que motivos? Militares regressados da guerra colonial? Como Tavares (2000, 31) refere, o protocolo adicional à Concordata, que vem permitir o divórcio civil para os católicos, é assinado pelo Vaticano a 13 de fevereiro de 1975. Seria este um fator de relevo? Casais que podem finalmente casar-se em segundas





*Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa*

**Quadro 4.1: Número de casamentos realizados em Portugal entre 1968 e 1978**

1968	76 553
1969	79 180
1970	81 461
1971	83 438
1972	77 325
1973	84 334
1974	81 724
1975	103 125
1976	101 885
1977	91 403
1978	81 111

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, PORDATA.

**Quadro 4.2: Percentagem de divórcios em Portugal por 100 casamentos (1968-1978)**

1968	1,0
1969	0,6
1970	0,6
1971	0,6
1972	0,8
1973	0,7
1974	1,0
1975	1,5
1976	4,8
1977	8,5
1978	8,7

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, PORDATA.





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

núpcias, após anos de espera pelo divórcio do primeiro casamento, e muitas vezes já com crianças das últimas uniões? Foquemos os números do divórcio na década em estudo. Entre 1969 e 1971, a percentagem de divórcios é estável.

Em 1972, 1973 e 1974 dá-se uma subida constante, mas ligeira. De 1975 em diante, os números disparam – certamente devido ao fim do interdito de divórcio entre casais unidos pela Igreja. Almeida (e Wall 2001, 285) defende que «também contribuíram para este aumento excepcional do divórcio a recém-adquirida legitimidade de uma nova ordem de valores, assim como uma certa efervescência de ideias e de comportamentos próprios de uma época de mudança social rápida e intensa».

O *casamento* é o segundo tema mais falado nas quatro publicações, entre 1968 e 1978, tendo sido agendado em 501 artigos. Mas é um dos assuntos que perdem terreno ao longo da década.

## Amor

O *amor* é o tema que apresenta valores mais elevados no agendamento geral da intimidade afetivo-sexual. É tematizado num total de 609 peças. É muito significativo o contributo da CF para esta prevalência. Nenhuma das publicações o agenda com maior frequência e valor percentual: 407 peças, das quais 291 são cartas de leitoras, publicadas sobretudo na secção «Correio Sentimental» ou na secção «Prémio Melhor Carta de Amor». Em artigos de cariz noticioso o tema aparece 80 vezes nesta revista – fazem-se regularmente abordagens sobre a vida amorosa de figuras públicas internacionais. Na esfera nacional, e numa lógica de abordagem jornalística, Carvalho Ramos desenvolve em 1976 uma série de entrevistas a que chama «Os artistas [nacionais] falam de amor». Nestas conversas, os entrevistados falam do assunto numa perspectiva mais reflexiva e, frequentemente, mais crítica do modelo tradicional.

Na M&B o *amor* é abordado em 171 peças, das quais 95 são de iniciativa do leitor e 38 de carácter noticioso. O tema surge com menor expressão nas publicações generalistas analisadas. O *Expresso* agenda-o em 23 peças – Maria Teresa Horta, que faz crítica literária neste semanário, agenda-o em diversas das suas análises. Também o discutem Maria Isabel Barreno (a propósito do Movimento





### *Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa*

de Libertação da Mulher), Agustina Bessa-Luís e Mário Cesariny (a propósito de pornografia). No *Diário de Lisboa* o tema é falado em 8 peças, sobretudo em contextos noticiosos.

No *Dossier Gisela*, para leitoras mais liberais, o amor é apresentado como algo corpóreo, físico, sexualizado – «O amor platónico é já uma lenda» (M&B 1976, 3330).

A senhora fala do amor como fazem aquelas mulheres envenenadas pelas [revistas] «Simplesmente Marias», «Céus que nunca vi», «Caprichos» e outras «literaturas» do género que só dão uma ideia completamente falsa do Amor e do que ele significa. Todas essas mentiras só servem para alimentar o espírito frustrado das mulheres que nunca souberam o que é o Amor, é como que uma espécie de ópio para as ajudar a esquecer as suas frustrações [M&B 1976, 3343].

Visões mais liberalizantes defendem-no: universal (todos precisamos de ser amados); multifacetado (cada pessoa tem a sua própria maneira de amar e há muitos tipos de amor); plural (é possível também às mulheres, e ao longo da sua vida, amarem mais do que um homem); versátil («as pessoas não procuram todas as mesmas coisas no amor, na troca mulher-homem, cada mulher e cada homem procura [...] o que mais lhe agrada no amor»); não exclusivo do matrimónio («[...] todas mulheres têm direito de darem e receberem amor sem serem casadas!») (M&B 1976, 3362); com uma dimensão corpórea e sensorial: («quando amo um homem, devo fazer amor com ele») (M&B 1976, 3344); mas muito pouco diverso do ponto de vista da orientação sexual (exclusivamente heteronormativo).

### «Amor livre»

O «amor livre», «ensaiado» entre 1960 e 1970 no seio da cultura *hippie*, sobretudo norte-americana, não é um conceito unívoco. Pode definir-se pela possibilidade de homens e mulheres desenvolverem uma sexualidade independente de compromissos e livre de vínculos afetivos. Mas pode entender-se também como a liberdade de, havendo compromissos afetivo-sexuais, os elementos do casal aceitarem que cada um possa relacionar-se de forma íntima com outros parceiros.





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

Em Portugal, nos anos 1960 e 1970, fala-se de «amor livre» nou-  
tro sentido: homens e mulheres que se sentem livres para ter relações  
sexuais, antes do casamento, sempre que exista amor. «Ser livre no  
amor» para ter relações sexuais é a aceção de «amor livre» encon-  
trada no *Dossier Gisela*. A retórica oposicionista a este conceito de  
«amor livre», encontrada entre os comentários mais conservadoras,  
argumenta: o «amor livre» não é amor; não se constitui uma criação  
divina; e não convém à natureza psíquica feminina. Visões mais tradi-  
cionalistas «decretam» «proibido o livre exercício do amor, salvo aos  
homens e sob condições a determinar caso por caso» (M&B 1976,  
3333).

Entre comentários mais liberais, «amor livre» é sinónimo de  
«livre exercício do amor», mas não significa ir para a cama com quan-  
tos homens se queira (M&B 1976, 3333).

Será que a liberdade é exclusiva do homem? Será que a sra. consi-  
dera as mulheres inferiores ao homem? Será que as mulheres não têm  
os mesmos direitos e terão que ser sempre os eternos objectos que os  
homens escolhem? No fundo acho que a senhora, como aliás muitas  
outras mulheres, nem sequer sabe o que é o Amor Livre. Por mim, acho  
que o amor livre não significa ir para a cama com quantos homens se  
queira. Amor livre, para mim, é ter liberdade de amar um homem sem  
se estar a pensar se isso vai agradar aos outros ou não. [...] o principal  
é que as pessoas sejam sinceras e amem verdadeiramente [M&B 1976,  
3343].

«Amor livre» é portanto um amor com sexualidade. Conveniente  
ao homem e à mulher, desde que haja consciência e responsabilidade.  
Mas um amor monogâmico, corajoso, «honesto», «verdadeiro» e  
indiferente à moral tradicional que interditava a sexualidade femi-  
nina desenquadrada do matrimónio, sendo por isso, *transgressivo*.

Vale a pena abrir um parêntesis para referenciar a obra *Ser ou Não  
Ser pelo Amor Livre*, em que diversos jornalistas da imprensa por-  
tuguesa de meados dos anos 1970 são convidados a refletir sobre o  
tema. A iniciativa editorial é da Arcádia, que em 1973 envia um ques-  
tionário de 13 perguntas (elaborado pelo jornalista José Silva Pinto)  
a diversas figuras dos *media*: Natércia Freire, José Jorge Letria,  
Antónia de Sousa, Eduardo Guerra Carneiro e Pedro Alvim. A pri-  
meira questão interroga os entrevistados sobre a forma como enten-





*Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa*

dem o «amor livre». As restantes abordam o assunto do casamento, do divórcio, das relações sexuais pré-conjugais e das uniões livres. O livro só é publicado dois anos depois (em 1975), embora não se explique porquê. Convidada a escrever o prefácio, Maria Teresa Horta define «amor livre» pelo gesto de se fazer amor com quem se quer, só porque se deseja e não porque se ama (Freire *et al.* 1975), mas considera que a mulher portuguesa sendo ainda não-livre, não pode praticá-lo. Primeiro, é necessário que se liberte do jugo masculino:

Quando se diz: ele é partidário do amor livre, normalmente isto quer dizer não que ele se deite com quem lhe apetece (isso sempre foi permitido ao homem) mas que ele não se importa que a sua companheira de ontem (ou mesmo aquela com quem vive) se deite hoje com outro... e aí residiu e reside ainda o escândalo que provoca o chamado amor livre... [...] Porém, o escândalo, o verdadeiro escândalo, só rebenta quando se afirma: ela é partidária do amor livre [Freire *et al.* 1975, 12-13].

Segundo Maria Teresa Horta, no ato sexual convencional, o papel da mulher era «menor». O homem dava, ela aceitava, obrigatoriamente, «louca de felicidade, o corpo apressado do amante, sem pretender sequer descobrir os seus sítios de prazer» (Freire *et al.* 1975, 14). O homem atingia o prazer e a mulher – «animal domesticado» – silenciava o seu «fracasso». Estávamos perante um modelo de sexualidade que desvalorizava e discriminava ao silêncio o desejo, a excitação e o orgasmo femininos. Para a coautora das *Novas Cartas Portuguesas*, o homem português tinha à época do Estado Novo, e à sua disposição, diversas mulheres com quem ter relações pré ou extramatrimoniais (a prostituta, a «mulher galante, a corista, a mundana, a burguesinha mal casada e a contragosto, alguma criadita, a rapariga do campo, provavelmente a empregada de balcão, a costureirinha...») (Freire *et al.* 1975, 15). Só que nos tempos do Portugal pós-revolucionário, em virtude de uma certa liberalização dos costumes, as possibilidades de escolha masculina seriam mais vastas. Maria Teresa Horta refere que o homem já poderia fazer amor com «a colega da Faculdade e do emprego, a namorada, a rapariga conhecida numa festa, aquela com quem se vai à praia, a outra que se convida para dançar, etc... mantendo a mesma irresponsabilidade» (Freire *et al.* 1975, 16). Segundo a feminista cofundadora do Movimento





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

de Libertação da Mulher, o alargamento a partir de finais de 1960 das possibilidades de encontros sexuais para o homem, não era uma situação reveladora de maior liberalização da sexualidade e igualdade de género. A mudança não representava um melhoramento na forma de amar. Mais do que «ir para a cama a torto e a direito», o «amor livre» implicaria ser praticado de forma livre (sem duração definida: um dia, meses, anos), por pessoas livres, na escolha, na dádiva e na entrega, e sem que ninguém fosse transformado em objeto do desejo do outro – esta idealização estaria segundo Teresa Horta longe de ser conquistada no nosso país (Freire *et al.* 1975, 23).

Outra das figuras femininas que se pronunciam nesta coletânea de depoimentos sobre o «amor livre» é Natércia Freire, também jornalista e escritora. A sua posição é objetivamente mais conservadora. Opõe-se a um mundo dominado pelo sexo. Discorda das relações sexuais pré-conjugais, que lhe parecem ser cada vez mais frequentes. E em relação ao «amor livre», sublinha que é necessário diferenciá-lo de «sexo livre», expressão que representa uma suposta liberdade, mas que não é mais do que «irresponsabilidade, indiferença, egoísmo, isolamento sentimental» (Freire *et al.* 1975, 31). Para a jornalista, a expressão «amor livre», que teria sido inventada pelos homens, destinar-se-ia a dourar uma situação de liberdade sexual que praticavam há milénios e era muito vivida entre os *hippies*.

Já Antónia de Sousa, também jornalista, apresenta no livro *Ser ou não Ser pelo Amor Livre* duas definições do conceito. A primeira, com que não concorda, é a de liberdade sexual sem amor nem compromisso. A «festa em que se pode participar sem encargos, sem preocupações, que se resolve com um jantar ou um convite para ir lá a casa ouvir o último disco e beber um uísque» (Freire *et al.* 1975, 108). A segunda, com que se identifica, é a de que o amor para ser amor tem de ser livre, e nesse caso pode incluir a sexualidade, sim, quando for altura disso, se chegar a haver altura para isso, mas como «complemento» de um relacionamento. Mas Antónia de Sousa lembra que «a tradição cultural impõe que a mulher decente não realize a sexualidade fora do amor (ou será uma prostituta) e os preconceitos sociais obrigam-na a contrair casamento para ter direito a uma vida sexual» – situação que reconhece em fase de mudança à época, começando a mulher portuguesa (tradicionalmente educada para ser objeto sexual do marido) a ter direito ao prazer, a procurá-lo e a tentar ensinar a sua busca, na relação com o parceiro (Freire *et al.* 1975, 105-106).





### *Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa*

Não é por acaso que, ainda hoje, mesmo fazendo uso da liberdade sexual, há uma tão grande percentagem de mulheres frígidas. A educação, que fez que a mulher ignorasse o sexo, deixou-a cheia de inibições mentais que a tornam incapaz de atingir o espasmo. A juventude de hoje venceu, felizmente, o tabu da virgindade. [...] Mas não bastou, não basta. É preciso que sintam todo o prazer que a sexualidade pode dar. [...] O prazer aprende-se e ensina-se. A mulher de hoje, consciente do seu direito à sexualidade, ao prazer, tem de reconhecer o «seu tempo» e de o ensinar ao companheiro. Só assim não sairá mais profundamente alienada, mais objecto, da liberdade sexual [Freire *et al.* 1975, 107-108].

Eduardo Guerra Carneiro, outro dos jornalistas convidados a dar o seu testemunho no livro *Ser ou não Ser pelo Amor Livre*, tem uma abordagem distinta. Lembra que a sua geração (então com 30 anos) por mais progressista que pretendesse ser, não conseguia sacudir ainda a «pesadíssima» carga moral judaico-cristã que carregava aos ombros, e sublinha que o à-vontade das vivências da sexualidade pré-conjugal era muito diferente em «Lisboa-Portugal» do que no «Portugal-Província» (Freire *et al.* 1975, 137-138):

Vejamos: se o tabu religioso é mais fraco, se entrar numa pensão ou no quarto independente, ou no apartamento de um amigo, namorados «corajosos», de mão-dada, é, já, em certas camadas, natural, o mesmo se não passa na pequena burguesia provinciana [Freire *et al.* 1975, 140-141].

Pedro Alvim, também jornalista, ensaia no seu depoimento para o livro *Ser ou não Ser pelo Amor Livre* uma prosa sobre um homem e uma mulher que se encontram, «fazem amor», e ficam abraçados no sono. Segundo a sua visão, o referido «acto amoroso» deixa ambos «vazios». A mulher foi «barco» e não «árvore», ou seja, não se enraizou (Freire *et al.* 1975, 156). Para si a vida amorosa só faz sentido numa união duradoura. O sexo, livre de entrega afetiva, livre de compromissos, longe da relação, não é recomendável.

[...] não entendo o amor entre homem e mulher como um *week-end*. Essa brevidade do convívio amoroso contribui para degradar as relações humanas. [...] Quem pratica assim o amor é como se deambulasse num *dancing* em busca da mais excitante evolução: ora uma valsa ora um





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

tango ora um batuque. O vazio da existência não se preenche com a variedade fácil – e sim com a construção demorada. [...] Atrevo-me a dizer que *to make love* é a actividade dos preguiçosos físicos e mentais? Pois atrevo-me. Amar exige um voo interior, um apego ao risco da grande e altruísta convivência humana [...] [Freire *et al.* 1975, 155].

Alvim defende a liberdade do relacionamento sexual antes do matrimónio: «o amor exige o conhecimento de todas as letras do corpo» (Freire *et al.* 1975, 163), é preciso que os noivos vão fazendo a cama para o dia do casamento (desfazendo-a), experimentando-se nos lençóis, conhecendo-se o mais intimamente possível, «comendo-se» um ao outro, expressão de calão que diz usar-se à época. A posição deste jornalista vai também no sentido de defender a experimentação livre e o gozo da sexualidade.

Usem e abusem da imaginação, para que o prazer físico seja verdadeiramente uma festa. Nada de normas moralistas, que mais não são que impedimento ao gozo total dos corpos. «Na cama – diz o rufia – não há programa.» E é assim mesmo, dilecta. Faz do teu corpo um grito que chegue até às estrelas [Freire *et al.* 1975, 163].

Tema emergente da chamada «Revolução Sexual», o «amor livre» regista um fraco agendamento e debate na imprensa (surge em 18 peças). Na *Modas & Bordados* foi tratado em 10 artigos, no *Expresso* em 4, na *Crónica Feminina* em 3, e no *Diário de Lisboa* em 1.

Na peça «Casal privado dos filhos por “heterodoxia moral”», publicada no *Expresso* (1974, 73), dá-se conta de um processo a decorrer no Tribunal de Menores de Lisboa:

[...] os fundamentos alegados para a inibição do poder paternal dos pais das crianças, requerido por familiares da mãe, consistem na atribuição àqueles de certos hábitos de conduta, como o de andarem nus dentro de casa em frente das filhas e o de se encontrarem com pessoas do sexo oposto, com quem passeiam e se beijam. Sobre os réus pende ainda a acusação de «amor livre» e da constituição de comunas [Expresso 1974, 73].

Tendo em conta o inquérito às gerações e aos valores da sociedade portuguesa, desenvolvido já em 1995, para a esmagadora maioria dos





### *Análise da carta de Gisela, uma jovem portuguesa*

respondentes não se justificava apenas o desejo mútuo, a vontade de «passar um bom bocado», para o ato sexual ter lugar – cerca de 30% dos inquiridos acreditavam que era necessário o amor [Pais 1998, 422].

## Prazer sexual

As referências ao prazer sexual no *media* são raras. A maioria dos artigos refere-se ao prazer feminino, e surge por via do agendamento de jornalistas assumidamente feministas ou defensoras da emancipação das mulheres. A sua problematização está intimamente ligada à discussão da contraceção, nomeadamente da pílula, que vem afastar «fantasmas» da gravidez indesejada, abrindo caminho para uma nova forma de as mulheres viverem a sexualidade com prazer. Mas esse caminho não parece fácil. Orlando Silva Santos, psiquiatra entrevistado pela *Modas & Bordados*, é citado no artigo «E se fossem os homens a tomar a pílula...». Considera que embora este contracetivo tenha concedido à mulher a possibilidade de «assumir o seu prazer sem riscos de espécie alguma» (M&B 1974, 3262), em muitos casos não é suficiente:

[Com a pílula] [...] a mulher se sente culpada por sentir prazer, sem ter filhos, exactamente por estar a usar métodos anticonceptivos. São mulheres que, psicologicamente, nunca quiseram separar a função maternal da função fêmea, problema este tão angustiante como o das mulheres que depois da menopausa vêm dizer aos médicos que, se já não podem ter filhos, deixam de ter direito ao prazer nas relações conjugais. São mulheres que no fundo nunca aceitaram a sua própria feminilidade [M&B 1974, 3262].

Olhando para os dados quantitativos, verifiquei que o tema *sexualidades* (subdividido em *comportamentos sexuais*, *práticas eróticas sexuais* e *prazer sexual/orgasmo*) é falado em 133 artigos (9% das peças), registando uma evolução bastante expressiva. No primeiro período consta de 4% dos artigos, no seguinte evolui para 7% e no terceiro aumenta para 12%.

O prazer feminino é objeto de discursos *transgressivos* e *reivindicativos* da intimidade a partir da Revolução dos Cravos, sobretudo





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

em contextos sensíveis à emancipação feminina e à igualdade de género, e particularmente associado às vivências da juventude. O tema do *orgasmo* regista 18 ocorrências na M&B, todas posteriores a abril de 1974. Vejam-se dois exemplos publicados na secção «A Palavra às Leitoras» e na «Cartas de Amor»:

Lendo a carta de uma nossa amiga (Modas 3299) vi o horror que ela tem em ter a certeza que não atinge o orgasmo. Ora acontece que eu, em vinte e tal anos de vida de casada, só atingi o orgasmo no máximo 4 vezes. Hoje tenho um amante, pois assim se pode chamar, pois eu vivo na minha casa e ele na dele e nas nossas relações chego a atingi-lo três vezes. Como se explica o facto, sendo eu a mesma mulher? É um mistério em que tenho pensado muito. Se [a Camila] achar que sou imoral, não me responda. RESPOSTA [de Camila]: Se achasse que era imoral não publicava a sua carta de mulher corajosa e lúcida. É bom ser feliz e é bom pensar. Parece-me que a resposta está dada [M&B 1975, 3302].

Se uma mulher casada sente com um amante paroxismos eróticos que não sente com o marido, não acha que pode ser do marido a culpa de ela ter arranjado um amante? [M&B 1975, 3310].

Camila (a jornalista Susana Ruth Vasques) faz corresponder a conquista do prazer sexual feminino a lucidez, felicidade e coragem. Em ambos os testemunhos de leitoras afirma-se o direito das mulheres a explorarem o seu prazer sexual, a quebrarem o duplo padrão de género que as desinvestia de buscar, experimentar e assumir o orgasmo no contexto conjugal e extraconjugal.





## Conclusão

O pós-revolução dos Cravos corresponde a um momento de «desocclusão» de discursos em torno dos afetos e das sexualidades. Na imprensa, jornalistas, *opinion makers* e leitores agendam (e em certos casos debatem) questões relacionadas com a saúde sexual e reprodutiva, e com os direitos sexuais e de género. A Revolução dos Cravos potencia um clima social de abertura, partilha e experimentação. Assuntos convencionados como pessoais e privados passam a ser equacionados como políticos e públicos, em esferas mediáticas. Afirmam-se identidades, assumem-se minorias sexuais, reivindicam-se direitos de cidadania. Mas não de forma generalizada, e sem contestação.

O agendamento dos temas da intimidade afetiva e sexual é muito evidente na *Modas & Bordados*. A revista publica abordagens diversificadas, aprofundadas e críticas, numa linha editorial dialógica e pró-liberalizante, sobretudo após 1975, quando Maria Antónia Fiadeiro assume a chefia da redação. Na *Crónica Feminina*, o assunto da intimidade é pouco diversificado: amor e casamento são os temas mais recorrentes. E a revista publica «lado a lado» abordagens tendencialmente conservadoras e progressistas, embora prevaleçam de longe as primeiras. Em 1975, defende-se que «uma educação sexual em que se iluda o prazer não é educação sexual» (CF 1975, 983). E um ano depois, faz-se a apologia da castidade da jovem, que não se coaduna com grandes lições e experiências antes do casamento (CF 1976, 1020).

O *Expresso* revela interesse significativo em abordar os temas da intimidade, particularmente nas suas vertentes política e jurídica (e. g., o assunto do divórcio, da pornografia, do aborto e da igualdade de género), assumindo posições tendencialmente pró-liberalizantes.





O *Diário de Lisboa*, antes do 25 de Abril de 1974 já abordava o tema da intimidade, e numa linha progressista, porém, ao longo da década, regista uma ligeira diminuição do seu agendamento.

## Reivindicações feministas e homossexuais

Numa entrevista a Eugénio de Andrade em finais dos anos 1970, o jornalista do *Expresso* Vicente Jorge Silva discute com o escritor a transformação das vivências afetivas e sexuais no nosso país, após o 25 de Abril de 1974. Para o entrevistador, o «abrandamento da repressão social» teria permitido «às pessoas encontrarem-se e viverem mais segundo aquilo que são», algo que só um «pequeno grupo de pessoas esclarecidas» conseguiria fazer antes da Revolução dos Cravos (*Expresso* 1978, 291). Para o entrevistado a mudança continuava por fazer. Na sociedade portuguesa persistiam a homofobia e o machismo, impeditivos da libertação sexual. As lutas desenvolvidas por feministas e homossexuais entre os anos 1960 e 1970 são consensualmente entendidas como fatores-chave na mudança social das últimas décadas, a nível da intimidade. Qual a sua presença e destaque nos *media* analisados?

O assunto do *género, da emancipação e do feminismo* evolui de forma crescente, embora se fale mais de emancipação feminina do que propriamente de feminismos. O agendamento da *homo, bi e transexualidade* é inexpressivo nas quatro publicações, e na maioria dos casos revela uma perspetiva patologizante. As discussões em torno de ambas as questões (direitos LGBT e feminismos) não se instalam nos *media* analisados, apesar de alguns eventos (*transgressivos e reivindicativos*), que convém destacar.

A manifestação do Movimento de Libertação da Mulher no Parque Eduardo VII, em Lisboa, em 1975, é desmobilizada de forma violenta por uma contramanifestação de milhares de pessoas, sobretudo homens. A ausência de uma discussão nos *media* em torno do silenciamento, desvalorização e humilhação deste protesto e das suas ativistas, é reveladora de fraca consciência, sensibilidade e envolvimento na luta por direitos sexuais e de género, nomeadamente entre o público das revistas femininas. As leitoras não se apropriam do acontecimento, não o comentam nem debatem com expressão.





## Conclusão

O manifesto «Liberdade para as Minorias Sexuais», publicado no *Diário de Notícias* e no *Diário de Lisboa* logo após o 25 de Abril de 1974, também é «desmobilizado» por Galvão Teles, do Movimento das Forças Armadas, num comunicado na RTP. O manifesto é considerado uma «imoralidade sem precedentes», «o país não parecia estar ainda preparado para a sua aceitação» (Brandão 2008, 15). Na imprensa o assunto passa em branco. Não é discutido. Galvão Teles refere-se no discurso, na RTP, a um outro manifesto assinado por 469 profissionais do sexo (de Lisboa), que defendem o «amor livre» e lutam por direitos sociais. Embora reportado no *Diário de Lisboa*, não encontrei artigos discutindo a problemática reivindicada por estas mulheres.

Nos três manifestos (das feministas, dos homossexuais e das prostitutas) há uma associação clara e evidente entre sexualidade e política. Estes/as ativistas veem no pós-revolução uma oportunidade para erguer a voz, serem escutados/as, e participar ativamente no projeto de transição política para a democracia. Denunciam desigualdades, discriminações, interdições, desproteções, vulnerabilidades, criminalizações e patologizações a nível dos afetos e das sexualidades. Apesar disso, estas reivindicações não alcançam expressiva visibilidade e discussão mediática.

## Sexualidade pré-conjugal

Nos *media* analisados o tema da *sexualidade pré-conjugal* (abordado no estudo de caso *Dossier Gisela*) é o tema discutido mais longamente e com maior envolvimento. Gisela, uma adolescente de 15 anos, revela em 1975, na *Modas & Bordados*, que na noite do 25 de Abril de 1974 fez amor até ao fim, pela primeira vez, com um primo revolucionário. Rebelião e autodeterminação retratam a jovem que conta a *sua história pessoal sexual* numa revista feminina pró-feminista. Nos testemunhos de Gisela e das leitoras que a apoiam, evidenciam-se *scripts* da sexualidade como festa, como exploração legítima do corpo e do prazer, visão muito diferenciada de *cenários culturais* em que se promove (junto das mulheres) uma sexualidade reprodutiva, desinvestida de sensações, forçada à contenção e ao pudor.

A narrativa de Gisela é simultaneamente *transgressiva* e *reivindicativa* de novos direitos sexuais (Weeks 1998), num Portugal em





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

transição política, social e cultural. A adolescente «levanta a voz» contra a falta de diversidade na escolha (e expressão) de caminhos a nível da intimidade, sobretudo feminina. O seu gesto acende uma discussão mediática em torno da democratização das vivências sexuais, no período revolucionário de transição. Como queremos e podemos viver a nossa intimidade em Portugal, em pleno processo de construção democrática?

Em Gisela está já patente uma preocupação com o *self* e uma disponibilidade para falar dele, muito distante de outras gerações, incentivadas a não pensar sobre os seus sentimentos (Plummer 2003a). A jovem dá conta de uma nova vontade de olhar para dentro. Assume publicamente a sua busca identitária (*projeto reflexivo do self*), a sua pretensão de um relacionamento afetivo igualitário (*relação pura*), e de uma sexualidade que vale por si, independente da reprodução (*sexualidade plástica*) – elementos que Giddens (2001) reconhece fundamentais nas transformações da intimidade das últimas décadas, próprios da modernidade tardia.

Plummer (1994) valoriza o potencial das *histórias pessoais sexuais*, das *moralidades enraizadas no quotidiano*, que se deslocam do domínio individual para o domínio da comunidade. Sendo divulgadas em contextos adequados, criam empatia e identificação com as audiências. É isso que acontece com Gisela. A *Modas & Bordados* revela-se o contexto mediático apropriado. A audiência escuta-a, identifica-se, participa na discussão, contribuindo para a emergência e o desenvolvimento contínuo de uma nova cidadania, a cidadania da sexualidade (Evans 1993; Weeks 1998; Plummer 2003a). A adolescente é exemplar do que Weeks (1998, 49) designa por *would-be sexual citizen*, um/a experimentador/a com o *self* e com os relacionamentos, alguém que coloca desafios e reivindicações a uma audiência, requerendo novas respostas de um corpo institucional político. E a *Modas & Bordados*, porque agenda a temática e dá expressão a visões antagónicas, é também promotora desta nova cidadania da sexualidade (ou *intimidade*), em crescente afirmação no pós-revolução (Plummer 2003a).

Na carta de uma leitora enviada à M&B, estabelece-se uma relação entre as lutas pela emancipação feminina e as lutas pela «emancipação» juvenil. Fala-se aliás em «luta comum» (M&B 1976, 3333). Em Gisela existe essa unidade. Para Vilar (2009, 24), em Portugal, e sobretudo nas últimas quatro décadas, as questões ligadas aos direitos





## Conclusão

sexuais e reprodutivos têm um «vasto e positivo capital histórico e político», nomeadamente em sede dos direitos das mulheres e dos jovens. No *Dossier* problematiza-se, para além do direito à sexualidade para jovens e mulheres, a dissociação entre sexualidade e casamento, e entre ato sexual e reprodução – estas são aliás as temáticas mais expressivas nas quatro publicações, indicativas de uma eventual transformação social em curso, a nível das vivências íntimas, entre finais dos anos 1960 e 1970.

Conceitos como o de pureza/impureza, saúde/doença, ação/contenção e humanidade/animalidade orientam a reflexão das leitoras à volta da sexualidade. De acordo com visões mais convencionais, a sexualidade é «pura» quando há reserva de informação, benéfica para a contenção das tentações (instintos), que conduzem à degradação física (doença) e moral, aproximando o homem da animalidade. Segundo visões mais progressistas, a sexualidade é «pura» quando há informação, e nessa medida pode ser vivida com saúde, sem culpa, decidida em consciência, numa lógica que nos aproxima da humanidade. As leitoras mais liberais do *Dossier Gisela* apelam para que as mulheres portuguesas segurem nas suas mãos as rédeas do seu corpo e da sua sexualidade. Denunciam a virgindade como «falsa análise da dignidade» feminina (M&B 1976, 3344) e ferramenta de desvalorização do prazer sexual feminino (M&B 1976, 3343). Em certos comentários a sexualidade pré-conjugal constitui-se um gesto de autodeterminação, um exercício de plena liberdade, uma expressão de busca identitária feminina: «Tu, Gisela, ao contrário do que dizem, não perdeste a virgindade, ganhaste-te a ti própria» (M&B 1975, 3317). Porém, mesmo posições mais liberais advogam que a prática sexual pré-conjugal é apenas legítima se houver amor.

Entre leitoras mais liberais defende-se que, na transição da ditadura para a democracia, a grande mudança social a nível da intimidade não estava nas práticas propriamente ditas, mas no seu entendimento e na sua valorização. O que efetivamente se alterava era a assunção do sentimento de liberdade e do gozo assumido nas performances sexuais. Segundo estas visões, antes do 25 de Abril de 1974 imperava o medo, embora os comportamentos fossem semelhantes. Em 2005, no posfácio da nova edição de *Sexual Conduct*, John Gagnon defende que se no início do século XXI perguntarmos a um/a cidadão/ã quantas vezes tem relações com o/a cônjuge por mês, e compararmos as suas respostas com outro inquérito reali-





zado em meados do século xx, mesmo que os indicadores sejam os mesmos, o seu significado pode ser muito distinto. Efetivamente, na discussão gerada por *Gisela* luta-se por uma ressignificação positiva da sexualidade feminina. Também aqui, neste *Dossier*, se verifica que a transmissão (e controlo) de princípios relativos à intimidade se realiza cada vez mais pela influência de fontes difusas como os *media*, as artes, a escola (e outros) e menos por via institucional (Bozon 2006).

## Propostas eróticas no cinema e na literatura

Com o 25 de Abril de 1974 abrem-se as fronteiras à entrada em Portugal de filmes que trazem para o espaço público a nudez, a sensualidade, o erotismo e a sexualidade. Num país habituado à censura, não passam despercebidas as propostas cinematográficas internacionais, transbordantes de discursos em torno do imaginário erótico e de uma sexualidade *recreativa* (Gomes 1987). Pacheco (2000, 239) entende que o tremendo sucesso de bilheteira de certos filmes a partir de 1974, em Portugal – como *O Último Tango em Paris* ou *Emmanuelle* – se relaciona com o facto de sermos então «um país sequioso de mironar».

A nível literário há também um incremento da oferta em torno da sexualidade. São muitas as obras que apostam em discursos documentais, ficcionais, científicos ou pedagógicos sobre o corpo, a fisiologia, a contraceção, o aborto ou a felicidade da vida sexual conjugal. Entram de «rompante» no mercado português, fazendo-se anunciar nos jornais. Apela aos leitores para que se informem, instruem, experimentem, capacitem e gozem da sua sexualidade, sinais de uma nova sensibilidade erótica que começa a emergir no após 25 de Abril de 1974 (Pais 2011).

Os *media* agendam a temática do erotismo e da pornografia, e nalguns casos discutem-na. Seis meses após a Revolução dos Cravos, o *Expresso* (1974, 93) dá início ao que designa por um «inquérito», enviado a figuras de referência do cinema e das letras, questionando: a pornografia deve ser proibida, restringida, dificultada, relegada para salas específicas, combatida com medidas de educação sexual? Como diferenciá-la do erotismo? Entre os articulistas com perspectivas mais conservadoras defende-se que a pornografia é cinema de





## Conclusão

má qualidade que explora abusivamente o corpo feminino e serve interesses capitalistas, aproveitando-se da falta de informação e do excesso de repressão sexual em que o povo português tinha vivido longas décadas. Perspetivas mais liberais salientam que o que se exibia nos grandes ecrãs não eram filmes «de» sexo explícito, mas apenas filmes «com» sexo, que a pornografia abre uma janela de reeducação em termos das vivências da sexualidade, que a liberdade passa por uma vivência livre do erotismo, e que não se devia reabilitar a moral – «fascista» – dos bons costumes e da repressão sexual.

A reboque deste debate no *Expresso* sobre pornografia, afirmam-se reflexões importantes a nível da intimidade. Fernando Ribeiro de Mello, editor da Afrodite, também convidado a pronunciar-se no âmbito do inquérito, sublinha a urgência da revolução sexual, da legalização da homossexualidade, da emancipação da mulher, e a necessidade de educação sexual debatida de forma «frontal» e «clara» desde a escola, garantindo aos indivíduos proteção para exercer «o direito à plena expressão da personalidade sexual de cada um» (*Expresso* 1974, 93). Sem isso, a sociedade portuguesa manter-se-ia, após a Revolução de Abril, contrarrevolucionária.

O cinema inspira várias reflexões sobre a dimensão política da sexualidade, nomeadamente na *Modas & Bordados*. O crítico Sousa Aguiar valoriza a abordagem da intimidade, considerando que se trata de «um dos campos mais importantes da nossa vida de todos os dias», inseparável do político e do social (M&B 1975, 3302). Neste artigo fala do «errado sentimento de culpa ou de pecado», de uma moral rígida e imposta que impede as pessoas de serem felizes, e defende uma moral orientada «de dentro para fora» (M&B 1975, 3302).

O tema da *pornografia* desperta uma das coberturas mais relevantes da intimidade. A sua discussão evidencia e acentua o carácter público e político de assuntos entendidos como pessoais e privados. À semelhança do *Dossier Gisela*, evidencia-se no seu debate (sobretudo no *Expresso*, mas também na M&B) um confronto muito rico de posições antagónicas (liberais e conservadoras), a partir das quais se equacionam sobretudo duas questões da *cidadania da intimidade*: o direito individual (independente do género e da orientação sexual) de fazer opções livres e de inspirar as vivências afetivo-sexuais como se entender; e a ilegitimidade do Estado em regular a vida privada das cidadãs e cidadãos. A propósito da alegada explosão erótica/por-





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

nográfica no pós-revolução, no nosso país, a jornalista Susana Ruth Vasques cita um psicólogo francês: «[o corpo] parece ter reencontrado o direito de cidadania. Deixou de ser desprezível para se tornar quase objecto de culto. O corpo tira ao espírito a sua função moral e ideológica» (M&B 1974, 3274).

Em 1975, lê-se num artigo da *Crónica Feminina*: «Depois do 25 de Abril, o cinema que se vê em Portugal passou a ser totalmente diferente, comentando muita gente que “não há fome que não dê em fartura” [...]» (CF 1975, 978). Três anos depois, em 1978, a publicação volta ao assunto. No artigo «O boom do sexo» (CF 1978, 1450) dão-se graças pelo esmorecimento da «onda de erotismo» e pelo regresso da acalmia às águas do cinema, do teatro e da *media*. O mercado ter-se-ia «saturado», o público «empanturrara-se» e o sexo tornado «mercadoria» perdia expressividade.

À semelhança da *sexualidade pré-conjugal* e da *pornografia*, também o *aborto* é um assunto que promove o confronto ideológico, e o diálogo a nível da *cidadania da intimidade*, no espaço mediático do Portugal pós-revolução. Na *Modas & Bordados* a cobertura intensifica-se a partir de 1976, depois da exibição na RTP da edição do programa *Nome: Mulher* (da jornalista Maria Antónia Palla), em que se faz «um apelo à legalização do aborto, praticado em condições de segurança e sem ofensa à dignidade da mulher» (Palla e Reis 2014, 173). A jornalista é acusada de «indecência e incitamento ao crime». A polémica reportagem dá origem a um agendamento reiterado do assunto noutros meios de comunicação. No suplemento *Modas & Bordados* inicia-se uma campanha: *Dossier Aborto: O Crime Está na Lei* (M&B 1976, 3328). Publicam-se diversos artigos citando testemunhos de mulheres que fizeram abortos e de parceiras que os praticaram, visita-se a prisão feminina de Tires onde há prisioneiras por ambos os motivos, detalham-se reivindicações de movimentos, sublinha-se a necessidade de informação e difusão de contraceptivos em bairros, fábricas, escolas e zonas rurais, «porque o direito ao aborto e à maternidade se insere na conquista de uma sexualidade livremente assumida» (M&B 1975, 3302). Na secção «A Palavra às Leitoras», o assunto também faz correr tinta. A *Modas & Bordados* é indubitavelmente, entre as 4 publicações analisadas, a que mais espaço dedica à visibilização, informação e discussão do tema. Estes são debates que as mulheres da redação deste suplemento, sobretudo após 1975, não deixam «por fazer».





## Tendências *discursivas*: presenças e ausências

Alguns temas da intimidade perdem «peso» mediático com a chegada da Revolução dos Cravos. O casamento é um exemplo flagrante. Pedra basilar da moral sexual no Estado Novo, representa no pós-revolução um discurso de tradição e continuidade. É provável que certas publicações refreiem o seu agendamento, considerando haver entre leitores/as outras perspectivas de relacionamento alternativas (uniões livres) ou outras matérias de maior interesse no universo da intimidade.

O tema do *divórcio* regista um *ciclo de atenção curto*. Evidencia-se na passagem da ditadura para a democracia, sobretudo na imprensa generalista, mas perdendo cobertura a partir de 1975, quando se procede à assinatura do protocolo adicional à Concordata, que vem permitir o divórcio civil para católicos.

Entre 1968 e 1978, temas fortes da chamada «revolução sexual» não «furam» a agenda mediática portuguesa. Praticamente não se fala de «amor livre». Outros assuntos, por seu turno, são alvo de agendamento continuado, e crescente: *aborto, contraceção, sexualidade pré-conjugal, gravidez, e emancipação feminina*. Todas estas temáticas nos remetem para uma dissociação entre sexualidade e reprodução, e para a defesa de direitos sobre o corpo das mulheres: o direito a ter vida sexual e a iniciá-la antes do casamento, o direito a planear a gravidez e a interrompê-la, o direito a atenuar a dor no parto e a ser assistida numa maternidade, o direito à igualdade de género nos mais variados contextos da vida social. De facto, as mulheres estão no centro das *discursividades* que se afirmam em ciclo crescente (e consistente) ao longo da década. O que se propõe nestas narrativas mediáticas é um novo paradigma de construção da identidade feminina, assente na noção de autonomia e apropriação do próprio corpo, suas vivências afetivas e sexuais. Como Pais (1998) defende, as mudanças nos comportamentos sexuais com maiores repercussões nas últimas décadas foram aquelas que possibilitaram maior autonomia feminina, embora com consequências inevitáveis para a sexualidade do homem.

A cobertura mediática da *contraceção* acentua-se a partir de 1974 (e em particular na M&B), mantendo-se o interesse dos *media*, mesmo após a revisão da Constituição (em 1976), que atribui ao Estado a obrigação de promover a informação acerca do planeamento familiar junto das/os cidadãs/os. A mudança opera-se em temas legais,





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

mas as lacunas informativas e os preconceitos (resistências culturais, morais, religiosas e clínicas) mantêm-se. Na maioria dos discursos mediáticos não se reivindica explicitamente o direito a uma vivência da relação sexual centrada no prazer. Tão-só a necessidade de travarem – graças à contraceção – problemas demográficos, financeiros, sociais, educacionais e psicológicos.

A partir de meados dos anos 1970, na *Modas & Bordados* diversos artigos apontam no sentido de uma afirmação do direito à saúde sexual, passível de tratamento médico ou psicológico, em caso de problemas e disfuncionalidades. Nestas peças importadas da imprensa estadunidense abordam-se com um à-vontade pouco recorrente, temas como a masturbação, problemáticas como o vaginismo, a ejaculação precoce e a falta de desejo sexual feminino. Antes da Revolução do 25 de Abril de 1974, o assunto das dificuldades sexuais, bem como das possibilidades da terapia sexual, já tinha começado a ser agendado na *Modas & Bordados* pela mão de leitoras, algumas delas atentas às novidades internacionais em matéria de investigação científica e discursos mediáticos. Estas leitoras que enviam as suas preocupações estão conscientes de que o bem-estar sexual concorre para o bem-estar conjugal, e que, havendo problemas sexuais, é possível buscar soluções. À semelhança do que acontece em outros países, também em Portugal (em certos contextos), se começa a afirmar uma noção de casal definido de forma «subjéctiva e intersubjéctiva», vivendo a relação sexual com preocupação e destaque (Bozon 2005: 36). Também nesta altura – meados dos anos 1970 –, dão-se passos significativos para a implementação das primeiras consultas de sexologia clínica no contexto de serviços públicos de saúde: em Coimbra, no Hospital Universitário, pela mão de Francisco Allen Gomes e Maria Fernanda Mendes; em Lisboa, no Hospital de Santa Maria, graças a Silveira Nunes, e no Hospital Júlio de Matos por Afonso de Albuquerque; no Porto, no Hospital de São João, sob direcção de António Pacheco Palha. Dez anos mais tarde seria fundada a Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica.

## **Des/continuidades na transição para a democracia**

O 25 de Abril de 1974 traz alterações «imediatas» e «radicais» a nível das políticas de família e das definições legais dos papéis sociais





## Conclusão

e conjugais de género (Wall 2011, 351). A Constituição e o Código Civil de 1976 imprimem uma aproximação de direitos entre marido e mulher, pai e mãe, filhos concebidos dentro e fora do casamento, uniões seladas pelo casamento ou pela coabitação. Dá-se um reconhecimento político e legal da liberdade individual na condução da vida íntima e privada. Mas para Almeida (e Wall 2001, 285-286), genericamente, no pós-25 de Abril, no que concerne aos «valores da realização pessoal, da igualdade no casal, da ruptura conjugal por outros motivos que não os da violência doméstica ou da infidelidade, da aceitação da coabitação como forma alternativa de vida conjugal [...]», a mudança foi... lenta, progressiva, menos visível e espetacular.

A Revolução dos Cravos vem sobretudo «precipitar e apressar» movimentos que foram tomando corpo ainda na década de 1960 (Almeida e Wall 2001, 278). Maria Isabel Barreno (1988, 20) defende que na era marcelista havia já «em minorias restritas, intelectuais, urbanas, grandes mudanças nos valores morais e nas atitudes face à sexualidade». A título de exemplo fala em casais que se separam, ou que não chegam a casar-se (vivendo em uniões livres), outros que adotam conceitos e práticas de liberdade sexual, que integram coletivos, que trabalham na reinterpretção dos papéis sociais: «Fundamentalmente, todos estes movimentos se passaram em grupos também mais ou menos activamente comprometidos numa ou noutra oposição política» (Barreno 1988, 21).

Um colapso de valores tradicionais não implica o seu desaparecimento completo (Daoust 2003; Pais 2016). A proliferação de «novas» histórias da intimidade não implica o desaparecimento de «velhas» histórias – elas mantêm-se lado a lado (Plummer 1996, 47). Na transição para a democracia, algumas publicações substituem uma agenda tendencialmente receosa da palavra e da imagem relacionada com a sexualidade, por uma agenda evocativa, promotora da discussão (de certos temas) da intimidade. Mas a Revolução dos Cravos não traz consigo informação a todos os meios, quebrando todos os interditos dos afetos e das sexualidades. Na sociedade portuguesa prevalece o desconhecimento em relação a muitas temáticas. Entre 1978 e 1981, a Comissão da Condição Feminina desenvolve um projeto de informação, educação e comunicação sobre planeamento familiar (coordenado por Ana Vicente e Maria Reynolds de Sousa, com apoio do fundo das Nações Unidas) (Vicente 1987). O projeto estabelece com a *Crónica Feminina* uma colaboração





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

regular, que previa a publicação de textos semanais sobre o tema, e a entrega por correio de informação (folhetos e brochuras) às leitoras que a solicitassem. Entre abril de 1979 e março de 1982, foram recebidas mais de 10 000 cartas na CCF (Vicente 1987), colocando questões sobre comunicação da sexualidade entre pais e filhos, menstruação, relações sexuais no namoro, virgindade, contraceção, parto, infertilidade, aborto, esterilização, disfunções sexuais, gravidez na adolescência, violência na família, entre outros temas (Vicente 1987). Nestas cartas fazem-se agradecimentos emocionados pelos esclarecimentos sobre o tema. Estávamos na entrada da década de 1980. A sede de saber destas mulheres é imensa, a falta de fontes acessíveis também.

A análise que fiz dos *media* remete para um processo lento de mudança social a nível da intimidade, carregado de simultaneidades (e conflitualidades) entre valores conservadores e progressistas. Em certas dimensões, aparenta ser um processo que avança mais rapidamente (por exemplo, o tema da contraceção), noutras parando enquanto avança (e. g., homossexualidade). Com a Revolução do 25 de Abril de 1974 as vivências da intimidade dos/as portugueses/as ganham um enquadramento de maior liberdade, catalisador de expressões, informações, reinterpretações, reivindicações e manifestações, tanto individuais como coletivas. O *Movimento Democrático das Mulheres*, o *Movimento de Libertação da Mulher*, o *Movimento Pró-Divórcio*, a *Associação para o Planeamento da Família* e o *Movimento para a Contraceção e Aborto Livre e Gratuito* são exemplos de organismos que contribuíram para o agendamento de temas da intimidade no pós-revolução. Para além dos manifestos de movimentos que se formam (ou reforçam) no pós-25 de Abril de 1974, surgem também narrativas individuais, cidadã/ãos reclamando direitos. Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa escreviam em 1972, em *Novas Cartas Portuguesas*, que a busca do prazer sexual pelas mulheres (nalguns contextos mais esclarecidos) estava já em curso, que estávamos «em plena era da liberdade da mulher portuguesa» (Barreno, Horta e Velho da Costa 1974, 285-286).

Não é certo que antes da revolução do 25 de Abril a sexualidade estivesse confinada a funções meramente reprodutivas. Porém, com o florescimento simbólico dos cravos floresceram novos quadros mentais e





## Conclusão

novos imaginários sociais. O próprio país começou a ser percebido em função da sua inscrição numa temporalidade histórica em mudança, como se vivesse numa encruzilhada de múltiplos tempos sociais, uns enraizados no passado, outros projetados no futuro [Pais 2016, 13].

Alçada Baptista escrevia em 1968, no artigo «Reflexões sobre o casamento» publicado no caderno especial sobre a temática (*O Tempo e o Modo*, 1968, 30) que se estava a «atravessar um período extraordinariamente difícil», de «advento», mas ainda de conflito: um «tempo de passagem entre o tempo da escravidão e o tempo da liberdade». Designa esse momento por um «tempo híbrido onde as regras da liberdade baralham e perturbam completamente os escravos e as regras da escravidão atrofiam os homens livres» – a promessa de uma sociedade livre teria de passar por uma «libertação interior» dos indivíduos (*O Tempo e o Modo* 1968, 30).

Para certos portugueses, em certos contextos mediáticos, em certos assuntos da intimidade, a transição da ditadura para a democracia é um momento de reflexão, busca e reinvenção. Em matéria de direitos sexuais, afirmam-se já, nos *media* do pós-revolução dos Cravos, o direito a uma sexualidade feminina recreativa, baseada no amor, independente do casamento. O direito a uma sexualidade reprodutiva, devidamente esclarecida e planeada. O direito à interrupção da gravidez. O direito a novas formas de relacionamento para além do casamento e a ter filhos legítimos nesses novos enquadramentos. O direito à homossexualidade, despatologizada, despenalizada, e não mais socialmente discriminada. E o direito ao trabalho sexual.

As narrativas dos jornais e das revistas analisados apontam para uma tendência de *sexualização do amor*, reivindicação sobretudo feminina, mas não para uma ampla *erotização da sexualidade*. O sexo sem amor – o prazer sexual em si, por si – não é um discurso com projeção e afirmação mediática. O «amor livre» ensaia-se nas páginas dos jornais e das revistas analisados, em especial no que respeita às vivências íntimas dos jovens e das mulheres, mas enquanto liberdade para amar.

Olhando apenas para a imprensa não é possível saber se a maior visibilidade e a tendencial liberalização da intimidade correspondem a uma efetiva mudança nas práticas. Como Escoffier (2015) assinala, nas décadas de 1960-1970, o sexo entra de forma nunca antes





### *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

vista nos debates públicos nos EUA, porém não existem provas de mudanças nas práticas.

Entre 1974 e 1978, fala-se efetivamente mais de afetos e sexualidades nos *media* portugueses analisados. Mas ouvem-se também apelos conservadores clamando pelo regresso de uma lógica tabuizante, e pela restrição da intimidade à esfera do pessoal e do privado. A liberalização de visões relativamente à intimidade (que aparenta ser lenta, carregada de simultaneidades e conflitualidades) é defendida em contextos tendencialmente urbanos, juvenis, estudantis, pró-feministas, intelectuais e artísticos. Não terá sido portanto nem abrupta nem ampla nem profunda. Não terá sido revolucionária. Certos agentes, em certos contextos, em relação a certos assuntos, e em certas esferas mediáticas e públicas, pensam e reivindicam a mudança, no sentido de uma *cidadania da intimidade*, que se mantém em paulatina (re)construção até aos dias de hoje.





## Bibliografia

- Aboim, Sofia. 2006. *Conjugalidades em Mudança*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Aboim, Sofia. 2011. «Vidas conjugais: do institucionalismo ao elogio da relação». In *História da Vida Privada em Portugal: Os Nossos Dias*, coord. Ana Nunes de Almeida. Lisboa: Círculo de Leitores, 80-111.
- Alão, Ana Paula. 1989. «Amor e sexualidade: mudança de comportamentos». In *Portugal Contemporâneo (1958-1974)*, dir. António Reis. Lisboa: Alfa, 367-380.
- Albuquerque, Afonso. 1970. «Uma introdução à psicologia da sexualidade», *O Tempo e o Modo*, Março, 71.
- Almeida, Ana Nunes de, e Karin Wall. 2001. «Família e quotidiano: movimentos e sinais de mudança». In *O País em Revolução*, coord. J. M. Brandão de Brito. Lisboa: Editorial Notícias, 277-309.
- Anónimo. 1961. «Carta a uma jovem portuguesa», *Via Latina*, 19 de abril, 130.
- Araújo, Purificação. 1987. «A sexualidade e a OMS». In *Sexologia em Portugal: Sexualidade e Cultura*, coords. Francisco Allen Gomes, Afonso Albuquerque e Júlio Silveira Nunes. Lisboa: Texto Editora, 191-194.
- Bajos, Nathalie, e Michel Bozon. 2008. *Enquête sur la Sexualité en France: Pratiques, Genre et Santé*. Paris: Éditions La Découverte.
- Balsemão, Pinto. 2012. «O Regime e a Ala Liberal». In *Marcelo Caetano, Tempos de Transição*, orgs. Rui Ramos e Manuel Braga da Cruz. Porto: Porto Editora, 167-177.
- Barreira, Cecília. 1993. *Confidências de Mulheres: Anos 50-60*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Barreno, Maria Isabel. 1988. *O Direito ao Presente: Um Estudo sobre a Juventude Portuguesa*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Barreno, Maria Isabel, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa. 1974. *Novas Cartas Portuguesas*. Lisboa: Futura.
- Barreto, António, org. 1996. *A Situação Social em Portugal, 1960-1999*. Vol. I. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

- Bebiano, Rui. 2003. *O Poder da Imaginação: Juventude, Rebelião e Resistência nos Anos 60*. Coimbra: Angelus Novus.
- Bourdieu, Pierre. 1989. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bozon, Michel. 1999. «Les significations sociales des actes sexuels». *Actes de la recherche en sciences sociales*, 128: 3-23.
- Bozon, Michel. 2005. *Sociologie de la sexualité*. Paris: Armand Colin.
- Bozon, Michel. 2006. «Libération sexuelle ou déplacement des controles? Discours, normes et conduites». In *Genres & Sexualités*, dirs. Elsa Dorin e Éric Fassin. Paris: Bibliothèque Centre Pompidou, 145-160.
- Bozon, Michel, e Henri Leridon. 1993. «Les constructions sociales de la sexualité». *Population*, 5: 1173-1196.
- Branca, Rubina. 1945. *O Guia das Mães*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Editorial O Século.
- Brandão, Ana Maria. 2008. «Breve contributo para uma história da luta pelos direitos de gays e lésbicas na sociedade portuguesa». Comunicação apresentada na Semana Pedagógica União de Mulheres Alternativa e Resposta (U. M. A. R.)/ Associação Académica da Universidade do Minho (A. A. U. M.), Braga, Universidade do Minho, 17 de Abril.
- Brasão, Inês Paulo. 1999. *Dons e Disciplinas do Corpo Feminino: Os Discursos sobre o Corpo na História do Estado Novo*. Lisboa: Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Cádimas, Francisco Rui. 2001. «Os “media” na revolução (1974-1976)». In *O País em Revolução*, coord. J. M. Brandão de Brito. Lisboa: Editorial Notícias, 321-358.
- Caetano, Marcello. 1967. «Juventude de hoje, juventude de sempre». *Rumo* (separata), 126: 5-21.
- Campos, Ana. 2007. «Sexualidade e feminismo». In *O Longo Caminho das Mulheres, Feminismos 80 Anos Depois*, orgs. Lúcia Amâncio, Manuela Tavares, Teresa Joaquim e Teresa Sousa de Almeida. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 281-291.
- Cardina, Miguel. 2008. *A Tradição da Contestação*. Coimbra: Angelus Novus.
- Casamento*, Cadernos *O Tempo e o Modo*, 2, Março de 1968. Acedido a 3 de outubro de 2013, em: <http://casacomum.net/cc/visualizador?pasta=09524.055>.
- Cascais, António Fernando. 2016. «Diferentes como só nós. O associativismo GLBT português em três andamentos». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, 109-126.
- Casimiro, Cláudia. 2011. «Tensões, tiranias e violência familiar: da invisibilidade à denúncia». In *História da Vida Privada em Portugal: Os Nossos Dias*, coord. Ana Nunes de Almeida. Lisboa: Círculo de Leitores, 112-140.
- Collin, Françoise. 1991. «Diferença e diferendo. A questão das mulheres na Filosofia». In *História das Mulheres no Ocidente: O Século XX*, coords. Georges Duby e Michelle Perrot. Lisboa: Edições Afrontamento, 315-350.
- Cook, Hera. 2005. «The english sexual revolution: Technology and social change». *History Workshop Journal*, 59: 109-128.
- Corrêa, Sonia, Rosalind Petchesky, e Richard Parker. 2008. *Sexuality, Health and Human Rights*. Londres e Nova Iorque: Routledge.





## Bibliografia

- Correia, Natália. 1978. *Não Percas a Rosa: Diário e Algo Mais (25 de Abril de 1974 – 20 de Dezembro de 1975)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Correia, Natália, Cruzeiro Seixas e Serafim Amaral. 1966. *Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica (dos Cancioneiros Medievais à Actualidade)*. Lisboa: Afrodite.
- Costa, João Bénard da. 2003. *Nós, os Vencidos do Catolicismo*. Coimbra: Edições Tenacitas.
- Costa, João Bénard da. 2006. «O Tempo e o Modo». In *A Aventura da Moraes*, coord. Teresa Tamen. Lisboa: CNC, 63-74.
- Cova, Anne, e António Costa Pinto. 2002. «Women under the Salazar's dictatorship». *Portuguese Journal of Social Science*, 2: 129-146.
- Daoust, Valérie. 2005. *De la Sexualité en Démocratie: L'Individu Libre et ses Espaces Identitaires*. Paris: Press Universitaires de France.
- Duarte, Luiz Fernando Dias. 2004. «A sexualidade nas ciências sociais. Leitura crítica das convenções». In *Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras*, orgs. Adriana Piscitelli, Maria Filomena Gregori e Sérgio Carrara. Lisboa: Garamond Universitária, 39-80.
- Ergas, Yasmine. 1991. «O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980». In *História das Mulheres no Ocidente: O Século XX*, coords. Georges Duby e Michelle Perrot. Lisboa: Edições Afrontamento, 582-611.
- Ecoffier, Jeffrey. 2015. «La pornographie, la perversité et la révolution sexuelle». In *Révolutions Sexuelles*, dirs. Alain Giami e Gert Hekma. Paris: La Musardine.
- Evans, David. 1993. *Sexual Citizenship: The Material Construction of Sexualities*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Evans, Sara. 2009. «Sons, daughters, and patriarchy: Gender and the 1968 generation». *American Historical Review*, 114, n.º 2: 331-347.
- Ferreira, Paulo Antunes. 1998. «Atitudes perante a vida, moralidades e éticas de vida». In *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, coord. José Machado Pais. Lisboa: SEJ-ICS, 61-147.
- Ferreira, Paulo Rodrigues. 2009. «Culturas de protesto em Portugal na imprensa periódica (1968-1970)». Tese de mestrado em História, com especialização em História Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Ferreira, Pedro Moura, e Manuel Vilaverde Cabral, orgs. 2010. *Sexualidades em Portugal: Comportamentos de Risco*. Lisboa: Editora Bizâncio.
- Ferreira, Vítor Sérgio. 2011. «Modas e modos: a privatização do corpo no espaço público português». In *História da Vida Privada em Portugal: Os Nossos Dias*, coord. Ana Nunes de Almeida. Lisboa: Círculo de Leitores, 242-276.
- Fiadeiro, Maria Antónia. 2003. *Maria Lamas: Biografia*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Filha, Constantina Xavier. 2005. «Discursos da intimidade: imprensa feminina e narrativas de mulheres-professoras brasileiras e portuguesas na segunda metade do século XX». Tese de doutoramento em Educação, São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- Foucault, Michel. 1994 [1976]. *História da Sexualidade – I: A Vontade de Saber*. Lisboa: Relógio d'Água.





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

- Franco, Graça. 1993. *A Censura à Imprensa (1820-1974)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Freire, Isabel. 2010. *Amor e Sexo no Tempo de Salazar*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Freire, Isabel. 2013. «Intimidade afetiva e sexual no Estado Novo». *Saúde Reprodutiva: Sexualidade e Sociedade*, 3: 56-61.
- Freire, Isabel. 2016. «A intimidade afetiva e sexual na imprensa em Portugal (1968-1978)». Tese de doutoramento em Sociologia, Especialidade de Sociologia da Cultura, Comunicação e Estilos de Vida. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Freire, Isabel. 2017. «Lugares d'Infância». In *Paula Rego: Histórias & Segredos*. Cascais: Fundação D. Luís I: Casa das Histórias Paula Rego, 12-20. ISBN 978-972-8986-89-6.
- Freire, Isabel. 2019a. «Cidadania da sexualidade na imprensa portuguesa do pós-Revolução dos Cravos». *Perspectiva*, 3: 56-61. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2019.e52467>.
- Freire, Isabel. 2019b. «Discursos sobre emancipação das mulheres e feminismos na *Modas & Bordados*, no pré e pós-revolução dos Cravos». *Faces de Eva*, 42: 85-102.
- Freire, Natércia et al., 1975. *Ser ou não Ser pelo Amor Livre*. Lisboa: Arcádia.
- Gagnon, John. 2004. *An Interpretation of Desire*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Gagnon, John e William Simon. 2005 [1973]. *Sexual Conduct: The Social Sources of Human Sexuality*. 2.<sup>a</sup> ed. New Jersey: Aldine Transaction.
- Garton, Stephen. 2009. *História da Sexualidade: Da Antiguidade à Revolução Sexual*. Lisboa: Estampa.
- Giddens, Anthony. 1991. *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*. Cambridge: Polity Press.
- Giddens, Anthony. 2001. *Transformações da Intimidade, Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*. Oeiras: Celta Editora.
- Girard, Françoise. 2008. «Negotiating sexual rights and sexual orientation at the UN». In *SexPolitics: Reports From the Front Lines*, eds. Richard Parker, Rosalind Petchesky e Robert Sember, E-book: Sexuality Policy Watch, 311-358.
- Gomes, Ana Cardoso Allen. 1987. «Factores sócio-culturais: os papéis sexuais». In *Sexologia em Portugal. A Sexologia Clínica*, coords. Francisco Allen Gomes, Afonso de Albuquerque e Júlio Silveira Nunes. Lisboa: Texto Editora, 64-71.
- Guasch, Oscar, e Raquel Osborne. 2003. «Avances en sociologia de la sexualidade». In *Sociología de la Sexualidad*, coords. Raquel Osborne e Óscar Guasch. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1-24.
- Guerra, Isabel Carvalho. 2010. *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e Formas de Uso*. Cascais: Principia.
- Hawkes, Gail. 2004. *Sex & Pleasure in Western Culture*. Cambridge: Polity.
- Heilborn, Maria Luiza, org. 1999. *Sexualidade: O Olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Herzog, Dagmar. 2005. «Sexual morality in 1960s west germany». *German History*, 23, n.º 3: 372-384.





## Bibliografia

- Herzog, Dagmar. 2006. «Sexuality in the postwar west». *The Journal of Modern History*, 78: 144-171.
- Illouz, Eva. 2009. *El Consumo de la Utopía Romántica: El Amor y las Contradicciones Culturales del Capitalismo*. Madrid: Katz.
- Irvine, Janice. 2014. «Is sexuality research “dirty work”? Institutionalized stigma in the production of sexual knowledge». *Sexualities*, 17, n.º 5/6: 632-656.
- Jackson, Stevi, e Sue Scott. 2010. *Theorizing Sexuality*. Glasgow: Open University Press.
- Jaspard, Maryse. 1997. *La Sexualité en France*. Paris: Éditions la Découverte.
- Johnson, Burke, e Anthony Onwuegbuzie. 2004. «Mixed methods research: A research paradigm whose time has come». *Educational Researcher*, 33, n.º 7: 14-26.
- Lefebvre, Henri. 1969. *A Vida Quotidiana no Mundo Moderno*. Lisboa: Editora Ulisseia.
- Loyola, Maria Andréa. 1999. «A sexualidade como objecto de estudo das ciências humanas». In *Sexualidade: O Olhar das Ciências Sociais*, org. Maria Luiza Heilborn. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 31-36.
- Marques, Nuno Miguel. 2011. «O duplo padrão sexual no masculino: uma perspectiva transgeracional portuguesa». Tese de mestrado em Sexualidade Humana. Lisboa, Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.
- Martins, António Jorge. 2006. «Círculo do humanismo cristão». In *A Aventura da Moraes*, coord. Teresa Tâmen. Lisboa: CNC, 45-54.
- Martins, Santinho. 2010. «Emergência e génese da Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica – Um contributo e um testemunho». *Ata Portuguesa de Sexologia*, 5, 1: 105-120.
- Matos, Luís Salgado de. 2001. «A Igreja na revolução em Portugal (1974-1982)». In *O País em Revolução*, coord. J. M. Brandão de Brito. Lisboa: Editorial Notícias, 63-132.
- McCombs, Maxwell. 2009. *A Teoria da Agenda: A Mídia e a Opinião Pública*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Moita, Gabriela. 2003. «Essências e diferenças: minorias sexuais ou sexualidades (im)possíveis». In *A Sexologia: Perspectiva Multidisciplinar II*, coords. Lígia Fonseca, Catarina Soares, Júlio Machado Vaz. Coimbra: Quarteto, 93-115.
- Mónica, Maria Filomena. 1978. *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar: A Escola Primária Salazarista 1926-1937*. Lisboa: Editorial Presença.
- Mónica, Maria Filomena. 1996. «A evolução dos costumes em Portugal 1960-1995». In *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, org. António Barreto. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 215-231.
- Monteiro, Rosa. 2012. «A descriminalização do aborto em Portugal: Estado, movimentos de mulheres e partidos políticos». *Análise Social*, XLVII, n.º 204: 586-605.
- Nazareth, Joaquim Manuel. 1978. «A dinâmica da população portuguesa no período 1930-70». *Análise Social*, XIV, n.º 56: 729-800.





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

- Neves, Helena, e Maria Calado. 2001. *O Estado Novo e as Mulheres: O Género como Investimento Ideológico e de Mobilização*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Nunes, Luís Herberto. 2014. «Imagens interditas? Limites e rupturas em representações explícitas do sexo no pós-25 de Abril». Tese de doutoramento em Belas-Artes, com especialização em pintura. Lisboa, Universidade de Lisboa.
- O que a Censura Cortou: Expresso*, 1.ª e 2.ª partes, Janeiro de 2013, 2.ª ed.
- Okami, Paul. 2002. «Causes and consequences of a career in sex research». In *Handbook for Conducting Research on Human Sexuality*, eds. Michael W. Wiederman e Bernard E. Whitley. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 505-512.
- Pacheco, José. 2000. *O Sexo Por Cá*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Pais, José Machado, coord. 1998. *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Pais, José Machado. 2011. «Mothers, whores and spells: Tradition and change in Portuguese sexuality». *Ethnography*, 12, n.º 4: 445-465.
- Pais, José Machado. 2016. *Enredos Sexuais, Tradição e Mudança. As Mães, os Zecas e as Sedutoras de Além-Mar*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Palla, Maria Antónia, e Patrícia Reis. 2014. *Viver pela Liberdade*. Lisboa: Matéria-Prima Edições.
- Petchesky, Rosalind. 2000. «Sexual rights: Inventing a concept, mapping an international practice». In *Framing the Sexual Subject: The Politics of Gender, Sexuality and Power*, orgs. R. Parker, R. G. Barbosa e P. Aggleton. Berkeley: University of California Press, 81-103.
- Petchesky, Rosalind. 2004. «Sexual rights policies across countries and cultures: conceptual frameworks and minefields». In *SexPolitics: Reports From the Front Lines*, eds. Richard Parker, Rosalind Petchesky e Robert Sember. E-book: Sexuality Policy Watch, 9-26.
- Plummer, Kenneth. 1994. «“I can’t even think straight” – “Queer” theory and the missing sexual revolution in sociology». *Sociological Theory*, 12, n.º 2: 178-187. Acedido a 3 de outubro de 2013, em: <http://kenplummer.com/publications/selected-writings-2/critical-sexualities/>.
- Plummer, Kenneth. 1996. «Intimate citizenship and the culture of sexual story telling». In *Sexual Cultures. Communities, Values and Intimacy*, edi. Jeffrey Weeks e Janet Hollan. Londres: Macmillan Press, 34-52.
- Plummer, Kenneth. 2001. «The square of intimate citizenship: Some preliminary proposals». *Citizenship Studies*, 5, n.º 3: 237-253.
- Plummer, Kenneth. 2003a. *Intimate Citizenship: Private Decisions and Public Dialogues*. Seattle: University of Washington Press.
- Plummer, Kenneth. 2003b. «Queers, bodies and postmodern sexualities: a note on revisiting the “sexual” in symbolic interactionism». *Qualitative Sociology*, 26, n.º 4: 515-530.
- Plummer, Kenneth. 2003c. «La cuadratura de la ciudadanía íntima. Algunas propuestas preliminares». In *Sociología de la Sexualidad*, coords. Raquel Osborne e Óscar Guasch. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 25-50.





## Bibliografia

- Plummer, Kenneth. 2004. «Social worlds, social change and the rise of the new sexualities theories». In *Sexuality Repositioned: Diversity and the Law*, ed. Belinda Brooks-Gordon, Loraine Gelsthorpe, Martin Johnson e Andrew Bainham. Oxford: Hart Publishing, 39-63.
- Plummer, Kenneth. 2005. «Intimate citizenship in an unjust world». In *The Blackwell Companion to Social Inequalities*, orgs. Mary Romero e Eric Margolis. Oxford: Blackwell Publishing, 75-99.
- Plummer, Kenneth. 2008. «Studying sexualities for a better world? Ten years of sexualities». *Sexualities*, 11: 7-22.
- Plummer, Kenneth. 2010. «Generational sexualities, subterranean traditions, and the hauntings of the sexual world: some preliminar remarks». *Symbolic Interaction*, 33, n.º 2: 163-190.
- Plummer, Kenneth. 2012. «Critical sexuality studies». *The Wiley-Blackwell Companion to Sociology*, 14: 243-269. Versão acedida a 3 de outubro de 2013, em: <http://kenplummer.com/publications/selected-writings-2/critical-sexualities/>.
- Policarpo, Verónica. 2011a. «Indivíduo e sexualidade: a construção social da experiência sexual». Tese de doutoramento em Ciências Sociais, com especialização em Sociologia. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Policarpo, Verónica. 2011b. «Sexualidades em construção, entre o privado e o público». In *História da Vida Privada em Portugal: Os Nossos Dias*, coord. Ana Nunes de Almeida. Lisboa: Círculo de Leitores, 48-79.
- Priore, Mary Del. 2005. *História do Amor no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto.
- Quartilho, Manuel João. 2003. «Sexualidade e construcionismo social – A propósito dos *scripts* sexuais». In *A Sexologia: Perspectiva Multidisciplinar II*, coords. Lígia Fonseca, Catarina Soares e Júlio Machado Vaz. Coimbra: Quarteto, 117-153.
- Rahman, Momin, e Stevi Jackson. 2010. *Gender & Sexuality*. Cambridge: Polity Press.
- Reich, Wilhelm. 1972. *O Combate Sexual da Juventude*. Porto: Textos Marginais.
- Reis, António. 2012. «A oposição democrática». In *Marcelo Caetano, Tempos de Transição*, orgs. Rui Ramos e Manuel Braga da Cruz. Porto: Porto Editora, 455-464.
- Reiss, Ira. 2006. *An Insider's View of Sexual Science since Kinsey*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers.
- Resende, José, e Maria Manuel Vieira. 1992. «Subculturas juvenis: Os hippies e os yuppies». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 35: 131-147.
- Reynolds, Paul. 2010. «Disentangling privacy and intimacy: Intimate citizenship, private boundaries and public transgressions». *Human Affairs*, 20: 34-42.
- Rodrigues, Urbano Tavares, coord. 1968. *A Condição da Mulher Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Rodríguez, Alberto Pena. 2012. «Salazar, Franco y la censura: El control de la opinión pública en Portugal al servicio del fascismo». In *Communication and Social Life: Studies in Honor of Professor Esteban López-Escobar*, eds. Maxwell McCombs e Manuel Martín Algarra. Navarra: Ediciones Universidad de Navarra, 505-519.
- Salem, Tania. 1991. «O “individualismo libertário” no imaginário social dos anos 60». *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 1, n.º 2: 62-75.





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

- Schiltz, Marie-Ange, e Maryse Jaspard. 2003. «Amour et sexualité dans la conjugualité: évolution des interrogations des années cinquante à nos jours». In *Sexualité, Normes et Contrôle Social*, dirs. Geneviève Paicheler et Maria Andréa Loyola. Paris: L'Harmattan, 69-100.
- Scott, Jacqueline. 1998. «Changing attitudes to sexual morality: A cross-national comparison». *Sociology*, 32, n.º 4: 815-845.
- Seabra, Zita. 2012. «O Partido Comunista». In *Marcelo Caetano, Tempos de Transição*, orgs. Rui Ramos e Manuel Braga da Cruz. Porto: Porto Editora, 445-464.
- Seidman, Steve. 1991. *Romantic Longings: Love in America, 1830-1980*. Nova Iorque: Routledge.
- Seidman, Steven. 2010 [2003]. *The Social Construction of Sexuality*. 2.ª ed. Nova Iorque: W. W. Norton & Company.
- Silva, Pedro Alcântara. 2009. «A saúde nos *mass media*: Representações da saúde, do sistema de saúde e das políticas públicas de saúde na imprensa escrita portuguesa (análise longitudinal de 1990 a 2004)». Tese de doutoramento em Ciências Sociais com especialização em Sociologia, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Tavares, Manuela. 2000. *Movimentos de Mulheres em Portugal: Décadas de 70 e 80*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tavares, Manuela. 2008. «Feminismos em Portugal (1947-2007)». Tese de doutoramento em Estudos sobre as Mulheres, com especialização em História das Mulheres e do Género, Lisboa, Universidade Aberta.
- Tisseron, Serge. 2003. «Le désir "d'extimité" mis à nu». *Le Divan Familial*, 2, n.º 11: 53-62.
- Torres, Anália. 1987. «Amores e desamores – para uma análise sociológica das relações afectivas». *Sociologia: Problemas e Práticas*, 3: 21-33.
- Vance, Carole. 1995. «A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico». *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 5, n.º 1: 7-31.
- Vaz, Júlio Machado. 1987. «Formação em sexologia». In *Sexologia em Portugal: Sexualidade e Cultura*, coords. Francisco Allen Gomes, Afonso Albuquerque, e Júlio Silveira Nunes. Lisboa: Texto Editora, 180-190.
- Vaz, Júlio Machado. 2003. «Sexualidade e história». In *A Sexologia: Perspectiva Multidisciplinar II*, coords. Lígia Fonseca, Catarina Soares e Júlio Machado Vaz. Coimbra: Quarteto, 15-42.
- Ventura, Isabel. 2012. *As Primeiras Mulheres Repórteres: Portugal nos Anos 60 e 70*. Lisboa: Tinta da China.
- Vicente, Ana. 1987. *Mulheres em Discurso*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Vilar, Duarte. 1987. «Aprendizagem sexual e educação sexual». In *Sexologia em Portugal: Sexualidade e Cultura*, coords. Francisco Allen Gomes, Afonso Albuquerque e Júlio Silveira Nunes. Lisboa: Texto Editora, 165-179.
- Vilar, Duarte. 2003. «Questões actuais sobre a educação sexual num contexto de mudança». In *A Sexologia: Perspectiva Multidisciplinar II*, coords. Lígia Fonseca, Catarina Soares e Júlio Machado Vaz. Coimbra: Quarteto, 155-183.
- Vilar, Duarte. 2009. «Contributos para a história das políticas de saúde sexual e reprodutiva em Portugal». In *Representações sobre o Aborto: Acção Colectiva e*





## Bibliografia

- (I)legalidade num Contexto em Mudança, orgs. Ana Cristina Santos, Madalena Duarte, Carlos Barradas e Magda Alves, Coimbra: e-cadernos CES, 7-28. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos4/e-cadernos4.pdf>, consultado a 17-08-2010.
- Vilela, Joana Stichini. 2012. *LX60, A Vida em Lisboa Nunca Mais Foi a Mesma*. Lisboa: Dom Quixote.
- Wall, Karin, org. 2005. *Famílias em Portugal: Percursos, Interações, Redes Sociais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall, Karin. 2011. «A intervenção do Estado: políticas públicas de família». In *História da Vida Privada em Portugal: Os Nossos Dias*, coord. Ana Nunes de Almeida. Lisboa: Círculo de Leitores, 340-374.
- Weeks, Jeffrey. 1989. *Sex, Politics & Society: The Regulation of Sex Since 1800*. 2.<sup>a</sup> ed. Londres: Longman.
- Weeks, Jeffrey. 1995. *Invented Moralities: Sexual Values in an Age of Uncertainty*. Cambridge: Polity Press.
- Weeks, Jeffrey. 1998. «The sexual citizen». *Theory Culture Society*, 15, n.º 3-4: 35-42.
- Weeks, Jeffrey. 2007. *The World We Have Won: The Remaking of Erotic and Intimate Life*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Weeks, Jeffrey, e Janet Holland, eds. 1996. *Sexual Cultures: Communities, Values and Intimacy*. Londres: Macmillan Press.
- Weis, David. 2002. «The need to integrate sexual theory and research». In *Handbook for Conducting Research on Human Sexuality*, dirs. Michael Wiederman e Bernard Whitley. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 7-24.
- World Health Organization. *Defining sexual health*. Acedido a 11 de setembro de 2015, em: [https://www.who.int/reproductivehealth/topics/sexual\\_health/sh\\_definitions/en/](https://www.who.int/reproductivehealth/topics/sexual_health/sh_definitions/en/).
- World Health Organization. *Sexual and reproductive health*. Acedido a 11 de setembro de 2015, em: [https://www.who.int/reproductivehealth/topics/sexual\\_health/conceptual\\_elements/en/](https://www.who.int/reproductivehealth/topics/sexual_health/conceptual_elements/en/).

## Outras fontes impressas

### Legislação

- Decreto n.º 32 171, de 29 de julho de 1942.
- Decreto-Lei n.º 44 579, de 19 de setembro de 1962 – Decreto-Lei n.º 254/76, de 7 de abril de 1976.
- Decreto-Lei n.º 187/75, de 4 de abril de 1975.
- Postura n.º 69 035 Policiamento de Logradouros Públicos e Zonas Florestais, Câmara Municipal de Lisboa, 9 de janeiro de 1953.
- Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de abril de 1976.





## Publicações periódicas (constitutivas do *corpus* de análise)

### *Expresso*

- n.º 1 (6 de janeiro de 1973) – n.º 52 (29 de dezembro de 1973)
- n.º 53 (5 de janeiro de 1974) – n.º 104 (28 de dezembro de 1974)
- n.º 105 (4 de janeiro de 1975) – n.º 164 (31 de dezembro de 1975)
- n.º 165 (3 de janeiro de 1976) – n.º 218 (30 de dezembro de 1976)
- n.º 271 (7 de janeiro de 1978) – n.º 322 (30 de dezembro de 1978)

### *Modas & Bordados* (suplemento d'*O Século*)

- n.º 2917 (3 de janeiro de 1968) – n.º 2968 (25 de dezembro de 1968)
- n.º 3178 (3 de janeiro de 1973) – n.º 3229 (26 de dezembro de 1973)
- n.º 3230 (2 de janeiro de 1974) – n.º 3280 (25 de dezembro de 1974)
- n.º 3281 (1 de janeiro de 1975) – n.º 3323 (22 de outubro de 1975)
- n.º 3325 (21 de janeiro de 1976) – n.º 3374 (29 de dezembro de 1976)

### *Crónica Feminina*

- n.º 580 (4 de janeiro de 1968) – n.º 631 (26 de dezembro de 1968)
- n.º 841 (4 de janeiro de 1973) – n.º 892 (27 de dezembro de 1973)
- n.º 893 (3 de janeiro de 1974) – n.º 944 (26 de dezembro de 1974)
- n.º 945 (2 de janeiro de 1975) – n.º 996 (25 de dezembro de 1975)
- n.º 997 (1 de janeiro de 1976) – n.º 1049 (30 de dezembro de 1976)
- n.º 1102 (5 de janeiro de 1978) – n.º 1153 (28 de dezembro de 1978)

### *Diário de Lisboa*

- n.º 16 182 (7 de janeiro de 1968)
- n.º 16 192 (17 de janeiro de 1968)
- n.º 16 190 (15 de janeiro de 1968)
- n.º 16 218 (12 de fevereiro de 1968)
- n.º 16 230 (24 de fevereiro de 1968)
- n.º 16 235 (1 de março de 1968)
- n.º 16 341 (7 de março de 1968)
- n.º 16 262 (28 de março de 1968)
- n.º 16 270 (5 de abril de 1968)
- n.º 16 287 (22 de abril de 1968)
- n.º 16 292 (27 de abril de 1968)
- n.º 16 296 (2 de maio de 1968)
- n.º 16 300 (6 de maio de 1968)
- n.º 16 330 (5 de junho de 1968)
- n.º 16 339 (15 de junho de 1968)
- n.º 16 342 (18 de junho de 1968)
- n.º 16 357 (3 de julho de 1968)
- n.º 16 361 (7 de julho de 1968)
- n.º 16 369 (15 de julho de 1968)
- n.º 16 388 (3 de agosto de 1968)





## *Bibliografia*

- n.º 16 394 (9 de agosto de 1968)  
n.º 16 407 (22 de agosto de 1968)  
n.º 16 418 (2 de setembro de 1968)  
n.º 16 426 (10 de setembro de 1968)  
n.º 16 427 (11 de setembro de 1968)  
n.º 16 451 (6 de outubro de 1968)  
n.º 16 464 (19 de outubro de 1968)  
n.º 16 474 (29 de outubro de 1968)  
n.º 16 488 (12 de novembro de 1968)  
n.º 16 496 (20 de novembro de 1968)  
n.º 16 504 (28 de novembro de 1968)  
n.º 18 400 (17 de março de 1974)  
n.º 18 412 (29 de março de 1974)  
n.º 18 418 (3 de abril de 1974)  
n.º 18 578 (4 de abril de 1974)  
n.º 18 434 (20 de abril de 1974)  
n.º 18 440 (26 de abril de 1974)  
n.º 18 461 (18 de maio de 1974)  
n.º 18 468 (25 de maio de 1974)  
n.º 18 469 (26 de maio de 1974)  
n.º 18 482 (11 de junho de 1974)  
n.º 18 483 (12 de junho de 1974)  
n.º 18 485 (14 de junho de 1974)  
n.º 18 514 (18 de julho de 1974)  
n.º 18 525 (31 de julho de 1974)  
n.º 18 526 (1 de agosto de 1974)  
n.º 18 530 (5 de agosto de 1974)  
n.º 18 529 (6 de agosto de 1974)  
n.º 18 550 (2 de setembro de 1974)  
n.º 18 558 (10 de setembro de 1974)  
n.º 18 569 (28 de setembro de 1974)  
n.º 18 577 (3 de outubro de 1974)  
n.º 18 582 (9 de outubro de 1974)  
n.º 18 610 (11 de novembro de 1974)  
n.º 18 611 (12 de novembro de 1974)  
n.º 18 617 (18 de novembro de 1974)  
n.º 18 637 (11 de dezembro de 1974)  
n.º 18 643 (18 de dezembro de 1974)  
n.º 18 644 (19 de dezembro de 1974)  
n.º 18 663 (13 de janeiro de 1975)  
n.º 18 667 (18 de janeiro de 1975)  
n.º 18 670 (22 de janeiro de 1975)  
n.º 18 680 (3 de fevereiro de 1975)  
n.º 18 686 (10 de fevereiro de 1975)





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

- n.º 18 706 (6 de março de 1975)
- n.º 18 710 (11 de março de 1975)
- n.º 18 717 (19 de março de 1975)
- n.º 18 730 (3 de abril de 1975)
- n.º 18 732 (5 de abril de 1975)
- n.º 18 748 (21 de abril de 1975)
- n.º 18 753 (2 de maio de 1975)
- n.º 18 763 (14 de maio de 1975)
- n.º 18 775 (28 de maio de 1975)
- n.º 18 756 (6 de junho de 1975)
- n.º 18 788 (13 de junho de 1975)
- n.º 18 796 (23 de junho de 1975)
- n.º 18 810 (9 de julho de 1975)
- n.º 18 814 (14 de julho de 1975)
- n.º 18 815 (15 de julho de 1975)
- n.º 18 834 (6 de agosto de 1975)
- n.º 18 839 (11 de agosto de 1975)
- n.º 19 578 (9 de fevereiro de 1978)
- n.º 19 592 (27 de fevereiro de 1978)
- n.º 19 594 (1 de março de 1978)
- n.º 19 599 (7 de março de 1978)
- n.º 19 604 (13 de março de 1978)
- n.º 19 621 (3 de abril de 1978)
- n.º 19 626 (8 de abril de 1978)
- n.º 19 636 (20 de abril de 1978)
- n.º 19 648 (5 de maio de 1978)
- n.º 19 665 (26 de maio de 1978)
- n.º 19 667 (29 de maio de 1978)
- n.º 19 673 (5 de junho de 1978)
- n.º 19 678 (12 de junho de 1978)
- n.º 19 691 (28 de junho de 1978)
- n.º 19 705 (14 de julho de 1978)
- n.º 19 713 (24 de julho de 1978)
- n.º 16 517 (13 de dezembro de 1968)
- n.º 16 524 (19 de dezembro de 1968)
- n.º 16 535 (31 de dezembro de 1968)
- n.º 17 986 (19 de janeiro de 1973)
- n.º 17 979 (12 de janeiro de 1973)
- n.º 17 993 (26 de janeiro de 1973)
- n.º 18 017 (19 de fevereiro de 1973)
- n.º 18 020 (22 de fevereiro de 1973)
- n.º 18 027 (1 de março de 1973)
- n.º 18 033 (8 de março de 1973)
- n.º 18 055 (30 de março de 1973)





## *Bibliografia*

- n.º 18 063 (7 de abril de 1973)  
n.º 18 070 (14 de abril de 1973)  
n.º 18 082 (26 de abril de 1973)  
n.º 18 087 (2 de maio de 1973)  
n.º 18 091 (6 de maio de 1973)  
n.º 18 100 (15 de maio de 1973)  
n.º 18 123 (7 de junho de 1973)  
n.º 18 129 (14 de junho de 1973)  
n.º 18 137 (22 de junho de 1973)  
n.º 18 152 (7 de julho de 1973)  
n.º 18 184 (8 de agosto de 1973)  
n.º 18 198 (22 de agosto de 1973)  
n.º 18 226 (19 de setembro de 1973)  
n.º 18 228 (21 de setembro de 1973)  
n.º 18 229 (22 de setembro de 1973)  
n.º 18 238 (1 de outubro de 1973)  
n.º 18 250 (14 de outubro de 1973)  
n.º 18 259 (23 de outubro de 1973)  
n.º 18 378 (23 de fevereiro de 1974)  
n.º 18 388 (5 de março de 1974)  
n.º 18 852 (1 de setembro de 1975)  
n.º 18 873 (22 de setembro de 1975)  
n.º 18 875 (24 de setembro de 1975)  
n.º 18 880 (30 de setembro de 1975)  
n.º 18 887 (8 de outubro de 1975)  
n.º 18 889 (10 de outubro de 1975)  
n.º 18 917 (13 de outubro de 1975)  
n.º 18 918 (12 de novembro de 1975)  
n.º 18 924 (21 de novembro de 1975)  
n.º 18 928 (15 de dezembro de 1975)  
n.º 18 930 (17 de dezembro de 1975)  
n.º 18 932 (19 de dezembro de 1975)  
n.º 18 653 (2 de janeiro de 1976)  
n.º 18 657 (7 de janeiro de 1976)  
n.º 18 677 (30 de janeiro de 1976)  
n.º 18 978 (14 de fevereiro de 1976)  
n.º 18 990 (28 de fevereiro de 1976)  
n.º 18 997 (9 de março de 1976)  
n.º 18 990 (11 de março de 1976)  
n.º 19 011 (25 de março de 1976)  
n.º 19 019 (3 de abril de 1976)  
n.º 19 031 (19 de abril de 1976)  
n.º 19 040 (29 de abril de 1976)  
n.º 19 042 (29 de abril de 1976)





## *Sexualidades, Media e Revolução dos Cravos*

- n.º 19 050 (12 de maio de 1976)
- n.º 19 052 (14 de maio de 1976)
- n.º 19 069 (3 de junho de 1976)
- n.º 19 073 (8 de junho de 1976)
- n.º 19 076 (12 de junho de 1976)
- n.º 19 097 (8 de julho de 1976)
- n.º 19 102 (14 de julho de 1976)
- n.º 19 115 (29 de julho de 1976)
- n.º 19 119 (3 de agosto de 1976)
- n.º 19 132 (18 de agosto de 1976)
- n.º 19 135 (21 de agosto de 1976)
- n.º 19 154 (13 de setembro de 1976)
- n.º 19 16 4 (24 de setembro de 1976)
- n.º 19 16 6 (27 de setembro de 1976)
- n.º 19 171 (2 de outubro de 1976)
- n.º 19 179 (13 de outubro de 1976)
- n.º 19 194 (30 de outubro de 1976)
- n.º 19 195 (3 de novembro de 1976)
- n.º 19 205 (15 de novembro de 1976)
- n.º 19 206 (16 de novembro de 1976)
- n.º 19 226 (11 de dezembro de 1976)
- n.º 19 233 (20 de dezembro de 1976)
- n.º 19 238 (28 de dezembro de 1976)
- n.º 19 547 (4 de janeiro de 1978)
- n.º 19 557 (16 de janeiro de 1978)
- n.º 19 565 (25 de janeiro de 1978)
- n.º 19 714 (25 de julho de 1978)
- n.º 19 725 (7 de agosto de 1978)
- n.º 19 726 (8 de agosto de 1978)
- n.º 19 734 (18 de agosto de 1978)
- n.º 19 748 (4 de setembro de 1978)
- n.º 19 759 (16 de setembro de 1978)
- n.º 19 770 (29 de setembro de 1978)
- n.º 19 772 (2 de outubro de 1978)
- n.º 19 773 (3 de outubro de 1978)
- n.º 19 787 (20 de outubro de 1978)
- n.º 19 799 (4 de novembro de 1978)
- n.º 19 808 (15 de novembro de 1978)
- n.º 19 814 (22 de novembro de 1978)
- n.º 19 827 (9 de dezembro de 1978)
- n.º 19 839 (23 de dezembro de 1978)
- n.º 19 841 (27 de dezembro de 1978)

